

Sandra Helena Dias de Melo

**IDENTIDADE, ÉTICA E LINGUAGEM:
UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS NA
IMPREENSA**

(ou Como Fazer um “Bom” Jornalismo com Palavras)

Tese apresentada ao **Curso de Doutorado em
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem**, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Área de Concentração: Semântica e Pragmática

Orientador: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Campinas

UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem

2005

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Melo, Sandra Helena Dias de.

Identidade, ética e linguagem: uma análise pragmática das práticas discursivas na imprensa: (ou como fazer um “bom” jornalismo com palavras) / Sandra Helena Dias de Melo. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: Kanavillil Rajagopalan.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Pragmática. 2. Ética. 3. Imprensa. 4. Estilo. 5. Estética. I. Rajagopalan, Kanavillil. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Pragmatics; Ethics; Press; Style; Aesthetics.

Área de concentração: Semântica e pragmática.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Prof^ª. Dr^a. Ingedore V. Koch, Prof. Dr. Jonas Romualdo, Prof. Dr. Jair Oliveira, Prof. Dr. Luiz Antonio Marcuschi.

Data da defesa: 25/02/2005

BANCA DE EXAME

Este exemplar da redação final da tese
defendida por Sandra Helena

Dias de Melo

e aprovada pela Comissão Julgadora em
31/03/05

Rajagopal

Prof. Dr. Kanayillil Rajagopalan (UNICAMP)

Kanayillil Rajagopalan
assinatura (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Ingedore V. Koch (UNICAMP)

Ingedore Granfeld Villaga Koch
assinatura

Prof. Dr. Jonas Romualdo (UNICAMP)

assinatura

Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi (UFPE)

assinatura

Prof. Dr. Jair Oliveira (UFPR)

assinatura

SUPLENTE

Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira (MACKENZIE)

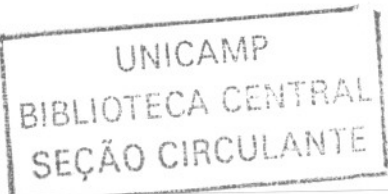
assinatura

Prof. Dr.^a Maria Luiza G. A. da Cunha Lima (UNICOR)

engalves
assinatura

Campinas

Fevereiro de 2005



20050 f9.13

Estes, aqui presentes, (indicando o coro) confessariam sua aprovação aos meus atos, se não tivessem a língua tolhida de medo! Contudo, um dos privilégios da tirania é justamente dizer e fazer o que quiser. (Antígona, de Sófocles)

Você está livre para dizer o que quiser. Aproveite toda a liberdade que você tem e se enforque com ela! (Abujamra, ator e apresentador do Programa Provocações)

"Hoje tenho um amor e me faço espaçosa
para arrecadar as alfaías de muitos
amantes desgovernados, no mundo, ou triunfantes,
e ao vê-los amorosos e transidos em torno,
o sagrado terror converto em jubilação."

Drummond

A Jarbas, o homem que encheu de
poesia a minha vida
e que me faz feliz todos os dias!

AGRADECIMENTOS

A maior vitória num momento de felicidade é celebrar com os amigos as nossas alegrias. Por isso, quero agradecer a vocês a amizade, a dedicação e o respeito.

Aos meus professores sempre queridos. Aos meus professores **Rajagopalan**, meu querido orientador, com quem tive a honra de conviver e repartir este trabalho; aos professores e examinadores da minha qualificação de tese, tão brilhantes sempre, **Ingedore Koch** e **Wanderley Geraldi**; a **Marcuschi**, meu grande professor, em nome de todos os professores da minha querida UFPE; a **Jonas Romualdo** e **Jair Oliveira**, pela participação na banca e, conseqüentemente, em mais uma etapa da minha vida; a **Ingedore Koch** e a **Marcuschi**, novamente, pela participação na finalização dessa investigação; a **Maria Luiza** e a **Dina**, minhas tão queridas e especiais suplentes de banca. À **UNICAMP**. Às minhas professoras de primário, que tanto me inspiraram e me estimularam a estudar, **Creuza** e **Lenita**, em nome da Escola Estadual João XXIII, em Camaragibe/PE. A todos os meus professores do **Ensino Público, Gratuito** e de **Qualidade**. A eles uma salva de palmas!

A toda minha família, tão querida, em nome de minha mainha **Glória**, com quem eu aprendi a sorrir gostoso e amar e querer bem (não é pouco não!). A minha nova família, pelos laços sagrados do matrimônio e do amor, em nome de **Dona Fátima** e **Dona Antônia**. A **Jarbas**, meu tão amado companheiro.

Aos amigos da UNICAMP, com um imenso carinho. A **Maria Lu** e a **Suza**, com quem eu tive a oportunidade de dividir meu espaço e minha vida no início da tese; a **Dani**, meu querido anjo guardador, e leitor paciente e dedicado deste trabalho; a **Toni**, **Carmi** e **Lucas**, que me acolheram sempre; a **Maria** e a **Pablo**, pela amizade inclusive na lua de mel; a **Chico** e **Lúcia**, um casal de arte e brilho; a **Adriana Amarela** e a **Sereia Janaina**, pela amizade em São Paulo e pelas boas gargalhadas que demos juntas; a **Edvânia** e **Kassandra**, minhas guerreiras; a **Moa**, pelas conversas tão femininas; a **Ruber**, pelo carinho e amizade; a **Cosme** e a **Iva**, pelo sorriso hospitaleiro e sertanejo; a **Juli** e a **Zé**, alagoanos de primeira grandeza; a **Lívia**, com o seu farto sorriso; a **Dina**, **Alice** e **Isa**, pela amizade num grupo que não é só de pesquisa; a **Cínthia**, tão doce; a **Clécio**, pela leitura e discussão da tese; a **Simone**, **Juan**, **Marinalva**, **Marcela**, **Jorge**, **Wagner**, **Eliana**, **Lilian**, **Giani**, **Clécio** e **família**, em nome de todos os companheiros da UNICAMP.

A **Beth**, pela ajuda amiga e profissional que me devotou nesses anos, quando eu desconhecia a burocracia e esquecia dos prazos de renovação da bolsa; a **Cláudio** e a **Rose**, pela presteza e pelo atendimento imediato às minhas solicitações. A **Esmeraldo** e a **Luizão**, pelo sorriso sempre grande e acolhedor nos trabalhos do SETA. A esses funcionários do **Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP** – meus agradecimentos.

Aos amigos da Associação dos Pós-Graduandos da UNICAMP, com quem eu reparti sonhos e lutas de uma sociedade e educação mais justas. A **Elba** e a **Necul**, e ao espírito indígena que habita em vocês; a **Jorge**, o companheiro argentino das causas brasileiras; a **Valério** e a **Tânia**, e a suavidade da música de vocês; a **Kleucio**, pela dedicação e luta; a **Renata**; **Ana** e **Leduíno**. A todos vocês pela participação nessa associação que apostava na luta.

A **Patrícia**, **Glorinha** e **Thiago**, com todo meu carinho, pela companhia fraterna na infância e adolescência; Aos amigos e compadres, **Edu** e **Vivi**, pela gentileza para o mundo de ser quem vocês são; a **Edu** pela leitura da tese e conversas poéticas e paralelas nesses momentos; a **Mônica** e **Gabriela**, minha iniciação científica na amizade; a **Márcia**, minha amiga brincante; a **Cynthia**, que descobriu minha vontade de pesquisar; a **Alexandre**, pelo amor à justiça e à Universidade Pública; a **Karol**, pela paciência das vírgulas e dos pontos; aos companheiros do **Cordas e Retalhos**, brinquedo de carnaval, de poesia e frevo de bloco; e ao **Boizinho do Cupim**, com sua alegria e família nos carnavais de Olinda.

Ao **CNPq**, pelo financiamento deste trabalho.

São tantas as pessoas a quem agora gostaria de agradecer, que não caberia, nesse espaço. Farei, então, um pedido de desculpas e darei graças a Deus com uma oração àqueles que não estiverem presentes nominalmente, mas que participaram de algum modo desses meus últimos quatro anos. Meu muito obrigada!

RESUMO

Com o objetivo de investigar os “valores”, “opiniões” e “conceitos” evidenciados e constituídos *na e sobre* a linguagem, este trabalho pretendeu ser uma pequena contribuição àqueles interessados nas discussões sobre identidade, ética e linguagem na imprensa. Partindo do pressuposto de que a língua oferece um leque de possibilidades interpretativas e de que a identidade não é encontrada *in natura*, fundamentei minha reflexão sob o entendimento de língua como performativa e ao mesmo tempo constitutiva do discurso da história.

Para refletir sobre a relação criada entre linguagem e ética na imprensa, a partir do construto que a identifica como “neutra”, recorri aos estudos de discurso, política e identidade da análise crítica do discurso. O levantamento do que se considera “bom” ou “ruim” no comportamento da linguagem e da imprensa foi feito a partir da análise de três manuais de redação e estilo de jornais brasileiros. Além desses aparelhos de referência para a “boa” imprensa, foram analisados textos jornalísticos e livros técnicos, em especial, aqueles que trazem um discurso sobre linguagem e imprensa.

A tese central de que a linguagem é performativa e não informativa, como quer a imprensa, mobilizou uma discussão sobre a representação política que é feita pelos manuais, através da apresentação/divulgação da redação e do estilo jornalísticos, bem como dos procedimentos utilizados pelo profissional da imprensa. A representação, como um modo de agir sobre a construção das identidades, revela a *modelização*, que é lançada pela imprensa para sua linguagem e seu procedimento técnico, a qual produzirá, nas/pelas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, a “estreita ligação” entre ética e linguagem informativa e neutra na imprensa.

Como aqui nada é conclusivo, pelo menos, no que tange a uma decisão eficientemente não vacilante para estudos posteriores, as discussões trazidas nesta investigação pretendem servir de sugestões para a reflexão ou *desarrumação* de alguns conceitos muito bem definidos no discurso sobre linguagem e jornalismo. Por fim, é preciso dizer que, se esta investigação servir para acautelar as pessoas envolvidas na promessa de *Como Fazer um Bom Jornalismo com Palavras*, o ato de fala aqui empreendido já terá sido feliz.

ABSTRACT

Aiming at investigating the “values”, “opinions”, and “concepts” evinced and constituted *in* and *on* language, this thesis had the purpose of being a modest contribution to those interested in the discussions on identity, ethics and language in the press. Based upon the presupposition that language offers a sheaf of possibilities for interpretation and that identity is not found *in natura*, I will support my reflection with the understanding of language as both performative and constitutive of discourse and history.

In order to reflect on the relation created between language and ethics in the press, from the construct that identifies it as “neutral”, I resorted to the studies of discourse, politics, and identity in the field of critical discourse analysis. The survey of what is considered “good” or “bad” in the behavior of language and the press was carried out from the analysis of three manuals of writing and style of Brazilian newspapers. Besides these reference texts to the good press, journalistic texts and technical books were analyzed, especially those which convey a discourse on language and the press.

The central thesis is that language is performative and not informative, as the press wants, mobilized a discussion on the political representation that is made by the manuals, through the presentation/publicizing of journalistic writing and style, as well as the procedures utilized by the press professional. The representation, as a way of acting on the construction of identities, reveals the *modelization* that is launched by the press to its language and technical procedure, which will produce, in/by the journalistic hegemonic discursive practices, the intimate link between ethics and informative and neutral language in the press.

As here, in this thesis, nothing is conclusive, at least in terms of a decision efficiently unfaltering to ulterior studies, the discussions conveyed in this investigation intend to render suggestions for the reflection or *displacement* of some concepts very well defined by the discourse on language and journalism. Finally, it is worth saying that, if this investigation rendered with caution the persons involved in the promise of *How to Do a Good Journalism with Words*, the speech act undertaken here would already have been happy.

SUMÁRIO

Resumo	viii
Abstract	ix
Introdução	xi

CAPÍTULO I – A IMPRENSA NO/DO BRASIL

A Imprensa e o Jornalismo de Referência	23
O Surgimento da Imprensa no Brasil	24
Da Imprensa Artesanal à Imprensa Industrial	26
A Imprensa Industrial e a Mudança do Objeto Jornalístico	31

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DA IMPRENSA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DOS SEUS VALORES: Linguagem e Ética na Imprensa

Prefácio para o Capítulo ou uma Tensão Encontrada	43
A Reflexividade e o Papel Imparcial e o Papel Imparcial da Imprensa	45
O Jogo contra o Outro: a afirmação do eu pela afirmação da alteridade	54
O <i>Ethos</i> da Linguagem jornalística na Imprensa	61
Os Opostos se Atraem	63

CAPÍTULO III – O PROBLEMA DA REFERÊNCIA, SIGNIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA LINGUAGEM: O Texto Jornalístico em Questão

Sentido e referenciação no Discurso	71
Os Gêneros Discursivos nos Jornais: o problema da categorização	82
Um Exemplo Ilustrativo	95

CAPÍTULO IV – IDENTIDADE, ÉTICA E ESTÉTICA NA IMPRENSA

Reduccionismo e Identidade : um modelo para a imparcialidade	107
O <i>Ethos</i> como Estilo da Identidade da Imprensa	118
Intertextualidade, <i>Ethos</i> , e Identidade	124
A Estética e a Ética na Imprensa: a (im)possibilidade de mudança	134
Considerações Finais	159
Referência Bibliográfica	165
Índice Remissivo	177
Anexos	179

INTRODUÇÃO

Para contar uma história ou relatar um fato, é necessário submeter a ação de falar às relações discursivas e sociais que são estabelecidas em textos. Na imprensa, os textos ou *contam os fatos* ou servem para que *esses sejam julgados*. Assim, os textos são considerados ora os responsáveis pela manutenção do significado das histórias que serão relatadas: os textos noticiosos, ora os transgressores desse significado: os textos opinativos.

Essa interpretação tem regido a oposição de duas grandes categorias jornalísticas. O contraste estabelecido entre elas visa não apenas à organização dos conjuntos de textos encontrados nos jornais, como também à reivindicação de uma certa identidade para a imprensa. Desse modo, ser identificada como mais informativa ou menos informativa estaria relacionada tanto ao modelo prestigiado pelos veículos de comunicação quanto à quantidade de textos imparcial ou parcial que o jornal produzisse.

Atualmente, há uma identificação quase que imediata da imprensa com a informação: o modelo selecionado para representar o jornalismo moderno. Embora este não seja o único, ele se tornou o mais popular, o mais divulgado. Assiste-se à publicização desse padrão jornalístico por um arsenal montado pela própria imprensa (rádio, televisão, manuais de estilo, livros técnicos, cursos de jornalismo etc.), que reivindica uma padrão de qualidade para as informações, ao pleitear uma imprensa imparcial.

O termo “imprensa”, embora possa ser generalizado e referir-se a vários veículos de comunicação, será tomado aqui como a atividade desenvolvida em veículos que utilizam primordialmente a escrita, para a produção dos textos jornalísticos. Mais especificamente, este trabalho estará preocupado em investigar a imprensa a partir dos jornais, ou melhor, a partir dos discursos produzidos para o estabelecimento de uma identidade “neutra” para esse tipo de veículo.

Reivindicar uma identidade seria acionar estratégias para o estabelecimento de uma identidade (única) para a imprensa. A divulgação da linguagem e do procedimento técnico jornalísticos como uma série de características intrínsecas ao papel atual da imprensa – informar – tem sido o principal argumento da imparcialidade do jornalismo de referência (Souza, 1996), isto é, do jornalismo reconhecido como o *bom jornalismo*, ou o jornalismo.

Essa reivindicação é feita de modo que todos os procedimentos e pessoas envolvidas diretamente com o processo de produção, distribuição e consumo dos textos jornalísticos possam ser identificados como mais preocupados em cumprir o papel principal da imprensa. Todavia, a eleição

do objetivo principal da imprensa reduz a potencialidade do trabalho jornalístico, que não se resume à padronização cada vez mais especializada dos conjuntos de textos e de profissionais da informação, mas, sobretudo, engloba o uso e o discurso que se faz da linguagem e das pessoas envolvidas no processo de redação e estilo jornalísticos.

Esse tipo de redução faz emergir *teorias* a respeito da linguagem e do jornalista no processo de produção dos textos distribuídos na sociedade, de tal sorte que cria uma expectativa do que deve ser esperado de um jornalismo de referência. Entretanto, a imprensa vista como “séria” e “verdadeira” nem sempre foi a preocupada com o relato objetivo e imparcial dos fatos. Houve uma época em que a *essência* do jornalismo era vinculada à categoria opinativa.

A efetuação plena do projeto moderno de industrialização de massa fez ascender alguns modelos textuais, antes mais facilmente percebidos como fazendo parte de uma tensão jornalística (cf. Sodré) no que tange à eleição do texto-modelo do jornalismo. Essa estratégia parece corresponder à estabilização necessária para promover os textos jornalísticos a bens de consumo. Típico dessa época, o produto feito dos textos jornalísticos, para servir como mercadoria, tende a ser reivindicado pela adesão da imprensa a uma visão de língua informativa, para representar melhor a neutralidade dos jornais de referência.

Essa visada, contudo, rompe com a estreita ligação que o ato de contar histórias mantém com algumas relações discursivas e sociais que ele estabelece. O bem de consumo necessário para uma sociedade moderna e democrática é aquele associado ao modelo textual imparcial. Para barrar a pluralidade conflituosa de posições, de categorias, de textos e leituras, os jornais passam a comercializar seus guias de produção de texto e procedimentos jornalísticos, para enfatizar e divulgar a sua mercadoria. São criados discursos sobre o jornalismo, sobre a redação e o estilo jornalísticos, bem como sobre os jornalistas e leitores dos jornais a que esses guias pertencem.

Seria, porém, o ato de *contar histórias* simplesmente um ato filtrado pela linguagem jornalística como serviço para um público necessitado de informações? Poderia ser a linguagem e as pessoas que trabalham com ela apenas transmissores do “conhecimento do mundo”, ou melhor, do relato dos fatos reais? A uma resposta afirmativa a essas questões corresponderia toda uma tradição de linguagem vista como um tipo de espelho do mundo e, ao mesmo tempo, do homem como um objeto, visto que este serviria de instrumento para transmitir informações. De modo diferente, despertar para tais questões exige uma discussão sobre a redução feita da relação entre homem e linguagem à

instrumentalização e ao utilitarismo de um serviço ou, pelo menos, um olhar um pouco mais desconfiado sobre a tese defendida pela imprensa.

O Problema e a Tese: um estudo pragmático sobre a imprensa

A capacidade da linguagem bem monitorada na imprensa tem sido bastante divulgada. Com essa estratégia, distribui-se com mais facilidade para o público em geral o modelo do jornalismo imparcial. Tal empreendimento resultará na ascensão do discurso hegemônico sobre a neutralidade da imprensa. Este trabalho, ao investigar o discurso sobre a linguagem e a ética da imprensa, tem como objetivo mostrar como as práticas discursivas dos jornais, reconhecidos como de referência, constroem uma relação entre a língua usada na imprensa e a produção, distribuição e consumo da informação; prática que identifica a imprensa como um serviço de comunicação imparcial.

As práticas discursivas realizadas nos jornais de referência tendem a ser semelhantes. O específico em cada uma dessas práticas resulta das práticas sociais em que elas estão inseridas, as quais parecem estar organizadas sob a direção de grupos oligárquicos que ditam o comportamento da imprensa. Tais práticas trazem para a instituição jornalística alguns valores, uma colcha de retalhos que termina moldando uma unidade coerente, como se não houvesse nenhuma disputa no meio jornalístico. A unidade construída garante, para todos os veículos de comunicação envolvidos, uma identidade mais ou menos comum, a partir do modelo estipulado por essas práticas.

Sob o ponto de vista da lingüística, vinculada à teoria crítica, é possível enxergar a linguagem e a habilidade do jornalista ao usá-la como fonte e centro de questões que dizem respeito à responsabilidade da imprensa na sua prática social. Perceber que a mudança apregoada pela imprensa com relação ao seu papel antes reconhecido como doutrinário, quando a imprensa era opinativa, é apenas uma manobra nas instâncias de poder e no modelo-padrão do texto jornalístico é imprescindível. A mudança ocorrida nas práticas da imprensa resultou mais da transformação das normas de redação e estilo jornalísticos que do abandono do caráter doutrinário da imprensa.

O problema que se coloca é se a mudança de comportamento da imprensa, devido à nova visão de língua, de jornalista, e até de leitor que ela assume, realmente se compromete com uma postura ética no ato do relato dos fatos, uma vez que a linguagem jornalística é posta como se fosse um produto. Por trás de questões como essas, estão algumas posições que defendem uma linguagem informativa em oposição a uma linguagem performativa, isto é, uma linguagem que consegue mostrar os fatos como eles são ao invés de criá-los.

Embora assumida a afirmação de que o fato jornalístico é construído, as práticas discursivas do jornalismo de referência, ao selecionarem os fatos considerados mais importantes pela imprensa, afirmam o interesse pela verdade dos fatos. Para a imprensa, isso quer dizer que, mesmo selecionando o material que se tornará notícia, o trabalho jornalístico preserva a realidade dos acontecimentos, porque atende com isso à imparcialidade que o jornalismo contemporâneo deve exercitar.

O ato jornalístico, contudo, é político: o jornalismo, ao garantir a neutralidade da sua atividade, promete não estar agindo em benefício próprio. E, com isso, se diz ausentar das relações de poder que a imprensa manteria se agisse de modo contrário, ao mesmo tempo em que se responsabiliza por tudo aquilo que diz. O paradoxo que se instala é: como, ao se assumir neutro em público, não está, à medida que afirma, negando a sua neutralidade? A estratégia de divulgação da modelização da língua e do jornalista – um discurso sobre as funções da linguagem e do jornalista para normatização de padrões de qualidade imparcial – é a forma com que se constrói o paradoxo.

O compromisso assumido pela imprensa tornou-se possível pelo redimensionamento da linguagem e do papel do jornalista, realizado para atender o leitor moderno. Nesses termos, há uma “ética” na est(ética) jornalística, desde que o serviço jornalístico faça com que a produção dos sentidos seja controlada pela padronização da linguagem e do jornalista. Em lugar de sujeitos e linguagem pública, temos pessoas e textos como artefatos e objetos. Mas como um ato pode estar sujeito à padronização e à técnica jornalística, que “apagam” a *subjetivação*, a *ideologia* de todos os envolvidos na imprensa, se a linguagem é uma atividade histórica, social e política do homem? Como ela pode ser imparcial se o homem, além de ser político, é um animal que fala?

A promessa de uma atitude neutra só é possível pela instauração do ato de fala. A mudança de Aristóteles para Nietzsche implica um redimensionamento do ato para um ato de fala. A mudança na *essência* da tragédia (do ato para o ato de fala) encontra na palavra a garantia da promessa: a perdição dos grandes heróis, como Édipo. Para ser pronunciada, a palavra precisa da pessoa e para que esta tenha crédito precisa-se que o homem se empenhe nela. A linguagem informativa suspende o valor cognitivo e ético dessa ação, para precisá-la como técnica imparcial. A linguagem, porém, não é *impessoal* no sentido de que ela precisa das pessoas para existir, e isso implica antes uma relação entre linguagem e homem que uma relação entre linguagem e mundo. Esse *ato fundador* é esquecido, quando se retira o homem da semântica da comunicação no jornalismo.

A promessa da neutralidade condena a imprensa porque, mesmo a língua sendo performativa e contribuindo para que as práticas discursivas do jornalismo de referência reforcem o papel neutro e transparente da informação, ela reprova o ato político, ideológico de um ato de fala. Em outras palavras, ao condenar a *palavra que faz* reduzindo-a a uma que informa, pela constatação de fatos a serem relatados por ela, a imprensa reprova a sua atitude de alardear pela própria palavra a sua imparcialidade.

Não se trata de uma defesa do desconhecimento da imprensa sobre o seu papel de divulgar opiniões, julgamentos sobre si mesma, ou da ingenuidade dos que isso fazem como uma forma de construir uma identidade, mas de observar como o trabalho de apresentação do modelo jornalístico ou do “projeto jornalístico” atual serve como uma representação política para a imprensa.

A apresentação do processo de produção dos jornais, ao descreverem a redação e o estilo jornalístico, nada mais é que a representação que se faz do papel da imprensa no jornalismo. “Dessa forma, a tese do representacionalismo na verdade esconde o sonho da *apresentação*” (Rajagopalan, 2003: 31). Para esse autor, tal sonho resulta da vontade de que as coisas pudessem ser mostradas como elas são sem “a intermediação da linguagem humana”. A apresentação e, também, a descrição, assim, passam a ser percebidas como formas de representação política. Assim foi que, para marcar o jogo entre apresentar e representar o discurso sobre a imprensa, utilizou-se no corpo textual desse trabalho uma barra “/” entre os dois termos.

O discurso sobre o papel de informar nas práticas discursivas do jornalismo apresenta um julgamento, que não é neutro, porque representa e reivindica uma identidade para a imprensa. A (in)formação desse papel surge ora pela descrição, muitas vezes, do que se presume ser o factual da imprensa, ora pela recomendação do que é considerado melhor para o cumprimento da *boa* imprensa. No entanto, a diferença entre factual e/ou normativo, de um lado, e valorativo, do outro, precisa ser revista por todos aqueles envolvido com a imprensa. A proposta da queda de dicotomias como essas, junto com o dismantelamento da realidade como único fim de um enunciado, discussão travada por Austin (1990[1962]), refere-se aqui ao que chamo *linguagem performativa*.

A derrocada ou a suspensão da constatação, como único fim da linguagem, implica uma apreciação diferente da matéria que deixa de ser uma coisa e passa a ser um evento. Austin traz, assim, o “trabalho” para o campo da linguagem. Lidar com linguagem no jornalismo não exige o profissional da área de representar o mundo. Para Felman (2003[1983]), a parte da linguagem que excede o *statement* é o enunciado. Ou seja, a linguagem em ação transcende as asserções, visto que

um ato de fala não pode ser reduzido ao significado da frase ou a intenção consciente dos falantes. Na esteira dessa afirmação, se é despertado para questões como se o simples gesto da boca (ou da mão) teria ou não controle absoluto sobre o seu dizer.

Quando os atos são feitos de linguagem, esta não nos permite economizar ou restringir as possibilidades de sentido que ela pode revelar. Isso precede e excede a intenção dos falantes. Os atos feitos de fala são, portanto, muito mais do que a coisa material da fala, por isso comportam mais do que significados magros e sem energia em corpos “perfeitos”, mas sem plasticidade. Os atos não se encerram com o falante, porque só funcionam com o outro. O desafio da linguagem pública, talvez, seja desmascarar a aparente estrutura consensual que é estabelecida pela repetição de alguns discursos.

Tendo como base uma visão performativa da linguagem, este trabalho objetivou discutir como as práticas discursivas da imprensa de referência criam uma identidade, uma ética e uma linguagem para imprensa. Trazendo a linguagem e o *bom* jornalismo como tema, serão discutidas essas práticas que, além de apresentarem regras, normas e valores como se esses fossem *conhecimento sobre jornal*, estabelecem a reprodução, o controle e, também, a renovação das práticas sociais do jornalismo (Fairclough, 2001[1992]).

As Práticas Discursivas na Imprensa e a Performatividade

Como o oligopólio de algumas idéias persevera na imprensa, tem-se a impressão de que essas práticas são formações compactas e fechadas, que tendem tão somente a uniformizar as idéias sobre imprensa, para poder mantê-las. Contudo, uma visão menos pessimista e mais sensível sobre as tensões que se instauram, inclusive quando tudo *parece ser a mesma coisa*, demonstra que as práticas discursivas aqui representadas em exemplos retirados de manuais, livros técnicos e grupos representativos da imprensa não se sustentam o tempo todo.

O buraco feito na produção do sentido pela interpretação de que um significado pode ser codificado adequadamente, para posteriormente ser decodificado, resultou menos da retirada da ideologia ou do ponto de vista da imprensa que da retirada do “autor” na instituição jornalística. O que se tem agora no jornalismo de referência, com sua preocupação extremada com a neutralidade, é o desejo da suplantação do autor pelo produtor do texto – a figura que produz o texto, mas não tem autoridade sobre ele.

A retirada do homem, do trabalho com a linguagem, desterra para longe a possibilidade de conjuntamente produzir sentidos novos, ou de criticar os valores passados pela imprensa, pelo menos, de avaliá-los. Colocar o homem de volta à semântica remete à necessidade de se começar a criticar os pressupostos construídos para a conclusão de que a imprensa é imparcial. E para essa tarefa também se deve perguntar quem são as pessoas consideradas *homens* na nossa sociedade, para que se possa fazer uma semântica de inclusão, haja vista a imprensa fazer um recorte dos cidadãos e das comunidades que serão notícia nas páginas dos jornais.

O *poder dizer* da imprensa é visto como uma representação da democracia, visto que, desde Rui Barbosa, a imprensa é vista como “os olhos do povo”. No entanto, além de o espaço do diário ser restrito, para incluir a sociedade, a imprensa não dá voz com a mesma igualdade de direito para todos. Ao chamar a atenção para a simulação de simetria de poder relacionada à democratização discursiva, Fairclough (2001) permite uma categoria de análise para a relação entre ética e linguagem na imprensa, que será realizada neste estudo: as práticas discursivas do jornalismo de referência e suas práticas identitárias.

Considerando que a questão do efeito performativo do processo identitário da imprensa, a partir das práticas sociais e discursivas do jornalismo, tem a dimensão de um ato, procurou-se, nesta investigação, observar como a imprensa se discursiviza, atentando-se para o vínculo estreito entre linguagem e ética para a construção de sua identidade.

Apresentação dos Capítulos

Do ponto de vista dos estudos da linguagem, é importante que se destaque o esforço desta investigação em discutir questões ligadas à semântica e à pragmática no processo discursivo da construção de identidade da imprensa, das suas práticas. Este trabalho foi subdividido em quatro capítulos, que tentam explorar não simplesmente a trajetória histórica e os conceitos e princípios jornalísticos, mas, sobretudo, a utilização desses para a reivindicação de uma certa *identidade, ética e linguagem* para a imprensa. A apresentação de cada um deles serve como uma pequena resenha, ampliada com alguns comentários.

Capítulo I

Com o objetivo de refletir o processo histórico-político da vida da imprensa no Brasil, este capítulo percorreu a trajetória da imprensa, de modo que fossem apresentadas certas mudanças ocorridas nesse caminho: da fase artesanal para a industrial, da imprensa opinativa para a informativa, da luta pela liberdade de imprensa e sua construção e, de como o papel da imprensa e dos jornalistas foi e é evidenciado nas práticas discursivas jornalísticas. Como um capítulo de abertura, pretendi introduzir questões que dizem respeito à modelização da língua na imprensa (cf. capítulo IV), às dicotomias constitutivas da prática identitária da imprensa; do novo *jeito de ser* dessa instituição jornalística etc., que serão abordadas e discutidas com maior profundidade nos capítulos posteriores.

Capítulo II

Neste capítulo, discuti as práticas identitárias da imprensa a partir da visão dicotômica que as práticas discursivas jornalísticas mantêm na apresentação/representação que é feita de alguns dos princípios criados para a produção e distribuição das informações diárias. Não pretendi, com essa discussão, suspender o valor cognitivo inerente a termos como *ideologia*, *verdade*, *justiça*, *liberdade* etc. para transformá-los numa mera expressão das condições sociais. Caso contrário seria impossível continuar este trabalho, uma vez que precisaria explicar palavra por palavra *ad infinitum*. Apesar disso, concordo com Giddens (1991: 95[1990]), quando afirma que “os filósofos têm nos mostrado que, cognitivamente, existem poucos, se é que existe algum, aspectos de nossa existência pessoal dos quais podemos estar certos”.

Na imprensa, existe até certo ponto uma certeza sobre suas características principais, e sobre a eficiência de cada uma delas. A certeza, todavia, não é boa conselheira. Por isso, é preciso desconfiar de qualquer processo identitário que se esforce na negação do outro através de *dicotomias bem arrumadinhas*, para representar-se transparente e fiel a princípios que são vistos como essenciais em vez de existirem como uma tensão sempre bem-vinda no fazer das coisas com palavras (cf. capítulo IV). *Mutatis mutandis*, esse capítulo tentou reivindicar uma visada que, diferentemente da visada da ideologia como cimento da sociedade (cf. Zizek, 1996), reclame das práticas discursivas hegemônicas a divulgação dos significados, das palavras transformadas em coisas pela definição rígida e atomista no construto identitário da imprensa.

Capítulo III

Nesta etapa do trabalho, foi focalizada a questão da classificação dos textos jornalísticos em duas grandes categorias excludentes entre si, a saber, a opinativa e a noticiosa, para que pudesse ser refletida, à luz da apresentação/representação do texto prototípico do jornalismo contemporâneo – o texto noticioso, a implantação do modelo reivindicado para a construção da ética e da estética imparcial. O texto jornalístico na imprensa seja na categoria noticiosa seja na categoria opinativa (este principalmente quando pertencente ao jornal) recebe um valor pelo que representa: textos escritos com *profissionalismo*, *sensatez* e *responsabilidade*. É preciso destacar que, nos jornais de referência, assim como são os dos manuais analisados neste trabalho, prepondera a assunção de que o mito da informação – imparcial – é uma prática possibilitada pela tecnologização do discurso da imprensa. A habilidade no uso de alguns *dispositivos* lingüísticos é considerada ferramenta de produção da informação, sendo bastante útil para promoção do “estilo” jornalístico. Na indústria da comunicação de “referência”, são feitos muitos produtos para garantia da qualidade dos seus textos.

Os textos apresentados como sendo ou da categoria noticiosa ou da opinativa têm suas identidades fixadas na apresentação que é feita das suas funções no jornalismo – *informar*, *interpretar*, *analisar*, e até *opinar* do modo mais condizente com a realidade. Essas funções são representadas como se fossem compromissos não só do profissional, mas, sobretudo, da *Ética* da empresa. É interessante observar, no que foi dito neste capítulo, como é definido o *ethos* (cf. capítulos I, II e IV) da linguagem jornalística. Por trás de um tom *prudente*, *elegante*, (in)forma-se o comportamento da imprensa, o nível da língua ética e estética que permeia os gêneros “pertencentes” às duas categorias, sobretudo a noticiosa, *apresentando/descrevendo/representando-os* como completamente opostos, de acordo com a categoria a que pertencem.

Os gêneros discursivos na imprensa são vistos como se organizados pela língua. É necessário, porém, problematizar a idéia de organização simples em torno do texto, uma vez que gênero, na imprensa, vem a ser não uma mera anatomia, mas um discurso que se organiza em torno da linguagem, omitindo-se que, embora sejam gêneros, são também enunciados únicos que preenchem o lugar do evento. Desse modo, observa-se que o valor explicativo, na *apresentação* do funcionamento dos textos nos jornais, tem uma qualidade performativa: atribui a noção de construtos teóricos a textos que são realizáveis em práticas discursivas concretas, tanto pela orientação normativa da linguagem que é desenvolvida para a produção dos textos quanto pela imagem neutra que produzem

da imprensa, a fim de, com isso, garantir além uma identidade para os textos jornalísticos, principalmente, uma credibilidade para a identidade dos jornais, vistos como de referência.

Capítulo IV

Ampliando-se alguns tópicos trabalhados nos capítulos anteriores, no último capítulo foi discutido como a apresentação/representação dos *princípios*, reconhecidos pela imprensa como intrínsecos ao *bom* jornalismo, visa a fornecer uma imagem acabada, porém, reflexiva, nos termos de Giddens (1991), da imprensa e de tudo que a envolve. Para responder ao compromisso *Ético* que esse veículo de comunicação deve ter, as práticas discursivas do jornalismo de referência apresentam uma visão est(á/é)tica da informação, e, conseqüentemente, de tudo e de todos que participam dela (linguagem, jornalista, jornal, leitor-consumidor). Isso pôde ser verificado tanto nos textos analisados no capítulo IV, bem como em toda discussão feita neste trabalho.

A intertextualidade passa a servir ao jornalismo como explicação da eficiência da tecnologia do discurso, que pode garantir uma maior pluralidade nos jornais, por exemplo, os papéis destinados às declarações textuais, ao painel do leitor e, mais recentemente, ao texto do *Ombudsman*. Por sua vez, a apresentação/representação das declarações textuais e a possibilidade de saturação do sentido dos textos, pela evocação da consideração do que seja *realmente lingüístico* reivindica uma propriedade de transparência e imparcialidade para a linguagem, além de possibilitar ao procedimento jornalístico o mérito de ser inequivocamente neutro. A despeito disso, a definição de alguns procedimentos (como a reprodução das declarações textuais) e a isenção do procedimento jornalístico, na análise exemplificam a impossibilidade dessa estética da imparcialidade. As práticas discursivas do jornalismo levam *a sério* a intertextualidade tanto em relação à prática diária da informação quanto em relação à composição da identidade da imprensa, mas a caricatura disso é que essa seriedade serve para demover-lhe do comprometimento do dizer e para o cometimento do seu pecado original: ser “neutra”, mesmo divulgando sua neutralidade.

A Seleção do Corpus

Na construção do *corpus* de amostra do discurso da imprensa sobre linguagem e sobre jornalismo, foram utilizados dois tipos de dados, os quais foram apresentados como fazendo parte das práticas discursivas e sociais do jornalismo de referência. São eles: 1) os manuais de redação e estilo jornalísticos; e 2) dados suplementares (livros técnicos do jornalismo; textos do programa televisivo

Observatório da Imprensa; e textos jornalísticos veiculados pelos jornais representados pelos manuais em análise). O segundo tipo de dados selecionado não deve ser visto como dados inferiores para a análise realizada, ao contrário, eles servem como parte do primeiro, à medida que neles estão representadas pessoas significativas na prática social jornalística.

A seleção dos manuais baseou-se no fato de eles serem 1) comercializáveis, servindo para divulgação e consumo das técnicas e dos procedimentos jornalísticos; 2) de referência, isto é, pertencerem a jornais reconhecidos como responsáveis com o trato das informações diárias; além de serem 3) importantes nacionalmente ou na região onde estão localizados. Os manuais analisados foram: (1) *Manual da redação* (2001), do jornal *Folha de S. Paulo*; (2) *Manual de redação e estilo* (1997), do jornal *O Estado de S. Paulo*, ambos paulistas; e (3) o *Guia de redação* do *O Povo* (2003), de circulação diária no Ceará, doravante, MFSP, MESP e MP, respectivamente.

No corpus suplementar, procurou-se principalmente assinalar a semelhança que havia entre esses e os manuais de redação e estilo. Os exemplos utilizados dos dados suplementares foram retirados de livros (de jornalistas e professores e pesquisadores de jornalismo), programa televisivo e Internet (*Observatório da Imprensa*), e dos textos veiculados pelos jornais-empresa responsáveis pela publicação e comercialização dos manuais. Os exemplos retirados de cada um deles (com exceção dos livros técnicos) receberam destaque diferente: numeração arábica (manuais de redação e estilo); numeração romana (textos veiculados nos jornais); e letras do alfabeto (textos do *Observatório da Imprensa On-line*) (cf. Índice Remissivo).

É preciso, contudo, perguntar se o *corpus* atende adequadamente à diversidade das práticas jornalísticas. As práticas discursivas do jornalismo, como uma categoria para a análise das práticas identitárias da imprensa, tende a aparecer nesta investigação como sendo muito uniforme, visto que as práticas analisadas são representantes dos discursos sobre a imprensa feita nos jornais de referência. O oligopólio de algumas idéias, que permeiam essas práticas discursivas, oculta as tensões que se instauram nelas à medida que elas trabalham com mitos, como o da linguagem informativa e neutra. Talvez, tenha havido algum prejuízo na eleição dos manuais como a principal fonte de análise, neste trabalho, para apresentar/representar as tensões nas práticas jornalísticas, visto que pela sua origem e emergência, eles seriam os dados que menos apresentariam a diversidade tão visada por uma investigação aliada à análise crítica do discurso.

De outro modo, pode-se também pensar que a estratégia de propalar a *boa* natureza do jornalismo, quando feito com atenção aos seus princípios, é uma tensão que se instaura

silenciosamente nos manuais de redação e estilo. Se pensarmos na procura de criação de espaços para o leitor, no comprometimento dos jornais com um texto noticioso *mais flexível*, previsto nos manuais, será possível perceber uma mudança nas diferentes edições desses guias para a *boa redação* e *bom* estilo, *advinda*, provavelmente, das tensões que se instauram nas práticas da imprensa de referência. Haja vista a polifonia tornar-se acanhada em manuais que têm, como objetivo central, representar empresas que precisam manter o mito da imparcialidade, tensões provocadas por vozes que reivindicam uma outra postura do jornalismo são abafadas.

A necessidade de trazer, no *corpus* analisado, o fluxo no qual são habitualmente aceitas as idéias, concepções, prescrições, feitas pelas e para as práticas discursivas do jornalismo, visou proporcionar tantas outras interrogações fundadoras para a pesquisa: *Qual o motivo das dicotomias no jornalismo?*; *De que forma os manuais funcionam para a construção da relação entre linguagem e ética na imprensa?* *O que a imprensa afirma quando nega ser parcial?* etc. As perguntas foram feitas a partir da negação à afirmação da imprensa como neutra, ou em outras palavras, pela dialética negativa, que vislumbra a possibilidade de a imprensa ser diferente.

O método de citação aqui utilizado é dialógico na medida em que é responsável pela instauração do outro: de um outro modelo, de uma outra forma de pensamento, de uma outra forma de responder às questões levantadas no fluxo das vozes trazidas. Esse caminho indireto de chegar às perguntas, feitas por esta investigação, tenta refletir a preocupação que o trabalho teve com a genealogia de alguns princípios jornalísticos, responsáveis pela pseudo-retirada de alguns valores humanos, substituídos por técnicas, como se fosse possível retirar das técnicas jornalísticas os novos valores assumidos pela imprensa.

Por fim, é preciso dizer que o tipo de questões suscitadas nesta investigação procurou atender ao interesse de jornalistas e não jornalistas, de todos aqueles que estão, mesmo sem querer ou assumir, envolvidos no processo de comunicação realizado na imprensa. Espero ainda que este trabalho sirva para reflexão sobre como a imprensa tem usado certas noções do estudo da linguagem e retirado proveito dessas, para construção de um efeito performativo sobre seu comportamento, apresentado como se fosse imparcial.

CAPÍTULO I

A IMPRENSA NO/DO BRASIL

A partir do século XIII os textos começaram a sua transformação de dramas em documentos.
(K.F. Morrison)

A Imprensa e o Jornalismo de Referência

A imprensa como um meio de comunicação surge em vista de uma já enfatizada crença ocidental no adágio *verba volant, scripta manent* (as palavras voam, a escrita permanece). Aos poucos a escrita foi tomando fórum de língua documental, tomando estatuto de uma memória legal, legítima e legitimadora, e passou a ocupar um espaço de destaque na sociedade atual (cf. Gnerre, 1994[1985]; Olson, 1997[1994]; Negri e Lazzarato, 2001). O crescimento da imprensa acelerou a passagem da memória falada para a representação da escrita. Em outras palavras, acentuou-se o processo de legitimação da escrita pelo canal da informação. A narração, a memória histórica das pessoas passou a ser substituída pela escrita, e em muito pela instantaneidade e o efêmero da informação (cf. Benjamin, 1995[1935/6]). Para uma compreensão dos valores atribuídos à escrita e utilizados pela imprensa, com muita propriedade, é imprescindível reconhecer a escrita, ou mais adequadamente o letramento, como uma prática social que vem conquistando posições cada vez maiores na sociedade.

A imprensa ocupa um posto de coadjuvante no cenário nacional do jornalismo (cf. Sodré, 1999[1998]), devido à dimensão que ocupam hoje o rádio e, principalmente, a televisão, ambos veículos de comunicação de massa. É possível dizer com isso que ela age de forma mais discreta e, portanto, recebe menos destaque quando se trata da crítica a esses veículos. A imprensa, se comparada à televisão e ao rádio, desperta bastante interesse de todos os envolvidos com as comunicações, por ser considerada o modelo-padrão do jornalismo.

Para muitos (cf. Noblat, 2003, Lage, 1999, MFSP, 2001), a imprensa é representante do melhor veículo jornalístico, já que apresenta um cuidado maior na distribuição das notícias diárias. Essa conclusão já faz parte do processo identitário da imprensa, das suas práticas. Tal argumento, quando colocado no contexto em que surge a imprensa brasileira, remete não apenas à maior

distribuição de informação ou idéias a serem difundidas num espaço menor de tempo para um público maior, mas também remete à trajetória de sucesso da imprensa.

O jornalismo é identificado como uma atividade responsável pela divulgação dos acontecimentos na sociedade contemporânea. Muitos sentidos são atribuídos à ação jornalística a partir dessa identificação. Muitos valores, por isso, recaem sobre essa atividade, de modo a engendrar um quadro semântico bem definido sobre sua função e suas qualidades. Questões como direito à *liberdade de expressão, informação e verdade dos fatos* figuram no jornalismo e na sociedade contemporânea como valores necessários para o exercício da democracia. Não estou bem certa se a informação jornalística contribui tanto para a solidificação da democracia de um país, mas não tenho dúvidas de que ela precisa ser usada de modo mais responsável em qualquer parte do mundo.

Tais valores são atribuídos como função principal do jornalismo moderno; fazem parte do campo de sentidos remetidos à atividade jornalística, fundando, assim, uma prática identitária sobre a imprensa e seu papel. Conceitos como *jornalismo verdade e notícia padrão* fazem parte da atual missão dos jornais de referência. Esses são divulgados nas práticas discursivas do jornalismo, práticas associadas aos “processos de produção, distribuição e consumo textual” (cf. Fairclough, 2001: 106), como tendo uma ontologia fixa, uma essência encontrada na orientação imparcial do relato dos fatos, transformados em notícias nos diversos meios de comunicação de referência.

Com efeito, tais conceitos são vistos como *singulares*, isto é, tão fechados em si, que redefinem as atividades jornalísticas, categorizando-as como jornalísticas e sub-jornalísticas, o que confere a esta falta de autoridade na verdade dos fatos noticiados (jornalismo sensacionalista) e àquela isenção no trato das informações (jornalismo de referência). A meu ver, essa divisão serve apenas ao favorecimento de uma das partes, ao desviar o problema para o mau uso da técnica jornalística, como se dependesse apenas da imprensa considerada sensacionalista o problema do *mau* jornalismo.

O Surgimento da Imprensa no/do Brasil

O Processo de Produção, Distribuição e Consumo Textual da Imprensa no Brasil

Segundo Fairclough (2001), a prática social está inserida na orientação e organização política, econômica, ideológica de uma sociedade e faz parte do evento discursivo, como o faz o texto

(embora essa prática envolva eventos não-discursivos também). Na mídia, em geral, a prática social está bastante ligada à prática discursiva, visto que os veículos de comunicação estão envolvidos com *os processos de produção, distribuição e consumo textual* (idem, p. 106). Neste capítulo, a prática discursiva da imprensa será mais observada pelo contexto da sua prática social, uma vez que será dada mais ênfase ao pano de fundo político, econômico e ideológico, no qual a imprensa se desenvolveu no Brasil. Como, no entanto, foi desempenhado, no Brasil, o processo inicial da prática social da imprensa?

Segundo Sodré (1999), não é a abertura da primeira gráfica no país, tampouco a criação oficial da imprensa, em 1806, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, suficientes para deliberar o momento inicial da imprensa brasileira. Contudo, é importante observar como os primeiros folhetos foram publicados e a importância desses como início do jornalismo brasileiro.

Quando começaram as primeiras impressões no país, o Brasil ainda era considerado “terra de ninguém”.¹ No período colonial não existiam nem universidade nem imprensa. O que visto na ótica do colonizador é bem razoável, uma vez que a leitura, objeto das práticas social e discursiva de instituições como a universidade e a imprensa, não deveria ser difundida. Assim é que as primeiras bibliotecas particulares registradas constam apenas no final do século XVIII. Além do mais, se, desde 1624 em Portugal, no país colonizador, os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos (entre as autoridades reconhecidas pelo Estado estava a Igreja), no Brasil, não poderia ser diferente.

Tal mecanismo de estabelecimento da ordem é bastante interessante para esta investigação. A imprensa no Brasil não se desenvolveu meramente devido à situação social e econômica do país. Além de a prática da imprensa ser considerada “daninha” para a situação política da época, a maioria da população que vivia no Brasil-Colônia era analfabeta. Mesmo assim, a partir do século XVIII apareceram tipografias em diversas capitanias da época; em 1706, uma pequena tipografia no Recife “para impressão de letras de câmbio e orações devotas” (Sodré, 1999: 17) foi fechada pela carta régia, logo após sua abertura. Outras tipografias apareceram: no Rio de Janeiro, em São Luis, em Salvador, mas da mesma forma foram fechadas.

O advento da imprensa no Brasil está associado com um período em que já não mais era possível embargar sua criação. A abertura política e também comercial, com a vinda de D. João VI

¹ Na verdade, tal expressão reflete as aspirações da sociedade ocidental, branca e civilizada, rejeitando a cultura ou mesmo a vida dos povos que aqui viviam bem antes da invasão portuguesa.

ao Brasil e, aos poucos, com a política inglesa, que, na época, assumia um considerável poder sobre a família real portuguesa, veio a facilitar a instalação da imprensa no Brasil e a abertura de alguns jornais. Sodré (1999) reconhece o folheto distribuído em Recife, a 28 de março de 1817, como sendo o da primeira manifestação da imprensa brasileira. O folheto no qual eram expostos problemas como o da liberdade, no processo da independência no Brasil (sob a direção dos revoltosos da Confederação do Equador, em Pernambuco)², não demorou muito para ser visto como uma ameaça. No mesmo ano, a tipografia foi fechada.

A constituição republicana, elaborada pelos revoltosos na Confederação do Equador, antes de ser reprimida, porém, instituiu a liberdade de imprensa nos seguintes termos (apud Sodré 1999:40):

A liberdade de imprensa é proclamada, ficando porém o autor de qualquer obra e seus impressos sujeitos a responder pelos ataques à religião, à Constituição, aos bons costumes e ao caráter dos indivíduos, na maneira determinada pelas leis em vigor.

Não é de se estranhar que esses revoltosos compartilhassem com os colonizadores de alguns valores e que, ao mesmo tempo em que tenham proclamado a liberdade de imprensa, tenham-na temido e controlado. Ninguém, em nenhuma época, chegou a duvidar de que a *liberdade de imprensa* possa derrubar não apenas idéias, mas costumes e até governos. Por isso, também, já em sua emergência, houve mecanismos de controle.

No Brasil, aparentemente à revelia de fatores histórico-sociais, como o escravismo e o não aparecimento da burguesia, já era forte o desejo pela leitura como um bem, e por que não dizer, como um produto do *conhecimento*, acentuando um processo discriminatório que chega até os dias atuais (cf. Rama, 1985, para uma crítica à visão de superioridade da escrita e da leitura). Esse, certamente, foi um dos motivos para que o livro e a imprensa comesçassem a ganhar força. Nesse cenário, a imprensa foi se instaurando, inicialmente de modo artesanal, até chegar à fase industrial.

Da Imprensa Artesanal à Imprensa Industrial Brasileira

Nem mesmo com a oficialização da imprensa no país, em 1808, foi facilitado o processo da instalação de uma imprensa brasileira. Nada mudou com a vinda da família real para o Brasil.

² Sodré (1999) enfatiza personalidades, tais como Cipriano Barata e Frei Caneca, considerando-os fortes formadores da opinião pública a partir do jornalismo e dos valores que defendiam para a imprensa. Essas personalidades foram aniquiladas: o primeiro faleceu pobre e esquecido; o segundo foi fuzilado logo após o sufocamento da rebelião pernambucana.

Liberdade não seria a palavra mais adequada para descrever a condição vivida pela imprensa na época. A censura precisava existir e ser eficaz, uma vez que nunca houve interesse na difusão de idéias subversivas. E é bem verdade que liberdade de expressão, embora seja uma bandeira de luta, é uma questão de fé e não um movimento cujo gesto dará total desprendimento aos que lutam ou pensam que podem tê-la pelo simples fato de viverem em regimes considerados democráticos. Não pode haver imprensa livre, quando um povo não é livre; máxima que vale para os *tipos de liberdade em mercado* hoje.

Todavia, deve-se entender que não se sustenta a tese segundo a qual *liberdade de expressão* corresponde à *liberdade total*. Isso seria mais um valor trabalhado como se fosse um fato (cf. Putnam, 1992[1990]; Rorty, 1995[1979]), principalmente se, com isso, entende-se uma liberdade independente de ideologias e lutas de poder, uma liberdade “meramente individual”. Para Bakhtin (1997[1979]), é impossível uma linguagem adâmica, mas nem por isso é necessário pensar que vivemos nos repetindo, num *sistema cimentado*, como nos fariam crer alguns dos mais ardorosos althusserianos. Nem liberdade de imprensa é livre consciência nem mesmo é o resultado de um regime democrático pura e simplesmente. Em outras palavras, apesar de a liberdade de imprensa não ser uma *liberdade livre*, ela pode estar atrelada a uma questão de resistência (para uma discussão sobre resistência, cf. capítulo IV; Fairclough, 2001; Horkheimer, 1975[1961]).

A imprensa no Brasil Colônia servia apenas como um informativo da corte, para propagar valores e manter as leis do reino de Portugal. Mas como foi se significando a imprensa desde essa época, uma vez que ela já era importante não só para a corte, mas também para aqueles que queriam desafiar as ordens vigentes? Tanto o jornalismo comprometido com a coroa portuguesa quanto o de oposição à corte podem ser vistos como catalisadores: estão construindo, trazendo para si alguns valores, alguns sentidos, que vão sendo nomeados, e passam a ser entendidos como objetos, dados da realidade (cf. capítulos II e III). É um movimento centrífugo para uma ação centrípeta. Em outros termos, desse *centro* que é a imprensa vão se distribuindo valores para as bordas, a não-imprensa e o público, em geral. Palavras, sentidos, conceitos vão sendo desenvolvidos de modo a difundir certa identidade para esse veículo de comunicação.

As Práticas Discursivas do Jornalismo e o seu Controle

Nenhuma prática social escapa de alguma sistematização. Instituição, como o é para Foucault (2002[1975]), corresponde à normatização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso.

No entanto, nenhuma instituição me parece ser feita por indivíduos vigiados 100% por tecnologias disciplinares, como, de certo modo, Foucault (2002) apresenta na análise que faz da evolução histórica da formação das instituições da saúde, da educação e, principalmente do direito (da legislação penal), no tocante a métodos e meios coercitivos e punitivos. Percebo da mesma forma como Certeau (2002: 41[1990]) que há “invenções no cotidiano que brincam de inventar”, de acontecer e resistem aos micro-poderes das técnicas de disciplina, mesmo que seja no cotidiano dos profissionais da imprensa, e mesmo que isso não seja sempre perceptível.

O jornalismo pró e contra o Brasil – colônia portuguesa – já apresentava mecanismos de *pressão* – de vigilância e punição, e mecanismos de *libertação* – de resistência no processo histórico de evolução da imprensa brasileira. Por isso, não se deve apenas observar o modo como a imprensa (re)significa-se, mas também o processo histórico de lutas, de forças assimétricas e instáveis, no qual a imprensa tomou vida: *soprou sua forma atual*. A luta pela hegemonia, portanto, caracteriza-se pela tensão, mesmo que disfarçada, vivida nas práticas discursivas da imprensa durante sua formação até os dias atuais.

Muito do que se conhece hoje por imprensa tem em sua história uma fusão com a história das tipografias. No século XVI, tipógrafos e tipografias eram observados como elementos desestabilizadores da ordem (Mariani, 1999). Em seu surgimento, mesmo ainda artesanal, a imprensa brasileira, com seus jornalistas, muitos deles também tipógrafos, foi vista como um perigo tanto para a ordem dominante quanto para os bons costumes. Ainda também na sua emergência, a censura do Brasil, no século XVIII, passa a incluir forças da instituição da sociedade civil, como a imprensa, os intelectuais e a família, que emergem como um elemento da luta hegemônica (cf. Gramsci *apud* Fairclough, 2001; Smart, 1986), na instabilidade provocada pelas atuações mais ou menos desiguais das forças políticas da época.

Essa luta hegemônica, que também age para a instalação da liberdade de expressão a serviço das práticas sociais no Brasil e, paralelamente, das práticas discursivas na época do Brasil Colônia, mostra-se bem ilustrada no reboiço que houve no Brasil após decreto da corte portuguesa em Lisboa, em 1821, permitindo a “livre comunicação de liberdade de pensamento” como “um dos mais preciosos direitos do homem” (*apud* Sodré, 1999: 41). Como um modo de dialogar com as forças já existentes no país, no período de crescimento mundial da imprensa, a corte portuguesa no Brasil tomou a seguinte atitude:

Tomando S. A. Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Cortes gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores e editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretenderam imprimir: É o mesmo Senhor servido mandar que se não embarace por pretexto alguma impressão que se quiser fazer de qualquer escrito [...]. (idem, *ibidem*)

De posse do ministério do Reino e de Estrangeiros, José Bonifácio, porém, tratou de regular o assunto censurando a impressão de escritos anônimos, para não embarçar “os liberalíssimos princípios de S. A. Real [...]” (*apud* Sodré, 1999: 41). Na ausência do *autor*, no caso de texto anônimo, o editor ou o impressor responderia por qualquer conteúdo, considerado abusivo.³ Tanto a imprensa quanto a censura desta, naquela época, eram necessárias, cada uma a seu jeito, para a sobrevivência da corte portuguesa no Brasil, devido à presença do pensamento liberal nesse país. Foram proibidos, por isso, textos que atentassem contra “a religião, a moral ou a pública tranqüilidade” (Sodré, 1999: 41). Estava nascendo, com a liberdade de imprensa no Brasil, limites legislados pelo reino português contra a livre expressão do jornalismo.

Em 1827, surgiram os primeiros cursos jurídicos no Brasil. E, com isso, a imprensa se alastrou. Contudo, tal acontecimento não foi suficiente para impedir que vários outros episódios de censura à imprensa ocorressem. Desta época até a proclamação da República no Brasil, registram-se muitas perseguições a jornais e jornalistas, configurando-se, alguns dos casos, em crime de assassinato (cf. Sodré, 1999). Mesmo com interesses próprios e funções mais bem definidas, a imprensa brasileira, inúmeras vezes, ocupou com o colonizador o mesmo espaço de luta. Todavia, é nesse contexto de diferentes forças e níveis de atuação política, que se estabeleceram os elementos para o que considero *terreno propício* para uma imprensa brasileira. Essa visível *colcha de retalhos* retrata a construção da unidade de coerência da imprensa autóctone no Brasil.

Nessa instabilidade, provocada na luta pela hegemonia, estavam a tão difundida *liberdade e censura* no trabalho da imprensa, localizada no cerne de suas práticas sociais – uma colcha de retalhos justapostos para figurar ora para a superação da imprensa do jugo de Portugal, ora para sua adaptação à ordem social mobilizada pelo Brasil Colônia. Talvez, isso possa, senão evidenciar, pelo menos, indicar o motivo pelo qual a opinião, naquela época, tenha sido o objeto principal do jornalismo. Nesse período, os textos opinativos eram considerados o objeto principal do trabalho jornalístico.

³ Atualmente, a responsabilidade do texto jornalístico *impróprio* ainda recai, primeiramente, e de modo muito enfático, sobre o jornalista, considerado autor, sempre que o texto é recebido como falho (cf. capítulo IV).

O texto jornalístico modelo tinha como função principal convencer pela opinião, pela defesa e argumentação de idéias. A *liberdade* bem limitada e a *censura* bem dirigida, entretanto, operavam sobre os ânimos daqueles que participaram da formação da imprensa até a sua fase industrial. A meu ver, a imprensa carregava em si o terreno arenoso da liberdade e da censura, uma vez que já carregava em si os limites vindos de fora, principalmente do Estado e da Igreja, que interpelaram sua constituição. Embora isso acontecesse, muitos jornalistas e tipógrafos foram presos, por se insubordinarem a essas duas grandes *ordens*. Nessa época, as regras que cerceavam a imprensa ainda vinham de ordem externa.

Com o avanço tecnológico no mundo ocidental e, principalmente, com a formação da pequena burguesia no Brasil, seguindo a *libertação* dos escravos e a proclamação da República brasileira, o sistema de imprensa foi se oxigenando de forma diferente. Quando se passou definitivamente da censura aos manuscritos à censura da tipografia, agindo contra o dono do jornal e o jornalista, que ainda não se configuravam como empresário e funcionário no/do mercado; quando se fazia jornal com um único assunto e por uma única pessoa (Sodré, 1999), muitos jornalistas foram presos.⁴

Ainda no século XIX, alguns jornais, como o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro e o *Idade de Ouro do Brasil*, da Bahia, defendiam a imparcialidade, indo de encontro ao modelo textual opinativo (Sodré, 1999). O jornal baiano chegava a associar o texto informativo à verdade dos fatos e à necessidade de simplesmente anunciá-los, sem tomar qualquer partido que fosse: a *verdade* dos fatos já era vista como revelação dos textos “imparciais” (cf. capítulo II e IV). Desde essa época, estimulou-se a dicotomia entre texto informativo e texto opinativo, concebendo-os como objetos representantes de diferentes valores da imprensa, mas ainda não sedimentada quanto é hoje.

A associação tão atual entre *verdade*, *imparcialidade* e *informação*, no jornalismo brasileiro, foi constitutiva à implantação do texto informativo como modelo do jornalismo, ao colocar num mesmo patamar: neutralidade e *verdade*, como se esta dependesse daquela. Mas isso demorou um pouco para ser efetuado. Embora houvesse o interesse na *pura informação* dos fatos, o objeto principal do texto jornalístico naquela época era ainda a opinião, defendida por intelectuais como Machado de Assis. Sodré (1999), mesmo considerando esse período da imprensa como fraco em técnica, artesanal na produção, restrito na distribuição, revela uma grande simpatia por ele, uma vez

⁴ Diferentemente de hoje, quando os donos do jornal (empresa) pagam multa (sobre a relação entre esse problema e a inserção da assessoria jurídica nas edições de jornais, atualmente, cf. Argolo, 2002).

que reconhece a presença de grandes jornalistas e a participação dos jornais na mudança política do país.

Não se testemunha, nessa época, os manuais de redação e estilo jornalístico como aparelhos de referência para moldar a escrita jornalística, muito embora seja possível detectar o uso dos almanaques, “livros de uso e conduta generalizada” (Sodré, 1999: 241), como um dos primeiros esforços para ampliar a cultura impressa e auxiliar a sua produção, por causa da deficiência das técnicas de impressão. É apenas com a queda do regime militar, no início da década de 80, que surgem no mercado brasileiro os manuais, tanto para divulgar o modo de ser das redações e do jornal, quanto para *auxiliar* na escrita simples e objetiva que qualquer pessoa deve ter.

A Imprensa Industrial e a Mudança do Objeto Jornalístico: a informação

Na primeira metade do século XIX, e em apenas três meses, o jornal estadunidense *Sun*, de Benjamin Day, tornou-se o mais difundido nos Estados Unidos, ao abandonar a subordinação passiva e doutrinária aos partidos para dar destaque às notícias relacionadas com crimes e processos judiciais. Pode-se observar nesse sucesso uma mudança operada na linha ideológica e no modelo temático do jornal, o que não mostra simplesmente uma mudança do gosto da sociedade, mas uma implantação de uma tática, uma estratégia de mudança de foco da imprensa, que, ao entrar no mercado, precisa ampliar os *pontos de vista* para angariar o maior número de leitores (Ex. 6 e Ex. 11). Com o desenvolvimento do capitalismo e da indústria, para o jornalismo, o cidadão, antes apenas leitor, tornou-se o consumidor do produto informativo (cf. Adorno e Horkheimer, 1985[1944]) –, o cidadão livre, tão caro aos regimes democrático-liberais.

No Brasil, o processo de mudança da imprensa não ocorreu diferentemente. Tal processo foi iniciado antes da virada do século XX, e é marcado também por uma mudança de linha política e ideológica nas práticas social e discursiva jornalísticas. A transição da imprensa artesanal para a grande imprensa – a empresarial – se dá na passagem do século XIX para o XX. Com a diminuição da produção dos pasquins⁵, sob circulação na primeira metade do século XIX, inicia-se um novo processo na imprensa brasileira. A prática política doutrinária, considerada comum dentre os jornais

⁵ Essa folha era geralmente composta por um único texto, anônimo e de caráter opinativo no combate à política do colonizador português.

pequenos, vai perdendo espaço; e na terceira década do século XX é substituída pela imprensa empresarial (Sodré, 1999).

Esse período marca mudanças muito profundas não apenas na produção dos jornais, mas também na sua circulação, “alternando-se a relação dos jornais com o anunciante, com a política, com os leitores” (Sodré, 1999: 275). Os jornais pequenos serviam como *voz* de pequenos grupos da sociedade, muitas vezes como mobilizador das manifestações civis do século XIX.

Aos poucos, as funções desempenhadas no processo de produção, distribuição e consumo foram sofrendo mudanças de acordo com a separação das obrigações e deveres e com a profissionalização pela organização institucional da imprensa. Como efeito da concentração e oligopólio dos grandes jornais no século XX, os pequenos jornais entram em declínio, e passam a ser sustentados por grupos mais abastados, como o dos latifundiários. Talvez nesse tipo de jornal seja possível notar, com maior clareza, a “venda” das informações veiculadas.

Nessa ebulição, aparecem os primeiros jornais diários, surgem os primeiros entregadores de jornais, não mais jornalistas e começa a ser divulgado, de modo mais organizado, o “estilo” dos textos jornalísticos. É o início de um trabalho imaterial, da superação de uma divisão anterior entre o trabalho braçal e o intelectual, preponderante no novo revestimento de que são feitos o capitalismo e a indústria na área da comunicação social (cf. Negri e Lazzarato, 2001)

Os manuais de redação e estilo jornalísticos cooperaram muito para o estabelecimento da nova ordem do “discurso da imprensa”: a do objeto textual noticioso – o modelo para o texto jornalístico de qualidade. Seria realmente este o objetivo da comercialização dos guias de redação, antes de uso apenas interno? Uma boa hipótese a ser destacada aqui seria a associação desse surgimento ao fim da censura no Brasil, como um modo de controle e não apenas de disciplina, transferindo às grandes empresas o papel antes assumido pelo Estado. Outra boa hipótese estaria na fase pós-industrial em que essa implantação é feita, marcada por transformar a produção em mercadoria antes mesmo de esta ser produzida. Tais possibilidades não são excludentes e podem servir para outras aventadas nos próximos capítulos.

Com efeito, as inovações técnicas e tecnológicas surgidas desde o século XIX não apenas encerraram a possibilidade da imprensa artesanal, como também uniformizaram as idéias postas pela imprensa, reduzida à grandiosa escala industrial dos panfletos diários. A escalada industrial e o fortalecimento do capitalismo contribuíram fortemente para uma desautorização da autoria, no sentido de que o processo de comunicação social passa a produzir a produção (cf. capítulo IV).

Hoje, com movimentos globalizantes, a imprensa, como qualquer outro veículo de comunicação, tende a uma uniformidade de posições, o que traz grande prejuízo a um país que amarga grandes contrastes econômicos e desigualdades sociais (cf. Arbex Jr., 2001; Giddens, 1991).⁶ Por isso, a atitude da imprensa é demagógica, quando ela se (ex)põe à disposição do interesse da sociedade como um todo. Mas isso não modifica muito quando a crítica a esse problema se limita a analisá-lo pressupondo que existe uma forma de *mostrar os fatos como eles são*. E aí não enxerga que existe “opinião” do dono do jornal em muitos textos vistos como transparentes.

Essa realidade, dizia a crítica, vai de encontro a uma das essências do jornalismo, *que é justamente tentar mostrar as coisas como elas são* e não como seus “proprietários” querem que elas pareçam. (Página eletrônica do *Observatório da Imprensa*, 02 de setembro de 2003) (grifo nosso) (Ex. A)⁷

A imprensa adotou a informação, o texto informativo, como o seu objeto mais caro, elegendo-o como estilo a ser seguido, não somente pelos jornalistas, mas também pela sociedade.⁸ O efeito disso é tão notório que não é difícil encontrar nem mesmo professores e pesquisadores de língua portuguesa e lingüística, como Perini (1995) e Possenti (1998), considerando os textos jornalísticos uma grande fonte para o ensino de língua portuguesa –, sem fazer, a meu ver, as devidas críticas às fontes de inspiração desse modelo, que se utilizam, em especial, da imagem da imparcialidade.⁹ O problema não está em usar os textos jornalísticos em sala de aula, mas na uniformização que a eleição desse estilo como o bom exemplo de texto pode trazer à escrita do aluno. Aqueles que querem escrever bem (cf. *ethos* e estilo no capítulo IV), embora nem sempre acreditem na

⁶ A solidificação da democracia no Brasil, pós-ditadura militar, trouxe um vácuo para o poder, ocupado pelas empresas jornalísticas que, no serviço da democratização da informação, juntaram-se “para adotar políticas editoriais, profissionais e mercadológicas comuns” (Dines *apud* Argolo, 2002: 12), o que neutralizou a concorrência e fortaleceu a concentração de renda e de poder nas mãos de poucos.

⁷ Texto intitulado *Mídia e o monólogo dos poderes*, de Luís Eblak, in www.observatoriodaimprensa.com.br. A crítica de que se fala neste fragmento foi feita ao trabalho de marketing feito por muitos assessores de imprensa na defesa de seus patrões. O *Observatório da Imprensa* é um programa produzido pela TV Educativa, exibido nacionalmente pela TV Cultura. Tem como objetivo principal observar e discutir a imprensa e seus problemas. Segundo o jornalista Alberto Dines (*apud* Argolo, 2002: 22), “o ‘*Observatório da Imprensa*’ não é apenas um programa de TV, é um projeto social e político para tornar a sociedade mais ativa e menos resignada na sua relação com os veículos de comunicação”. O lema do programa é “Quem assiste o Observatório da Imprensa nunca mais lerá jornal do mesmo jeito”, frase pronunciada pelo apresentador Alberto Dines no fim do programa.

⁸ O lide e o sub-lide são exemplos de uma estrutura “ensinada” e seguida em muitos cursos de jornalismo tão bem quanto os textos jornalísticos dos jornais de referência.

⁹ Não se pode deixar de mencionar que, quando surgem os manuais na década de 80, eles passam a servir nas escolas de ensino médio como “para-gramática”, um tipo de gramática informal, que ainda hoje é utilizada, inclusive, por pós-graduandos, para *auxiliá-los* na redação mais objetiva das suas teses.

neutralidade da imprensa, tem um imaginário sobre o estilo elegante de uma língua padronizada, culta e imparcial.

Para Mariani,

No caso da imprensa, sua “vocação” para a informação é tão “natural” que consta de muitos manuais de jornalismo bem como é tema reiterado nas campanhas publicitárias. No que se refere aos manuais, encontra-se a ênfase na questão das normas de técnicas de redação – [...].(1999: 52)

[...] as sucessivas leis de censura permearam seu caráter institucional bem como forjam a unidade e as imagens características de seu objeto – a informação jornalística – [...].(1999: 53-4)

A adoção dos manuais pela imprensa é uma das formas de controle que a imprensa tem e/ou produz sobre o papel da linguagem, no relato diário dos fatos jornalísticos no país. Com efeito, a censura faz parte da formação da imprensa e também encontra nela dispositivos para se manter. A criação da auto-vigilância (cf. *auto-regulamentação*, capítulo II) ou, pelo menos, da sua propaganda em relação ao dizer e ao fazer jornalístico, após ditadura militar, encontra nos manuais de redação e estilo um aparelho de referência à sua altura. Talvez agora seja a época da *ditadura do manual*, da *norma* como controle lingüístico.

Apenas no cenário da padronização e da produção em massa da indústria, os manuais poderiam surgir como produto para consumo. A troca de objeto do jornalismo: da opinião para a informação, encontrou nos manuais de redação e estilo um grande apoio, uma vez que esses cumprem a tarefa de transformar em mercadoria a informação jornalística dos textos noticiosos. A preferência do jornal pelo estilo imparcial é um modo de comprovar seu interesse em apenas informar o leitor – que será, segundo os manuais, um sujeito autônomo para interpretação das informações. *Informar o leitor de tal modo que ele possa tirar suas próprias conclusões* serve para justificar o tipo de *ética* exercido pela imprensa: a da imparcialidade. A língua usada nos jornais passa a ser considerada um objeto estático, de interpretação única e decodificável (cf. capítulo IV). O enunciado, o objeto usual da linguagem, é oferecido preferencialmente como produto da ausência do sujeito.

A autoridade (uma (des)autoria) de quem pode dizer (um não sujeito) é uma das primeiras invenções da imprensa industrial e moderna. O perfil jornalístico, segundo esta prática, não tem nada mais a ver com o perfil doutrinário de caráter político-ideológico, o que não foi/é sempre pacífico.¹⁰

¹⁰ “A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares tem sido sempre a afirmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagema para, mais a gosto e

Apesar disso, até hoje é mantida, nas práticas discursivas do jornalismo, a compreensão do trabalho jornalístico como ator de mudança, o que é um paradoxo. O fato é que o surgimento de uma política comprometida com a imparcialidade, como faz o modelo científico hegemônico, faz aparecer a “idéia da impessoalidade”, do desaparecimento do trato “pessoal”, “ideológico”, “político” na produção do texto jornalístico “por excelência”. A neutralidade é sem dúvida o pecado original desse novo modelo de imprensa: ao se reconhecer em público como neutra, a imprensa já não mais está sendo imparcial. A opinião, no entanto, não deixa de existir: o nome dela é neutralidade, a máscara ideológica.

Todavia, com a mudança de objeto e de objetivo, a maior preocupação dos jornais atualmente é desvincular o produto lingüístico do fazer político da imprensa, para reivindicar apenas a função de relatar os fatos sociais, políticos e econômicos. A mudança no objeto da imprensa (da opinião para a informação) significa mais do que uma troca de modelo discursivo-textual significa a adoção de uma nova perspectiva de língua. De uma visão de língua performativa, a imprensa passa para uma visão cognitiva: a língua é um instrumento de informação, de transmissão de conteúdos para o conhecimento da realidade. E esta é, sem dúvida, a falácia da descrição (Austin, 1975[1946]), da crença e da divulgação da possibilidade da linguagem descrever o mundo, da possibilidade da verdade perfeita estabelecida na relação entre o enunciado e o referente no mundo.

Os jornais, por sua vez, foram sendo cada vez mais sustentados pela propaganda, pela divulgação da linguagem informativa da imprensa. Isso sem falar do espaço publicitário,¹¹ utilizado nas páginas dos jornais, que toma lugar de textos jornalísticos, como o informativo. Interessa-me realmente observar, neste trabalho, como nesse novo tipo de estrutura de modelo textual, eleito o principal objeto da imprensa, a informação, as técnicas e os seus procedimentos tenham se tornado um filão do novo comportamento dos grandes jornais.

A Informação e a Neutralidade da Imprensa

a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo [...]. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião”. (*Correio da Manhã* apud Sodré, 1999: 287).

¹¹ Não se pretende falar de textos publicitários nos jornais, embora esse tema seja um excelente mote para várias pesquisas e seja possível vislumbrar os manuais de redação e estilo, ao menos, como um tipo de propaganda adotada para a face imparcial da imprensa. Esses textos já eram produzidos e naquela época, pela nova função desenvolvida pelas agências de publicidade que se formavam, já disputavam o encarecido espaço das páginas dos jornais, inclusive com o respeitado texto informativo.

Era necessária uma mudança no paradigma da imprensa. No que tange à produção, distribuição e ao consumo dos textos, tornou-se cada vez mais numerosa nos jornais a prática discursiva de textos informativos. O jornalismo assumiu publicamente um interesse no afastamento das opiniões, para o enriquecimento do conhecimento do público-leitor pela informação, “isenta” de qualquer opinião. A mudança na prática social do jornalismo dava forma à nova feição da imprensa. Esse tipo de discussão ocupa até hoje uma arena de opiniões divergentes, embora o texto informativo seja atualmente o mais defendido e divulgado como o texto-modelo jornalístico (cf. Melo, 2003; capítulo II).

Isso ocasionou a diminuição do ímpeto dos textos opinativos, criando-se o imaginário da oposição entre os diferentes padrões de expressão simbólica. A bipolarização dos textos das categorias opinativa e noticiosa foi trabalhada de modo que este último fosse fortalecido. A importância atribuída aos textos noticiosos instala um outro paradoxo: saber e dever dizer algo sem opinar, pelo pressuposto da “verdade” nos textos noticiosos, implica uma negação da utilidade da categoria opinativa nos jornais, nos quais textos como artigos e editoriais são veiculados.

Essa desastrosa implicação, por outro lado, não inibe a criação da autoridade de *quem pode dizer* através do *como se diz*. O que a imprensa *é* (sua identidade) e o *como ela pode dizer* (seu estilo) atuam num jogo de forma e sentido propiciador do processo identitário da imprensa – da sua prática. Essa autoridade no dizer da imprensa, formada pela naturalização de mecanismos lingüísticos, ligados a uma determinada ética, a diferencia de outras instituições. Ao assumir o papel de instituição de informação, ela se diferencia da instituição do ensino, por exemplo. Ela não trabalha mais diretamente na formação da sociedade, a exemplo de quando ela assumia como seu objeto a opinião. A imprensa agora apenas (in)forma, forma a partir da informação. E isso só poderá acontecer se ela estiver comprometida com o “relato fiel à verdade dos fatos”. Na imprensa, a reivindicação da *qualidade de dizer a verdade* está associada ao modo do “como” a imprensa relata os fatos.

Essa tese é tão forte que é difícil se desvincular dela. No programa televisivo *Observatório da Imprensa*, cujo tema tratava da mídia como bode expiatório, o jornalista e apresentador do programa, Alberto Dines, respondeu a um telespectador, em nome de todos os jornalistas debatedores naquele programa, que todo jornalista responsável e competente acredita no relato imparcial da

notícia, porque essa habilidade corresponde à função precípua do *bom* texto e do *bom* jornalista.¹² O jornalista, certamente, compartilha da política da imparcialidade dos textos e procedimentos jornalísticos, fomentada pelos manuais (cf. MP, 2003; MFSP, 2001; MESP, 1997).

O Jornal como Indústria e a Imprensa como Órgão Informativo

As relações da imprensa com questões tangentes a sua feição, sua ética e sua linguagem começaram a ser construídas e divulgadas, com a fase industrial, uma vez que é necessária a instalação do controle de qualidade. Apesar de a sua imagem não ser imaculada, a imprensa goza da confiança dos leitores.¹³ O problema é que, com essa fase, a imprensa tomou proporções gigantescas e se envolveu com alguns escândalos, como, por exemplo, a existência de capital estrangeiro na agenda informativa de grandes jornais, como a *Folha de S. Paulo*, ou das organizações *Globo* (Sodré, 1999: 432, 434, 442). A imprensa, transformada em monopólio e oligarquia, depende de uma soma vultosa de capital para o seu desenvolvimento tecnológico.

O capital comercial e o do Estado, no *auxílio* à manutenção dos jornais, cederam lugar para o capital das grandes empresas. O jornalismo individual tinha sido definitivamente superado, tanto que os pequenos jornais não conseguiram se manter; é mais fácil pagar os jornais, para publicar suas opiniões, a ter que comprar ou abrir um. No acabamento da fase industrial, já havia empresas jornalísticas na mão de homens poderosos.

O trabalho braçal junto com o intelectual fora superado, e não mais se tem como objetivo primeiro a produção. Numa sociedade pós-industrial a meta é produzir consumidores: estratégia baseada na produção, distribuição e no consumo da informação. A imprensa, agora como uma grande empresa, está voltada para a financeirização. Um produto, mesmo antes de ser fabricado, deve ser vendido. Com o trabalho imaterial na imprensa, *liberdade de expressão, linguagem jornalística, informação, fato jornalístico, objetividade, verdade e imparcialidade* passam a ser configurados como valores indispensáveis e objetos inalienáveis do jornalismo. Do mesmo modo,

¹² Programa exibido em 29 de julho de 2003. O debate girou em torno do suicídio do cientista inglês David Kely, de grande repercussão na Inglaterra. O cientista teria atentado contra a própria vida depois da declaração feita à imprensa sobre a criação de provas falsas contra o governo iraquiano, produzidas por Blair, com o objetivo de declarar guerra ao Iraque. Esse episódio rendeu à BBC uma enorme batalha judicial com o governo de Tony Blair.

¹³ Segundo Alberto Dines, entrevistado in Argolo (2002:11), pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Jornais (ABN) sobre a credibilidade dos diários apontam que “a credibilidade dos diários deu-lhes [a imprensa] apenas 15% contra 30% para a Igreja Católica”. Comemorado pela corporação, esse *voto de confiança* dos leitores de jornais foi julgado frágil pelo *Observatório da Imprensa*.

passam a ser reconhecidos, num jogo relacional, por serem opostos a uma série de “elementos” indesejáveis para o exercício do “bom” jornalismo.

A *liberdade de imprensa* mantém uma fronteira diferente nas práticas discursivas jornalísticas com relação à *censura* e à *ética*, mas, sobretudo, tem, do ponto de vista de prática jornalística, uma limitação muito maior – a do capital –, que pode manter ou exterminar qualquer grande império da comunicação. A *liberdade de imprensa* também passou a ser a liberdade dos donos da empresa, que precisam, além de manter a informação de qualidade, manter o caixa. Para Sodré (1999), jornalistas como Davi Nasser não desconhecem que liberdade de imprensa não combina com a opinião do dono do jornal, visto que o jornalista tinha sido despedido várias vezes quando acreditava na “liberdade de imprensa”.

Com relação ao estabelecimento da imprensa brasileira, Mariani (1999:59) afirma que

O discurso jurídico, desse modo, impõe uma grande divisão ao postular o que pode ser dito, e, conseqüentemente, torna-se material de memória. O discurso jornalístico, atuando no interior dessa divisão, não apenas reforça e faz circular os sentidos permitidos pela lei como também colabora na fixação de uma memória da ética ocidental cristã, na qual vigora uma “delimitação evidente e universal do que é o mal, do que não se coaduna com a essência humana” (Badiou, 1995).

Isto é, seja a questão do bem e do mal no imaginário judaico-cristão, seja o universalismo das coisas e a necessidade de um centro seguro e sempre presente (cf. Derrida, 1999), seja a supervalorização do “conhecimento” feita pelo iluminismo, a crença na “essência humana” pode explicar a confiança na “essência de um jornalismo” isento de qualquer vínculo político-ideológico concreto. Mas, para não se limitar a essas considerações, que devem, por sua vez, ser feitas, não somente a prática discursiva jornalística atua no interior de uma grande divisão ocidental do que é considerado *mais ou menos dizível* ou *impossível de ser dito*, como também a prática jornalística pode assumir uma postura diferente, às vezes mais outras menos, aberta e instável para efetuar a mudança do *status quo* na imprensa, devido a um quadro de resistência que se possa reivindicar (cf. capítulo IV).

A ironia disso tudo é que a adesão à linguagem informativa, para servir de escudo para o seu dizer, é tida como uma forma de defender a imprensa da injúria, da censura, do processo judicial. Ser “filtro” da realidade corresponde a “ser fiel” a leis justas (quase uma lei natural), para a produção das informações. Em outras palavras, o tão divulgado desapego da imprensa ao pessoal, ao parcial, tem a ver com a eleição do direito, da ciência positivista, em detrimento da “psicologia” no relato dos fatos.

Para que não seja possível pôr em risco qualquer decisão sua no que tange à relação entre enunciado e fato, a linguagem informativa nega a opinião, por considerá-la “subjéctiva”, e se filia à linguagem da ciência e do direito – é preciso sempre provas. Outra grande ironia, haja vista a participação acalorada de advogados no início da formação da imprensa brasileira, quando era a opinião seu grande filão.¹⁴

Entretanto, a eleição da língua como cognitiva e informativa serve não só como uma defesa da língua de campo semântico estável, isento de partidarismo na prática jornalística, mas também para desviar a presença dos conflitos de instabilidade de um campo semântico ocupado por formações discursivas em luta. Mais que isso, a briga pela autoridade do significado original, defendido de algum modo pelo modelo de língua da imprensa, escamoteia a briga pelo poder dos discursos marginalizados na imprensa. Essa importância dada à linguagem informativa no jornalismo evidencia uma prática posta para firmar o modelo de sociedade, onde as informações veiculadas serão responsáveis pelos significados na pauta social.

Para Foucault, formação discursiva diz respeito a um conjunto de regras anônimas e históricas, determinadas num dado espaço e num dado tempo em áreas diversas: social, econômica, lingüística, pelas condições enunciativas. Esse conceito abrange um aspecto mais claramente político do que o de *conhecimento de mundo*. Enquanto este diz respeito à valorização do conhecimento pela experiência e à formação de conceitos do indivíduo numa sociedade (como estudado na relação geralmente feita entre cognição e linguagem), aquele corresponde à consideração do lugar de enunciação em uma dada posição sócio-histórica. Apesar disso, não se deve desprezar o *conhecimento de mundo*, uma vez que nem todas as relações pessoais acontecem num contexto político-ideológico (cf. Possenti, 1995, 1993), embora desconfie que o que se tem nessas ocasiões não é bem “o” conhecimento do mundo.

A meu ver, as formações do discurso nem são uniformes nem homogêneas, fechadas e estruturantes. Para deixar mais clara a filiação deste trabalho ao estudo da heterogeneidade da *ordem do discurso*, utiliza-se o conceito de *prática discursiva* em vez de *formação discursiva*, que, por vezes, mantém um postulado da homogeneidade dos discursos.

Serão, porém, as práticas discursivas, nas quais estão presentes o conjunto de enunciados que (in)formam a identidade da imprensa, que fornecerão à instabilidade necessária que elas precisam

¹⁴ Até a regulamentação do curso de jornalismo na década de 60, a grande maioria dos jornalistas tinha sua formação nos cursos de direito.

assumir nas práticas sociais, para fomentar um ambiente de mudança? Faz-se urgente não necessariamente uma resposta otimista e afirmativa a essa questão, mas o estímulo de um ambiente de resistência, que ofereça às práticas discursivas do jornalismo uma mudança (dos modelos de estabilidade do discurso e da língua), para que se mate de uma vez o mito da neutralidade e o da informatividade da imprensa, que tanto têm desviado a postura ética dos jornalistas da *indecibilidade* (cf. capítulo IV), ao mesmo tempo em que têm feito muito sucesso.

Não tem faltado, porém, quem dê como testemunho o fim, o desaparecimento da imprensa, especialmente com o advento da televisão brasileira há 50 anos; também, por várias vezes, diante de um cenário de notícias cada vez mais instantâneas, a reportagem foi dada como moribunda (cf. Sodré, 1999; Argolo, 2002). Ao contrário, nada disso se concretizou, o que ocorreu foi um avanço tecnológico que deixou mais complexos os modelos discursivo-textuais e aumentou o número de suportes em que as informações são veiculadas.

De modo diferente, em vez da morte de alguns gêneros discursivos, o que se presenciou foi a utilização deles para a construção de uma identidade da imprensa brasileira ou, pelo menos, do seu ideal. Nesse quesito, a venda do produto dos textos noticiosos tem contribuído bastante. Os textos, os gêneros discursivos postos em evidência, nos manuais de redação jornalísticos, não são simplesmente uma estrutura ou uma função, mas a construção de um ideal de língua e de veículo de comunicação, ou seja, os gêneros são postos em existência para o consumo mesmo antes do “produto” ser fabricado (cf. capítulo II e III). Nessas circunstâncias, a linguagem informativa é uma máscara para a linguagem performativa.

Objetividade, imparcialidade, relato fiel dos fatos, liberdade de imprensa etc., difundidos como possibilitadores para o cumprimento da *boa informação*, nada mais são do que significados e valores construídos como se fossem únicos e libertadores de uma informação mal feita, ou seja, “subjetiva”, “parcial”, “infel aos fatos”. Por trás disso, no entanto, se esconde o jogo das polaridades, que são apresentadas de modo desigual, uma vez que obedecem a uma hierarquia. Considerando que o segundo membro dos pares: *objetividade X subjetividade, relato fiel dos fatos X relato infel dos fatos* é sempre visto como uma corrupção do primeiro, é fácil concluir uma hierarquia nas dicotomias da imprensa. Por outro lado, como já visto, não é mais difícil perceber, na eleição e divulgação do melhor modelo de texto, a contradição que é manter nos jornais a presença de textos opinativos. Mas contradições podem não ser um problema para a coerência no mundo da linguagem natural, porque esta é performativa.

Observar o *como* a “linguagem informativa”, ao noticiar os fatos jornalísticos, pode incriminar ou inocentar alguém, é observar como os sentidos construídos para alguns referentes (e outros não) atuam na sociedade, vista hoje como sociedade da informação. A imprensa, nesses casos, se esquece de que uma asserção nos compromete com outra. Não se deve esquecer de que a imprensa envolveu-se numa “operação que levou o presidente Vargas ao suicídio, praticamente já deposto, em 1954” (Sodré, 1999: XV) e nem também da ascensão e queda do presidente da República Fernando Collor (1990 a 1992).

As Técnicas da Redação Jornalística e a Imparcialidade dos seus Textos

Na promessa de (d)escrever a verdade e realidade das coisas e de ser pluralista, para definir-se democrática, a imprensa diz contar com mecanismos “poderosos” da linguagem e do estilo jornalístico. A imprensa afirma preocupar-se com a informação verdadeira e com a liberdade de expressão – uma “dobradinha” especial para a criação de tecnologias do discurso. A preocupação com a verdade no jornalismo faz com que os textos noticiosos pareçam, ao procurar expor as fontes, o transporte ideal para o significado autêntico, enquanto, por sua vez, os textos opinativos (editoriais e artigos, por exemplo) sejam vistos como tendo um *perfil aparentemente monofônico*.

A meu ver, a presença de vozes-testemunha no texto-modelo do jornalismo, além de ressaltar o culto da imprensa à verdade, tem como efeito assegurar sua imagem “neutra”, com a estratégia de fornecer autenticidade para o texto por meio de uma encenação (cf. Bakhtin, 1997; capítulos III e IV). Reaproveitando o discurso do outro como um efeito verdade para a produção de sentido no texto, integra-se a voz da testemunha (pessoa que declara algo) na voz do próprio jornalista (Melo, 2000). A respeito das vozes, é importante observar como as declarações textuais (que encenam a apresentação das vozes da sociedade) são representadas nos manuais como um efeito de verdade para o jornalismo:

Reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia. (MFSP, 2001: 25) (Ex. 1)

O fato de prometer a presença das vozes não garante, porém, que haja presença delas ou mesmo da equidade no espaço fornecido a diferentes personagens envolvidas no fato jornalístico (cf. capítulo IV). Uma discussão sobre a semântica na imprensa, ou num outro modo de dizer, dos significados veiculados por esta, apresentaria como se agendam na opinião pública assuntos que virão a ser ou não motivo de discussão. Referir-se à *agenda* na produção da notícia dos fatos

jornalísticos é fazer referência a uma caixinha bem delimitada, embora diversificada, de significados, que podem ter *pontos de vistas* mutantes de acordo com o desenrolar de alguns fatos jornalísticos.

Essa é uma operação muito poderosa e não deve ser desprezada. É significativo ter uma visão sobre o modo de atuação de uma instituição que tem esse alcance. Talvez ainda mais importante seja trabalhar certas noções divulgadas pelas práticas discursivas jornalísticas e construídas por essas, para que a naturalização de certos processos venha à tona e sofra mudanças do ponto de vista da distribuição de sentidos realizados pelos relatos dos fatos. Buscar discutir essas questões e também outras junto com a visão de língua defendida pela imprensa, que destitui o caráter de envolvimento do sujeito com aquilo que diz, como se a imprensa ou sua linguagem fosse um imenso espelho para refletir o mundo, deve estar na pauta dos estudos da linguagem.

Este capítulo objetivou, mais especificamente, observar: 1) como a instituição jornalística no Brasil se tornou historicamente (re)conhecida, a partir de suas práticas discursivas; 2) como ela foi se significando e se definindo desde a colonização do Brasil até nossos dias ou, de outro modo, não menos verdadeiro, 3) de como ela foi sendo (re)-significada e sendo (re)definida no desenvolvimento dos veículos de comunicação no Brasil, através de uma espécie de modelização, isto é, um trabalho de apresentação e divulgação do modelo-padrão adotado pela imprensa.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO DA IMPRENSA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DOS SEUS VALORES: LÍNGUA E ÉTICA NA IMPRENSA

Como fazer coisas com palavras
(J. L. Austin)

Prefácio para o Capítulo ou uma Tensão Encontrada

Sem nenhuma pretensão de resolver um problema tão caro aos filósofos e pensadores de plantão e ciente do risco de sofrer o ônus de trazer à discussão, apenas grosseiramente, temas desta alçada, pretendo neste capítulo refletir sobre questões como *fato e valor, verdade e imparcialidade*, relacionadas ao *modo de ser* da imprensa. Mais arriscado, talvez, seja objetivar falar da imprensa sem ter a pretensão de defini-la, de descrevê-la ou mesmo de classificá-la como um objeto X ou Y.

À medida que, através da linguagem, referimo-nos a algo, transformando-o em assunto ou tema do nosso discurso, numa agenda que o coloca dentro de algum limite para o seu reconhecimento, não há como fugir de uma pergunta inevitável: como não fazer uma meta-abordagem sobre a linguagem na imprensa?

Esse redemoinho que é falar, explicar algo usando este próprio algo como fonte de narrativa sobre ele, sugere, senão a impossibilidade desse ato, a roda viva que é falar da língua usando a mesma. A metalinguagem, ou seja, a pretensão científica de falar sobre algo estando além desse algo (cf. Pinto, 2002; Quine, 1975a [1969])¹⁵ não seria, realmente, algo reivindicado neste trabalho. Ao contrário, neste trabalho, observa-se como a imprensa se reveste de autoridade para falar da língua de modo a superá-la, pelo menos, no que tange à língua que está fora do modo imparcial da informação. A prática de descrever/apresentar o modelo textual da imprensa reduz a linguagem a um objeto de discurso estável e *monológico* (cf. capítulo III), que pode ser identificado como *puro, objetivo*,

¹⁵ Para os pesquisadores das ciências naturais tradicionais, em geral, relacionar a identidade física ao comportamento verbal é, no mínimo, complicado. Para quem estuda a linguagem, ao contrário, isso é inevitável. Para Quine (1975b), a redução da ontologia a outra se dá por uma função vicária, a saber, algo que faz às vezes de outrem. A relação de identidade, por vezes, utiliza-se de dessa função. Posso aqui, identificar o estudo da língua à semântica, como se aquela fosse traduzível ou reduzível a esta? Ora, por vezes, a *lingüística* tem sido reduzida ao estudo da língua ora como código, ora como forma, ora como sintaxe e assim por diante, bem como a língua tem sido reduzida na lingüística.

podendo ser facilmente explicado. O significar-se da imprensa é, assim, algo possível pela redução feita ao objeto de trabalho do jornalista e do jornal – a linguagem que pode ser *descrita/apresentada*.

Falar de algo, expondo-o como problema a ser discutido, de algum modo, (in)forma no discurso um referente com um sentido que será remetido àquilo de que se está falando, como um efeito realizado no ato de dizer (Austin, 1990). Considerando esse problema, como tratar dos processos de significações que identificam a imprensa como X e não como Y? O incontrolável, neste caso, seria impor um limite da performatividade e, por isso, de todos os efeitos que podem vir-a-ser no processo de significação da imprensa. A imprensa, ao descrever/apresentar o modelo de língua sobre o qual tem autoridade, reivindica o controle do significado dos textos jornalísticos. A autoridade da imprensa sobre uma língua informativa constitui-se como um modo de ser da imprensa.

A representação do modo de significar-se da imprensa é feita a partir da *descrição/apresentação* não apenas da padronização da língua e do jornalista, mas também da autoridade do jornalista no uso da língua, do seu conhecimento sobre a língua informativa. Em outras palavras, a *meta-abordagem* da língua e do jornalista nas práticas discursivas jornalísticas assegura uma identidade da imprensa no jogo que essa faz entre língua e ética. *Descrever e apresentar* não são mais que uma atividade performativa disfarçada na constatação do modelo imparcial da imprensa. A esse respeito ainda pode ser dito que tanto a apresentação quanto a descrição do *modo de ser* da imprensa representam um papel, efeito de uma representação que, antes de tudo, é política (Rajagopalan, 2003).

Mas dizer isso é, também, comprometer-se com o que se afirma e com o que se faz. Com efeito, o presente trabalho já estaria enredado na malha da performatividade da língua. Ao trazer a imprensa como objeto para a nossa reflexão, já estaria sendo operado um fazer acerca da identidade desta, já no próprio ato de escolher o assunto como problema para a discussão. A meta fora do alcance, nesse caso, traduz também a impossibilidade de se ter com precisão o controle total do dizer/fazer da presente pesquisa. Quero dizer que, mesmo não pretendendo descrever um objeto ao falar dele, opero, mesmo sem pretender, um efeito sobre o mesmo. Parece-me oportuno lembrar que é nessa tensão que este trabalho se encontra.

A Reflexividade e o Papel Imparcial da Imprensa como Parte Integrante do Fazer Jornalístico

No realismo, tem-se como tese a questão ontológica, que jamais pode estar atrelada à questão epistemológica: o desencarnar do conhecimento seria uma dos problemas no cerne dessa tese. Um realista diria que o que há no mundo é independente do que conhecemos, um modo lógico de escapar da história. Resumidamente, essa é uma maneira de garantir a existência das coisas independentemente do tempo, cuja ação pode transformar a essência das coisas: um dos modos de fornecer estabilidade à relatividade do tempo e do espaço.

Não é preciso ir muito longe nesse ponto para perceber que a tensão dessa dicotomia (epistemologia X ontologia) é provocada para a segurança da referência, ou seja, do objeto existente (também apontado pela língua). *Fato* e *valor* são opostos assim como a essência é esvaziada de sentido de modo que ela não possa sofrer alterações. Nesse regime ontológico (cf. Russel, 1905), a *essência* é percebida como parte obrigatória do ser das coisas. Qualquer dúvida sobre isso pode vir a destituir a ciência como rigorosamente despretensiosa e atemporal. Nietzsche (2002[1887]), contudo, desestabiliza essa questão ao introduzir que o *factum* não está acima das nossas interpretações, pondo de algum modo a *verdade* como efeito do dito. (Talvez isso aponte para o argumento de que a verdade é performativamente dada, não anterior, mas posterior à linguagem (cf. Butler, 1998[1990])). O que temos como “fato”, logo, não é dissociável da interpretação. Quine (1975c [1969], 1993[1990]) foi muito pertinente colocando essa consideração tanto para a semântica quanto para a filosofia da ciência. Não há, nesta perspectiva, como separá-las.

Todavia, interessa-me aqui algo bem mais simples, mas que provém dessa discussão: até que ponto, de fato, pode-se falar da essência do jornalismo na imprensa, no sentido mesmo de manter-se como essência algo construído no passado ou buscado na memória para fazer parte do imaginário da imprensa até os dias de hoje? Como a imprensa se interpreta através da busca pelo *verdadeiro* jornalismo, pelo jornalismo de “essência”? De que modo sentidos são veiculados nesse processo de (re)significação da imprensa?

Sem dúvida essas questões não são apenas de interesse deste trabalho, elas estão imbuídas nas práticas discursivas jornalísticas como uma característica da reflexividade moderna (Giddens, 1991), para a manutenção e transformação da instituição jornalística. Para o autor (p.43), todos os seres humanos se “mantêm em contato” com as bases daquilo que produzem, como parte integrante do fazer. Com o distanciamento do tempo e espaço promovido pela escrita e o abandono da obrigação

da re-interpretação e esclarecimento da tradição, a modernidade, com efeito, é percebida como a porta para a crítica ao passado, feita pela crítica ao presente. Para Giddens (1991: 45),

Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base de reprodução dos sistemas, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas práticas, alterando constitutivamente seu caráter.

Certamente, com a injeção do capitalismo tardio na imprensa brasileira, marcando a entrada desta na era da indústria, muita coisa passou a constituir com mais vigor o caráter da imprensa no país. Com o desenvolvimento tecnológico e científico, e em especial o primeiro, a imprensa passou a conseguir expandir seus negócios. Diferentemente da televisão, os jornais brasileiros, na sua maioria, não circulam nacionalmente; mesmo assim, eles conseguiram incorporar aspectos globais na sua composição, de modo que sobra, infelizmente, uniformidade de idéias. O negócio das agências de informação fala por si: as pautas passaram a ser estabelecidas internacionalmente e a ser tratadas uniformemente, tanto do ponto de vista das informações quanto da técnica.

Na mudança da opinião para a informação no modo de *relatar os fatos*, a imprensa não apenas substituiu um *estilo de escrever* como também abandonou *um papel mais ativo* politicamente, visto agora como algo a ser banido pela ligação que manteve com o poder político-partidário no passado. A sua significação foi alterada de tal sorte que o modo de operação com que a imprensa lidava antes foi, digamos, completamente substituído. A imprensa passa a se (re)conhecer como filtro semântico para os fatos reais que são importantes para os seus leitores. Entretanto, sob isso repousa a responsabilidade do fazer com palavras, adormecido pelo resguardo de um filtro que “capta” os fatos tais como são e o refletem para o leitor.

Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como **intermediário** entre o fato ou fonte de informação e o leitor. (MESP, 1997: 16) (Ex. 2)

As práticas discursivas jornalísticas hegemônicas passam a observar tal fato como quebra do dogma; ao não necessitar prender-se à tradição, buscando o novo e, por isso, entrando em contato maior com as coisas do fazer (informar), a imprensa se põe como algo supostamente de uma reflexividade indiscriminada ao se assumir isenta de interesses ideológicos, como filtro dos acontecimentos fornecidos ao leitor. Essa mudança de paradigma da imprensa parece estar relacionada com um ato performativo bem-sucedido às avessas (cf. Rosenfield, 2001), algo que deu

certo ao revolucionar a maneira pela qual a imprensa era feita antes. Como não falar na passagem do texto opinativo para o informativo como uma mudança bem-sucedida nas regras para a produção do bom texto jornalístico? (cf. capítulo III).

Assim ocorreu a mudança na concepção de língua adotada pelos jornais. A regra geral para a redação jornalística e para o seu estilo pode ser vista, não necessariamente aceita, como uma disciplina rigorosa e um hábito que deve ter todo jornalista. *Vigiar* a redação e o estilo na produção dos textos jornalísticos impressos (cf. Foucault, 2002) não é mérito apenas de um editor-chefe, também faz parte de uma operação muito mais discreta e consensual de *descrição* e *injunção* do hábito (cf. Bourdieu e Eagleton, 1996[1992]) a ser adotado para a produção do *bom* texto jornalístico. Nesse contexto, os manuais de redação e estilo jornalístico simulam uma apresentação meio injuntiva e meio descritiva do *modus operandi* da língua na imprensa. Segundo o MESP (1997: 17), o modo de usá-la deve servir para que os jornalistas possam garantir a imparcialidade do jornal no relato da informação:

19 - Seja rigoroso **na escolha** das palavras do texto. (Ex. 3)

20 - Faça textos **imparciais** e **objetivos**. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. (Ex. 4)

Ao admitir a necessidade da imprensa em se desligar dos poderes instituídos pelo Estado, bem como a necessidade, atualmente, de o jornal se moldar para o agrado dos olhos clínicos do público-leitor (leia-se, fazer jornal para qualquer consumidor), o *Projeto Folha* do MFSP (2001) analisa a *saia justa* colocada na imprensa pela incômoda acusação de ela ser “superficial, invasiva e pessimista”. Por isso, a última versão do manual da *Folha de S. Paulo* assume, em relação às duas anteriores (1984 e 1987, mais impositivas), uma posição diferente do uso da língua no relato dos fatos:

A transição de um texto estritamente informativo, tolhido por normas pouco flexíveis, para um outro padrão textual que admita um componente de análise e certa liberdade estilística é consequência da evolução que estamos procurando identificar. (MFSP, 2001: 13) (Ex. 5)

À primeira vista, o MFSP (2001) parece optar por uma abertura no modelo textual antes cultivado. A nova proposta prevê uma maior *liberdade estilística*, para a produção da informação. Tal mudança é apresentada pelo manual como uma representação do avanço e dos melhoramentos sofridos pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O jornal paulista, como também os outros jornais analisados,

procura se identificar com o que existe de mais moderno, estendendo inclusive essa lógica à linguagem jornalística: idéia que precisa ser vendida antes mesmo da produção das informações. Apesar de haver a divulgação de uma *nova visão* de modelo textual, o jornal continua a fazer as mesmas reservas quanto à forma, quanto à expressão. A maquiagem produzida, a partir da plasticidade proposta à produção da informação, é, ao mesmo tempo em que empregada, maculada pelo ideal da língua de base objetiva. Assim é que no mesmo parágrafo onde se encontra a proposta de maior flexibilidade das normas, encontra-se, também, a defesa de um idioma *bem cuidado*, além do tão propalado combate à subjetividade, inimiga da informação exata:

[...]. A um texto noticioso mais flexível deve corresponder um domínio superior do idioma, bem como redobrada vigilância quanto à verificação prévia das informações, à precisão e inteireza dos relatos, à sustentação técnica das análises e à isenção necessária para assegurar o acesso do leitor aos diferentes pontos de vista suscitados pelos fatos. (MFSP, 2001: 15) (Ex. 6)

Embora instaure uma tensão com o que o jornal se comprometera nas últimas edições do MFSP, engana-se quem pensa que a abertura do padrão textual vislumbrava uma mudança de comportamento político-ideológico do jornal; pelo contrário, é necessário que se conheça profundamente o idioma para banir dele a subjetividade, confundida com tendência ideológica, que impede o leitor de exercer o direito à interpretação dos “diferentes pontos de vista suscitados pelos fatos”. Esse controle de *liberdade*, que deve tornar-se um hábito, é exposto para o público-consumidor dos manuais como um meio, um instrumento para a produção do jornalismo imparcial.

A imparcialidade do texto jornalístico da imprensa e, conseqüentemente, dos jornais tem sido uma bandeira de luta assumida pelos jornais de referência. A mudança da preferência: do texto opinativo para o noticioso, do jornalista engajado para o jornalista profissional pode ser vista como resultante de uma política imparcial na imprensa ou, por outro ângulo, como efeito de uma política que visa a esse título. Numa outra perspectiva, talvez, ambas as questões poderiam estar relacionadas. Não importa tanto saber qual das alternativas estaria correta, mais instigante seria observar como o uso da língua serve de suporte nas práticas discursivas jornalísticas para justificar: 1) a isenção da imprensa, portanto, do jornal, na informação diária e 2) um *modus operandi* do jornalista ético e profissional. Parece mesmo que os jornalistas ao “passarem a ser reconhecidos como intérpretes das instituições, [...] assumiram o aspecto de algo devidamente ordenado” (Adorno: 1996:40[1993]). A imprensa sensacionalista ou mesmo a informação sem uma linguagem acurada parece ser desempenhada por pessoas não responsáveis com a sua profissão e ignorantes com o

idioma, que estariam utilizando uma instituição séria ou um trabalho nobre de forma vil pelo modo de escrever. Fazendo uma ressalva não somente ao exagero, mas também ao proveito que se pode retirar de uma afirmação semelhante, é comum associar-se o conhecimento da língua e da escrita jornalística à ética do jornalista e do jornal. *Ortografia* é o outro nome da ética.

A reflexividade, nos moldes do jornalismo, deposita um grande poder na linguagem. A linguagem do jornalismo explica a lógica, o modo de ser da instituição jornalística, que será encarada com maior ou menor destreza pelos profissionais da área que conhecem o manejo da língua. Há mesmo uma divinização da instituição que abriga intérpretes autorizados dos fatos que serão transformados em notícias, o que é uma posição bastante elitista.

Em verbetes, por exemplo, como *pluralismo*, *objetividade* e *ética*, nos manuais analisados, os jornais se (re)conhecem, de alguma forma, como comprometidos com o social, o econômico, o político etc. que fazem parte do espaço público, considerado o bem maior do leitor. Assim é que *pluralismo* significará, para garantia de um relato mais isento, um modo multifacetado de informar – a informação oferecida *democraticamente* por dar voz a todas as posições ideológicas na sociedade e a todos os envolvidos nos fatos jornalísticos. Mas como fazer isso sem desenvolver a opinião?

Da mesma forma, a *objetividade* no relato dos fatos implicará um desafio para o jornalista e uma qualidade para todos os que conseguirem segui-la, uma vez que, segundo os manuais, forneceria o modo pelo qual o jornalista conseguiria distanciar-se dos fatos para assumir uma conduta adequada no ato de informar. Por fim, a *ética*, que alerta para alguns procedimentos no exercício da função jornalística, é assegurada pelo domínio do *bom* texto e do *bom* português exercido pelos profissionais do jornalismo, reivindicado a partir da adoção de alguns procedimentos da imprensa: algo muito mais deontológico do que ético.

Simplicidade, objetividade, precisão, concisão e correção gramatical são qualidades indispensáveis a um bom texto, seja uma notícia de jornal, um ensaio, uma monografia. (MP, 2003:10) (Ex. 7)

- O produto deve contribuir cotidianamente para consolidar seu conceito de veículo de comunicação independente, pluralista, apartidário, ponderado e fiscalizador (MP, 2003: 308) (Ex. 8)

onde

Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal. (MFSP, 2001: 47) (Ex. 9)

Precisão. 1 - O Estado considera sua obrigação publicar apenas notícias corretas e precisas, [...]. Ouça sempre o maior número de pessoas [...]. Se você tem de descrever algo que não viu, colha o máximo de depoimentos, reconstitua o fato com a maior precisão possível e não transmita ao leitor uma versão falha ou incompleta [...]. (MESP, 2001: 231) (Ex. 10)

Ética interna. Pense que o jornal tem leitores de todas as tendências, raças, credos e religiões. Por isso, procure sempre ser isento no noticiário, especialmente naquele que envolva questões delicadas, e evite utilizar frases, alusões ou conceitos que possam milindrar as pessoas. (MESP: 1997: 118) (Ex. 11)

Para Fairclough (2001: 264), as técnicas do poder, usadas para o controle das/nas instituições, focalizadas no trabalho de Foucault, podem ser estendidas ao discurso. Segundo o autor, a tecnologização do discurso, ou seja, o emprego das técnicas do poder no discurso, age sobre as práticas sociais modernas. A meu ver, isso diz respeito ao modo pelo qual os eventos discursivos se constituem e são constituídos, identificando ou sendo identificados pelo modo como representam e são representados por aqueles que estão envolvidos com determinadas práticas sociais. Quaisquer que sejam as justificativas ou mesmo o mérito dos procedimentos jornalísticos *pluralidade*, *objetividade* e *ética* da imprensa, é preciso observá-los tanto como componentes quanto como efeitos da tecnologização do discurso na imprensa, a partir dos textos produzidos por esta e do reconhecimento dos valores atribuídos especialmente ao texto-modelo do jornalismo.

Essa tecnologização na imprensa parece ter se desenvolvido com a cultura da padronização, da industrialização, como instrumento moderno do controle de qualidade e de segurança. É preciso atentar-se para as táticas, as técnicas, a especificidade do trabalho jornalístico hodierno, que são fruto de um certo regime de liberdade, específico do trabalho imaterial. Segundo Mariani (1999:54), “em nome do desejo de liberdade para a escrita”, o jornalismo foi formando uma jurisprudência própria, de modo a indicar como se pode dizer algo, “entendido como comunicar, informar, mas não opinar” (cf. Ex. 42).

Com o avanço industrial, o sistema econômico e social atual encontra no trabalho jornalístico, assim como em outros tipos de trabalho, um modo de produzir a subjetividade dos trabalhadores; a meu ver, uma outra espécie de (des)subjetivação, diferente da usada no início do desenvolvimento industrial, que desapropriava o processo de trabalho do trabalhador, ou seja, afastava-o do conhecimento do processo de produção como um todo, tornando-o um autômato braçal alienado. Com o avanço tecnológico, alguns trabalhos dispensaram a mão-de-obra, cada vez mais substituída por máquinas, em compensação, criaram o que poderíamos chamar *cabeças-de-obra*, funcionários

que passam a pensar e a defender a empresa como se esta fosse sua (Antunes, 2003).¹⁶ Por isso, os trabalhos que mexem com a subjetividade e com as identidades: marketing, relações públicas etc., relacionados à comunicação social, estão ganhando espaço no mercado.

A subversão do trabalho material para o imaterial tem, portanto, um papel importante na *subjetivação* como objetivação do sujeito (cf. Foucault, 2002; Negri e Lazzarato, 2001; capítulo IV). Na transformação do objeto principal do jornalismo, da opinião para a informação, as técnicas disciplinares foram também trabalhadas como técnicas de controle (Negri e Lazzarato, 2001), um regime de liberdade (Foucault, 2004[1976]). Tendo a liberdade de expressão como mentora, a liberdade de imprensa precisava de um modo *parcimonioso* de lidar com o *poder dizer* da imprensa, ou melhor, de regras para a padronização da escrita jornalística. O autocontrole necessário, para que o corpo, o sentimento, o desejo, a paixão (cf. Felman, 2003) fossem banidos do texto, é o passaporte para o texto noticioso. Por ele, os elementos indesejáveis são vistos como controláveis pelas normas de estilo e redação da imprensa, e devem ser suprimidos para a produção de textos informativos.

Como o capitalismo não organiza apenas tempo de trabalho, mas também tempo de vida, nada mais concupiscente que produzir subjetividades: trabalhadores que participem da produção não como força braçal, mas como força intelectual, um modo mais sofisticado e eficiente de produzir corpos dóceis. Nesse contexto, o processo de comunicação social vem a se tornar de valorização – da reprodução da imagem, reprodução da linguagem, e, finalmente, da reprodução do pensamento. A dispersão do poder, essa disseminação de novos participantes (defensores) da produção de valores na imprensa, mantém uma relação com o mercado, porque organiza e expande, com muita eficiência, a relação entre produção e consumo. Os manuais de redação e estilo têm um papel claro na venda dessa idéia, uma vez que a fama dos grandes jornais e jornalistas, e dos seus *bons* textos, é utilizada para a criação de mais um aparelho de referência, para os que querem escrever bem, mas não são profissionais da imprensa.

Fairclough (2001: 264) sugere que “na sociedade moderna elas [entrevista, aconselhamento, publicidade etc.] têm assumido e estão assumindo um caráter de técnicas transcontextuais [...]”. Cada vez mais utilizadas em instituições, essas técnicas têm os seus próprios “tecnólogos e especialistas”. Na educação brasileira, por exemplo, é cada vez maior o número de professores que

¹⁶ Brincadeira à parte, cabeça-de-obra é uma expressão possível de ser empregada nos novos tempos do capitalismo, quando a flexibilização do trabalho, uma espécie de trabalho solidário e aberto a críticas, cria funcionários, que, satisfeitos com a empresa, passam a considerá-la uma extensão da casa.

usam textos publicitários e jornalísticos em aulas de produção textual; utilizando inclusive os manuais dos grandes jornais como material didático.

Para o autor (idem, p. 265), “as tecnologias do discurso estabelecem uma ligação íntima entre linguagem e discurso e poder”, o que pode ser, a meu ver, resultado da reflexividade na imprensa. Ao chamar a atenção para a simulação de simetria de poder relacionada à democratização discursiva, Fairclough permite uma categoria de análise para a relação ética e linguagem na imprensa (cf. capítulo IV). A divulgação do apartidarismo da imprensa realça a produção dos textos *objetivos e imparciais*, valorizados pelo reconhecimento de sua pluralidade e ética (cf. capítulo III).

Para o MFSP (2001: 17),

Mesmo a atitude apartidária, que veda alinhamentos automáticos e obriga a um tratamento distanciado em relação às correntes de interesse que atuam sobre os fatos, não pode servir de alibi para uma neutralidade acomodada, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar. (Ex. 12)

Não saberia precisar o que seria uma *neutralidade sem acomodação*, mas o problema é que, ao se identificar com ela, o jornal *Folha de S. Paulo* sugere que se diferencia de outros jornais, que se acomodam, provavelmente, com a imparcialidade que advogam para si. Os manuais analisados (ex)põem-se como pertencentes a jornais a serviço do público, sob a direção dos pressupostos: *o que informar, para quem e para quê?*, como sempre priorizando um modelo imparcial de jornalismo informativo. Essa preocupação é reivindicada pelos manuais como norteadora do produto mercadológico textual.

Se tomarmos como ponto de partida a redemocratização, em 1985, a circulação dos quatro jornais de influência nacional aumentou 67% (no caso da Folha, 116%); [...] parte desse crescimento não decorreu do aumento de leitores, mas de consumidores atraídos por promoções ou descontos vinculados à compra do produto. (MFSP, 2001: 12) (Ex. 13)

O jornal, assim como o jornalista, precisa estar atento para a produção de um produto que possa interessar ao consumidor, mesmo que esse não seja as notícias. Por outro lado, o aumento do número de consumidores dos jornais pode ter resultado do prestígio dos jornais, alcançado pela criação dos manuais de redação e estilo. Mas o aumento do número dos leitores pode também ter ocorrido devido a outros motivos. Por falta de dados, digamos apenas que a data da redemocratização do país tenha coincidido com a inauguração do comércio dos manuais de redação e estilo dos grandes jornais, como o manual da *Folha de S. Paulo* (1984), seguido do manual de *O*

Estado de S. Paulo (1990) (a primeira edição do manual de *O Povo* se deu em 1997). Entretanto, se tivermos como hipótese que esse aumento não se deve a uma mera coincidência, mas a um efeito de transferência de poder, talvez não estejamos tão longe de, pelo menos, uma versão dos fatos. Com a dissolução completa da censura do regime militar à imprensa, a *liberdade* precisaria ser vigiada. Entra em cena uma política de reivindicação de identidade e de divulgação do *como fazer o bom texto*: um projeto de regime de liberdade.

A identidade reivindicada pela imprensa se pauta, entre outras coisas, numa redução de estilo e ampliação de regras de escrita. O *como* informar para os jornais, conforme seus manuais, é reduzido à: 1) proposta de desligamento com o político-ideológico-partidário, no plano ético, no que tange a seu afastamento, tanto com a publicidade das atividades do governo como com qualquer outra matéria comprada; 2) redação objetiva e bem elaborada, que também deve corresponder a um modo isento e sem paixão no relato dos fatos na produção do texto jornalístico. Essa redução parece atender ao princípio ou à essência do jornalismo: o melhor serviço aos leitores, o atendimento ao público, o compromisso com o espaço público.

Segundo essa lógica, a passagem da opinião para a informação, como modo de operação dos jornais, veio apenas melhorar o veículo de comunicação na sociedade, livrando-o de corrupção. Se no período de surgimento da imprensa brasileira fora necessário os jornais serem combativos com o poder do Estado, adotando, como padrão, textos opinativos para que o povo tivesse *liberdade* e fosse constituído de direitos democráticos como *trabalho livre, voto, escolarização para todos e liberdade de expressão*, a imprensa, à medida que se depara com a *democracia* e, conseqüentemente, com a *liberdade de imprensa*, vê-se empenhada em afastar-se do embate político direto, constituindo-se como mera informante da sociedade. Apesar disso, é muito comum, seja pela busca de maior audiência, seja pela busca da preservação dos direitos conquistados para a sociedade, a imprensa levar às últimas conseqüências o método do denunciismo (cf. Argolo, 2002; cf. capítulo I, nota 12), que é explicado geralmente como um meio do jornal provocar mudanças na estrutura da justiça social.

Sem entrar no mérito desse método jornalístico de vigilância com os setores de poder, seja *em* defesa do povo e do meio ambiente, seja em busca de vender notícia, é importante verificar como algumas dicotomias arroladas nos manuais figuram no cenário reducionista da imprensa. Os pressupostos *o que se informa, para quem e para quê* são sempre explicados de modo a serem combinados com a consolidação do jornalismo profissional, ainda em sua formação inicial: quando

se atentou para o “esplendor do jornalismo”, ou seja, “quando após as lutas entre Cromwell e a Monarquia, entre católicos, anglicanos e puritanos, surgiu como bandeira e preceito civilizado o conceito de liberdade para o jornal” (Jambo, 1975: 35). Na imprensa brasileira, assim como na de outros países, o jornalismo considerado autóctone nasce, segundo a história oficial, com a luta pelos direitos que, até então, eram negados à maioria da população.

É com o aperfeiçoamento e disseminação das idéias liberais que direitos, como liberdade de expressão, munidos de respectivos valores, passam a ser não apenas defendidos, mas construídos pela estabilidade que a imprensa-empresa conseguira. Nesse contexto, a imprensa de referência passa a ser imediatamente reconhecida como aquela que tem um padrão textual de linguagem clara e precisa, que corresponde ao compromisso ético do jornal e dos seus jornalistas: um *ethos* associado ao estilo textual a favor da ética *politicamente correta* dos jornais de referência.

O Jogo Contra o Outro: a afirmação do *eu* pela afirmação de uma alteridade

A idéia da essência do *ser jornalismo* não mudou com a transição da opinião para a informação. Segundo Sodré (1999), a imprensa elegeu a opinião, o texto opinativo, como instrumento para defender a causa pública, o público-leitor. Atualmente, ela ainda se diz defensora da causa pública, mas, com as *transformações da realidade*, seu modelo textual agora é o informativo: um modo de ser essencial num *mundo democratizado* (MFSP, 1997). A representação da essência do jornalismo, contudo, ainda é reivindicada como compromisso ético com o bem do público por meio da linguagem adotada.

A *ideologia*, nos manuais de redação e estilo jornalísticos analisados, não apenas burla a realidade, é uma ilusão, como também tem uma relação direta com a subjetividade. Conforme esses textos, a ideologia do ponto de vista (cf. Rajagopalan, 1998a, para uma crítica à posição semelhante nos estudos da linguagem) só pode ser rompida pelo jornalista bem atento, uma vez que o jornal não tem nenhum interesse ideológico específico, ou melhor, nenhum interesse político no favorecimento de alguém.

O mero papel de informante dos acontecimentos do Brasil e do mundo deve ser o motor que impulsiona a imprensa. À guisa dessa interpretação, observa-se que dentre tantas visadas possíveis sobre *ideologia* (cf. Zizek, 1996), a imprensa se (ex)põe como intérprete da realidade, informante da verdade, num grau zero de ideologia, uma vez que conseguiria alcançar o extralingüístico através de

uma linguagem clara e objetiva, reveladora de uma atitude ética. À ideologia seria reservada uma noção apenas negativa e de segundo plano, já que, segundo os manuais jornalísticos, a realidade e a verdade não sobrevivem em textos ideológicos e, por conseguinte, em textos opinativos, por mais paradoxal e vexatória que seja esta conclusão para a imprensa.

Nesse contexto, é necessário perceber como certas dicotomias são ressaltadas num terreno que permite cultivar *algumas certezas* sobre o jogo da linguagem jornalística e a fidelidade dos fatos relatados pela imprensa. Segundo Austin (1993: 10[1962]), “É fundamental, aqui como em toda parte, abandonar os velhos hábitos da *Gleichschaltung*, a adoração profundamente arraigada de dicotomias bem arrumadinhas.”. Tanto a promoção da realidade/verdade e do fato/informação quanto o rebaixamento da ideologia e da opinião fazem parte de um sistema de hierarquias que a imprensa mantém com muito sucesso. É realmente necessário, neste ponto, suplantar alguns significados fixos para, em vez de abandoná-los ou substituí-los por outros, observar como o jornalismo noticioso, ao ser eleito como feito por profissionais competentes, que dominam a linguagem objetiva (isto é, uma língua imparcial, transparente e também direta), cria um efeito ideológico apagando toda historicidade do processo midiático da imprensa, ao propalar a visão de língua cognitiva e informativa.

Ao destruir a construção histórica do texto opinativo na formação do jornalismo no Brasil, a imprensa opera uma naturalização da forma, julgada adequada, higienizada (Cameron, 1995) para representar fielmente os fatos, assim como diz preocupar-se somente com o conteúdo, já que ele precisa de uma roupagem que lhe sirva adequadamente. A conclusão de que a imprensa é neutra e fiel aos fatos é obtida pela construção de premissas, tais como, 1) *a adoção da ordem direta no jornalismo leva o leitor à essência da informação*; 2) *o jornalista funciona como intermediário entre fato/fonte de informação e o leitor*; ou, de modo mais geral, 3) *a forma impessoal e os procedimentos jornalísticos garantem a neutralidade dos textos noticiosos*. Não é de se admirar que a conclusão pareça também fabricada e mesmo anterior às próprias premissas.

A Seleção das Palavras: o cuidado com a linguagem

Quando as práticas discursivas da imprensa conseguem legitimar seus jornalistas e seu padrão textual pelo valor de uma variável (ora o discurso da verdade, ora o da imparcialidade), tem-se como consequência a *certeza* da possibilidade do controle das *ideologias* nas relações humanas, seja pela consciência do jornalista seja pelo domínio que este possui sobre o idioma. A falácia da legitimidade do poder dizer imparcial da imprensa é fundada na crença da consciência individual e no

conhecimento de uma língua-código. A prática discursiva no processo identitário da imprensa, ao tentar afastar a subjetividade e a ideologia do jornalista, para autorizar a objetividade da instituição jornalística, delega para a língua (para uma fatia dela) uma transparência no dizer e uma imparcialidade no fazer. Há uma naturalização da origem do que se diz, pois não provém de uma formação discursiva (o *esquecimento nº 1*), como há, também, uma naturalização no modo de dizer, que provém do esquecimento da origem do processo enunciativo, pois se julga o *discurso* claro e impessoal, já que a língua eleita pelo jornalismo é “boa”, “precisa” (*esquecimento nº 2*, Pêcheux, 1995[1975]). Eis que a língua surge num cenário a-histórico e os sentidos não passam de significados fixos, com referentes discretos.

Nos manuais de redação e estilo jornalísticos, MP (2003); MFSP (2001) e o MESP (1997), existe uma política de representação (cf. capítulo III), um tipo de estética da boa língua para o cumprimento do *modo correto* de fazer da imprensa e não uma reflexão sobre *o como se faz coisas com as palavras*. Assim é que os manuais de redação e estilo são apresentados não só como textos de tipo injuntivo, como é de se esperar de um manual, mas como um texto de tipo descritivo, uma vez que os manuais são porta-vozes do *modo de ser* da imprensa, ou seja, descrevem o projeto da empresa jornalística e descrevem também o modelo textual da linguagem usada nos textos jornalísticos, especialmente o seu uso em função do texto prototípico do jornalismo: o noticioso (para maiores detalhes sobre as categorias noticiosa e opinativa, cf. capítulo III). Por isso, nos manuais é comum que os jornalistas sejam apresentados como filtros (cf. Ex. 2 e Ex. 10).

Num mundo descritível e discreto, como de certo modo seria o midiático, conforme os manuais de redação e estilo jornalístico, a dicotomia arrumadinha de alguns conceitos apenas é possível pela *dissolução da semântica num mundo de sinais* (Horkheimer, 1975; Benhabib, 1996). Essa perda mesmo da multiplicidade do ser, de um algo, é o efeito do conceito que desencanta o símbolo mágico e minimiza a semântica ao reduzir a língua a um sistema de sinais que apaga a complexidade das coisas de tal sorte que reduz “a afinidade múltipla do ser à relação entre o sujeito doador de sentido e o objeto de sentido” (Benhabib, 1996: 82).

Nesse contexto, não é apenas contra as excentricidades e idiossincrasias que os manuais se impõem, apesar de que “mesmo sem a pressão da legislação e dos dicionários, os nossos vocabulários tendem à uniformidade” (Ryle, 1975a: 51[1953]). A apresentação de um língua adequada para filtrar os acontecimentos não apenas visa à uniformidade da linguagem jornalística, mas, sobretudo, visa à ocultação do caráter avaliativo, ao invés de descritivo, do processo de classificação da língua

informativa e dos verbetes. A classificação passa a ser percebida como se fosse uma atividade neutra. Isso parece ligar-se a uma preocupação com a projeção dos valores defendidos em favor da linguagem da imprensa ou mesmo do conjunto de habilidades técnicas dos jornalistas.

A explicação para o *procedimento* e a seleção das *palavras* dos textos jornalísticos oferece a impressão de que aquilo que uma palavra significa é, em todos os casos, algo controlável. Assim, sobre a seleção da palavra, os manuais de *O Estado de S. Paulo* e de *O Povo* recomendam:

A seleção de palavras deve obedecer à regra básica da simplicidade: entre vários sinônimos, deve-se preferir aquele que é mais comum, conhecido por um grande número de pessoas, desde que expresse com precisão o que se quer dizer. (MP, 2003: 10) (Ex. 14)

19 - seja rigoroso **na escolha** das palavras do texto. Desconfie dos sinônimos perfeitos ou de termos que sirvam para todas as ocasiões. Em geral, há **uma palavra** para definir **uma situação**. (MESP, 1997: 17) (Ex. 15)

ou em

- **A mais simples**. Na primeira referência, utilize sempre a palavra mais comum. Lembre-se: existe um termo, e um só, que define melhor uma coisa ou situação. (MESP, 1997: 270) (Ex. 16)

Nessa perspectiva, também está inserida a restrição de palavras, cujas classes não atendem à ambição da nomeação: desse apontar para a *verdade* e existência das coisas, sem conotações outras e subjetividade indesejada (cf. capítulos III e IV). Para os manuais analisados, há uma restrição quanto à utilização de algumas expressões e algumas classes gramaticais.

Modismos, chavões, redundâncias, circunlóquios, preciosismos devem ser evitados sempre. (MP, 2003: 15) (Ex. 17)

Advérbio - Evite começar um período com advérbios formados com o sufixo – *mente*, sobretudo em textos noticiosos: [...]

Evite advérbios que expressam juízos de valor: certamente, evidentemente, efetivamente, bastante [...]. (MFSP, 2001: 50) (Ex. 18)

Adjetivação. O texto noticioso deve limitar-se aos adjetivos que definam um fato (*noticioso, pessoal, vizinho, próximo, sulino, etc.*), evitando aqueles que envolvam avaliação ou encerrem carga elevada de subjetividade (*evidente, imponderável, belo, bom, ótimo, inteligente, infinito, etc.*). (MESP: 1997: 32) (Ex. 19)

Segundo Ryle (1975b: 61[1957]), “Não existem nomes próprios para todas as coisas acerca das quais queremos falar”, ou mesmo, como esse autor ainda diria “todos os enunciados quase-ontológicos são sistematicamente enganadores” (1975c: 14[1931/2]). Na seleção das palavras no

sistema preferencial de *o que dizer*, num modelo textual *do que* pode ou não ser dito no esforço de não sucumbir a uma formação discursiva que apague a verdade das coisas ou as subjetive, a imprensa privilegia a língua, dando-lhe um título unívoco aos significantes/formas detentores/as ora da imparcialidade, ora da coloquialidade, ora da boa linguagem, ora das palavras politicamente corretas.

classes sociais - Evite o jargão sociológico (burguesia, proletariado, aristocracia, lumpesinato), especialmente em textos noticiosos. Use, em vez dele, termos que tenham maior precisão: industriais do setor de papel e celulose, [...] (MFSP, 2001: 58) (Ex. 20)

ou

Não complique

Em vez de ...
colisão
contudido
esposa

Use...
batida
machucado
mulher [...] (MFSP, 2001:56) (Ex. 21)

ou ainda

Não use, ao menos em textos noticiosos, palavras que sabidamente têm carga pejorativa, como crioulo ou preto para designar negro, japa para japonês [...]. (MFSP, 2001: 68) (Ex. 22)

A imprensa, antes de tudo, manipula o valor da linguagem, no que tange à seleção das palavras adequadas para a função informativa que a imprensa tenta ocupar na sociedade. Na suposição de ser uma atitude técnica, os fatos jornalísticos, relatados pela padronização da língua na imprensa, adquirem um estatuto de verdadeiros, por serem colocados como representando os fatos que falam por si. O lugar do fato no mundo dos valores (c.f. Putnam, 1992; Rorty, 1995) se desintegra pela força que adquirem as *visões de mundo* na transposição dos fatos. A valorização da visão tecnicista na sociedade supõe uma neutralidade do ato jornalístico, parecendo apagar uma ação moral e humana, sublimada pelo controle na editoração das notícias. A ética do jornal passa a ser uma Ética (com “E” maiúsculo) por conseguir, a partir da higienização verbal, varrer o contingente, o particular do ato jornalístico, e garantir um texto *belo e correto*, livre de tendências *partidárias, políticas, subjetivas e tendenciosas*, dando-lhe um alibi no mundo do discurso e da vida (capítulo IV).

Num outro trabalho (Melo, 2000), insisti em um modelo textual defendido pelo jornalismo, baseado numa semântica rotular. Naquela ocasião, tentei analisar como a seleção das palavras nos manuais passava por um crivo de seleção que era representada na assunção do papel biunívoco da

linguagem informativa, isto é, a *palavra* representava a coisa (pessoa, evento etc.) que a imprensa informava (cf. política de classificação e representação, capítulo III). Embora incipiente, havia, naquele modo de enquadrar o problema, um entendimento do problema de se atribuir importância demasiada à seleção adequada, “neutra”, da palavra utilizada no texto jornalístico, para dizer o conteúdo – o fato jornalístico.

Apesar disso, a insistência no propósito de delegação de uma substância especial da linguagem jornalística (um certo *poder* como o de um plano de expressão correspondente ao espelho da natureza do objeto, o fato transformado em fato jornalístico, para afirmar a isenção da imprensa) superou, naquele trabalho, outras questões colocadas à margem, mas que, no entanto, agora, são vistas como indispensáveis para uma melhor reflexão sobre o uso da língua na imprensa.

A apresentação das características e propriedades do padrão textual do jornalismo, especialmente nos manuais, além de servir para endossar a autoridade de quem diz, reivindica certa identidade para a imprensa. Essa construção se dá no interior dos atos de fala, que postulam a sua [da identidade] (pré)existência. Os atos de fala, nesse contexto, não preenchem a função de mera convenção na realização de atos que se fazem com palavras, na possível decodificação de um autor intencional e delimitador dos sentidos já existentes nas palavras e conceitos que serão percebidos pelo receptor/leitor (Searle, 1979). Em outras palavras, o ato de fala é o próprio fundador da identidade, do que passa a existir pela simples apresentação do objeto. Isso não é necessariamente um ato divino – um puro momento de ilocução – *faça-se a luz, e a luz se fez* –, mas o discurso sobre linguagem feito pela imprensa é um fazer sobre sua identidade. Ao pôr em existência um modelo textual, seja por interdições de usos seja pela introdução de verbetes, que orientam princípios para sua ética, a imprensa faz com que se reconheçam características suas, tão “intrínsecas” a determinados tipos de textos, que podem autorizar ou desautorizar os que os escrevem (cf. capítulo IV).

Tanto a interdição gramatical (não use) como a preferência de uso (recomendação que estabelece impedimentos e escolhas), nos manuais, agem sobre a normatização do padrão do texto jornalístico, com o *objetivo de afastar a subjetividade* desse tipo de texto. Como visto em alguns exemplos, os manuais de redação e estilo jornalístico assumem uma posição de poder no que tange à escolha de uma palavra em detrimento de outra. A modelização da língua parece ter sido efeito da subversão da ordem discursiva dos textos jornalísticos, para atuar numa época em que *não é mais preciso lutar contra uma ditadura*, como se acontecesse para cumprir uma exigência da democracia.

21 - Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando **comentários** no material noticioso. (MESP, 1997: 17) (Ex. 23)

Em mais de um exemplo (2, 3, 4 e 6, para citar alguns), os textos-modelo do jornalismo parecem ser construídos para cumprir essa necessidade de democracia, de servir a todos de modo igual. A troca do modelo textual padrão já não é mais novidade, e foi um sinal de adaptação do jornal ao mercado, consagrada por certas questões postas pela transformação da realidade social. Com o aceleramento do liberalismo, por exemplo, houve o esvaziamento do que se entendia por público-leitor. Os fatos reais trazidos à baila pela imprensa, antes disputados numa arena de luta em meio aos textos opinativos para o público-leitor, são hoje representados pela informação oferecida para o leitor/consumidor, que, além de tirar suas próprias conclusões do texto, pode ter qualquer tendência ideológica – um jornal feito para todo o tipo de leitor.

O real na imprensa, pode-se dizer, passou a ser a transformação do fato em notícia pela modelização da língua, o que parece ser uma redução da complexidade do trabalho jornalístico (cf. capítulo IV). A língua informativa, cognitiva, não mais a usada para expor opiniões, paixões, crenças e ideologias, serve como um álibi, para um jornalismo que precisa pousar de isento, para inclusive sobreviver no mercado do qual faz parte. Nesse contexto, *verdade e linguagem imparcial* são dados como causa e efeito. Tais categorias são, na verdade, construtos, apresentados como prévias mesmo sendo um efeito de prática. A “causa”, que gera o “efeito”, seria algo construído posteriormente, uma premissa derivada da sua conclusão. O que faz um texto opinativo e/ou argumentativo não ser *verdadeiro*? Ou melhor, o que faz um texto *imparcial* ser *verdadeiro*? O que faz um texto noticioso ter que ser apresentado/representado como imparcial?

Seja a redução da semântica a verdades atemporais, pelo desligamento das disputas na sociedade no fazer e no uso das palavras, no que tange à função descrita como a do jornalismo padrão, seja mesmo a redução da semântica a significados rotuladores dos fatos reais pela modelização da língua na imprensa, o problema posto é que o apagamento da complexidade do fazer jornalístico ou sua redução corresponde não apenas à busca de uma simplificação, mas, sobretudo, à política de representação ou de identidade da imprensa.

Para Austin, em sua discussão sobre *sentido e percepção* (1993: 176), é muito conhecido “o processo de aprimorar reduzindo”. Na eliminação de tudo que é considerado supérfluo, tem-se algo mais coeso e, portanto, mais perfeitamente definido e menos problemático com sua identidade (cf. Quine, 1975d [1969]; capítulo IV). O aprimoramento da linguagem e do fazer jornalístico

testemunham, segundo essa lógica, uma redução necessária para a nova ordem mundial –, por cumprir um plano de uma linguagem com significado mais controlável.

O *Ethos* da Linguagem Jornalística na Imprensa e a Parte que lhe Cabe neste Latifúndio

A definição como uma forma de estabelecer limites e o conceito como o limite do ser ou do dizer *o que* das coisas no processo de dicotomização, (in)formado pelos manuais de redação e estilo jornalístico, atuam no *ethos* dos jornais para a acomodação do que é considerado ética, construída, em muito, pela modelização da língua nas práticas discursivas jornalísticas. O *ethos* da linguagem jornalística passa a corresponder, de um dado modo, à *ética* na linguagem do jornal.

A indicação, geralmente, finita e acabada de alguns usos lingüísticos da imprensa (por restrição ou preferência), para remeter a uma única situação ou fato tanto reduz o objeto *informação* quanto o fabrica, por eliminar *superfluos* que encobrem a complexidade existente no informar da imprensa. Toda informação repousa sobre areia movediça. Nesse ponto, é preciso esclarecer o modo equivalente entre padrão textual – usos lingüísticos selecionados na imprensa – e conceitos relacionados aos princípios éticos do jornalismo, a serviço do leitor. A preferência do termo *grande empresário* ao termo *capitalista* nos textos noticiosos pode ser comparada à exatidão com que são tratados alguns dos termos correspondentes aos verbetes que “consustanciam os princípios e os conceitos jornalísticos, éticos e profissionais do Estado” (MESP, 1997: 14). Essa essência que se encontra no modo de ser padrão do texto jornalístico, a serviço do público-consumidor, materializa-se na modelização da língua na imprensa

Assim, *objetividade* e *subjetividade*; *notícia* e *opinião*; *imparcialidade* e *parcialidade*; *liberdade de imprensa* e *auto-regulamentação* (censura às avessas?) são binômios opostos e opositores no processo de informação, bem como alguns desses são estabelecidos ou, pelo menos, subentendidos como contíguos.¹⁷ Por exemplo, nos manuais e também nos livros técnicos, *verdade*, *imparcialidade*, *informação* ou *texto informativo* mantêm uma contigüidade entre si.

No entanto, se a *verdade* não é uma expressão da linguagem, ela também não é algo que pode ser logicamente implicada pela “imparcialidade” de uma expressão, a não ser que a *verdade* seja algo posterior à linguagem. Também se o desejo de conhecer a *verdade* é algo que deve ser mantido,

¹⁷ *Liberdade de imprensa* e *auto-regulamentação* não são opostos que se excluem. Ao contrário, são opostos, ou melhor, quase opostos, que se atraem e garantem uma certa independência à produção do texto jornalístico, mesmo em se tratando das práticas do jornalismo, uma vez que o segundo membro do par alimenta uma qualidade ética do primeiro.

mesmo que se admita ser a ideologia, como matriz geradora, algo que regula a relação entre o visível e o invisível, impossibilitando chegar-se a uma verdade absoluta, é preciso, como lembra Zizek (1996), manter a tensão entre essa impossibilidade e a vontade de tocar no real, o que, para o autor, permitirá a crítica à ideologia. Portanto, nem se pode dizer que o relato imparcial dos fatos gera uma verdade *pura* (seja lá o que isso for), nem mesmo que não se deveria procurar veicular o desejo da *verdade*; a meu ver, uma espécie de *verdade* vinculada ao *discurso do mundo*, como diria Bakhtin ([1926] s.d. para a tradução brasileira).

À guisa de uma explicação para esse dilema, porém, não é possível, como fazem os manuais e livros técnicos de redação jornalística, concentrar na linguagem a maneira pela qual o filtro jornalístico conseguiria expulsar todos os encaixos gerados por uma língua sem objetividade e sem imparcialidade. Por isso, a meu ver, não se pode pôr num mesmo patamar *verdade, imparcialidade e linguagem jornalística*. A imprensa dos jornais, nas práticas discursivas do jornalismo, reivindica para si um papel diferenciado. Diferentemente da revista, os jornais diários são apresentados/representados como imparciais, visto que são mais padronizados.

Tal representação faz parte do fetichismo da mercadoria – essa idolatria pelo produto textual da imprensa (dos jornais) e pela isenção de interesses atribuída à informação relatada por um *bom texto jornalístico*. Talvez por isso, ao prever a morte dos jornais ou mesmo ao criticar-lhes algumas tradições (número exagerado de páginas, falta de pautas interessantes para os leitores-consumidores), Noblat (2003: 19) tenha dado “vivas” ao jornalismo, seja qual caráter os jornais assumam no futuro. Para o autor, “o homem sempre precisará da informação”.

Nesse contexto, a informação não apenas é um bem social como também é considerada *necessária* para a manutenção da sociedade. A dimensão assumida pela informação é de tal monta que se encontra, nas práticas discursivas hegemônicas, a idéia de sua grande contribuição no processo de democratização do país. A informação, que não se restringe necessariamente à escrita jornalística, passa a vigorar como uma das condições humanas para a sobrevivência da sociedade, e por isso, deve-se ressaltar sua materialidade a partir da padronização da sua linguagem. O tempo da cidade das letras inaugura a falsa idéia de impotência da oralidade (Rama, 1985).

Os Opostos se Atraem

Sobre o fenômeno reducionista da *descrição/apresentação* da linguagem jornalística em dicotomias, tais como *objetividade X subjetividade*, *informação X opinião*, paira uma dúvida com relação ao papel da informação: que tipo de tensão e/ou resistência pode haver na imprensa (naqueles que a fazem), responsável pela informação veiculada na sociedade? Que tipo de indecibilidade poderia estar por trás dos sentidos construídos, para serem “exatos”, no relato dos fatos? No quadro conceitual dos princípios editoriais e éticos, principalmente nos manuais, textos também injuntivos, não existe uma tensão que possa ser vivida no meio jornalístico.

O pré-construído (Pêcheux, 1995) sobre a natureza da informação e do texto noticioso, isto é, o *já-dito* sobre a informação ser imparcial, é bastante presente nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo. A propósito dessa característica, é possível observar a defesa da imparcialidade do texto e do trabalho do bom jornalista, feita pelo jornalista Alberto Dines (cf. capítulo I). Esse mesmo pré-construído parece fortalecer o mecanismo reducionista nas práticas discursivas, cujos binômios *objetividade e subjetividade*; *notícia e opinião*; *imparcialidade e parcialidade*; *liberdade de imprensa e auto-regulamentação* são descritos como fazendo parte dos princípios editoriais, éticos e profissionais do jornalismo informativo, mesmo que o segundo par do binômio seja, em quase todos os casos, com exceção do último, *excluído* da informação, por conseguinte, do texto informativo. É como se os textos de opinião não merecessem crédito, ou fossem “mentirosos”.

Pode-se depreender mais de uma noção para o termo *objetividade* nos manuais de redação e estilo jornalístico: ou se está falando do caráter preciso da apuração e da linguagem usada no relato dos fatos (de checagem e concisão/economia do texto, e/ou sintaxe de ordem direta) ou se está falando da exclusão da subjetividade, do “eu” do jornalista, tanto no que tange a sua opinião, quanto no que tange a sua escrita (primeira pessoa do discurso). Em outras palavras, a *objetividade* tanto trabalha na diminuição do tamanho do texto, quanto na precisão dos fatos que isenta o jornal, que afasta a subjetividade (para uma discussão mais ampliada da *subjetividade* na imprensa, cf. capítulo IV).

Em casos excepcionais e quando a matéria realmente o justifique, uma abertura [lide] pode deixar de lado os princípios da isenção e da objetividade [...]. (MESP, 1997: 157) (Ex. 24)

Impropriedade. 1 - Não acredite em sinônimos perfeitos: quase sempre existe uma única palavra para exprimir com exatidão o que você quer dizer. E muitas vezes há termos inadequados para a

situação que você pretende descrever ou substituíveis com vantagens para outros mais apropriados ou mais conhecidos dos leitores. (MESP, 1997: 143) (Ex. 25)

A busca da objetividade jornalística e o distanciamento crítico são fundamentais para garantir a lucidez quanto ao fato e seus desdobramentos concretos. (MFSP, 2001: 22) (Ex. 26)

A materialização da objetividade se dá por mecanismos discursivos e procedimentos éticos. A subjetividade, o outro indesejável do jornalismo informativo, deve ser retirada para que um texto possa ser noticioso. Tanto o jornalista deve precisar ao máximo seus dados (checar tudo – o fato e/ou a fonte) como a estrutura lingüística deve poder descrever ao máximo o fato a ser relatado. Esse distanciamento crítico e a isenção de opinião garantirão ao texto jornalístico e, conseqüentemente, ao jornalismo dos jornais, uma informação honesta.

Impessoalidade. A notícia deve ser redigida de forma impessoal, sem que o jornalista se inclua nela ou adote a primeira pessoa do plural em frases que a dispensem. [...] Não confunda essa restrição com os casos, legítimos, de editoriais, artigos, anúncios, comentários e outros em que a primeira pessoa do plural pode ser usada sem maiores problemas. (MESP, 1997:142) (Ex. 27)

Nesse fragmento, o cuidado com o tom impessoal do texto-padrão jornalístico ressalta e contribui para a legitimidade do outro, do texto opinativo. Tal procedimento, no entanto, corresponde ao interesse maior em legitimar o texto noticioso. Nos manuais e livros técnicos jornalísticos, a opinião surge como pretexto para mostrar o que é *fazer* um texto noticioso. A preocupação com o *ethos*, com o tom da imprensa é largamente divulgada nas práticas discursivas através desse procedimento. A informação passa a ser o compromisso com o texto imparcial donde há de vir a redenção do jornal. A fronteira nítida entre opinião e informação é mantida pela reivindicação do padrão textual jornalístico em ser um modelo para a língua e ética da imprensa.

O *ethos*, não apenas como algo da expressão, mas como um jogo entre forma e sentido, remete ao tipo de identidade textual construída para os gêneros discursivos na imprensa. Segundo Fairclough (2001), o *ethos* tem a ver com o intertextual, isto é, com o modo como os modelos textuais são empregados. Nesse raciocínio, os tipos textuais e os gêneros discursivos são apresentados nas práticas discursivas do jornalismo como constitutivos da identidade da imprensa, ou melhor, determinantes dessa identidade (cf. capítulo III). O modelo da língua e da comunicação na imprensa elege como princípio a informação, representante do desinteresse político e ideológico da imprensa em servir a quem quer que seja. Entre os comportamentos verbais mais cotados estão os do texto opinativo e do texto noticioso, aquele servindo de legitimação para este.

Ainda a respeito do tratamento dado a esse binômio nos manuais, o primeiro membro do par, a opinião, é, apesar da sua admissão nos manuais e jornais, uma categoria não representativa do jornalismo puro, desse novo procedimento do *ser jornalístico* em nome da defesa do público: o jornalismo sem ambição política e ideológica, adepto e servidor do modelo liberal de sociedade, da crença no indivíduo independente, que decodifica a língua, o relato dos fatos jornalísticos. A categoria opinativa da imprensa, representada pelos gêneros discursivos, como o artigo, a coluna (com exceção do editorial) é desempenhada por um grupo seletivo de colaboradores dos jornais, muitas vezes, não considerados jornalistas, mas porta-vozes de alguns papéis institucionalizados na sociedade, como professores, economistas e críticos de arte (para uma discussão sobre autoria e assinatura nos jornais, cf. Alves, 2002).

A categoria opinativa, no mundo onde “a dualidade política foi substituída por um consenso” (MFSP, 2001: 10) tem pouco a oferecer, uma vez que para este manual:

O espaço público, terreno em que o jornalismo sempre lastreou sua legitimidade, passa por um terremoto que ainda não assentou; até a terminologia do debate (direita e esquerda, por exemplo) foi desorganizada. Conceito sempre difuso, a opinião pública ganha unidade com a convergência geral de idéias, mas se dispersa numa segmentação de interesses que desafia a linguagem em comum. (MFSP, 2001: 11) (Ex. 28)

Segundo o MFSP, a unidade da opinião pública se deve ao consenso de idéias, com dispersão de interesse num desafio à linguagem empregada no jornalismo. A língua ou mesmo o idioma, mais especificamente, como ferramenta principal da imprensa, deve ser, nesse contexto, o objeto principal do jornalismo para que *nessa segmentação de interesses* seja o público o escolhido (cf. MFSP, 2001; MESP, 1997; MP, 2003). Nessa escolha, a busca da imparcialidade é apresentada não apenas como uma bandeira de luta, mas também como uma garantia para a missão do jornalismo em defender o espaço público, através da informação “pura”.

Os manuais de redação e estilo e livros técnicos de jornalismo, ao darem o poder da imparcialidade à linguagem jornalística e ao profundo conhecimento que o jornalista tem desta ou, pelo menos, deveria ter para ser um bom jornalista, buscam na modelização da linguagem um modo de explicar a informação jornalística isenta de interesses ou ideologia própria. Isso marca fortemente o modo de ser da imprensa, sua identidade e seu *ethos*. Muito embora a informação seja um desafio não apenas à linguagem, a maior e melhor receita nas práticas discursivas jornalísticas, para um texto imparcial, núcleo da informação, é ainda a linguagem.

No jogo do dizer ou do fazer com palavras, o modelo textual da informação é aceito sem resistência por jornalistas e também pelo público em geral, porque ele é tido como o *bom* jornalismo. A impossibilidade de *descrever* o mundo tal como *ele é* deveria, nas práticas discursivas (in)formadas pela imprensa, rejeitar a possibilidade de um texto imparcial; melhor seria falar-se, portanto, em “graus” de parcialidade. Mas isso poderia estabelecer um contínuo entre neutralidade e parcialidade, o que não seria viável, porque elas se excluem.

A neutralidade é interpretada como a possibilidade de dizer o *que é*, o real, independentemente da “tendência partidária” e/ou da “visão de mundo” do jornalista. A parcialidade ou mesmo um modo de ser opinativo e defensor de idéias, atualmente, numa sociedade de consenso, é o *outro* indesejado para a imprensa ou para qualquer instituição que preze o direito da razão individual, do leitor/consumidor ou do cidadão apto e adaptado ao mundo moderno. A semântica transformada em sinais para a comunicação jornalística reflete tanto a condição de código dada à língua, no mundo midiático da imprensa, bem como o ideal do homem livre. Não querendo racionalizar a liberdade até o seu esvaziamento, é preciso lembrar a prisão inclusive quando a semântica do mundo social se limita ao mundo midiático. O exagero é tão grande que a liberdade de expressão pode ser considerada exclusivamente alçada da liberdade de imprensa; esta, sim, considerada um bem inalienável da sociedade, para promoção da democracia que, para alguns, “depende de cidadãos bem informados” (Noblat, 2003: 22). Liberdade de expressão e de democracia, contudo, não se conquistam com excesso de informação ou simplesmente com a livre exposição de alguns *fatos*.

Geralmente a falta de liberdade na pauta de alguns assuntos, na imprensa, é atribuída ao autoritarismo do Estado ou, principalmente, ao poder do *estado de direito*, do cidadão real ou abstrato (leia-se pessoa jurídica). O modelo de texto informativo, sem dúvida, se comparado ao opinativo, consegue driblar mais facilmente problemas de intervenção externa, e, talvez, por isso, seja ele o modelo cultuado como imparcial e verdadeiro, logo, o mais absolvido pela crítica. As bases já sindicalizadas e em funcionamento com esse fim, compreendidas como informar, mas não opinar ou convencer, receberam novo estímulo com a lei da imprensa de 1967. Nessa mesma época, a falta de liberdade imposta pela censura, o indesejado do direito à informação, seria, na verdade, o outro da liberdade. Não necessariamente era o texto noticioso o grande problema para o autoritarismo instalado, a supervalorização da informação continuaria, ou melhor, a dicotomia entre o texto de opinião e o texto de informação. Irônica ou estrategicamente, é apenas em 1967, durante

ditadura militar, que a lei de imprensa passa a funcionar e, com ela, é legislado o direito à liberdade de expressão nos meios de comunicação.¹⁸

Nas práticas discursivas do jornalismo, a garantia da liberdade de imprensa repousa na *confiança* do regime democrático, na “própria condição do reconhecimento da identidade clara de objetos e pessoas” (Giddens, 1991: 102), e por que não dizer dos eventos. Apesar disso, a imprensa brasileira sempre reivindicou a liberdade de expressão como um bem imprescindível para o trabalho jornalístico, não só por causa do perigo da proibição de divulgação de determinados assuntos, mas também e, principalmente, por causa do perigo iminente de processos jurídicos individuais sobre os jornais, que custam caro à empresa. Mesmo em tempos de democracia republicana, é possível verificar que o Estado ainda exerce poder sobre aqueles que, para ele, abusam da liberdade de imprensa. O caso Lula e *New York Times* (cf. capítulo IV) é um exemplo da discordância entre governo e imprensa sobre o *poder dizer tudo* e do *como dizê-lo*.

Com a queda da guerra fria, instalou-se uma segurança nos regimes democráticos que talvez tenha contribuído para a omissão da censura nos manuais e livros técnicos jornalísticos. Por isso, a liberdade de imprensa, nos manuais de redação, faz par não necessariamente com o seu oposto, a censura, mas com uma liberdade controlada – a auto-regulamentação. Em outras palavras, *dizer tudo não quer dizer poder dizer tudo*. Contrariamente a alguns autores (Pêcheux, 1995; Althusser, 1996[1976]), o não poder dizer, pelo menos para a imprensa, não tem a ver com a impossibilidade de dizer o que se quer pela falta de livre consciência no dizer. Segundo os manuais, o que se diz ou não se diz na imprensa tem a ver com a postura ética do jornal. Não há menção alguma ao silêncio provocado quando está em jogo a situação financeira da empresa.

Tornou-se necessário criar um regime de liberdade: um modo pelo qual a empresa pode vigiar o que está sendo dito pela imprensa. A auto-regulamentação é um mecanismo de poder que a imprensa mantém para o controle do que é dito, do como é dito. O modelo restritivo ou preferencial dado à palavra e à sintaxe nos manuais de redação e estilo jornalístico tem como objetivo ultrapassar

¹⁸ Art. 1º. É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência ou censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

1º. Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

2º. O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e a diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

esferas vistas como estritamente da estrutura lingüística, muito embora o termo sirva, na prática discursiva da imprensa, apenas para discussão da implantação de uma espécie de estatuto para reger os direitos e deveres da imprensa no que tange à uniformidade textual que deve ter o *bom* jornalismo.

A auto-regulamentação faz com que a linguagem jornalística seja interpretada como um modelo de conduta, com a difícil missão de transformar o jornalismo em filtragem dos acontecimentos que se tornam notícia. Esse mecanismo, por assim dizer, serve estrategicamente para produzir um *ethos* de compromisso do jornal com a *verdade*, a partir de uma linguagem comprometida com a fidelidade dos fatos relatados para o leitor/consumidor. A auto-regulamentação também pode ser vista como uma estratégia (cf. Fairclough, 2001) para cumprir a tendência de uniformidade do texto jornalístico, resultante das inovações técnicas que influenciaram a mais ampla divulgação das notícias, com um menor tempo. Esse fenômeno de maior produtividade também parece ter influído na semelhança do tratamento de assuntos em diferentes jornais.

Embora já se tenha apresentado uma série de exemplos cuja função atenderia à padronização proposta para os jornais, a seguir estão listados mais alguns:

12 - Procure banir do texto os **modismos** e **lugares-comuns**. Você sempre pode encontrar uma forma elegante e criativa de dizer a mesma coisa [...] (MESP, 1997:16) (Ex. 29)

posto que - Evite. **por conseqüência** - Evite (MFSP, 2001: 94) (Ex. 30)

estrangeirismos - Em textos informativos ou reportagens, certos estrangeirismos podem dificultar a compreensão do assunto, constituir clichês e soar pedante. [...]. (MFSP, 2001: 67) (Ex. 31)

linguagem coloquial - O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância. Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso. [...]. (MFSP, 2001: 77) (Ex. 32)

Esse modelo de *auto-regulamentação* da imprensa atende a uma espécie de modelização da linguagem, que serve tanto para padronizar o texto jornalístico como para identificá-lo como parte de uma instituição séria. Linguagem jornalística passa a ser, nesse momento, resultado da apresentação do *que é* representado como sendo fundamental para a produção do texto nos jornais. Não se deve perguntar, portanto, *o que é a linguagem*, mas para que serve a identidade (in)formada sobre ela.

Eliminação do Supérfluo como uma Questão Política: o ethos e a identidade da imprensa

A dicotomia informada nos binômios supracitados forja uma representação que remete a um *ethos* que a imprensa deve ter. Esse *ethos* obtido pela divulgação da linguagem jornalística garante para a imprensa uma ética institucional na indústria da informação. Em outras palavras, o padrão textual uniforme e bem controlado da imprensa diária tem o papel de garantir a ética da empresa, caso o consumidor ou mesmo o anunciante não esteja satisfeito com a empresa (cf. Ex. 9).

O conhecido processo de aprimorar reduzindo e eliminar o supérfluo, com o objetivo de chegar à forma de asserção *idealmente básica e inteiramente mínima*, pode possivelmente corresponder a: 1) estabelecer normas padrões a serem seguidas pelos jornalistas, como, também, 2) facilitar o aprendizado de qualquer pessoa que leia os manuais. Sem entrar numa discussão sobre a desconfiança que se deve manter com o modo didático de facilitação do ensino, a meu ver, os manuais não funcionam meramente como texto injuntivo, nem simplesmente como texto de divulgação do modelo da linguagem e do comportamento ético, adotados pela imprensa. Nesse ponto, nota-se a presença da técnica transcontextual, da publicidade em textos não publicitários a rigor, ratificando a conclusão de que o ato de fala é algo irreduzível. Isso quer dizer que o tipo injuntivo dos manuais de redação e estilo não garante a exclusividade desses como guias de escrita, uma vez que eles também são um texto de apresentação e/ou um texto de divulgação da linguagem jornalística.

A imprensa reivindica, de uma forma geral, uma identidade reduzida e simplificada, não apenas por uma necessidade existencial e/ou ideológica, mas por uma questão política (cf. Rajagopalan, 2003). Nesse construto identitário, a imprensa assegura valores para a sua linguagem, valor que, delegado à linguagem jornalística, reflete no poder da própria imprensa. O fato é que, ao delegar certas características à linguagem jornalística, as práticas discursivas do jornalismo garante um tipo de *Ética deôntica*, jogando ao limbo a ética do compromisso com o outro (cf. capítulo IV).

Quando se define o que é *liberdade, objetividade, subjetividade, clareza, texto opinativo, texto noticioso*, há uma alienação para o caráter antagônico do sistema complexo da sociedade, para o *como* essas definições se apresentam e se representam, para o apagamento da complexidade de algo em função da estabilidade do nome e do seu conceito. O apagamento da complexidade dos objetos, seres e eventos até pode evitar uma racionalização que relativiza e desobriga o direito ao julgamento de algo, mas também, e, sobretudo, com esse apagamento, omitem-se ou anulam-se os dilemas e as tensões tão caras ao *egon*.

Embora as práticas discursivas do jornalismo não defendam uma única posição, é possível dizer que as práticas hegemônicas elegeram a uniformidade de forma, quando não de conteúdo, como representante do princípio ético da neutralidade jornalística. Essa estratégia ganha, com a tecnologização do discurso, espaço para conquistar para a imprensa o título de filtro da realidade, como se a imprensa fosse os olhos oficiais da nação e como se fosse possível, pela linguagem, retirar desta enunciados verdadeiros e fiéis aos acontecimentos selecionados para serem fatos jornalísticos.

Para modificar esse quadro, é preciso que as práticas discursivas hegemônicas deixem de ser aquelas que defendem a garantia da reprodução da uniformidade, que simplifica o processo jornalístico tanto quanto desobriga o jornalista a criticar a pauta de assuntos, passando a permitir a veiculação de novos significados/sentidos. Desse modo, a pauta jornalística poderia ser ampliada, em temas, em questões, e em novas abordagens, para que os sentidos veiculados pelos fatos jornalísticos possam ser uma família wittgensteiniana, de processos vagamente interligados e heterogêneos, cujo alcance pode ser menos cimentado e mais traçado de acordo com uma arena de lutas. Isso faria com que viesse à tona a categoria ética em vez da estética do fazer jornalístico (cf. capítulo IV).

CAPÍTULO III

O PROBLEMA DA REFERÊNCIA, SIGNIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO NA LINGUAGEM: O TEXTO JORNALÍSTICO EM QUESTÃO

É fundamental, aqui como em toda parte, abandonar os velhos hábitos da Gleichschaltung, a adoração profundamente arraigada de dicotomias bem arrumadinhas.

(J. L. Austin)

Sentido e Referenciação no Discurso

No capítulo anterior, contestou-se a normatização jornalística que pleiteia para a palavra um significado estável e um texto imparcial no modelo-padrão do texto jornalístico. Neste capítulo, objetiva-se discutir o problema da classificação e da representação dos gêneros discursivos nos jornais, sem ter, contudo, a pretensão de esgotá-lo. Parto do pressuposto de que o gênero discursivo, como texto empiricamente realizável, faz parte do processo sócio-histórico de interação humana. Também, e ao mesmo tempo, está inserido no processo discursivo ininterrupto de classificação, referência e significação do mundo, por isso mesmo, está inscrito na sociedade de forma a constituir-se como *instrumento* não só de comunicação, como o fazem crer as práticas discursivas jornalísticas, mas de apropriação de algumas instituições.

Procura-se sempre um denominador comum para uma palavra, para um texto. Kaplan (1978) afirma que se houvesse uma palavra *Dthat* que, ao ser pronunciada, tivesse a propriedade de apontar, colar num objeto, de modo a designá-lo singularmente, não haveria um problema de referência. Mas como não há uma palavra com essa propriedade, tem-se sempre um problema na questão de referência. Esse problema vai de encontro à busca da definição, da classificação de algo, se o que se procura é sua plena exatidão.

Um exemplo na história da humanidade vem da física astronômica. Antes de Copérnico, por exemplo, se afirmava que o sol girava em torno da terra, depois dele, passou-se a dizer que a terra gira em torno do sol. Houve uma mudança no conhecimento, no discurso sobre o movimento dos corpos celestes: do geocêntrico ao heliocêntrico. Dizer que este é um juízo falso ou verdadeiro não é o nosso problema. Copérnico ou a astronomia, não importa, marca uma divisão de águas. De uma primeira posição (antropomórfica, geocêntrica) foi possível passar para uma outra (heliocêntrica). Isso é histórico, embora, para Searle (2000: 32[1998]), tenhamos apenas abandonado a teoria de

Ptolomeu, visto que a teoria heliocêntrica era mais “simples e nos permitia fazer melhores previsões sobre eclipses, paralaxes e coisas assim”. Ao considerar o argumento da historicidade *ruim*, Searle pretende prestigiar uma ontologia independente do conhecimento que temos dos fatos, e defende que a transição da teoria geocêntrica para a heliocêntrica não passa de uma simples diferença no modo de falar, essencialmente prática, mas irrelevante.

A questão é: para Searle, a alteração do modo de falar não representa uma mudança na verdade. Em outras palavras, a subdeterminação das teorias pelos dados não altera a verdade absoluta das coisas, visto que a teoria apenas serve como um facilitador da vida ou do conhecimento humanos. O autor, nesse ponto, está defendendo a visão iluminista, para qual o universo existe independentemente da nossa mente. Mas como fica a autoridade de teorias, como a copernicana ou a quântica? A mudança provocada por teorias como essas estaria apenas numa mera diferença no modo de falar? Todos os textos produzidos depois dessas revoluções científicas, a meu ver, não testemunham apenas uma mudança prática ou de vocabulário, simplesmente, na vida das pessoas. Elas marcam a transformação das práticas discursiva e social de toda uma geração, assim como as teorias que a antecederam fizeram.

Há uma mudança muito clara no papel assumido pelo sol, terra e homem na teoria heliocêntrica. Não é que se tenha operado uma mudança no planeta terra ou na estrela solar, os referentes extralingüísticos (seja lá o que isso for) são os mesmos, mas discursivamente os objetos se transformaram. De uma visão antropomórfica do movimento dos corpos celestes, passou-se para uma visão heliográfica, constatou-se (ou seria transformou-se?) que a terra não era o centro do universo. Tal objeto foi transformado a partir da organização discursivo/textual, orientada pela historicidade, e isso não é apenas uma questão prática.

Com base nessa posição, pode-se passar do estágio de verdade e referência (da semântica formal), no qual cabia à língua constatar a realidade, para um outro no qual a linguagem age sobre o mundo discursivamente. Numa orientação das práticas sociais e discursivas dos estudos da filosofia da linguagem, é impossível deixar de lembrar que essa passagem não é realmente um avanço como poderia ser o resultado de uma conclusão precipitada. É apenas a inserção, no cenário dos estudos da semântica, antes quase que completamente hegemônico no da semântica rotular, da contestação da língua previamente discretizada.

Ao apresentar uma formulação elaborada do performativo, diferenciando-o (opondo-o) ao constativo, *o que* constata uma realidade, Austin (1990) aproveita para fazer maior a queda dessa

dicotomia: o constativo era, simplesmente, um performativo disfarçado em cena. A sugestão, inicialmente, de uma taxonomia (cf. Rajagopalan, 1992) para o performativo, ou seja, um modelo formalizado lingüisticamente para representar a performatividade na língua (verbos performativos na primeira pessoa do discurso etc.) é, senão abandonado, implodido pela impossibilidade de formalização de um modelo lingüístico, para abarcar totalmente a performatividade da linguagem. Essa face da linguagem tem como indício, pelo menos, a ação: o fazer com palavras não está subordinado à superfície lingüística entendida como um código. Se não caracterizado num abandono dessa formalização (cf. Searle, 2000), o trabalho de Austin deve ao menos ser visto como reflexo da indecisão do filósofo em garantir uma taxonomia ao estudo da linguagem, tão celebrada na época.

Esse furo ainda se torna mais indicativo em outros trabalhos de Austin, cujo termo *constativo* quase não aparece (1998[1962]) ou em cuja ênfase o problema das dicotomias (principalmente, a encenação da aparência e realidade) parece também ruir (1993). Austin consegue abandonar a certeza que garantia uma visão intralingüística para a significação, não a substituindo por outra, visto que demonstrou cuidado em ir além dos seus comentários inconclusos; desloca apenas aquela certeza anterior para o fazer dos atos de fala (e me parece muito impróprio decidir aqui se Austin sabia para onde isso o estava levando). Quero dizer, com isso, que o potencial questionador de Austin, ou mesmo sua estratégia e seu estilo desconcertantes, fez desmoronar inclusive o que acabara de erguer, haja vista a queda da dicotomia constativo e performativo, que ele havia defendido no início das palestras (1990).

Com exceção da convenção,¹⁹ do apego a regras muito arrumadinhas, a que foi adepto em algumas ocasiões, acredito que, diferentemente de algumas conclusões precipitadas, Austin não apenas vincula uma interação para os atos de fala, mas vislumbra uma certa interação para a referência. A queda do *a priori* na significação da linguagem vem com uma noção interativa para a significação produzida na ação. O *uptake* (cf. Austin, 1990, 1998), isto é, um lugar no trabalho de Austin para o *deslocamento da intenção* (cf. Rajagopalan, 1990b; Ottoni, 1998),²⁰ ao engendrar um apagamento da dicotomia ilocucionário e perlocucionário prevê e/ou provoca uma *indeterminação* na força do ato (*inescrutabilidade* dos atos, diria Quine). Em outras palavras, nem o ato nem a referência se encerram em si, ou seja, nenhum deles é definido *a priori*. Tal reflexão só é possível quando, com Austin, consideramos “a situação lingüística como um todo” (1990: 114).

¹⁹ Para uma detida discussão sobre a adesão de Austin ao convencionalismo, cf. Rajagopalan (1990a).

²⁰ Ottoni explora o conceito de *uptake* em *How to do things with words*, de Austin, que, segundo ele, não recebeu da tradução (1990) em português “*apreensão*” merecida atenção.

Mais *concreto* para garantia dessa reversibilidade da referência (ou, ainda melhor, para a reivindicação de um estatuto diferente do estabelecido *aprioristicamente* para ela), seria, digamos, uma referência em construção – uma adesão mais explícita ao interacionismo. No Brasil, os trabalhos de Koch e Marcuschi (1998) têm se debruçado não sobre o produto, mas sobre o processo da significação dos referentes na produção do sentido.²¹ Uma visão mais conclusiva do fenômeno que é *referir* é marcada, inclusive, pela mudança do termo – de *referência* para *referenciação*. A referenciação e a construção do sentido em uso (Koch e Marcuschi, 1998) reportam à produção sempre em construção dos referentes, independentes de situações vericondicionais do significado. Assim, considera-se que o sentido não se esgota na busca do significado de um termo no dicionário. Assim como as palavras têm significados potenciais, tanto seus significados/sentidos são sempre situados nos textos, como eles também são negociados na recepção.

Mas como driblar um retorno ao estudo do significado como *produto de*? Como deixar o estudo do significado *a priori*, para se enredar na interação? Não caindo num determinismo às vezes inescapável, quando se vincula à língua os fenômenos estritamente lingüísticos (o que realmente seria isso?) ou a situação como regra totalizadora, os estudos sobre referenciação e produção dos sentidos têm se desenvolvido por meio do argumento wittgensteiniano da linguagem pública. A meu ver, essa visão é muito produtiva, pois referenciação e produção de sentido são fenômenos insaturáveis, isto é, vão além do *estritamente* lingüístico e do *estritamente* situacional.

Além de remeter a objetos de discurso construídos *ad hoc*, no que tange à produção de sentido, a própria referenciação, à medida que explora a interface entre língua e contexto, muitas vezes, tratados separadamente, não permite uma resposta simples para a pergunta sobre eventuais especificidades da produção de sentido. Por exemplo, não temos como ignorar o fato de que o proferimento de um enunciado como *O Estado pune aqueles que abusam da liberdade de imprensa* pode originar qualquer tipo de (in)felicidade. Se por um lado alguém pode se perguntar se o Estado faz isso (se isso acontece ou não); outro pode se perguntar se ele tem direito de fazê-lo; outros ainda podem discordar do enunciado por considerá-lo equivocado, porque não há abuso de liberdade e, assim, sucessivamente. E aí pode ser feita a pergunta: o que foi dito no enunciado, como prognóstico, constitui realmente uma declaração? Mais do que ambigüidade, o que há é

²¹ Os autores brasileiros reportam o seu trabalho a outros como os desenvolvido por Mondada, e Apotheloz entre outros. Para este trabalho, julgo oportuno o trabalho de Koch e Marcuschi por esses autores virem pesquisando já há algum tempo, e já com várias publicações e orientações, o processo da referenciação em língua portuguesa.

ambivalência no modo de produzir sentido. É sempre possível vacilar, quando o assunto é construção do sentido – a linguagem não é determinada.

Ao se rejeitar a visão da linguagem como um museu (Quine, 1975), rejeita-se também a garantia da determinação. Tanto as obras de arte quanto o discurso como um museu não só valem, mas representam uma categoria estética, pronta e acabada. Em vez disso, a linguagem pública acontece no vir-a-ser (cf. capítulo IV). O significado tem mesmo um comportamento aberto.

Vários estudiosos têm enfatizado o aspecto dialógico da linguagem e o interativo do discurso. E isso tem a ver com esse comportamento aberto do sentido/significado. A idéia de colaboração, por exemplo, tem sido dada para enfatizar esse aspecto na produção do sentido. O dialogismo e o estudo da alteridade (Bakhtin, 1988[1929]) também enfatizou-o, rejeitando o *a priori* da significação ou, melhor ainda, a abstração na metodologia do estudo da linguagem que retira o elemento principal na busca do fio do discurso: o homem. Destituindo da função da língua a apresentação/representação do mundo objetivo e uma estabilidade, que nada tem a ver com historicidade, porque é estática, descarta-se o *a priori* da mera convenção, pelo menos, a determinada pelo etnocentrismo (que assistimos, de algum modo, em autores como Austin) e pelo estruturalismo. Há, a meu ver, uma indeterminação que pode ser colocada na questão da referência, da produção do sentido/significado e, por conseguinte, no texto e nos gêneros discursivos, que vão além deles próprios no estabelecimento dos sentidos – uma vez que os atos que fazemos com palavras nos comprometem não somente com o que dizemos, mas também com o outro (cf. capítulo IV).

Neste capítulo, será observado o modo como os textos da imprensa, dados como produtos, estão sujeitos à historicidade e à estabilidade relativa (instabilidade) dos textos que se (re)estruturam à medida que são utilizados, embora a prática discursiva hegemônica do jornalismo lhe destine outro entendimento. Os textos nos jornais são apresentados, de um modo geral, como meros instrumentos para a *transmissão de informações* no serviço diário oferecido pela imprensa. Neste capítulo, discuto como são classificados os textos que circulam nos jornais; quais as *propriedades* que, segundo a prática jornalística, esses possuem, e qual consenso social existe sobre os textos jornalísticos e sobre suas *propriedades*.

Tendo como principal objetivo analisar o discurso sobre os textos jornalísticos na imprensa, passo a fazer, num primeiro momento, uma discussão sobre a *política da nomeação e referência* na classificação e atribuição de sentidos para, em seguida, refletir sobre os critérios de classificação dos textos na prática identitária da imprensa.

A Classificação e a Atribuição de Sentidos

Quando nos tornamos membro de uma comunidade, qualquer que seja, começamos a nomear. Isso se dá tanto porque precisamos usar um nome para nos referirmos a algo ou alguém, quanto porque sentimos necessidade de classificar. Tal atividade não depende, todavia, de um Adão mítico: nomear é uma atividade social. Ela é uma herança cultural no processo de significação das coisas. Quando se nomeia algo, este passa a fazer parte do universo discursivo; assim é que a palavra *jornalista* pode referir-se ao profissional na área de comunicação que tem como função informar e relatar os fatos jornalísticos com precisão. Em outras palavras, classificações são realizadas no processo de nomeação. Não apenas damos nomes às coisas para podermos nos referir a elas: classificamos, orientamos seu sentido de modo a designá-las como X e não Y, num processo que envolve valores, crenças e certezas sobre o objeto designado.

É preciso ressaltar que o processo de classificação em nenhum momento se dá tranqüilamente, ou seja, nele se estabelecem batalhas discursivas no que tange à estabilização dos *nomes*, na classificação feita para que o *objeto* se enquadre numa categoria e não noutra. Batalhas que podem ser consideradas como fazendo parte da luta pela hegemonia no que diz respeito à função e à forma dos gêneros discursivos no jornal. A instituição jornalística sabe da importância em construir determinados modelos de texto, como os noticiosos, de tal sorte que, nomear algum texto, apontando-o como da categoria noticiosa, pleiteia, para esse, “qualidades intrínsecas” à própria linguagem jornalística, (in)formando uma identidade para a imprensa.

Embora a estabilidade de um nome a partir de seu conceito não garanta a verdade do ser ou a significação da coisa na linguagem em uso (cf. Wittgenstein, 1994[1949]), a classificação atribuída no processo de nomeação pode oferecer uma imagem definitiva e acabada ao objeto nomeado.

Quando falamos, assumimos que existem realmente objetos e propriedades e que, dados um objeto e uma propriedade, há verdadeiramente uma matéria, como se o objeto tivesse uma propriedade ou não. [...].

Todas as matérias são a concepção de que existem objetos e que, em algum sentido absoluto, eles têm ou não têm a propriedade que consideramos [...]. O que conta aqui é o consenso social sobre os objetos e propriedades em várias situações. (Fauconnier, 1997: 67-8)²²

²² *When we talk, we assume that there are indeed objects and properties in the real world and that, given an object and a property, there is a fact of the matter as to whether the object has the property or not. [...]. All that matters is the assumption itself is right as long as its commonsense credibility is sustained. [...]. What counts here is the social consensus on objects and properties in various situations.*

Sentimos a necessidade de denominar os indivíduos, os objetos, as cores, os eventos etc. e, para isso, utilizamos os nomes, num acordo silencioso, de modo a apagar as contradições que possam existir no interior do *ser* dos objetos nomeados. Qualquer nomeação pressupõe um trabalho de categorização. Por exemplo, uma baleia não é um peixe, embora viva embaixo d'água e os macacos não são animais racionais, apesar de demonstrarem *mais humanidade* do que *algumas pessoas*. Toda semelhança é mera coincidência. Brincadeira à parte, o papel de quem classifica está em conseguir delimitar a fronteira das coisas e conseguir distinguir uma coisa da outra.

Não pretendo, com isso, desqualificar o trabalho de classificação e negar a importância desse trabalho para o conhecimento ou para uma das histórias do conhecimento. O problema posto não é necessariamente com a classificação, mas com o olhar rígido classificatório. Uma crítica levada ao extremo, a meu ver, tornar-se tão totalizadora como o que quer combater. Quero pensar, de outro modo, o problema da classificação, haja vista a classificação fazer com que sejamos levados a acreditar que há mais pureza nas coisas do que de fato podemos verificar. Problematicar a classificação, como qualquer outra coisa, sempre é uma tarefa *necessária* para nos esquivarmos ao *a priori* das classificações, definições, metas etc., que tem no final uma política que cega, porque naturaliza o que é constantemente transformado.

Tudo que ameaça a estabilidade de um objeto pode ser considerado um fantasma. É preciso, contudo, desconfiar sempre de qualquer estratégia de exclusão. Se algo não é tão auto-sustentável, se suas fronteiras não são tão claras, por que não refletir sobre isso? A língua é uma instância constitutiva de sentido, de forma e de situações. Ela não é produzida para refletir a realidade, representá-la perfeitamente, mas para veicular sentidos através da construção da significação, atendendo com isso certas demandas ou interesses na sociedade. Todavia, a história dos estudos da linguagem evidencia uma apologia à representação: todo significado tem um significante que deve ser perfeito. Tal afirmação confirma a necessidade da reflexão de alguns fenômenos da linguagem, vistos, muitas vezes, como objetos naturais por um lado ou, por outro, como tendo sua existência independentemente do prescritivismo (para uma crítica à visão dos lingüistas sobre o problema da prescrição, cf. Cameron, 1995).

Talvez por não nos comunicarmos simplesmente pela junção de frases ou pela soma de palavras, mas por gêneros sócio-historicamente *condicionados* (cf. Bakhtin, 1997), temos a

necessidade de classificar os textos.²³ O problema da referência, significação e classificação, na linguagem, permeia a discussão realizada neste trabalho sobre o problema da classificação dos textos jornalísticos. À medida que damos nomes às coisas, damos-lhes a propriedade de *serem*, ou seja, nós as inserimos em categorias que visam a referendar a natureza das identidades deste “ser nomeado”.

O objeto a que nos referimos sempre apresenta complexidade na sua definição, mesmo que estejamos falando de algo considerado simples como *mesa*. Não é à toa que é possível observar, nas práticas discursivas jornalísticas, certo apagamento da complexidade dos textos usados no jornalismo. Por vezes, parece uma tentativa de retorno à idéia clássica de referência, quando se correlaciona a referência a condições de verdade.

Mesmo correndo o risco de fazer uma caricatura da discussão sobre referência e sentido (Frege, 1978; s.d.)²⁴, acredito não ser impróprio dizer que nos manuais de estilo e redação há quase um lamento (melhor seria dizer uma guerra contra) a falta de *objetividade* num dos usos feitos da língua. Não me refiro à possibilidade de fazer textos jornalísticos mais objetivos, mas ao fato de, ao classificarem um texto como noticioso, os manuais apresentarem-no como isento de opinião e argumentação. Isso parece refletir a opinião de que todo significante tem um significado dado previamente, ao qual representa com perfeição.

Nas práticas social e discursiva da imprensa, cada gênero tem um padrão, embora não se possa afirmar que o assunto *gênero discursivo* seja tratado com explicitude nos manuais ou mesmo livros técnicos, apesar de aparecerem, naqueles, verbetes nomeando alguns e definindo a função e a forma de cada um deles (reportagem, notícia, editorial, artigo, *release* etc.) – (cf. MFSP, 2001; MP, 2003).

Segundo (Bonini, 2003), há uma defasagem entre as novas pesquisas sobre gêneros nos estudos da linguagem e nos manuais de ensino e livros teóricos da área da comunicação social, muito embora se possa encontrar o termo *gênero discursivo* nos manuais (cf. MFSP, 2001). O mais comum, no caso de livros técnicos jornalísticos, é o foco sobre as categorias do jornalismo (informativo, opinativo, interpretativo, investigativo etc.) em detrimento dos gêneros discursivos que circulam nos jornais.

²³ Apesar de estarmos levando em consideração apenas os textos verbais, isso se estende a qualquer forma de linguagem natural.

²⁴ “As linguagens têm o defeito de originar expressões que por sua forma gramatical, parecem ser destinadas a designar um objeto, mas que em casos especiais não o realizam, pois para isto se requer a verdade de uma sentença”. (Frege, 1978: 75).

Dentre as categorias apresentadas na literatura do jornalismo, duas são tratadas como mais representativas, a saber, as categorias noticiosa e opinativa. Tal procedimento sinaliza um endereçamento de textos circulantes nos jornais em dois grandes blocos: os textos noticiosos e os textos opinativos, que representariam diferentemente os ideais jornalísticos na sua função principal.

No entanto, referir-se a um texto pertencente à categoria noticiosa implica a subtração deste dos padrões do texto opinativo, e vice-versa, como se o significado *informar* tivesse um representante perfeito ora da imparcialidade, ora da verdade (cf. capítulo II), diferentemente do texto opinativo. Por isso, referir-se a alguns textos parece, muitas vezes, referir-se a um objeto sem complexidade, do qual é possível delimitar claramente as fronteiras, como se ele fosse um móvel composto de partes bem definidas. Mas qual a certeza que se tem de que o mundo é discretizado ou de que nossas categorias representam o mundo tal qual como ele se apresenta?

Falar de *categoria noticiosa* e *categoria opinativa*, nos manuais de estilo e redação e nos livros técnicos de jornalismo, implica falar, no entanto, de duas entidades distintas; significa falar de classificações de entidades que servem para designar conjuntos de textos pertencentes a diferentes classes nos jornais. Categorizar significa dispor em categorias, em classificações. Por isso mesmo, essa ação significa organizar uma entidade (de sentido, de significados e de efeitos), segundo critérios que identifiquem uma entidade X como pertencente a um conjunto de funções específicas. Classificar um conjunto de textos como pertencentes a uma dada categoria é observá-los como preenchendo determinados critérios e atendendo a determinadas funções.

Assim é que os textos da categoria noticiosa no jornalismo são identificados nos manuais como textos imparciais, de linguagem clara e objetiva, e comprometidos com a veracidade dos fatos. A imprensa se utiliza disso para reforçar a idéia de que os textos prototípicos do jornalismo afastam a “subjetividade” e o partidarismo de “tendência ideológica” da imprensa, bem como a deselegância no estilo (cf. MFSP, 2001; MESP, 1990; Bahia, 1990), por serem um instrumento de filtragem para o relato dos fatos. Por outro lado, os textos vistos como pertencentes à categoria opinativa servem como pretexto para ensinar o *bom* texto, o texto noticioso, uma vez que os manuais se ocupam principalmente da injunção e apresentação/representação dos textos, do estilo e do procedimento imparcial da imprensa.

Refiro-me, com isso, ao fato de que, nesse aparelho de referência jornalística, são destacados tanto a linguagem usada nos textos noticiosos quanto a função que a esta é designada: manutenção da imparcialidade na informação dos fatos (para uma discussão da relação linguagem e ética na

imprensa, cf. capítulo IV). Segundo os manuais, os textos opinativos não permitem um *vale tudo*; mas é apenas nesses textos que tanto manuais quanto livros técnicos de jornalismo reconhecem uma estrutura opinativa e a argumentação, ambas mal vistas nesse tipo de guia que privilegia os textos noticiosos. A classificação dos textos numa categoria ou noutra baseia-se na definição dos limites estruturais que deve ter cada um, de acordo com suas funções e propriedades, que dizem respeito à seleção das palavras, à seleção da sintaxe e do uso de algumas categorias gramaticais, enfim, da estrutura lingüística usada nos textos.

Bonini (1999) apresenta como princípios da teoria clássica da categorização, inspirada em Aristóteles, um modelo de condições necessárias e suficientes, no qual um categorizador poderia estabelecer *categorias absolutamente claras*. Entre os princípios, dois deles chamam a atenção, pela relação que estabelecem com a *descrição* dos textos jornalísticos nos livros técnicos: 1) a apresentação das categorias como tendo fronteiras claras; e 2) a definição das categorias em termos de uma conjunção necessária e suficiente de traços (p. 25).

A tecnologização do discurso precisa de instrumentos poderosos como a classificação e a representação, mecanismos epistemológicos bastante antigos, que são fruto, até certo ponto, do modo como as sociedades categorizam o mundo. Não obstante a política da representação e da classificação ser, de alguma forma, inerente à cultura humana na prática social do discurso, com o desenvolvimento industrial, houve um desenvolvimento e interesse na padronização da linguagem jornalística, como se isso fosse pura e simplesmente uma necessidade institucional. Tenho minhas desconfianças no que tange a uma visão favorável da institucionalização da construção do gênero discursivo (como base estrutural da comunicação de massa) como um grande fato histórico do século XX, como acredita Bonini (1999). Pois não teria sido essa a estratégia para retirar a linguagem de cena e por em seu lugar a produção e o consumo da informação? O que antes era organizado pela linguagem passa a ser organizado pela produção industrial (cf. Adorno e Horkheimer, 1985; Negri e Lazzarato, 2001), um novo modelo estético que reproduz formas tecnológicas específicas (cf. capítulo IV).

O surgimento do texto jornalístico impessoal (não argumentativo do ponto de vista expressivo) é um grande engodo. Ao marcar um rompimento com uma função textual (opinião) avaliada como secundária nas práticas discursivas do jornalismo, em termos de importância, confere ao texto noticioso um *status* de representação da verdade dos fatos tornados jornalísticos pelo exercício do sujeito *des(a)garrado* do mundo, ou, na melhor das hipóteses, divulga algo que não seria

indesejável, mas apenas impossível: a imparcialidade no fazer com palavras. Por isso, esse ou qualquer outro modo de interação com o público, como o que a imprensa mantém, não pode passar despercebido como um mecanismo de poder atuante pela política de representação referendada pela política de classificação. Classificar, nomear, identificar não são do âmbito da descrição, fazem parte da performatividade da linguagem.

Fronteiras ou mesmo definições não são alcançadas imparcialmente, uma vez que o processo de nomeação é um processo também argumentativo e avaliativo. O processo de significação não é um problema de etimologia da palavra (origem, derivação) ou mesmo de rotulação (espelho da natureza do objeto); aprendemos a lidar com um mundo cheio de significados, de sentidos, um mundo cheio de categorias e classificações, de entidades e objetos. Nem sempre estamos diante de algo físico-material, mesmo quando falamos de *entidade* ou *objeto*. Ser algo quer dizer significar algo, não necessariamente existir como uma entidade física. Os objetos dos quais falamos quando identificamos algo fazem parte de um consenso quanto à existência. Desse modo, a classificação de algo e o processo de nomeação não fazem parte de um processo natural, mas estão ligados ao processo social, político e semiótico no uso da língua. Portanto, não é a língua que limita os usos, mas o uso que dá plasticidade à língua.

Diferenciar categorias e nomeá-las não serve apenas para organizar um conjunto de entidades textuais, mas também para produzir o entendimento e a crença na unidade dos objetos. Em outras palavras, serve para ratificar a singularidade de algo, sua identidade, o que vem acompanhado de atribuições de sentidos para enquadrar este objeto como entidade de natureza X e não Y. Por isso, a identificação de um texto como noticioso ou opinativo, nas práticas discursivas, não faz parte apenas do processo social e semiótico da língua, mas também do político. Por conseguinte, nas práticas discursivas do jornalismo, *categoria noticiosa* e *categoria opinativa* não se referem simplesmente à *natureza* dos gêneros discursivos presentes nos jornais, mas ao modo de percebê-los e de divulgá-los, ao valor atribuído a esses textos.

Para Rajagopalan (2002, 2003), toda representação é política já que se constitui num ato de intervenção. Gostaria de aqui estender essa orientação à classificação. O ato de classificação também é um ato político, pois, da mesma forma que a representação, a classificação intervém no modo de percepção dos objetos no mundo, sendo mais do que uma solução epistemológica, no sentido tradicional, pois pode colocar em *prática* a noção do significado em estado puro. A classificação tem por trás uma política de representação do objeto classificado, isto é, classificar, em

termos de organizar *as coisas como elas são* no mundo, também é representar e, por isso, contribui para a confirmação ou reivindicação de identidades.

Os Gêneros Discursivos: a classificação e seus critérios

Segundo manuais e livros técnicos jornalísticos, as categorias noticiosa e opinativa nos jornais apresentam-se diferentes, porque preenchem funções diferentes no processo de informação. Partindo do pressuposto de que as classificações não fazem parte de meras *descrições* de objetos, percorrerei, *en passant*, a antiga e sempre atual discussão sobre os gêneros discursivos.

Segundo Bakhtin (1997: 279), os gêneros discursivos são “tipos *relativamente estáveis* de enunciados” (grifo nosso). Embora esse autor não tenha pretendido abordar definitivamente o assunto, tentando esgotá-lo ou mesmo teorizá-lo, sua reflexão sobre gênero discursivo orienta muitos estudos. Segundo Silva (1999), tanto os estudiosos da tipologia textual, quanto os dos gêneros discursivos conhecem e utilizam o trabalho de Bakhtin. Embora ambos os estudos possam entrecruzar-se por via discursiva, resguardados os conceitos e propósitos metodológicos, neste trabalho, tomo-os fazendo distinção.

Tipologia textual corresponde ao estudo dos tipos textuais com o enfoque de construto teórico, ou seja, “projetado basicamente para pensar o funcionamento do texto em termos de sua estrutura interna [...]” (Silva, 1999: 89). Tal indicação pressupõe o trabalho de abstração na conceituação dos tipos textuais. *Narração, dissertação, injunção e descrição*, nesse enquadre, são construtos teóricos e se inserem no estudo da tipologia textual.

Gênero discursivo pode ser entendido como um construto empírico da interação social em práticas sócio-historicamente marcadas, de tal sorte que ele está sujeito a modificações em sua superfície e em seu uso, visto que é submetido a pressões sociais, ideológicas e lingüísticas (cf. Bakhtin, 1988; Marcuschi, 1999, 2000; Melo, 2000). A desatenção dos manuais e livros técnicos a esse tipo de definição pode ser verificada pela normatização que os jornais procuram estabelecer e divulgar em relação ao gênero discursivo. Respeitando o problema terminológico existente na instabilidade do uso das expressões *tipologia textual* e *gênero discursivo*, quero apenas, neste trabalho, deixar claro a que me refiro quando faço uso do termo *gênero discursivo*.

A primeira questão posta, neste momento, está na tentativa de definição do gênero discursivo. É possível perguntar até que ponto seria possível respeitar esta *definição* ou mesmo algumas outras

sem cair num fetiche essencialista. Isto é: realmente o que denominamos como gênero X é realmente gênero X por um motivo especial, um critério fundamental – algo necessário para sua realização? Ou ele é desde sempre o vir-a-ser? O gesto sempre repetido da identificação de algo pode ou não contribuir para que a identidade da imprensa possa ser naturalizada, para que os gêneros figurem na sociedade como tendo um formato acabado? A que ponto o gosto estético (cf. capítulo IV) pode inviabilizar o processo permanentemente aberto nos textos em uso?

Mas se tomarmos o gênero discursivo também como efeito performativo do ato de fala – lembrando sempre do caráter irredutível e contexto insaturável desse ato (cf. Rajagopalan, 1992; Pinto, 2002), poderemos entender o caráter escorregadio das definições empiricamente *indemonstráveis*, para eleição de um determinado critério para sua classificação. Em outras palavras, teremos um construto empírico, uma prática social e discursiva sem uma regra fixa, idêntica a todos os casos, como um jogo cujas regras são irredutíveis, quando se quer reconhecer o ponto que o aproxima de vários outros jogos, que, no entanto, também são reconhecidos como jogos.

Uma tentativa de *desamarrar* qualquer definição dada ao gênero discursivo seria mostrar a instabilidade de qualquer “enunciado **relativamente** estável” (grifo nosso). Segundo Marcuschi (2000), muitos estudos da lingüística textual pautaram-se, no início, numa vertente formalista para descrever os gêneros discursivos; tais estudos não atentaram para a relativa estabilidade do enunciado-texto. A âncora para a descrição dos gêneros discursivos foi (e ainda é) arremessada exclusivamente ao modelo estrutural de texto. Isso implica dizer que muitos gêneros são *descritos* pela regularidade formulaica apresentada em sua estrutura. Com respeito a essa formulação dos gêneros, é possível perceber ainda o traço bastante forte dos estudos atuais em ter como linha central tanto a predição da criatividade possível (e por isso controlada) da língua quanto a “invariância da variação”, como diria Câmara Jr (1961).

Há, mesmo que seja considerada como pior hipótese, o fetiche essencialista, um sentido literal para denominar as categorias nos textos jornalísticos e, por efeito, nos gêneros discursivos. Os fenômenos da instabilidade como fronteiras de situação-limite, que minam essa base, são ignorados ou, ainda melhor, silenciados, reforçando a idéia da língua delimitada, ao criar um fosso entre a idéia de língua, texto (em si) e o que se considera contextos na produção da linguagem. O insaturável das possibilidades de realização da produção de sentido de um enunciado-texto no ato de fala reforça, assim, a sua revelia, a tese de uma língua circunscrita nela mesma (seja o sentido que isso venha a

ter). É como se não houvesse hibridismo nos gêneros discursivos; idéia que não tem espaço nos manuais nem como exceção: a regra geral e absoluta é a pureza das categorias. Em outras palavras,

Os gêneros não se constituem em categorias estanques. Eles estão em um processo constante de transformação, ora se aproximando, ora se distanciando uns dos outros – e, às vezes, até se sobrepondo entre si. Quem os molda, os vigia constantemente e garante sua sobrevivência é a sociedade ou a “comunidade interpretativa”, para lembrar um termo popularizado por Stanley Fish (1980). (Rajagopalan, 2001a: 187)

Não é, portanto, exatamente as normas que regulam a linguagem jornalística, mas a vigilância sobre elas, ou de outro modo, a autoridade da comunidade interpretativa que pode, inclusive, recriar a estrutura, haja vista a mudança do objeto jornalístico: da opinião para a informação.

De uma perspectiva crítica, então, as normas que regulam a performance lingüística são não simplesmente reflexões de uma estrutura exata, mas elementos na criação e recriação desta estrutura. (Cameron, 1995: 17)²⁵

Bonini (2003) prevê alguma taxonomia na confusão gerada nos livros de comunicação social, pela busca da definição dos gêneros *notícia* e *reportagem*, e, mesmo que não o afirme, sua pesquisa pretende resolvê-la. Silva (2002) procura fazer em seu trabalho uma taxonomia da notícia e da reportagem, mesmo que reconheça a dificuldade. A fragilidade de *descrições* como essas e outras, ou melhor, a tensão que se instaura nessas *descrições*, pelo acabamento a que precisam chegar, é facilmente percebida em certos gêneros, como *reportagem* e *notícia*. Prioritariamente, a associação dos gêneros a uma formulação estrutural resulta da interpretação de que os gêneros discursivos estão presos a padrões lingüístico-formais, a uma regra *a priori*. O gênero seria não um potencial semântico-pragmático, mas uma estrutura a ser organizada pela língua, de acordo com sua função jornalística.²⁶ Nessa situação, como em outras, a língua não tem plasticidade.

Interessam-me aqui os seguintes questionamentos: 1) *qual critério usado para classificar um texto X e um não-X – um texto noticioso e um não noticioso?*; 2) *qual o valor atribuído às categorias*

²⁵ *From a critical perspective, then, the norms that regulate linguistic performance are not simply reflection of an exacting structure but elements in the creation and recreation of that structure. (Cameron, 1995: 17).*

²⁶ Não pretendo com essa argumentação anular o conhecimento produzido e, principalmente, a necessidade de se desenvolver esse conhecimento com interface na educação. Alguns gêneros discursivos são reconhecidamente assimiláveis pela diferença em relação a outros, se observados empiricamente. A eleição de um critério, para definir o gênero, é que me parece equivocada. Tal visada tanto enfraqueceria a riqueza do ensino/aprendizagem da língua quanto comprometeria o conhecimento, gerado pelo impasse inegável dos critérios de descrição/avaliação para a formulação do conceito gênero discursivo.

noticiosa e opinativa na imprensa? Interessa-me, neste capítulo, refletir sobre a eleição dos critérios na classificação do texto como noticioso ou opinativo e vice-versa, o efeito produzido por essa eleição, quando se evidencia o outro do texto noticioso nos manuais de redação e estilo. O *outro* indesejado, apresentado/representado como a linguagem imprecisa, subjetiva e tendenciosa, é rejeitado, obscurecendo outras práticas discursivas na batalha ganha pelo discurso hegemônico da imprensa de referência. Nos manuais, encontra-se, digamos, uma taxonomia que (in)forma *o que* é um texto noticioso e um texto opinativo, e a partir dessa idéia são expostos os gêneros, mas sem nenhuma explicação maior do seu pertencimento a uma ou outra categoria.

É preciso ressaltar que a idéia taxonômica vem perdendo força entre os lingüistas preocupados com a pesquisa dos gêneros discursivos (cf. Marcuschi, 2000; Bhatia, 1993), e, também, entre os jornalistas (Arbex Jr., 2001; Gusmão, 1993), quando esses últimos rechaçam a imparcialidade dos textos noticiosos da imprensa de referência. Uma vez que o argumento da imparcialidade é amplamente reforçado na defesa da técnica jornalística, na produção dos textos noticiosos, a negação do efeito neutro dos relatos jornalísticos compromete a imagem neutra que tem das técnicas e dos itens lingüísticos empregados na imprensa.

Em contrapartida, a orientação que norteia os manuais de estilo e redação jornalística privilegia ora os conceitos práticos e de procedimento do jornalismo (o *projeto* do MFSP, 2001), as técnicas de escrita e o modelo de língua adotado (MESP, 1997), ora diluem essas preferências (MP, 2003). Embora haja um potencial semântico para a abordagem de alguns gêneros nos manuais analisados, prepondera a ênfase na estabilidade formulaica dos textos, mais estreitamente, nas categorias a que esses pertenceriam, por isso os manuais os descrevem/apresentam/representam como parte da técnica jornalística (cf. Bonini, 2003). Os gêneros discursivos (representando os textos noticiosos) do domínio jornalístico são identificados como se não apresentassem muita flexibilidade na sua estrutura. Tudo leva a crer que os problemas, quando existem, só são técnicos, isto é, o procedimento não está sendo cumprido corretamente (cf. capítulo IV).

A eleição de critérios como o estrutural faz-se, de fato, pelo valor atribuído aos modos discursivos do texto: se noticioso ou se opinativo. A eleição nesse contexto é constitutiva da valorização atribuída a alguns textos, por causa da sua função performativa no que tange à identidade requerida pela imprensa. Não se quer cair num relativismo inconseqüente, mas observar que qualquer decisão *a priori* será arbitrária. A socialização dos objetos, dos eventos, dos costumes etc. está intrinsecamente relacionada não apenas a nossa necessidade e a nossa capacidade de nomear,

mas a como percebemos os *objetos* nomeados, e isso não é um ato individual. Seria muito interessante, para alguns, se o dicionário resolvesse o problema da significação. Embora seja muito prático buscar no dicionário o significado de uma palavra, em vez de observar o nome como um significado em uso/prática, um significante predisposto a novos significados/sentidos, não seria o Aurelião que resolveria nosso problema.

Os nomes das coisas são a própria teoria a respeito do mundo. Uma teoria tanto primeira quanto primitiva, já que não é explicitada. Vamos admitindo nossa capacidade classificatória e categorizadora juntamente com a língua e é uma ilusão, como lembra Bakhtin (1979), imaginar que eu possa me sentir em ‘estado adâmico’ neste mundo semiotizado (Marcuschi, 2000: mimeo.).

Não somente não é possível sentir-se em “estado adâmico”, como também sermos seres “teóricos” nada tem de neutro. Somos seres *prometedores* (Nietzsche, 2002), ou seja, não apenas as coisas significam porque a dizemos, mas também nós significamos pelo que dizemos. Sem o homem não há palavra. Estamos comprometidos até o pescoço com as nossas teorias, com as nossas palavras. Supondo que a primeira teoria que desenvolvemos do mundo serve no processo de nomeação e classificação e voltando à questão das categorias, discutirei a seguir os valores construídos pela imprensa sobre a função das categorias noticiosa e opinativa nas práticas discursivas jornalísticas.

As Categorias Noticiosa e Opinativa nas Práticas Discursivas Jornalísticas

Para Wittgenstein (1994), não há nada que não seja um somatório de todas as coisas. É posta, assim, em xeque toda a questão metafísica: essencial X accidental. Nomear, classificando algo, não tem a ver com a essência deste algo, mas com sua percepção. A atividade de classificar, neste raciocínio, é uma questão de foco. Neste trabalho, para dizer de modo *mais preciso*, classificar algo é uma questão de interesse e de avaliação.

Isso implica dizer que tudo o que é realizado na linguagem é estabelecido socialmente e, por essa razão mesma, nada é feito de forma estática, uniforme e gratuita, mesmo que não seja um processo consciente. Em outras palavras, com o dizer: fazemos, prometemos, nos incluímos e somos responsáveis. A linguagem humana envolve processos interativos, institucionais e de responsabilidade (cf. capítulo IV).²⁷ Isso não pode deixar de ser considerado quando se fala em

²⁷ É claro que se a produção de sentido nos processos interativos for apenas examinada como se fosse fruto de colaboração, teríamos realmente uma sociedade diferente. As relações de poder enfraquecem a interação e, talvez, o ideal

critérios de classificação. Quando se parte para um trabalho analógico, tenta-se evitar o heterogêneo no que é considerado modelo para os textos. Isso é muitas vezes explicado como tendo *fins pedagógicos*, embora isso não seja motivo para se falar de um modo imparcial de *descrever/apresentar* os textos.

Os livros técnicos (Medina, 1988; Lage, 1999) e manuais de redação e estilo do jornalismo (MP, 2003; MFSP, 2001; MESP, 1997), ao classificarem o texto jornalístico, partem do que consideram *essência*, sendo tudo aquilo que foge da *regra* considerado um desvio. É preciso excluir a aparência para chegar à essência (como vislumbrava Russel, 1905), um “princípio” que parece guiar as práticas nos jornais na *descrição/apresentação* dos gêneros discursivos. Há uma preocupação racionalista em definir a palavra, o texto, os gêneros discursivos. Por isso, termina sendo *necessário impor* as fronteiras para que *algo* seja *algo*, para que não se possa fugir da essência. Entretanto, a classificação também deve ser observada como um problema de avaliação.

Até aqui alguém pode estar confundindo o nosso interesse. Embora haja a preocupação em dizer que o critério para classificar um texto como X ou Y não deve ser exclusivamente lingüístico-estrutural, por outro, não há o interesse em dizer qual deveria ser esse critério. É necessário chamar a atenção para o fato de que não se fala em língua, isolando-a dos fatores que fazem parte da sua constituição: história, ideologia, subjetividade. Por isso, o *questionado*, neste trabalho, é o problema da classificação e os critérios que são assumidos para classificar um texto como X ou Y.

A identidade de algo não deve ser pautada pelas diferenças que estabelece com o outro, porque *algo* não é completamente diferente de outro *algo*. É interessante observar como a identidade de algo depende da afirmação que se faz de um outro, o seu avesso (Maugeneau, 1984). Entretanto, não necessariamente existe algo pela exclusão do *outro* (por isso não seria possível postular a dicotomia entre artigo e notícia jornalística), porque isso seria uma abstração baseada na construção de um eu pela negação de um tu (Bakhtin, 1997), embora a constituição das identidades se pautar por esse critério: um critério excludente, no momento em que não aceita a heterogeneidade.

A lingüística, a estilística e a filosofia da linguagem – como forças a serviço das grandes tendências centralizadoras da vida verbal-ideológica da Europa – têm procurado primeiro e principalmente a unidade à diversidade. Esta exclusiva “orientação em direção à unidade” [...] tem concentrado filósofos e lingüistas através do mais inabalável, do mais estável, do menos variável e do mais monossêmico aspectos do discurso – [...]. A autêntica “consciência da

linguagem” ideologicamente saturada, a que participa da real heteroglossia e multilingüismo -, tem ficado fora do seu campo de visão.²⁸ (Bakhtin, 1981: 272)

Esse campo de visão cego tem deixado de fora as forças centrífugas na vida da linguagem, que nem de longe é um campo de *luta intralingüística entre vontades individuais e contradições lógicas* (cf. Bakhtin, 1981). Nessa postura, existe um rompimento com a noção da homogeneidade, uma crítica à visão abstrata da linguagem, da *língua em si e do falante ideal*. A meu ver, o critério para identificar algo como X e não Y também esbarra na heterogeneidade, que rompe a questão essencial e acidental, porque, na linguagem, não há como manter um hiato entre a ontologia e a epistemologia (cf. Melo, 2003). O uno e o outro são construídos performativamente pela negação do *eu* em relação a sua alteridade, ao construir identidades. Nos estudos da linguagem, esse efeito aparece na afirmação do intralingüístico, do que é considerado *essencialmente* lingüístico; nas práticas discursivas jornalísticas, tal efeito compromete a heterogeneidade dos textos, por forçar a pureza nos textos noticiosos.

Os processos de comunicação estão sempre ligados às instituições, e estas podem ser *descritas/apresentadas* como uma forma organizacional para ações específicas na sociedade (cf. Negri e Lazzarato, 2001). Da mesma forma, os textos jornalísticos também são *descritos* como uma forma organizacional para ações específicas do jornalismo. A classificação dos textos em diferentes categorias serve para demarcar a qualidade e a função dos textos noticiosos e opinativos no processo de produção, distribuição e consumo do produto jornalístico. Em vista disso, instaura-se, nas práticas discursivas jornalísticas, o (com)prometimento de dois grandes blocos de *organização textual e semântica*, privilegiados pelos manuais, que cooperam para uma visão imanentista e homogênea da linguagem.

Os Gêneros Discursivos nos Jornais: o problema da categorização dos textos jornalísticos

Como são *construídos* os gêneros discursivos nos jornais? Como é construída a imagem das categorias noticiosa e opinativa no jornal? A imagem dos textos jornalísticos, a partir da

²⁸ *Linguistics, stylistics and the philosophy of language – as forces in the service of the great centralizing tendencies of language –European verbal-ideological life– have sought first and foremost for unity in diversity. This exclusive “orientation toward unity” in the present and past life of languages has concentrated the attention of philosophical and linguistic thought on the firmest, most stable, least changeable and most mono-semantic aspects of discourse [...]. Real ideologically saturated “language consciousness”, one that participates in actual heteroglossia and multi-linguagedness, has remained outside its field of vision.*

apresentação de gêneros discursivos, tais como, reportagem, entrevista X editorial, artigo etc., nos manuais de redação e estilo, corresponde a mais uma criação de produto. Ao construir um conceito sobre o que seria uma reportagem, uma notícia X um editorial, um artigo, isto é, os textos considerados noticiosos em oposição aos considerados opinativos no jornalismo, o que é apresentado como se fosse uma mera apresentação dos gêneros discursivos típicos dos jornais é aproveitado para a clara política de representação feita à imagem do *bom* texto jornalístico.

É preciso observar como a ideologia faz com que se perceba como um objeto natural aquilo que é produzido. Para Fairclough (2001: 117),

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de senso comum; mas essa propriedade estável e estabelecida da ideologia não deve ser muito enfatizada, [...].

O destaque dado à estabilidade da ideologia obscurece a luta entre ideologias ou mesmo a heteroglossia das vozes disseminadas nas práticas discursivas para a transformação social. Não acredito, como pode parecer, no efeito da transformação social pela mudança discursiva, pelo menos, no que para alguns corresponderia na conclusão apressada do seguinte argumento: a mudança discursiva provoca mudança social, econômica e ideológica. Isso seria postular uma simplificação nas práticas sociais e discursivas. Talvez o processo se dê mais particularmente no movimento caótico. Acredito mesmo numa luta hegemônica para o estabelecimento de mudanças nas práticas sociais e discursivas, sem muita sobreposição, visto que essas práticas me parecem serem imbricadas, sem uma determinação e sem um sentido teleológico que aponte sua mudança.

Os objetos na linguagem são mesmo objetos no discurso (para uma discussão sobre *objetos do discurso*, cf. Koch e Marcuschi, 1998), pois passam pela ideologia como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos nas práticas discursivas [...]” (Fairclough, 2001: 117). Não é uma questão de desconsiderar a ontologia das coisas para valorizar a crença nos objetos. Embora a crença tenha o seu lugar na construção dos objetos no mundo discursivo, talvez, seja mais apropriado, no caso da relação imprensa-consumidor, usar o termo *confiança* para atender ao maior número de pessoas que “vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas [...] organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (Giddens, 1991: 83).

Sem dúvida as agendas jornalísticas (cf. capítulo I) criam objetos do discurso: fatos jornalísticos passam a fazer parte das relações sociais, remodelando-as, de modo a figurar como

verdades, valores, sentidos, fatos entre aqueles que têm ligação com a instituição jornalística.²⁹ Não é pensar que tudo existe apenas porque nós assim acreditamos, ou porque se deve manter uma “sensação de segurança a respeito de um universo de eventos independentemente dados” (idem, *ibidem*). Na verdade a *confiança* nos veículos de comunicação instauraria, a partir de um sistema perito no qual os jornalistas e os jornais seriam autoridades para informar os fatos realmente importantes da vida moderna, uma percepção sobre os universos de eventos reportados pela imprensa “como resultados da contínua implementação reflexiva da atividade cotidiana” (idem: 88).

A confiança na classificação dos textos em categorias excludentes ratifica a estabilidade dos gêneros, ou melhor, da imagem de *coisa acabada* que se tem dos textos nos jornais. Isso tem como consequência uma prática discursiva hegemônica, (in)formando pontos de vistas avaliativos sobre os textos noticiosos e opinativos como se fossem descrições/apresentações *in natura* dos textos jornalísticos e do seu modelo textual, através da modelização da língua, da padronização da escrita e do estilo jornalísticos.

A Classificação do Bom Texto Jornalístico

Para mostrar como os objetos são construídos e desconstruídos no discurso sobre os textos jornalísticos, será trazido um exemplo, apenas ilustrativo, para refletir o problema. Nesta seção, são fundamentais as seguintes questões: 1) *como os textos são apresentados/representados nos manuais?* e 2) *como a confiança no modo de orientação textual age sobre o construto identitário dos gêneros?*

A maior ou menor flexibilidade dos gêneros discursivos, nesses aparelhos de referência, é posta sob um critério de decisão *estilística*, sob uma forma que veste o conteúdo de tal sorte que é possível *transmitir* os acontecimentos *transformados* em notícias de modo verdadeiro. O manual de redação e estilo serve não apenas como guia para a produção do “bom” texto jornalístico, como também apresenta o modo pelo qual a empresa jornalística a que pertence se comporta na produção e distribuição das informações.

A classificação dos textos nos jornais parte geralmente de uma classificação de suas páginas, nas quais, para alguns (Lage, 1999; Bahia, 1990; Medina, 1988) é possível retirar três grandes linhas para uma categorização: a informação, a informação ampliada e a opinião. A primeira contém uma linguagem mais codificada e tem obrigatoriamente que relatar os fatos de acordo com a realidade; a

²⁹ Giddens (1991) alerta para o fato de que “a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente, em sistemas peritos”.

segunda contém uma linguagem ainda monitorada, porém, com uma margem de interpretação (não permitida na primeira); a terceira contém uma codificação mais livre, visto que haverá uma reflexão opinativa sobre o fato a ser apresentado. As duas primeiras são, de acordo com a classificação, pertencentes à categoria noticiosa, como denominada neste trabalho (cf. Ex. 5, 23 e 43).

Nas práticas discursivas do jornalismo, classificar um texto como noticioso implica não somente classificá-lo como imparcial, de linguagem clara e objetiva, mas assegurar para este o *status* de politicamente correto, na perspectiva apartidária apregoada pela imprensa (para uma crítica ao *apartidarismo* dos jornais, cf. Arbex Jr., 2001). É ao contrário dessa fórmula que se constrói a imagem do texto opinativo, para o qual é reservada a opinião, assinada pelos colaboradores articulistas.³⁰

Deve-se observar como o já-dito, no que tange ao ideal de língua (*boa, correta, bela, clara/transparente*), ressemantiza-se no campo do discurso da escrita jornalística, de modo a filtrar os múltiplos dispositivos retóricos acessíveis à enunciação do jornalismo (Maingueneau, 1984),³¹ como se fossem o *retrato fiel* dos fatos transformados em notícia. Por não ser uma mera repetição, o discurso não se apresenta o mesmo, idêntico a si próprio —, tampouco se apresenta numa versão adamicamente idealizada, o primeiro. Mas a repetição do que é dito naturaliza os sentidos e os referentes, construindo identidade – sempre dando a impressão de algo fixo e acabado.

Os manuais revelam-se organizadores, guias, para a *boa* escrita do texto jornalístico e para o procedimento correto da imprensa.

Este manual contém as normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da **Folha**. [...].

Esta edição procurou também atender ao interesse dos leitores que utilizam o manual como fonte de consulta [...] cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência [...] – e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística [...].

O novo manual também traduz uma flexibilização progressiva de normas presentes nas edições de 1984 e 1987, mais impositivas. [...] (MFSP, 2001: 7) (Ex. 33)³²

De qualquer forma, o objetivo deste trabalho continua o mesmo: expor, de modo sistemático, as normas editoriais e de estilo adotadas pelo **Estado**. O Manual não pretende, com isso, tolher a criatividade de editores, repórteres e redatores, nem impor camisas-de-força aos jornalistas da

³⁰ É ainda recente a assinatura, cada vez mais comum, de textos noticiosos (reportagens em especial) nos jornais. A assinatura dos textos opinativos dava ao jornal imunidade sobre o assunto tratado (com exceção do Editorial, um texto que, em geral, vem sem assinatura e representa a opinião da empresa).

³¹ Os textos considerados como pertencentes à categoria noticiosa: notícia, reportagem etc.

³² Cf. Ex. 6. Com relação ao consulente, os três manuais afirmam a obra como de consulta a todos aqueles que desejam escrever melhor.

empresa. Seu objetivo é claro: definir princípios que tornem uniforme a edição do jornal. (MESP, 1997: 9) (Ex. 34)

Entendemos que o guia [O Povo] é, antes de tudo, uma fonte de informações para consultas rápidas feitas por pessoas que lidam diariamente com o tempo, [...]. Será muito útil também a todos aqueles que, por dever de ofício, precisam conhecer os meandros da língua portuguesa, expostos de modo objetivo e de fácil apreensão. (MP, 2003: 7) (Ex. 35)

Nesse anseio, nas práticas discursivas, elege-se, como o melhor texto jornalístico, aquele que apenas informa, ou seja, aquele que consegue ser *objetivo*, que consegue afastar a *indesejada subjetividade e o capcioso partidatismo da tendência X ou Y* (MP, 2003; MFSP, 2001; MESP, 1997). Os textos no jornal são, quanto à maior flexibilidade da forma em relação à objetividade, preferencialmente reconhecidos em duas grandes categorias: a noticiosa e a opinativa (Medina, 1988; Bahia, 1990).

Segundo Chaparro (*apud* Bonini, 2003: 13), no que tange à ênfase dada à informação, “a questão não é moral nem ética, mas técnica: para o relato dos acontecimentos a narração é mais eficaz”. Diferentemente da afirmação de Chaparro, a meu ver, a escolha da informação no jornalismo não se deve simplesmente à escolha da melhor técnica. O problema não é o porquê da preferência de uma técnica para o relato dos acontecimentos, mas o como a apresentação do texto da categoria noticiosa é usada para reivindicar atitude ética da imprensa. O fundamental não é a técnica em si, mas o que com ela é afirmado.

A técnica jornalística certamente não exclui um posicionamento ético, também não o inclui, embora assim seja vista. Como os dicionários e as gramáticas, os manuais são revestidos de autoridade e passam a representar um ideal de língua. Em contraposição, aos manuais é reivindicada uma linguagem mais coloquial, mais flexível (cf. Ex. 32), que marca a vantagem deles em relação ao modelo de língua desatualizada das gramáticas. Nesse contexto, é atribuída à escrita a característica de elegante, enredando o estilo num restrito plano expressivo para a padronização dos textos. Como consequência dessa padronização, o jornalismo garantiria a verdade e a imparcialidade dos fatos relatados nos jornais.

Para o jornalismo, o estilo quer dizer “[...] o modo de escrever e também a maneira de ser do veículo (Bahia, 1990: 82)

Embora o estilo seja encarado como modo de escrever, não é de se estranhar que sua representação sirva também para qualificar aqueles que o dominam. O discurso sobre linguagem nas práticas discursivas não se limita a produzir imagem apenas para a linguagem. Contudo, é nela em

que é depositada maior confiança. No quadro a seguir, é possível observar uma grade semântica da *linguagem jornalística dos manuais*, modelizada a partir de três tipos-base (palavra, informação e leitor), para a produção da notícia nos manuais de redação e estilo na apresentação/representação do *bom texto jornalístico*:

Quadro I	LÍNGUA DOS MANUAIS
<i>PALAVRA</i>	obtida através de seleção rigorosa, mas coloquial
	precisa/clara
	objetiva
	imparcial
	pura
	elegante
	autônoma
<i>INFORMAÇÃO</i>	verdadeira/fiel aos fatos
	objetiva
	imparcial
	noticiosa
	informação explícita
<i>LEITOR</i>	bem informado
	leitura <i>independente</i>

No Quadro I acima, a linguagem do jornalismo é identificada com a produção de textos noticiosos, textos prototípicos do jornalismo. A categoria noticiosa é representada como se excluindo a opinativa, uma vez que o texto noticioso corresponde ao relato fiel da fonte (evento ou entrevistado); o texto opinativo é subestimado para esse fim. Essa atitude revela, pelo menos, duas contradições: 1) se o relato verdadeiro e fiel dos acontecimentos é transmitido apenas nos textos noticiosos, o que é produzido pelo opinativo é mentiroso, ou, pelo menos, menos verdadeiro; 2) se os textos noticiosos e opinativos são dicotômicos, o tratamento dos fatos jornalísticos de ambos não

deveriam ser comuns, ou, pelo menos, não deveriam ser realimentados um pelo outro. Essas contradições são fruto da omissão da constituição do jornalismo e dos textos jornalísticos no Brasil. O que é constitutivo não morre na constituição, se auto-alimenta (cf. capítulo IV). Desse modo, não teria havido, na realidade, um ato performativo bem-sucedido às avessas, uma vez que a mudança de paradigma textual do texto opinativo para o noticioso não operou uma destruição nas regras do jogo da linguagem jornalística.

O estilo posto como seleção de forma acentua a postura de dicotomia entre as formas discursivas das duas categorias mais tradicionais na prática discursiva jornalística. Remetendo ao estilo um princípio organizador da estrutura, nega-se a ação conjunta da forma e do sentido (Granger, 1974) no processo estilístico dos textos jornalísticos, o que torna o estilo também um produto no discurso sobre linguagem nas práticas discursivas jornalísticas. A seleção do texto noticioso é posta como a seleção *necessária* para a *boa* informação, aquela que informa os fatos em si, deixando que o leitor tire suas próprias conclusões:

A missão do repórter é captar essa realidade com a maior amplitude e precisão possíveis e narrá-las com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato. (Costalles *apud* Medina, 1988: 68)

Isso só é possível porque o texto noticioso é apresentado/representado como estando isento de qualquer interesse político e ideológico.

21 –Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando **comentários** no material noticioso. (MESP, 1997: 17) (Ex. 36)

O POVO fundamenta os seus objetivos e as condições do pleno exercício da sua missão no reconhecimento do papel superior da Imprensa, posta a serviço da verdade, na defesa da livre expressão das idéias, do princípio da divergência e do espírito crítico, como condição da preservação das prerrogativas democráticas da cidadania. (MP, 2003: 305) (Ex. 37)

Ética

O compromisso do jornalista e de qualquer empresa jornalística é com a isenção na cobertura dos fatos, a liberdade de expressão, o direito de informar e o acesso do leitor a toda informação ou opinião importante. (MP, 2003: 296) (Ex. 38)

O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância. Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso. (MFSP, 2001: 77) (Ex. 39)

Segundo os manuais, o rigor na escolha das palavras (que devem referir-se fielmente ao fato acontecido e relatado) garante a imparcialidade e *objetividade* nos textos noticiosos. Em hipótese alguma pode haver opinião no texto noticioso (para uma crítica a esta afirmação dos manuais, cf. Koch, 1992). A heterogeneidade funciona como a *indesejada das gentes*, daí a categoria noticiosa excluir, por princípio, a opinião. Segundo as práticas discursivas jornalísticas, não há contato entre as categorias, pelo perigo de morte de uma delas. Realiza-se, com efeito, um recorte não na linguagem jornalística, mas na produção de sua imagem, para que seja mantida a *pureza da informação* na produção de textos noticiosos.

Diante do que foi exposto, é possível argumentar a existência de duas teses racionalistas na imprensa: a *literalidade das coisas*, uma vez que é possível a opção pela denotação (a língua toca o externo – rotula o mundo) e a *dicotomia entre as coisas* (o texto noticioso é completamente diferente do opinativo – a negação da heterogeneidade das coisas e da linguagem). Embora o jornalismo noticioso *opte* por uma fatia diferente da linguagem e isso possa sugerir que as palavras, na categoria noticiosa, pertencem a uma outra espécie de linguagem, ou mesmo um tipo nobre, entende-se, neste trabalho, que essa separação não passa de mais uma noção dicotômica.

A separação dos textos no jornal entre a categoria noticiosa e a opinativa passa por uma categorização avaliativa. A *descrição/apresentação* desses textos nos manuais de redação e estilo jornalísticos invalida questões como a *relativa estabilidade* dos gêneros discursivos e parte, no mínimo, de uma visão especular sobre a língua. Há uma tentativa de evidenciar a busca da verdade e da imparcialidade na intermediação dos *fatos* que se tornam notícias pela imprensa (cf. Ex. VII).

A seleção, todavia, feita não só pelo “tipo de língua” adotado, mas pelo fato transformado em informação pela imprensa, corresponde a uma seleção não natural. Os textos noticiosos fazem parte, como os textos de opinião – nunca identificados como textos primordialmente jornalísticos –, do processo social, semiótico e político da linguagem humana.

Um Exemplo Ilustrativo

Nesta etapa do trabalho, será apresentada a análise de dois textos jornalísticos (em anexo – 1 e 2), vistos como pertencentes às categorias noticiosa e opinativa, respectivamente. Apesar de se estar analisando os manuais de três jornais neste trabalho, optou-se, neste capítulo, pela análise de apenas um jornal, para que houvesse a comparação entre os textos de uma única empresa jornalística. Essa

eleição se pautou numa proposta ilustrativa, tanto para esta seção, quanto para o trabalho como um todo. Outro critério para a análise dos textos foi o de assunto, para que os graus de envolvimento ou distanciamento no texto passassem pelo mesmo crivo, já que o texto noticioso apresenta diferenças de acordo com o tema ou caderno em que esteja alocado (cf. Bonini, 1999).

Como objetivo central estarão os pontos de intersecção entre os textos, no que diz respeito ao trabalho de forma e conteúdo, isto é, o trabalho dos elementos expressivos para a construção do sentido tão bem quanto o trabalho do conteúdo pela seleção expressiva (ver Granger, 1974 e *estilo*, no capítulo IV). A análise dos textos, realizada nesta seção, não objetiva comprovar que tanto faz a classificação dos textos analisados numa ou noutra categoria, mas observar a presença de elementos indicadores de argumentação e opinião nos mesmos, o que, em princípio, é negado para o texto noticioso. Tentarei, nesta parte do trabalho, conciliar a análise do discurso voltada para a teoria social com a análise de elementos discursivo-textuais.

Texto 1

Na estrutura do primeiro parágrafo da notícia intitulada *Falas dirão a mercado se Lula é 'louco', afirma secretário dos EUA* (FSP, 29 de outubro de 2002, página A1), é importante atentar para as seguintes questões: *quem?*, *como?*, *quando?*, *por quê?* e *o quê?*. No lide³³ desse texto, temos anunciado o assunto que será abordado: o discurso ambíguo (como) do primeiro pronunciamento (quando, o quê) do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (quem):

Em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manteve a ambiguidade do discurso da campanha e tentou conciliar medidas sociais com a manutenção de austeridade econômica. (Ex. I)

A Representação do Discurso de Outrem

Em mais três parágrafos do Texto 1 (segundo, terceiro e quinto), as falas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, são marcadas por aspas, demarcando o limite das vozes no texto. No fragmento “Selo do combate à fome”, com “verbas e “poderes” para a defesa dos “humilhados e ofendidos” [*sic*] (segundo parágrafo), as palavras demarcam a fala do novo presidente do Brasil, que dizem respeito às políticas previstas para os seu primeiro ano de mandato. A estratégia de citação ora é considerada negativa na prática jornalística (porque a notícia deve trazer fatos e não falas), ora é valorizada como forma de o jornalista se distanciar (ao trazer a fala relatada na notícia).

³³ Parágrafo inicial do texto que resume o que tem de mais importante na matéria (cf. MP, 2003; MFSP, 2001; MESP, 1997).

declaração textual – Quanto menos usado o recurso da declaração textual, mais valor ele adquire. (MFSP, 2001: 39) (Ex. 40)

O título da matéria já antecipa que no texto haverá algum valor atribuído ao discurso do novo presidente do Brasil, uma vez que é um título construído a partir da fala do então secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill. Os textos noticiosos estão repletos do discurso relatado (cf. Gomes, 1995; Lorda, 1997; Cavalcanti, 1999; Melo, 2000; Cunha, 2002). É preciso destacar que, nos manuais de estilo e livros técnicos jornalísticos, as declarações são tratadas como um mero reforço da *verdade* dos fatos noticiados. Percebe-se, nessa afirmação, que o discurso relatado é *apresentado e descrito* nos manuais como uma forma de demarcar apenas a voz do outro, mantendo uma fronteira muito nítida com a voz do jornalista, recuperada pela prática discursiva hegemônica como isenta.

Maingueneau (1993) diz não haver diferença significativa entre os discursos direto e indireto. Ambos servem para marcar a voz de outro no texto; a diferença é que, no discurso direto, alega-se reproduzir literalmente as declarações. Para o autor, trata-se mais de uma encenação do que uma similitude. Essa conclusão coincide com o que se quer apresentar neste ponto do estudo, a intertextualidade no texto noticioso (cf. Fairclough, 2001; capítulo IV). “[...] Enunciados – ‘textos’ em meus termos – são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (Fairclough, 2001: 134). Em outras palavras, textos que falam outros textos ou ainda textos que são falados por outros textos.

Os manuais apresentam as *declarações textuais* como uma técnica para *confiança*, um sistema perito que fornece credibilidade aos fatos jornalísticos. As declarações textuais, chamadas por Fairclough de *representação do discurso na intertextualidade manifesta*, isto é, as marcas explícitas de outra voz no enunciado, com ou sem alterações sintáticas são bastante usadas pelos textos noticiosos da imprensa.³⁴ A intertextualidade é a confirmação da história dos textos – textos foram, são e serão outros textos –, um modo de “reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos), para gerar novos textos” (idem, p. 135).

Os manuais de redação enfatizam a necessidade de ser fiel às reproduções das declarações feitas ao jornalista (muito enfatizada nos comentários e verbete *precisão* dos manuais). Tanto o MESP (1997) quanto o MFSP (2001) proíbem a alteração das declarações, salvo os casos em que

³⁴ Para Lorda (1997), a incorporação do uso da citação de declarações na imprensa tem aumentado muito nos últimos 20 anos.

houver *erros gramaticais* ou *palavras chulas*, a não ser, no entanto, que isso seja necessário para a informação.

A reprodução das declarações deve ser literal. [...].

Na reprodução de declaração textual, seja fiel ao que foi dito, mas, se não for de relevância jornalística, elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral [...]. Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito – desde que respeitado o conteúdo. (MFSP, 2001: 39) (Ex. 41)

Para esse manual a mudança da forma não implica mudança no conteúdo, o que representa a confirmação do conceito limitador do estilo: aquele que consegue vestir o conteúdo. Além disso, o MFSP (2001) indica o uso das aspas para delimitar uma citação, mas aconselha evitá-las quando o uso sugere uma ironia. Gomes (1995), ao considerar esta injunção nas práticas discursivas do jornalismo, no que se refere à literalidade do que foi dito, aponta-a como purista e utópica. Para a autora, o uso freqüente de citações, nos textos jornalísticos, atende às funções de ilustrar e de dar credibilidade à notícia veiculada, isto é, fornecem autenticidade e veracidade ao texto, o que não contradiz o entendimento que os manuais e livros técnicos fazem desse recurso (Lage, 1999; Noblat, 2003).

O interessante no texto em análise é que o recurso da citação ou declaração textual, como é conhecido nos manuais, prepondera. Toda a “ambigüidade” mantida no discurso da campanha, segundo o lide desse texto, é reforçada pela seqüência de representação do discurso, principalmente, no parágrafo seguinte, no qual o discurso do presidente eleito é aspeado. Pode-se depreender no final do lide, a justificativa para a afirmação da ambigüidade do discurso do presidente:

[...] Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manteve a ambigüidade do discurso da campanha e *tentou conciliar medidas sociais com a manutenção de austeridade econômica*. (Ex. II) (grifo nosso)

A representação do discurso posta em evidência no Texto 1 coopera para que, neste texto, possa se falar em “ambigüidade do discurso” do presidente eleito. No exemplo acima, o conectivo *e* (pela gramática normativa, conjunção aditiva) tanto pode funcionar como o conectivo explicativo *pois*, como pode ser substituído pelo sinal de dois pontos (:). Isso é possível quando se pergunta a que ambigüidade, no discurso da campanha do presidente eleito, o Texto 1 se refere.

Na representação do discurso, tanto o sintagma “segundo ele” (segundo parágrafo) demarca bem a fala do presidente eleito, que se compromete com o “selo do combate à fome”, no seu primeiro ano de gestão (medida social), como o verbo *reiterar*, no terceiro parágrafo “Mais adiante, Lula

reiterou o seu compromisso com a estabilidade econômica, o cumprimento dos contratos do país e a responsabilidade para manter o superávit”, serve para os argumentos de ambigüidade no discurso do presidente eleito, que concilia a intensificação de medidas sociais com o cumprimento dos contratos.

Segundo Marcuschi (1993, 1991), toda vez que se relata o que alguém disse, inclusive nos casos em que houver supostamente citações *ipsis verbis*, o que foi dito sofrerá mudanças significativas, num processo de reformulação e recriação da fala do outro. No entanto, para os manuais (MP, 2003; MFSP, 2001; MESP, 1997), em declaração textual, não há mudança significativa no discurso representado no texto.

Os manuais e livros técnicos, em geral, abordam a representação do discurso, feitas nos modos direto e indireto, como um mecanismo de autenticidade e prova da imparcialidade da imprensa sobre as notícias veiculadas (em especial no primeiro caso). Mas é importante observar que a intertextualidade, ou essa capacidade de retomar ou de responder a outros textos, também acontece sem marcas explícitas. A esse tipo de “incorporação” de outros textos Fairclough (2003) chama *interdiscursividade*. Apenas para diferenciar esse modo de conter outros textos da intertextualidade manifesta, este trabalho, estará utilizando o termo *interdiscursividade*.

Como Fairclough (idem: 135) afirma: “a relação entre intertextualidade e hegemonia é importante” (cf. capítulo IV). O condicionamento das relações de poder não compete meramente à intertextualidade (seja a manifesta – a remissão das vozes de outrem explicitamente –, seja a interdiscursividade – a remissão dos textos a outros textos sem marcas explícitas; cf. Fairclough, 2001), mas à hegemonia de algumas práticas discursivas estabilizadas pela intertextualidade existente nos textos e nos discursos sobre textos.

A afirmação de que a declaração textual (representação do discurso), nas práticas discursivas da imprensa, é um modo de comprovar a imparcialidade do jornalista e do jornal serve como comprovação de que as relações de poder são mantidas por esta instituição e não pela intertextualidade que, no entanto, é utilizada para *garantir* a imparcialidade desse veículo de comunicação. Certamente, proposta uma pesquisa sobre o uso dos verbos de declaração na representação do discurso, não será difícil se constatar que esses verbos não seriam utilizados para representar a voz de todos do mesmo modo. Provavelmente, uma fonte como um gari dificilmente receberia, para representar seu discurso, na imprensa, verbos como *afirmar* e *analisar*, para sintetizar a sua fala.

O Título e o Corpo do Texto

Nas práticas discursivas do jornalismo, o título é considerado a síntese da matéria, idéia que circula tanto em livros técnicos de jornalismo quanto na academia (cf. Bahia, 1990; Gomes, 1995). A relação entre título e corpo do texto em análise se dá pelo jogo entre a fala do presidente eleito e a fala do secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill. A “ambiguidade”, afirmada no discurso do presidente (a conciliação de medidas sociais com a austeridade econômica do novo governo), será o alvo do mercado, segundo o secretário Paul O'Neill (para comprovar se o presidente brasileiro é louco ou não).

O secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill, disse que o mercado observará os primeiros discursos de Lula e que suas palavras “devem assegurar a eles que não é um louco”. (quinto parágrafo) (Ex. III)

Entre o título “*Falas dirão a mercado se Lula é ‘louco’, afirma secretário dos EUA*” e a afirmação do secretário do tesouro estadunidense “(...) que suas palavras ‘devem assegurar a eles [eles deve estar se referindo aos *agentes* do mercado] que não é um louco””, há uma certa ambivalência. Não é possível saber se a representação do discurso do secretário do tesouro dos Estados Unidos neste texto diz respeito ou não ao estado de desequilíbrio mental do presidente brasileiro, tampouco é possível afirmar, pela representação do discurso, se isso foi um *recado* de alerta para o presidente do Brasil.

O título do Texto 1 certamente não pode ser defendido como imparcial, a exemplo de muitos outros. A estrutura condicional não caberia no *gesto da boca* de um secretário do tesouro, visto que as relações diplomáticas exigem maior decoro. Tanto essa estrutura no título não tem nada de neutra que, se for recuperada a última linha do texto: “que suas palavras ‘devem assegurar a eles que não é um louco’”, verifica-se no trecho demarcado como declaração de Paul O'Neil uma modalização deôntica. Em outras palavras, em vez de uma estrutura condicional, como a feita pelo jornalista/jornal no título, o Secretário do Tesouro dos EUA utilizou uma forma que indica quase uma obrigatoriedade “devem assegurar”, anulando qualquer suposição de que o secretário tivesse afirmado ser possível qualquer comportamento inesperado e “tresloucado” do presidente brasileiro em seu discurso.

A esse respeito é importante ressaltar o uso dos substantivos “falas” e “ambiguidade” nesse texto. Segundo manuais, o uso de adjetivos, advérbios deve ser bastante restrito, quando não evitado. A percepção sobre determinadas categorias gramaticais pauta-se na ilusão de que algumas delas são

mais nobres que outras; talvez fosse melhor falar na essência atribuída a algumas, como a função atribuída aos substantivos. Nessa assunção, substantivos como *ambigüidade* e *falas* são vistos como substância, isto é, um tipo de palavra que designa, refere, representa algo. Em outras palavras, substantivo é a palavra que não predica. O juízo sobre essa categoria mostra a vitalidade de posturas como as da imprensa, que se utilizam da imagem neutra de nomes substantivados, como se isso fosse realmente uma atitude imparcial. Denominar, nomear em hipótese alguma é uma atitude desprovida de avaliação e muito menos de performatividade (Austin, 1990). A predicação é a própria *natureza* da linguagem. À medida que os textos são sempre já falados, os substantivos são qualificadores antes mesmo de serem promovidos a representantes da substância de algo: todo substantivo já foi participio passado. Parodiando Austin, os substantivos são adjetivos disfarçados.

Texto 2

O Texto 2 *Mudança e Equilíbrio* (FSP, 29 de outubro de 2002, página A1) trata, como o texto I, do assunto da eleição presidencial brasileira. O texto em análise corresponde ao gênero *editorial*, texto que “expressa a opinião de um jornal” (cf. Ex. 43). Para os manuais analisados, o *estilo* desse texto deve ser *enfático* e *equilibrado*. Como o editorial está inscrito na categoria opinativa, não será preciso defender a opinião e a argumentação presentes nele. No entanto, o único gênero discursivo do jornal da categoria opinativa que não é assinado tinha de ser, de algum modo, equilibrado.

Esse gênero, que representa a opinião do jornal, sempre está na mira dos leitores e críticos do jornal, não seria ele, pois, motivo para o jornal agir de forma *deselegante*. A opinião é resguardada neste caso como fazendo parte do texto jornalístico; no entanto, o editorial precisa ser poupado do exagero que pode haver no texto opinativo, em razão de a opinião aparecer, na maioria das vezes, como uma categoria de segunda classe para o cumprimento do papel principal da imprensa. Para a opinião, fica reservado um lugar de coadjuvante, embora nos casos dos editoriais, esse gênero fique evidenciado como equilibrado. O desprezo ao modo opinativo é exercido até quando se fala num jornalismo crítico:

jornalismo crítico – Princípio editorial da Folha. O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico. Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento. (MFSP, 2001: 44) (Ex. 42)

A opinião, assim, está fora do jornalismo crítico, uma vez que, pela pressuposição (cf. Wodak, 2002, 1989; Fairclough, 2001), ou seja, proposições tidas como já dadas pelas práticas discursivas jornalísticas, o texto noticioso pode, por uma série de procedimentos que testemunham a imparcialidade da imprensa, atender ao princípio do *jornalismo crítico*. Mas o que seria um jornalismo crítico sem opinião? Quando se faz um jornalismo crítico noticioso não se tem que opinar por determinadas questões a serem tratadas? A opinião, nos manuais, é excluída, mesmo quando evocada. Sem dúvida, ela faz parte do outro do texto-modelo da imprensa na apresentação/representação de uma certa identidade para este veículo de comunicação (cf. Quadro I).

O *Editorial* recebe um tratamento um pouco diferenciado em relação aos outros textos de opinião. Obrigatoriamente, este gênero discursivo não é assinado, já que o próprio jornal assume uma posição a partir dele.³⁵ Isso pode ser visto no MFSP, no espaço reservado à *apresentação/descrição*, muito sumária, dos gêneros discursivos usados na *Folha de S. Paulo*, ao todo nove, segundo o manual: análise, artigo, editorial, crítica, crônica, *feature*, resenha, notícia, reportagem:

3) editorial: expressa a opinião do jornal e nunca é assinado; deve ser enfático, equilibrado e informativo, apresentar a questão tratada e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e refuta os contrários. (MFSP, 2001: 71) (Ex. 43)

A Construção do Sentido das Palavras e os Objetos no Discurso

Mudança e equilíbrio traz como assunto a mudança de governo no país. Como o gênero escolhido representa a opinião do jornal, o tema exige tratamento cuidadoso com o texto. O foco do Texto 2 desliza do tema eleição presidencial para a “correlação nacional de forças políticas”, na medida em que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, mesmo que bastante expressiva, tenha, para o jornal, se dado de forma atenuada por causa da vitória de partidos PSDB, PMDB e PFL nos governos dos Estados brasileiros, no segundo turno:

³⁵ A questão da autoria e da assinatura (cf. Alves, 2002) parece ser uma fonte rica para uma pesquisa das práticas sociais e discursivas no jornalismo. No momento, pode-se especular por que os gêneros propostos como da categoria noticiosa, por pertencerem à informação, não são, na maioria das vezes, assinados: a relação entre assinatura-subjetividade e *o poder dizer* na imprensa advém da jurisprudência como um modo de defesa (Mariani, 1999) ou mesmo do processo identitário desse veículo. Todos os aspectos de maior ou menor comprometimento com a informação, tão caros à instituição jornalística, estarão resguardados de uma reclamação pública cujos danos à imprensa podem ser ora financeiros ora a sua imagem (cf. capítulo I; Argolo, 2002). No capítulo IV, haverá uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre subjetividade, imprensa e ética.

Findo o segundo turno das eleições para presidente da República e para governador de 13 unidades da Federação, há um saldo de equilíbrio na correlação nacional de forças políticas. A “onda” oposicionista de centro-esquerda que se notara no primeiro turno persistiu o suficiente para garantir a Luiz Inácio Lula da Silva mais de 50 milhões de votos. Mas foi bastante atenuada no âmbito estadual. (primeiro parágrafo) (Ex. IV)

O parágrafo do Texto 2, acima, está organizado de modo a apontar o que será trazido no resto do corpo do texto: a opinião de que o cenário político brasileiro demonstrou equilíbrio ao não mudar completamente. *Equilíbrio*, neste texto, mantém uma estreita relação com mudança, no caso, a do cenário político brasileiro. *Equilíbrio*, neste contexto, diz respeito às derrotas que o PT, partido do presidente eleito, obteve na disputa ao governo de sete unidades estaduais no segundo turno. O PSDB, partido opositor do PT, foi vitorioso em cinco dos seis Estados em que disputou o governo estadual. Mais uma vez o substantivo predica: serve para desqualificar a vitória presidencial. *Equilíbrio* seria, portanto, a manutenção do poder de outros partidos que não o PT. O jogo entre *mudança* e *equilíbrio* nas eleições de 2002 seria o que os liga como objetos no discurso do texto: a manutenção de alguns partidos no poder, o que quebra a oposição na relação entre *mudança* e *equilíbrio*.

Esse editorial apresenta informações *precisas* sobre o número de derrotas do PT (partido que, segundo o texto, representaria *mudança*, preferencialmente, no cenário político federal brasileiro). Se por um lado, aparecem todas as vitórias ao governo estadual por parte dos representantes de outros partidos (PSDB, PMDB e PFL, tendo o PSDB representantes para a próxima disputa ao cargo de Presidente da República), por outro lado, o PT, partido que representa a mudança no *status quo* da governabilidade brasileira, apresenta-se em evidente desvantagem no texto. Especialmente, o segundo e terceiro parágrafos tratam do “equilíbrio” no cenário político brasileiro, indicando, inclusive, não só já as “boas condições” para fazer oposição ao partido do mais novo Presidente da República, mas as “boas condições” para a sua sucessão nas eleições de 2006:

O PSDB, se decidir fazer oposição no plano federal, terá boas condições de reconstruir um caminho que o torne competitivo em 2006 [...]. (terceiro parágrafo) (Ex. V)

Pode-se especular que a predominância do tema *equilíbrio* no texto é a prova de que a *mudança* é tratada muito mais numa perspectiva de manutenção (equilíbrio) do que de transformação. Esse texto, no entanto, demonstra o cuidado do jornal com relação ao prognóstico que possa decorrer de *Mudança e Equilíbrio*. É assim que se percebe maior cautela no último parágrafo do texto, no que tange ao quadro que apresenta do cenário político atual brasileiro,

contudo, o aparente controle apenas disfarça a *constatação* da *pseudo*-vitória conquistada pelo Partido dos Trabalhadores no país:

É muito cedo para qualquer prognóstico mais conclusivo sobre o balanço de forças políticas a partir de janeiro de 2003.[...].
[...] neste momento, **há dois atores emergentes** com capacidade de atrair apoios: o PT [...] e o PSDB [...]. (quinto parágrafo) (grifo nosso) (Ex. VI)

O texto 2, diferentemente do texto 1, apresenta apenas uma única palavra aspeada. O uso das aspas marcou a representação do discurso das declarações textuais trazidas no texto 1; já no texto 2, as aspas serviram para indicar o uso *mais coloquial* da palavra “onda” no primeiro parágrafo (cf. Ex. IV), uma voz que não é de alguém específico, mas usada numa linguagem mais coloquial. Como marcadoras de uma pluralidade discursiva da palavra “onda”, ou melhor, como recurso tipográfico que mostra a palavra *onda* como se ela estivesse num sentido que não o seu (cf. capítulo II), e, por isso, de uso restrito no jornal, as aspas são um recurso muito usado na imprensa. De um jeito ou de outro, a representação do discurso é marcada, com muita frequência, por essas marcas tipográficas, para desvincular a voz do jornal de outras vozes.

As citações, como efeito de diferentes vozes no texto, mostram-se bastante eficientes, sendo o recurso das aspas pouco usado nos textos opinativos (cf. Cavalcanti, 1999), uma vez que esses, preferencialmente, usam um estilo de escrita aparentemente monofônico. A palavra *onda*, a meu ver, marca uma representação do discurso ao negar, pelos usos das aspas, a representação literal que o jornal faz das palavras. Além de representar essa *falta de literalidade*, necessária à leitura feita do uso da língua pela imprensa, essa palavra representa a coligação feita entre os partidos de centro-esquerda contra a força política de centro-direita.

Com algumas ressalvas, é possível afirmar que o *editorial* não é um texto que recorre à intertextualidade manifesta, resultado das lutas hegemônicas que se travam para os enunciados dos textos *relativamente* estáveis. Nas práticas discursivas do gênero *editorial* é comum a interpretação de que esse gênero, assim como os outros opinativos, são monofônicos (cf. capítulo IV), não obstante, isso aconteça em graus diferentes. A interdiscursividade acontece em qualquer texto, o que sugere que o *Editorial*, ao ser apresentado/descrito/representado como opinião do jornal, isentando-se de participar da opinião de terceiros, também faz parte da grande continuidade histórica do discurso. De algum modo, o texto I é retomado no texto 2 (ou seria o contrário?), visto que a eleição

presidencial e a vitória do PT, tanto num quanto noutro texto é apresentada/representada com algum prejuízo de imagem para o partido.

A Operação Argumentativa

Nesse texto, ocorre o uso de: a) operadores argumentativos – como *mas*, em favor de determinadas conclusões (cf. Koch, 1984); b) predominância do tipo dissertativo, sem incursões, por exemplo, na primeira pessoa do discurso (o que de fato não poderia deixar de ocorrer, visto que esse gênero representa o jornal) (cf. capítulo IV). No entanto, o que mais chama a atenção nesse texto é que a opinião do jornal é construída pelo respaldo da informação ou linha informativa do texto: o editorial deve ser *equilibrado e informativo*.

Se a informação não for tomada estritamente de modo *puro* (como notícia), ou seja, como

Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos noticiosos podem ser justapostos de maneira tendenciosa. [...] Não use desses expedientes. (MFSP, 2001: 88) (Ex. 44)

é possível afirmar que o Texto 2 apresenta uma opinião baseada em dados, *informações* sobre o processo de eleição no segundo turno em todo o Brasil. Em outras palavras, a informação permeia esse gênero representante da opinião do jornal de modo a ser confundida com estatística, pesquisas eleitorais etc. No editorial analisado, dados oficiais representam fatos concretos e, por isso, informações verdadeiras para o equilíbrio da opinião do jornal.

A preocupação com a informatividade no editorial não é à toa: é importante que o jornal, mesmo que admitindo sua opinião nesse gênero, não se comprometa com opiniões advindas de uma análise desacompanhada dos *fatos*. Não há uma crítica mais incisiva no texto 2, mas um texto prudente, sem adjetivos ou *qualificadores*, como seria o texto noticioso mais analítico do *jornal Folha de S. Paulo*: uma análise crítica baseada em dados comprovados pelo resultado das eleições do segundo turno. Essa composição do texto opinativo computa-lhe a identidade de um texto comprometido com o leitor. Talvez seja essa a conclusão pretendida para o *ethos* do gênero que representa a opinião do jornal: o de elegante e harmonioso nos comentários. Como a representação do discurso nas declarações textuais nos textos noticiosos, essa técnica discursiva (tecnologização) do jornalismo confere ao editorial um efeito de *verdade*, de compromisso com a realidade dos fatos.

CAPÍTULO IV

IDENTIDADE, ÉTICA E ESTÉTICA NA IMPRENSA

Eu reduzida a uma palavra? Porém qual palavra me representa? Uma coisa sim que eu sei é que eu não sou meu nome. Meu nome pertence aos que me chamam. Porém meu nome íntimo é zero. É um eterno começo que interrompe sem parar minha consciência de começo.

(Clarice Lispector)

Reduccionismo e Identidade: um modelo para a imparcialidade?

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), a cultura estabelece para a alteridade a identidade do eu. A razão que nomeia, que designa, que identifica é a própria astúcia do eu-nomeador, ao tentar separar o objeto e seu conceito, o eu e o outro, o sujeito e o objeto. Acredito que fosse esse o modelo classificatório e identificador, que reduz a alteridade à identidade ou dá vazão à homogeneidade em detrimento da heterogeneidade, objeto da crítica de Adorno e Horkheimer à Razão (1985). Certamente, esses pensadores estavam, sobretudo, repudiando o fundamentalismo na filosofia e a metafísica da identidade, vinculada às estruturas de dominação e, por isso, não mostraram interesse na necessidade existencial do “eu” (como, num certo sentido, mostra Giddens, 1991).

A crítica que eles fizeram ao poder identificador estava atrelada à dialética negativa: o horrorizar-se de si mesmo, seria uma saída para a ética. Nisso não há como esquecer um outro pensador, Bakhtin (s.d. para tradução brasileira [1986]). Ao *desentender-se de si mesmo* para encontrar-se com o outro talvez “se tenha de descarrilar destes tempos do possível e do previsível” (Placer, 2001: 89). O entendimento do outro – algo que só existe como por vir –, não é simplesmente um futuro a alcançar, uma vez que o foracluído, o outro, é posto em conflito não chegando a ser incluído, mas é, sobretudo, uma promessa de justiça.

Alguns estudiosos ligados aos estudos da semântica e filosofia da linguagem (Austin, 1993; Horkheimer, 1975; Ryle, 1975b e Quine, 1975c) também criticaram a prática do reduccionismo, devido à mutilação sofrida pela linguagem, acentuada pela necessidade cientificista de se chegar a uma unidade mínima. Toda redução, por sua vez, traz à baila alguns foracluídos no jogo discriminatório da prática identitária, marginalizados pelos aparatos dicotômicos nos processos classificatórios. Para Quine (1975d), a identidade é um expediente conveniente à ontologia, pela economia que proporciona, uma forma de estabilizar a relatividade do tempo e do espaço. A análise

de modelos de fechamento e observação, de algum modo, encarnações institucionais e específicas de uma “consciência” que organiza, impõe uma ordem à “multiplicidade desordenada do impulso” (Dews, 1996: 54[1986]).

Na instituição jornalística, é possível ver uma organização em torno do *material* de trabalho do que é considerado *boa* imprensa. Em *Vigiar e Punir* (1992), Foucault interpreta o modelo panóptico como um modelo de disciplina que age sobre os corpos dóceis, tornando-os vulneráveis, (para Bourdieu, 1996, não seria isso uma questão de *discipline* – termo em francês que implica uma certa obrigação –, mas um regime do hábito). Não há como não lembrar aqui da questão hegemônica (cf. capítulos I, II e III) que, antes de ser um motivo para não se falar em ideologia, põe o aspecto microfísico e político em discussão (cf. Fairclough, 2001; Foucault, 2004; Barret, 1996[1991]).

Hegemonia contribui para constituir uma forma de coesão social, não necessariamente através do consenso, mas mais efetivamente pelo caminho das práticas, técnicas, e métodos que infiltram mentes e corpos, práticas culturais que cultivam comportamentos e crenças, gostos, desejos, e necessidades aparentemente ocorrendo tão naturalmente como se fossem qualidades e propriedades incorporadas na realidade psíquica e física (ou ‘verdade’) do sujeito humano.³⁶ (Smart, 1986: 160)

As práticas do cotidiano institucional geram também a fusão entre sujeito e objeto – estabelecendo uma ordem sobre os indivíduos que passam a ser *intérpretes da instituição*, apagando o *conflito*, a *tensão*, a *resistência*, indícios de subjetividade que não são evidências. Esses indícios que não são dados de uma realidade objetiva são, a meu ver, uma forma de minar a identidade metafísica ou mesmo especular entre sujeito e objeto, essência e aparência –, um modo de ser diferente do que está aí; sem, no entanto, postular, o que tem que ser (cf. Horkheimer, 1975).

A angústia de Clarice Lispector, por definir-se em processo para não ser pega pela palavra que aprisiona, anuncia esse novo capítulo. Pode ou não a linguagem dominar a exterioridade? Recapitulando: no surgimento e no estabelecimento da imprensa, no como sua *identidade* é moldada, performativamente, nos jogos de linguagem das práticas discursivas jornalísticas hegemônicas, que reivindicam certa identidade, pode-se observar tanto como a língua molda a imprensa, quanto como aquela é moldada por esta (para uma discussão sobre *os atos ilocucionários como jogos da linguagem*, cf. Rajagopalan, 1989). O discurso sobre a linguagem nas práticas discursivas dá corpo à

³⁶ *Hegemony contributes to or constitutes a form of social cohesion, nor necessarily through consent, but most effectively by way of practices, techniques, and methods which infiltrate minds and bodies, cultural practices which cultivate behaviours and beliefs, tastes, desires, and needs as seemingly naturally occurring qualities and properties embodied in the psychic and physical reality (or ‘truth’) of the human subject.*

própria imprensa – a como ela se *subjetiva* ou se substantiva, numa clara política de representação, de reivindicação de uma certa identidade.

Quem sou? Quem ela é? São perguntas possíveis para revelar a identidade da imprensa e a esperança num suposto substantivo definitivo. *Ela é ...* Os cânones da normalidade, como diria Ferre (2001: 196), exibem uma “certeza do eu, das coisas, marca aquilo que deve ser habitual, repetido, reto [...]”, oferecem um encerramento do outro num envoltório opaco e tecnicista. Os textos jornalísticos, os jornalistas, o jornal, o leitor-consumidor são reduzidos pela exclusão do outro – o que eles não s(er)ão para que o jornal seja representante da boa imprensa. Nessa empreitada, *de se identificar e não se identificar com*, do “idêntico” e “inidêntico”, são reduzidos alguns aspectos no fazer jornalístico com a língua e criada uma visão *Ética* e estética da imprensa imparcial. Para discutir tais questões, será trazido à discussão o caso que envolveu o *New York Times* e o governo brasileiro em maio de 2004.

A Indesejada Subjetividade no Procedimento Ético do Jornalismo

Por que motivo a *subjetividade* é indesejada pela imprensa? Não há uma resposta simples e definitiva para esta questão. Nessa seção, faço uma reflexão sobre o modo de silenciamento da subjetividade na escrita jornalística. Duas questões se fazem prementes nesse objetivo: 1) de que modo os manuais de redação e estilo jornalístico *descrevem/apresentam* a linguagem usada nos textos jornalísticos?; 2) o que é estilo para o jornalismo? A resposta dada pelos manuais e livros técnicos jornalísticos para essas questões faz parte do mote criado pelo jornalismo contemporâneo para proteger sua imagem: imparcialidade da imprensa pela *transparência* da linguagem jornalística e pela sua *objetividade* (as metáforas da transparência e da neutralidade). Importa, neste momento, verificar como *língua, estilo e jornalismo* são tratados nas práticas discursivas.

Desde que o jornalismo brasileiro trocou *a participação mais ativa* na sociedade por um modelo de informação mais isento, a *subjetividade* passou a ser indesejada pela imprensa, vista como propriedade em que transparece sentimento e afeto. A busca da objetividade do texto é a busca do texto impessoal, conciso e direto – pronto para representar o fato e não para fazer um juízo de valor dos acontecimentos do mundo. *Verdade* e *fato* são noções recorrentes para a afirmação da responsabilidade que a imprensa assume ao ser portadora das informações, ou seja, ao lidar com a língua, o jornalismo, os textos jornalísticos são apresentados como se transportando os fatos, que se

tornam notícia. Para a imprensa, isso seria uma espécie de tradução e, nesse caso, *criar a notícia não seria fabricar um fato* (MFSP, 2001).³⁷

O *fato*, não se devendo confundir com a *verdade*, pode ser confirmado – a *verdade* seria algo verificável no mundo.³⁸ Não há como escapar de uma adesão da imprensa à tese do realismo e da semântica especular no tocante à linguagem adotada: a imprensa tem compromisso com a *verdade*, já que os acontecimentos, os eventos que ela relata existem – têm um estatuto ontológico. Não estou afirmando que a imprensa se comprometa até os fios de cabelo com as *verdades gerais* (apesar de criar uma expectativa sobre isso), mas ela apregoa uma adequação empírica ao que informa, especialmente no que tange ao texto noticioso.

A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa necessariamente comprovar o ponto de vista do autor. Já a análise procura explicar o noticiário de maneira objetiva. (MP, 2003: 298) (Ex. 45)

Não há fatos – só boatos – naquilo que, se tanto, poderia ter sido um relatório interno do correspondente para seu editor em Nova York a respeito dos falatórios anônimos, sem demonstração factual. E sem isso não há notícia, há no máximo ilação. (Dora Kramer, coluna *Reação excede a carência dos fatos*, *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 2004) (quinto parágrafo) (Ex. VII)

Lembremos afirmação feita por Luis Eblak (Ex. A) sobre a transparência ser uma das essências do jornalismo, que deve *tentar mostrar as coisas como elas são* e não as mostrar pela ótica dos proprietários dos jornais. Essa desconfiança nos poderes ou poderosos, donde há de vir o desemprego, e a segurança, na transparência da linguagem, faz-me lembrar o como esta pode tocar no que é *exterior* (refiro-me não à relação especular entre língua e mundo, mas a linguagem que age performativamente). Neste capítulo discutiremos o fato jornalístico criado pelo *New York Times* acerca da “preocupação nacional” sob o suposto problema alcoólico do presidente da República do Brasil, que estimulou na imprensa o debate sobre liberdade de expressão e censura (além, é claro, de servir para o debate sobre o suposto vício do presidente Lula com bebidas *versus* o mau jornalismo).

A imprensa (in)forma uma visão de língua “cognitiva”, quando, ao colocar a verdade anterior à linguagem, esquece do ato de fala e põe os textos noticiosos como se estivessem constatando uma realidade. A visão da linguagem como performativa desloca essa posição, porque nela o aspecto

³⁷ Como *intérpretes* do jornal, os jornalistas assumem a responsabilidade para transmitir a *verdade* dos fatos. Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (*apud* MP, 2003: 314), artigo VII, “O compromisso do jornalista é com a verdade dos fatos e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.”

³⁸ Para as práticas discursivas hegemônicas, a *especulação* jornalística, quando feita com *responsabilidade*, é também uma importante ferramenta para a imprensa. É indispensável que, num mercado de grande concorrência, a informação nova, o *furo jornalístico*, em oposição à *barriga* (notícia falsa), esteja presente (MP, 2003; MFSP, 2001; MESP, 1997).

referencial só ocorre na situação dialógica (Felman, 2003), o que redimensiona a realidade. Essa visada, no entanto, ainda é recusada por muitos autores. O ponto de vista do jornalismo sobre a realidade e a transparência da linguagem aproxima-se, até certo ponto, de uma defesa ao realismo, como a que é feita por Searle (2000: 23-4):

1. Suponhamos que o realismo externo seja verdade. Nesse caso, existe um mundo real, independente de nós e de nossos interesses.
2. Se existe um mundo real, então existe um modo como o mundo realmente é. Existe uma maneira objetiva como as coisas são no mundo.
3. Se existe uma maneira como as coisas realmente são, então deveríamos ser capazes de dizer como são.
4. Se podemos dizer como são, então aquilo que dizemos é objetivamente verdadeiro ou falso dependendo de nosso êxito ou fracasso em dizer como são.

Searle leva o leitor a, pelo menos, concluir três termos que estão aí: o mundo (real), a verdade (objetiva) e o dizer (língua transparente), para concluir, a partir dessa construção condicional, que esses são os desafios que os anti-realistas enfrentam. A adesão de Searle a condições de verdade pelo êxito do dizer credencia esse filósofo tanto ao realismo quanto a tese do sujeito cognoscente – existe uma consciência ou um controle absoluto sobre o que dizemos, como ele irá realmente afirmar no decorrer do livro em que defende as teses do realismo externo e do racionalismo (da consciência biológica e da intenção). Nesse caminho, o autor apresenta a *ontologia* e a *verdade* como questões *a priori* e, ao fazer isso, relaciona-as à língua. Por exemplo, ao afirmar que *quem diz* “tem compromisso com a verdade” (idem: 133), ele coloca mais uma vez a questão da vericondicionalidade na pauta dos estudos da linguagem, o que vai de encontro às discussões travadas por Austin (1993, 1990).

Embora deva confessar que não sei até que ponto entendo as questões postas por Searle, não concordo com ele nesta. A meu ver, a questão que rompeu com a vericondicionalidade foi justamente o *compromisso* com o que se diz e não o compromisso com a verdade e/ou, ainda melhor, o descentramento do papel da linguagem com a verdade. Os atos de fala (cf. Austin, 1990, 1998) são antes de tudo algo desinteressado da relação entre linguagem e verdade ou falsidade. A verdade e falsidade são valores que importam para as pessoas e não para a linguagem. Isso faz perder a validade, pelo menos para a língua, de um fim nela mesma, de um conteúdo, por ele mesmo, válido como uma verdade em si (verdade *istina*, nos termos de Bakhtin, s.d.[1986]). Esse, sim, seria um caminho para desencarnar os fatos, ou revelar o jogo entre *fato* e *valor*, vistos até então como dicotômicos.

Nesse ponto, volto a insistir que a linguagem toca o externo, isto é, o ato de fala produz a realidade a partir do momento que instaura a existência das coisas. Uma asserção nos compromete com outra asserção, um ato nos compromete com outro (Austin, 1990). Para o filósofo inglês, o ato ético está relacionado com sentido e referência (nomear e referir), tanto como, para Bakhtin, na vereda do que fora trabalhado também por pensadores como Nietzsche, não apenas importa a definição pública da linguagem, mas a questão dos valores e do sentido.

Nas práticas discursivas do jornalismo, a adesão a uma realidade externa e traduzível na linguagem jornalística remete, ao contrário, à possibilidade de dizer a verdade sobre a realidade, que não é posta em existência pela linguagem – a linguagem é um mero espelho da natureza. Essa possibilidade é divulgada tanto nos manuais de redação e estilo jornalístico (sempre mais padronizadores e mantenedores do *status quo*), quanto nas críticas feitas ao procedimento jornalístico (cf. A reflexividade e o papel imparcial da imprensa como parte integrante do fazer jornalístico, capítulo II). A isso acrescenta-se também a idéia de uma consciência (do jornalista) que pode se desprender ora do padrão, ora das tendências ideológicas e partidárias, ora da subjetividade (!). Mesmo considerando essa idéia ingênua, ela consegue promover implicitamente a aproximação de *livre consciência e liberdade de imprensa*.

A busca da imprensa em justificar a sua neutralidade obriga-a a reduzir o processo de produção de sentido. Essa simplificação desobriga a visão da inter-ação do discurso e do dialogismo da linguagem, mas vai mais além: omite o poder que a imprensa tem de produzir novos sentidos e vendê-los como mercadoria. Todavia, vale, nesta etapa, lembrar que a complexidade da situação, embora importante, não deve servir de álibi para a desatenção com a *promessa* ou com o compromisso com o fazer com palavras. “Seríamos bons, em vez de tão brutais, se ao menos as circunstâncias não fossem como são!” (Brecht). Em outras palavras, não podem ser as circunstâncias responsáveis pelos nossos crimes (verbais). Até a imprensa parece antecipar essa conclusão ao atribuir ao trabalho jornalístico uma “responsabilidade social”, apesar de que a tenha como um serviço:

O trabalho do jornalismo deve ser regido, acima de tudo, pelo princípio da responsabilidade social das informações que o profissional coleta e transmite. Informar bem é um serviço público, de sustentação da democracia e da soberania (MP, 2003: 292) (Ex. 46)

Faltaram as evidências – e aí faltou tudo no que concerne ao jornalismo – de que os hábitos de conduta pessoal do presidente da República tenham relação de causa e efeito com as

impropriedade ditas em público, aqui e no exterior. (Dora Kramer, *Reação excede a carência dos fatos*) (terceiro parágrafo) (Ex. VIII)

Seja as relações de força agindo no *dizer*, seja as tendências ideológicas e/ou partidárias, seja a subjetividade opositora à “verdade”,³⁹ os jornalistas e os textos jornalísticos são constantemente submetidos ao desafio de confirmar a tese realista: é possível dizer o mundo como ele é, independentemente de subjetividades e de ideologias. O emagrecimento das formas lingüísticas fornece a simplificação necessária para que o trabalho jornalístico pareça estar associado com a preocupação de ser imparcial. A ratificação do seu comportamento imparcial mais uma vez faz com que ele crie um álibi para a sua promessa no dizer: o relato noticioso corresponde à verdade dos fatos, pelo menos, até prova outra ser encontrada.

Os textos prototípicos do jornalismo são aqueles ditos essencialmente informativos, noticiosos. Mas o que é *ser noticioso*? Como é *apresentada/representada* tal categoria? Não repetirei o que foi discutido no terceiro capítulo, mas a prototipicidade do texto noticioso como o *verdadeiro*, o *bom* texto jornalístico é um indício da marginalização do outro, a opinião. A prototipicidade e/ou o *melhor exemplar* de uma categoria é sempre um empecilho para a ontologia ou um problema para a teoria tradicional (Quine, 1975b [1969], Horkheimer, 1975) e, conseqüentemente, para a identidade. Mas para o jornalismo imparcial é necessário afastamento da opinião:

O Povo tem como princípio fazer um jornalismo crítico e imparcial. Fatos, partidos políticos, governos, movimentos sociais ou político-partidários, grupos, tendências ideológicas ou acontecimentos são objeto de análise à luz de informação tão completa quanto for possível obter. Mesmo sem opinar, é possível noticiar de forma crítica. (MP, 2003: 298) (Ex. 47)

É preciso evitar a tendência, muito comum, de transformar a análise da notícia em artigo ou comentário. (MFSP, 2001: 31) (Ex. 48)

Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. (MFSP, 2001: 44) (Ex. 49)

28 – Opinião. Somente os títulos de editoriais, artigos ou comentários poderão expressar opinião: *Imposição do bom senso/ Uma decisão desastrosa/ O passado condena no Uruguai*. Nos demais casos, e especialmente no noticiário, estão vetados títulos desse tipo. (MESP, 1997: 286) (Ex. 50)

O melhor exemplo do texto noticioso não pode ser posto em tensão. Mas em vez de a opinião ser um elemento destruidor para a notícia imparcial, ela é o seu Salvador: sua existência justifica a necessidade do texto noticioso e imparcial. A busca desenfreada pela “verdade” faz com que a

³⁹ Os *bons* textos jornalísticos são interpretados como tendo que estar isentos da vinculação do jornalista a partidos políticos ou concepções ideológicas, uma vez que isso interferiria no *conteúdo* imparcial no relato dos fatos (cf. Ex. 44)

imprensa iguale o “conhecimento” a algo acabado – como se fosse um dado a ser revelado por uma linguagem transparente. A perversão do *conhecimento* pelo valor de produto que ele assume acabou com a tensão que deve sempre haver entre conhecimento e verdade no jornalismo.

A opinião é subjetiva e arbitrária e não precisa necessariamente comprovar o ponto de vista do autor. Já a análise procura explicar o noticiário de maneira objetiva. (MP, 2003: 296) (Ex. 51)

Nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, nunca se vê uma referência ao cruzamento entre texto opinativo e texto noticioso na exposição dos fatos jornalísticos. Nunca a constante estratégia de tornar uma notícia mote para os textos opinativos é mencionada, bem como a estratégia contrária. Essa continuidade é negligenciada. Ao explicar o que considera padrão textual mais flexível, para evitar a *crítica pela crítica*, o jornalismo precisa disseminar uma visão de abertura para um novo estilo de linguagem. À pergunta “Como manter e ampliar o diapasão da crítica sem ferir direitos nem utilizar métodos capciosos?” cabe o comentário:

Trata-se, porém, de política a ser administrada com parcimônia e cautela, seja para que não se perca a base objetiva de informação, seja para que o leitor não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão. (MFSP, 2001: 15) (Ex. 52) [o manual está se referindo à admissão de um componente de análise e de certa liberdade estilística nos textos noticiosos]

Na grade semântica da modelização da linguagem dos manuais (Quadro I, capítulo III), foram apresentados três tipos-base (palavra, informação, leitor). Optou-se por deixar de fora o jornalista, muitas vezes, *apresentado/representado* como mero instrumento (intermediário) para o relato dos fatos jornalísticos (cf. Ex. 2). O jornalista, assim como a linguagem jornalística, é *objetificado*, ou seja, é reduzido à categoria de objeto,⁴⁰ tanto por ser apresentado/representado nos manuais como filtro, como também porque é o representante da empresa, a quem deve responder ((1) *dar resposta*: prestar conta e (2) *ser responsável*: assumir as consequências). Isso o reduz a um *intérprete da instituição*. Esse produto, que deu conta da forma e dos conteúdos da produção, desenvolveu um novo modelo estético para o autor, que recebeu uma dupla transformação: na forma social e no ciclo produtivo. “O autor perde a dimensão individual e se transforma em um processo de produção organizado industrialmente” (Negri e Lazzarato, 2001: 47).

⁴⁰ O jornalista torna-se um indivíduo/sujeito apenas quando se trata de responder pelos seus atos, uma vez que sempre é responsabilizado no momento em que o seu texto e procedimento não agradam ao público ou à empresa.

Por outro lado, o *sujeito*, consumidor de informações, é apresentado/representado a partir da negação do “sujeito *desinformado*”. Desse modo, a transformação do produto em mercadoria não anulou propriamente a produção estética no que diz respeito à relação entre autor e público, *apenas* redimensionou-a. As críticas à falta de espaço para a fala do público no jornal foram respondidas com a criação, já há algum tempo, da seção *cartas do leitor* ainda muito limitada (Melo, 2003) e, mais recentemente, com a criação do *Ombudsman*, típico dos grandes jornais, um tipo de organizador da fala ou opinião alheia sobre o jornal, que aparece como *forma de atender* à carência de espaço para os leitores.⁴¹ Mais uma simulação de interação entre jornal e público: o *Ombudsman* mesmo fazendo parte da empresa age como se fosse um crítico dela.⁴² E mesmo com pouco espaço, os jornais dizem dedicar ao leitor-consumidor a informação mais bem elaborada e mais plural possível.

As relações *língua autorizada X língua desautorizada*; *informação X opinião*; *leitor/sujeito informado X leitor/sujeito desinformado* são imprescindíveis para o *ethos* do jornalismo nos manuais de redação e estilo. Assim, a linguagem usada no texto noticioso é apresentada como: 1) clara; 2) objetiva; 3) mais fiel ao fato que será relatado. A passagem que se faz de um texto noticioso para um outro, opinativo, é bastante elucidativa quanto à interpretação estática feita do processo comunicativo na imprensa, já que, pela postulação de dicotomia entre os textos, nega-se o caráter público na apresentação/representação que se faz da produção do relato dos fatos. A apresentação do texto noticioso *versus* texto opinativo tem, como efeito, referentes em processo, fornecidos como *evidência da referência clara e unívoca* dos fatos jornalísticos. Também o jornalista, na produção do texto noticioso, é dado como um mero intermediário – canal – (do fato jornalístico) para a mensagem.

Código, intermediário e decodificador são, a saber, a língua, o jornalista e o leitor, respectivamente. Mais uma vez somos levados a comparar esse modelo de “comunicação” ao modelo de ato de fala, de Searle (1970, 2000), que toma a linguagem como código: a formulação consciente dos sujeitos lhes permite codificar lingüisticamente toda a sua intenção, ignorando a complexidade na produção dos sentidos e do caráter público da linguagem. A irredutibilidade do ato de fala (cf. Rajagopalan, 1992; Ottoni, 1998) é descartada, uma vez que se autoriza a previsão dos

⁴¹ “*Ombudsman*. Palavra de origem sueca que significa *aquele que representa*. Corresponde à palavra portuguesa *ouvidor*, função própria de quem ouve o público de instituições privadas ou públicas” (MP, 2003: 33). *O Povo* é o único jornal no Nordeste que tem *Ombudsman*.

⁴² Sobre isso, segue trecho do texto veiculado, no dia 16 de maio de 2004, intitulado *O mau jornalismo e a liberdade de imprensa* do ex-colunista e atual *Ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo*, Marcelo Beraba: “Grandes casos como esse provocam a participação dos leitores, e é importante que os jornais abram espaços para as manifestações” (em anexo).

sentidos, como se esses não estivessem numa arena pública. Toda visão codificante da língua tem por trás um aparato abstrato e estetizante, que nega os aparatos social, cultural e ético da produção dos sentidos na linguagem.

Essa tendência de reduzir a objetos a linguagem, o jornalista e o leitor, separando-os da teia complexa da interação no cenário público, desqualifica a subjetividade no que ela tem de mais inescapável – as situações abertas e de aspecto estocástico – o vir-a- ser – nos eventos irrepetíveis, isto é, a sua categoria ética, o que lhe escapou depois do golpe no sujeito cognoscente e na semântica especular. Essa imagem estética do mundo do espetáculo cega a nossa percepção da *realidade*, tornando-a indiscernível de sua imagem estetizada (Zizek, 1996). Talvez por isso os pré-construídos sejam sempre mais visíveis e/ou atraentes do que os novos sentidos. A subjetividade é temida por causa da subversão que a indecibilidade causaria no “mundo dos sinais”; o inacabamento dos sentidos e significados da linguagem reforça o argumento contra um mundo pronto e acabado.

Retomando a discussão sobre a indeterminação da referência, do significado e do gênero discursivo (capítulo III), pode-se criar uma pauta, talvez, mais ambiciosa, mas bastante frutífera, para a discussão desses objetos do discurso da imprensa. Se falarmos em referentes, construídos como e reconstruídos no discurso, em atos que são realizados interativamente, não estaremos realizando um corte na estabilidade da linguagem, desde que estejamos de acordo que esta é plástica e converge com o vir-a-ser dos significados. Em outras palavras, há uma tradição relativamente dinâmica que organiza o evento discursivo.

Uma vez entendido também que a interação não seja um processo *de acordo*, simplesmente, entre os participantes (como de alguma forma o termo *colaboração* faz crer), podem ser apontadas as relações de poder para o comportamento aberto da significação, contrapondo-se a outros modos de observar a construção dos sentidos, dos referentes e, conseqüentemente, do que se entende por linguagem e texto, e não apenas nos jornais.

Infelizmente, não só acontece *interação* pela predisposição no falar de um com o outro; a fórmula *quando dois não querem, um não briga*, não necessariamente serve para justificar a participação simétrica entre os participantes também de uma *conversa*. Assim, a interação – ou a linguagem pública – estaria também vinculada à relação de poder, à sedução (Felman, 2003[1983]) e ao uso da força (cf. Foucault, 1992; Rajagopalan, 1993; May, 1998), ao vir-a-ser do significado (Derrida, 1999), todos levando de algum modo à encarnação da palavra, do significado/sentido dos textos no mundo produzido com e pela linguagem, sem precisar segurar a tese da intencionalidade.

Certamente, a linguagem não é fascista, mas o uso que se faz dela pode ser. Reconhecer o jogo do *poder dizer* não implica uma estrutura lingüística que controla a sociedade ou o indivíduo, mas a participação dos homens em crimes também verbais; tanto a promessa do dizer depende de nossa condição efêmera no mundo, bem como não se tem álibi para a irreversibilidade dos nossos atos (cf. Bakhtin, s.d.[1986]; Geraldi, s.d.)

Mas quase nunca se dispensa muita atenção às conseqüências que um “*mau*” jornalismo pode trazer a sua vítima. Uma resposta mal dada pode ser imensamente pior para quem se atreveu a revidar:

Fosse o presidente americano – ou qualquer outro governante – objeto de artigo de um correspondente brasileiro baseados em boatos sem procedência, com certeza absoluta ninguém, muito menos a Casa Branca, perderia tempo com o assunto. (Dora Kramer, *Reação excede carência dos fatos*) (décimo sexto parágrafo) (Ex. IX)⁴³

A ofensa que – de fato houve – contra o presidente da República e o País deve ser tratada com os instrumentos que o próprio Estado democrático possui para fazer face aos abusos da imprensa: sair fora deles é dar um tiro no pé. (*Editorial Tiro no pé, O Povo*, 13 de maio de 2004) (quinto parágrafo) (Ex. X)

É só um exemplo para mostrar o beco sem saída em que o governo se meteu ao dar caráter de grave questão de Estado ao que era uma bobagem, lamentável, mas bobagem. (Clóvis Rossi, *Artigo O futuro te condena?*, 14 de maio de 2004) (quarto parágrafo) (Ex. XI)

A intertextualidade nos fragmentos supracitados mostra qual o discurso hegemônico que circulou sobre o episódio *Lula e New York Times* e como esse fato jornalístico constituiu-se, até certo ponto, pela uniformidade de idéias. Ao subestimar-se a responsabilidade do dizer do *New York Times* em prol da liberdade de imprensa, mostra-se como se instaura um valor na sociedade em detrimento de outro. A estabilidade das versões na imprensa muitas vezes é moldada pelas suas práticas discursivas hegemônicas que requerem da linguagem pública a fixação do significado, da referência e dos gêneros discursivos (no caso da imprensa, algumas pautas). Da *iterabilidade* que é, ao mesmo tempo, a repetição de algo e a resposta ao outro sempre irrepetível, verifica-se a força do ato de fala não apenas pelo *pôr em existência* dos significados, mas também pela sua força em fixá-los.

⁴³ Sabe-se, porém, que a Casa Branca expulsou em 2003 um correspondente iraquiano, alegando tratar-se de uma pessoa perigosa para a segurança nacional dos EUA, sem, contudo, comprovar qualquer irregularidade do jornalista (cf. *EUA baniram jornalista no ano passado* de Fernando Canzian, *Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2004).

A imprensa rejeita essa visão porque, além de voltar sua relação com a linguagem para a descrição do mundo como se ele fosse um dado, reforça o pré-construído (imparcialidade, comprometimento com uma verdade *istina*), para reforçar a evidência do papel da imprensa, da sua identidade independentemente do estar-no-mundo. E certamente isso não tem a ver com a ignorância do que, com a linguagem, se pode produzir, mas com a interpretação *monológica* dos discursos que a imprensa apresenta, para anular a tensão entre conhecimento e verdade na comunicação social.

Jornais e sites do mundo inteiro, grande parte dos quais estavam ignorando o assunto, trataram dele ontem, muitos criticando a reação do governo. (*Chamada de primeira página, O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 2004) (Ex. XII)

A questão aqui não é apoiar a atitude tomada pelo governo brasileiro como resposta à matéria do *New York Times*, mas verificar como a imprensa desvia-se facilmente de um problema para outro, com o objetivo de defender-se do que supostamente pode vir a se tornar uma “censura autoritária”, enquanto ela mesma se livra da autocrítica.

O *Ethos* como Estilo da Identidade da Imprensa

A Hierarquização dos Valores e o Ethos

Tanto para Horkheimer (1975) quanto para Austin (1993), a maneira como os homens vêem e ouvem, bem como suas roupas e sua linguagem, é inseparável do processo de vida social e cultural. A linguagem nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo e, por efeito, nos manuais de redação e estilo jornalístico, é revestida de um *ethos* que identifica a imprensa. Como visto, o processo reducionista tem uma forte ligação com a identidade, da mesma forma que a noção de *desidentificação* é mobilizada para a identificação, haja vista a estetização, o acabamento da identidade ser dado pelo Outro, o foracluído.

Isso quer dizer que a genealogia da identidade tem sido vista neste trabalho pela oposição, pela negação do Outro, que é expulso ao mesmo tempo em que é incluído, e pela representação, cuja tarefa não é espelhar uma relação biunívoca entre significado e coisa, mas atuar politicamente (cf. Rajagopalan, 2002, 2003). Duas considerações já podem ser formuladas nesse momento: 1) a identidade não é imanente e nem se apresenta perfeitamente no lugar da *coisa* a que identifica, 2) antes é mantida pelo jogo de oposição e por uma prática reivindicatória para uma certa identidade em exclusão de outras.

A imprensa reivindica para si atributos que realçam qualidades valorizadas na sociedade contemporânea e ocidental: razão, equilíbrio, ponderação, clareza e objetividade. Qualidades reconhecidas como pertencentes ao *padrão jornalístico* dos textos e dos jornalistas. Como pré-construído, na imprensa, está o caráter imparcial da investigação e do relato dos fatos jornalísticos. A fixação na imparcialidade do texto jornalístico e no procedimento do jornalista está tão arraigada que se faz presente mesmo em lugares onde supostamente há interesse na reflexão mais democrática sobre o tratamento da imprensa com respeito a fatos jornalísticos (cf. capítulo I).

No programa televisivo do *Observatório da Imprensa*, 18 de maio de 2004, discutiu-se o procedimento e a matéria do jornalista Larry Rohter, correspondente do *New York Times* no Brasil, sobre o suposto alcoolismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas, discutiu-se, sobretudo, a *celeuma* provocada pela reação do governo ao texto do *New York Times*. A meu ver, nenhum dos entrevistados naquela ocasião duvidava que o procedimento jornalístico adotado pelo correspondente Larry Rohter havia sido “ruim”. Para os jornalistas, cientistas políticos e críticos presentes, naquele programa, o caso era decorrente de um “mau” jornalismo. Contudo, a avaliação negativa sobre a reação do governo foi, como pior hipótese, o segundo tema discutido na noite (cf. resumo do programa *Observatório da Imprensa*, em anexo).

O caso Lula e *New York Times* suscitou bastante discussão e foi, conseqüentemente, fato jornalístico em todo Brasil, pelo menos, uma semana. Não por menos, a matéria jornalística não só atingia moralmente o presidente do Brasil, como também (re)inaugurava, por efeito, uma discussão sobre a censura, pelo precedente do *resíduo do regime militar*⁴⁴, que foi aberto, segundo a imprensa, depois do episódio do pedido do cancelamento do visto de Rohter no Brasil.

Foi um grande erro a decisão do governo brasileiro de expulsar do país o jornalista Larry Rohter [...], trata-se de uma medida truculenta. [...]. Provincialmente, transformou o caso em questão de Estado e feriu liberdades públicas. (Editorial, *Um Erro*, da *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2004) (Ex. XIII)

[...] o governo brasileiro decidiu ontem cancelar o visto do jornalista – o que significa, na prática, um primeiro passo para expulsá-lo do País. Uma medida de força desse gênero contra profissionais de imprensa era tomada no Brasil desde a fase mais dura do regime militar. (*Chamada de primeira página*, *O Estado de S. Paulo*, 12 de maio de 2004) (Ex. XIV)

⁴⁴ Certamente, muitos jornalistas sofrem de censura ou são demitidos dos jornais, quando a matéria que fazem não agrada ao dono; o *Observatório da Imprensa* (programa televisivo) discutiu o tema *Liberdade de Opinião*, no ar em 15 de junho de 2004. O problema, que também atingiu o jornalista Alberto Dines (cf. *O comunicado da "suspensão"*, disponibilizado on-line, em anexo), não parece ganhar repercussão na imprensa, diferentemente, da “censura”, quando vinda de fora. Provavelmente, no caso do *New York Times*, a matéria de Larry Rohter não desagradou o seu chefe.

Do episódio, sai arranhada a imagem do presidente Lula. Não por insinuações de bebericagem, mas por sua associação intempestiva ao texto do Estatuto do Estrangeiro, resíduo do regime militar, ainda vigente em nossa vida dita democrática. [...] Arranhões dessa natureza costumam ser danosos [...]. Lula, francamente, não merecia o dano. [...]. (Muniz Sodré, *Faltou um despacho saneador*, texto da página do *Observatório da Imprensa On-line*, 18 de maio de 2004) (Ex. B)

A decisão do nosso presidente Lula de cancelar o visto do jornalista Larry Rohter criou um herói e deixará marcas profundas na história do operário que chegou à Presidência da República com promessa de mudar o país. (Luís H. Campos, *artigo O herói Larry Rohter, O Povo*, 13 de maio de 2004) (primeiro parágrafo) (Ex. XV)

Larry Rother, embora tendo sua matéria criticada, passou a ser o *herói* da história. O dano seria, irremediavelmente, pior para a figura pública de maior destaque, que, no caso, era o chefe do Estado brasileiro. Segundo a imprensa, a liberdade de expressão precisa ser defendida da censura (cf. capítulo I) e ser exercida com *Ética*, embora que, com esse objetivo, os jornalistas possam vir a cair na malha da padronização e do controle interno, leia-se também dos donos e editores-chefe. Todavia, a liberdade de expressão talvez precise ser defendida da *liberdade de expressão* que banaliza a linguagem e o seu processo interativo e social. Talvez ela precise ser defendida do excesso de informação desqualificada, ou mais ainda do oligopólio de algumas idéias presentes nos jornais.

Como manter um bom jornalismo se não se pode falar? Se há proibição no dizer? A prática discursiva jornalística se afeiçoa a esse tipo de questão. Mas qual o gesto da *boca* para o exercício de liberdade e o alcance da sua importância para as mudanças sociais? É relativamente acanhada a participação da imprensa em algumas mudanças, mas o papel da boca na cena cognitiva é sempre importante. Se a pluralidade das vozes é um pressuposto para a representação da boa interação entre público, jornal e segmentos sociais, como o caso *LuLa e New York Times* pôde ter recebido tratamento tão uniformizado?

3- O noticiário de todos os grandes jornais foi mais ou menos parecido, com pequenas diferenças. (nono parágrafo)

[...]

4- A grande edição da **Folha** foi a de quinta-feira, 13, e por conta das colunas e artigos que publicou. Embora quase todos fossem desfavoráveis à decisão do governo, teve o mérito de reservar seu espaço mais nobre da seção "Tendências/Debates", na página A3, para a defesa da medida feita pelo porta-voz da Presidência, André Singer (décimo primeiro parágrafo)

[...]

7- A **Folha** publicou, de segunda a sexta, 21 cartas de leitores, sendo que 11 contra a reação e a decisão do governo Lula e dez a favor, um resultado bem equilibrado e bem diferente dos dois outros grandes jornais concorrentes. O "Estado" publicou 34 cartas ao longo da semana, sendo 27 contra o governo, cinco a favor e duas que podem ser classificadas de neutras. E "O Globo" publicou 29 cartas no mesmo período, sendo 18 contra o governo, oito favoráveis, uma resposta

oficial e duas neutras. (*Ombudsman* Marcelo Beraba, *Mau jornalismo e liberdade de imprensa*, *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 2004) (décimo terceiro parágrafo) (Ex. XVI)

O POVO tratou do assunto em seu editorial da última quinta-feira, dia 13, fazendo eco à voz geral de que a expulsão era um erro político, falando em atropelo dos princípios regentes da liberdade de expressão, considerando que se estabeleceu uma onda de suspeita sobre o compromisso do atual governo com as liberdades fundamentais, enfim, avaliando, aquela altura, que a emenda saíra pior do que o soneto. Na verdade, esta tese, que resume grande parte do que se escreveu e disse nos meios jornalísticos nos últimos dias, embute uma idéia equivocada de que melhor seria deixar mesmo pra lá, fazer as reclamações protocolares de praxe, se satisfazer com a forte solidariedade interna. Prefiro remar contra esta maré, defendendo a medida exemplar inicial adotada como a mais correta. (*Ombudsman* Guálter George, *O interesse de Lula prevaleceu*, *O Povo*, 16 de maio de 2004) (sétimo parágrafo) (Ex. XVII)⁴⁵

Ao constatar a semelhança dos textos jornalísticos sobre o caso *Lula e New York Times* nos grandes jornais brasileiros, Beraba, como também Guálter George (embora de modo completamente diferente), estão confirmando a tese de que a intertextualidade tem uma relação estreita com a hegemonia. As práticas discursivas hegemônicas do jornalismo brasileiro, voz representada pelos grandes jornais, determinam o ciclo interpretativo sobre os assuntos que se tornam notícia. Apesar de *as forças centrífugas na vida da linguagem* (Bakhtin, 1981) estarem sempre proporcionando as instabilidades, a ação centrípeta do jornalismo de referência, dos grandes jornais, em moer a notícia para estabilizar os sentidos e espalhá-los para as bordas se confirma nesse exemplo. Poucos foram os momentos em que se expôs com destaque a voz do governo (cf. Ex. XVI e XVII e *Uma reação à altura*, do porta-voz da Presidência da República, André Singer, em anexo).

A imprensa tem uma motivação para a manutenção do poder dizer, que não é simplesmente uma defesa da liberdade de expressão, mas da liberdade de opinião e de informação das empresas jornalísticas. Não se trata aqui de uma defesa ao governo, nem de uma caricatura da tolice que seria a afirmação da possibilidade de se dizer tudo, quando até o espaço das páginas de jornais é limitado.

Sei que vou na contramão, mas acho que os coleguinhas ou não estão vendo chifre na cabeça de touro ou não leram com atenção a matéria do *New York Times* sobre o suposto alcoolismo do presidente. Entre outras bobagens, há uma frase que, se não se justifica, pelo menos explica a reação indignada da última vítima de Larry Rohter. [...]. (Nilson Lage, *O estranho direito de ofender pessoas*, texto da página do *Observatório da Imprensa On-line*, 18 de maio de 2004) (Ex. C)

⁴⁵ O texto do *Ombudsman* de *O Povo* foi o único texto veiculado no jornal, dentre os pesquisados, que defendeu uma tese diferente para o caso. Para Guálter George, inclusive criticando a opinião do jornal *O Povo*, a reação do governo Lula em cancelar o visto de Larry Rohter foi correta.

A questão é que nessa crítica desenfreada à resposta, mesmo que descabida de uma vítima, quem sempre tem direito à palavra é a imprensa, porque a relação é assimétrica. A discussão sobre o “mau” jornalismo logo foi sucumbida pela defesa à “liberdade de imprensa”. A transformação de Rohter num *herói* se deu pela ameaça de expulsão do jornalista e não pela consagração da sua reportagem como representante do “bom” jornalismo.

Folha – Qual é em seu ver a diferença do Brasil de hoje e do Brasil daquela época?

Pelou – Naquela época havia os militares, de quem se pode esperar tudo. Mas do atual governo brasileiro eu não esperava algo do gênero. Estou surpreso. (Entrevista a François Pelou, último precedente de jornalista estrangeiro expulso do Brasil”. *Expulso em 70, francês se desaponta com Lula*, *Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2004). (Ex. XVIII)

É um ato de agressão à liberdade de imprensa. Lula deveria ter engolido a reportagem em seco e convidado o autor para uns drinques. Assim não teria criado a confusão que criou. A reação dele, sim, é que fez muito mal a sua e à imagem do país lá fora. (Noblat, *O começo de tudo*, *Observatório da Imprensa On-line*, 18 de maio de 2004) (Ex. D)

O que esteve em jogo, nesse caso, foi a possibilidade de dizer, não *o como dizer*. No jogo entre o dizer e o não poder dizer (patrão/emprego, ideologia, subjetividade etc.), para a produção da *semântica* “*efêmera da informação*”, no caso *Lula e New York Times*, houve uma preocupação maior com *o que dizer*. Em outras palavras, a atenção terminou sendo desviada para o novo fato jornalístico criado: a expulsão do correspondente do Brasil. Chamo a atenção para o trabalho e para a promessa do dizer, para o estilo e o compromisso do fazer com palavras da imprensa, *fazedores* de alguns crimes verbais. Se a imprensa, na história da sua escrita, atualmente, se diz preocupada com a imparcialidade, defendida também pelo compromisso com a democratização das vozes, ou pluralidade das informações veiculadas, por que permite que aconteçam casos como esse? É preciso que retomemos, sucintamente, uma das discussões do capítulo II, na qual se pode observar como *o quê* encobre *o como* na produção, distribuição e consumo da informação.

Dicotomias Bem Arrumadinhas e a Hierarquia dos Valores

A censura, como o Outro, uma estratégia inibidora da identidade que é reivindicada para a imprensa (a da informação democraticamente oferecida ao leitor-consumidor)⁴⁶ mascara, muitas vezes, a hierarquia que está por trás de algumas dicotomias arrumadinhas. Para Rajagopalan (2003:

⁴⁶ O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, artigo V (*apud* MP, 2003: 314), reivindica, a partir da necessidade da informação, a liberdade de expressão da imprensa “A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade”.

56), “ [...] todo posicionamento ético envolve a defesa de certos valores em oposição a outros [...]”. Com efeito, todas as distinções têm no fundo uma tomada de posição, isto é, são no fundo hierarquias bem disfarçadas. Na história da filosofia e dos estudos da linguagem, são reconhecidas bastantes dicotomias, a saber, *fato X valor*, *ontologia X epistemologia*, *realidade X aparência*, *conceito X percepto*, *razão X emoção*, *significado X significante*, *constante X variável* entre tantas outras. Entre os pares apresentados como dicotômicos, o segundo membro é sempre *apresentado/representado* como desvirtuamento do primeiro. Até que ponto mesmo isso também não serve para o estabelecimento de uma visada identidade?

Como quebrar a armadilha do constativo ou de algumas dicotomias? (Austin, 1993, 1990). Talvez, seja problematizando essas questões.⁴⁷ O conceito não é dado, é construído, o significado não é dado, é construído, a referência não é dada, é construída, as categorias não são dadas, são construídas e, assim, sucessivamente.

No caso da imprensa, vale a pena perguntar-se quais são as hierarquias de valores mais ilustrativas. Na seção anterior, debateu-se o reducionismo ou as razões de uma política de corte para o reconhecimento da *verdade*, da *realidade*, da *objetividade*, do *dizer* na imprensa. Não à toa, entre o mau procedimento jornalístico do correspondente Larry Rohter e a atitude autoritária do presidente brasileiro, em expulsar o jornalista norte-americano do país, a liberdade de expressão da imprensa prevaleceu nas discussões. Para minha defesa, não estou com essas observações advogando a favor da censura ou da necessidade de mais leis para conter o *poder dizer* na imprensa. (Mesmo que pretendesse; isso não promoveria mais que um acordo entre cavalheiros). Quero, ao contrário, pensar uma outra forma de comportamento, nas situações em que o “eu” poderia se horrorizar de si mesmo.

Nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, para o estabelecimento da identidade da imprensa, é evocado um *ethos* imparcial e responsável para a decodificação do conteúdo do fato jornalístico pelo leitor/consumidor – o sujeito informado. Essa corporalidade se movimenta em função do *ethos* de uma linguagem e de jornalistas reificados. Algumas das hierarquias de valores mais ilustrativas na imprensa, como, *língua parcial X língua imparcial*, *modelo jornalístico antiinformativo X modelo jornalístico informativo*, *textos opinativos X textos noticiosos*, foram arroladas, neste trabalho, e organizadas, pelos manuais de redação e estilo, numa grade semântica,

⁴⁷ Este filósofo faz uma problematização em cima da dicotomia *aparência X realidade* em *Sentido e percepção* (1993). Nessa obra, a grande questão posta é: quando você percebe algo, o que você realmente percebe?

dispostos numa escala discreta e também dicotômica. Tal organização em dicotomias estipula um corpo para o *ideal* da imprensa.

Esse *ethos* é apresentado/representado no que se pode denominar de *meta-teórico* ou meta para a teoria no jornalismo, isto é, a *descrição* dos melhores textos, do melhor estilo, feita tanto pelos manuais de redação e estilo quanto pelos livros da técnica jornalística. No fundo, essa descrição cumpre um papel de injunção: uma “apresentação” de como deve ser *o bom texto jornalístico, o bom profissional, a boa imprensa e o bom e esperado leitor/consumidor*. A hierarquia de valores, encontrada nas práticas discursivas do jornalismo, certamente por desviar para a dicotomia a tarefa de demarcar o foracluído, para a identidade prototípica da imprensa oficial, associa o “bom” jornalismo a textos e procedimentos jornalísticos imparciais.

A diferença no *ethos* do *bom* jornalismo e do *mau* jornalismo estabelece o modelo ideal de tratar não só a linguagem, como também o procedimento-modelo dos jornalistas e comunicadores em geral. O foracluído marca a diferença do *ethos* entre o *bom* e o *mau* jornalismo, tanto pelo comportamento verbal como pelo não-verbal das condições de produção dos textos, sinalizados para o tipo de identidade da imprensa. Para Fairclough (2001), a questão do *ethos* é intertextual. Nessa relação, a seguinte questão faz-se premente: que tipos de expedientes são realizados ou mesmo reivindicados para constituir o *self* da imprensa?

Intertextualidade, *Ethos* e Identidade

A inter-relação entre identidade, *ethos* e intertextualidade pode ser trabalhada diferentemente, em vez de imaginar-se uma identidade *a priori* na qual o *ethos* seria reflexo do ser pronto e acabado – *fulano parece assim* (tem essa aparência, veste essa roupa, age desse modo), *porque é assim*, o *ethos* pode constituir-se ou constituir a identidade desse ser – *fulano é assim, porque parece assim*. “Não existe, é claro, uma resposta para a questão de como ‘ter o aspecto de’ ou ‘parecer-se com’ está relacionado com ‘é’, depende da totalidade das circunstâncias em cada caso” (Austin, 1993: 57). A anterioridade do significado, da referência e mesmo da identidade está atrelada a uma questão de performatividade. *Parecer ser* mantém, em algum sentido, um grau de equivalência com o *ser*: *o que (é) e o como (é)* estão imbricados: *o constativo é um performativo mascarado*, diria Austin (1990). Assim, a identidade, a língua, o fato, o significado não são dados, mas são performativamente construídos.

A intertextualidade está para esse jogo como o *ethos* está para a identidade de algo. A intertextualidade, como o texto que não é gerado de si mesmo, que vem de outros textos, indicia que todas as vozes são filtradas. Há mesmo uma mania de se separar o dito do interpretado – o *homem que fala daquele que é falado*, o *texto que fala daquele que é falado*. Entretanto, os textos antes de tudo são falados, fazem parte de outros textos, ou como, para Bakhtin, a necessidade de ser o primeiro a falar faz parte apenas de um mito adâmico.

Os manuais dizem o que o jornalismo e o texto jornalístico são, mas também, com esse gesto, interpretam o como a imprensa deve ser entendida. Os manuais analisados apresentam reiteradas vezes o compromisso com uma técnica isenta, baseada na *pluralidade*, que oportuniza a voz de todos os envolvidos nos fatos jornalísticos, muitas vezes, em escândalos tornados públicos com a distribuição das informações. Desse modo, o *ethos* da imprensa passa a ser percebido como um *ethos* bem comportado: de uma instituição justa e verdadeira, mesmo participando de *escândalos verbais*.

Partindo da premissa construída pelo jornalismo atual de que a linguagem e o trabalho jornalísticos são imparciais, engendra-se, pela promessa de dizer, *as condições de produção da verdade* das informações veiculadas nos jornais, que agem performativamente não apenas sobre o *ethos* como também sobre a identidade da imprensa. Mas o que são feitos das *personagens* envolvidas nos fatos jornalísticos, nessa lógica imparcial da produção dos fatos? A pluralidade das vozes que circunstanciam as personagens nos fatos jornalísticos, nas práticas discursivas do jornalismo, é considerada efeito de verdade na política da imprensa imparcial. A língua informativa na/da imprensa é uma promessa da “verdade” dos fatos que serão transformados em notícia.

No caso em estudo, no entanto, foi visível a uniformidade de tratamento dos jornais ao fato jornalístico (cf. Ex. XVI e XVII), tanto pelas representações do discurso, presentes nos textos quanto pelo destaque dado a algumas informações e opiniões. Enquanto a tradução da reportagem de Rohter (em anexo), publicada na *Folha de S. Paulo* antes mesmo da sua publicação no *New York Times*,⁴⁸ ganhou repercussão pela suspensão do visto do jornalista do diário estadunidense e também pela discordância de entidades⁴⁹ à “perseguição” feita ao jornalista, a voz do governo aparecia em

⁴⁸ A *Folha de S. Paulo* publicou na íntegra a reportagem *Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional*, de Larry Rohter, no dia 9 de maio (em anexo), antes mesmo da publicação dessa reportagem no jornal *New York Times* (impresso), como confirma o fuso horário de diferença entre Brasil e EUA e o próprio jornal brasileiro (cf. *O mau jornalismo e a liberdade de imprensa da Folha de S. Paulo*, em anexo). Também a agência do *Estado* publicou o texto (só que *on-line*), em www.estadao.com.br/agestado/noticias, sob o título de “*Hábito de beber do líder brasileiro torna-se preocupação nacional*”, no dia 9 de maio.

⁴⁹ Num primeiro momento, a Força Sindical, junto com entidades como a Central Única dos Trabalhadores e Social-Democracia Sindical, tinha sugerido a expulsão do jornalista norte-americano, imediatamente depois do cancelamento do

desvantagem, seja por estar em matérias de pouco destaque, seja pela inúmera quantidade de textos noticiosos e opinativos desfavoráveis à atitude do governo. A fala de Lula foi representada de preferência em circunstâncias não muito benéficas a sua imagem:

[...] Os jornalistas que participavam da entrevista coletiva ainda não sabiam da decisão da expulsão de Rohter. Lula respondeu o seguinte: (sexto parágrafo)

“Primeiro não peça para o presidente responder a uma sandice daquela. Segundo, certamente o autor daquilo, que não me conhece, que eu não conheço, deve estar hoje mais preocupado do que eu. Sabe? Só isso”. (*Governo cancela visto do repórter do “NYT”, Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 2004) (Ex. XIX)

[...] Os jornalistas que participavam da entrevista coletiva ainda não sabiam da decisão da expulsão de Rohter. Lula respondeu o seguinte: “Primeiro, não peça para o presidente responder a uma sandice daquela. Segundo, certamente, o autor daquilo – que não me conhece, que eu não conheço – deve estar hoje mais preocupado do que eu. Sabe? Só isso. (*Governo cancela visto de repórter americano, O Povo*, 12 de maio de 2004) (quinto parágrafo) (Ex. XX)⁵⁰

Lula disse a um grupo restrito de parlamentares que o que mais o indignou na reportagem foi a menção ao alcoolismo do pai como uma das “provas” de que ele estaria exagerando na bebida. (*Para presidente, repercussão foi ‘corporativismo’, Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2004) (quinto parágrafo) (Ex. XXI)

Lula manifestou irritação ontem e disse que vai exigir indenização por danos morais. Congressistas tentam fazê-lo hoje revogar o cancelamento do visto. (Chamada de primeira página, *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 2004) (Ex. XXII)

A associação dos correspondentes no Brasil disse temer que expulsão seja um “aviso” de que eles só podem escrever reportagens que agradem ao governo.

Lula disse a aliados que a medida visou servir de “exemplo” aos jornalistas de fora. (Chamada de primeira página, *EUA criticam Brasil por decidir expulsar jornalista do ‘NYT’, Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2004) (Ex. XXIII)

O valor de verdade depositado em tecnologias do discurso como as declarações textuais, que aparecem nos manuais, como uma técnica comprobatória do distanciamento do jornalista/jornal do relato dos fatos, confere à informação credibilidade. Essa política de verdade (Foucault, 2004) é fornecida pelo *poder dizer* da imprensa (cf. Ex. 1, 36, 40 e 41). A representação do discurso nos

visto, todas essas entidades acusaram o governo de autoritário. Entidades representativas da *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB), da *Federação Internacional dos Jornalistas* (FIJ), e o próprio *Jornal New York Times*, também ganharam espaço para criticar a atitude tomada pelo governo brasileiro.

⁵⁰ Escolhemos manter o exemplo retirado do jornal *O Povo*, mesmo tendo verificado que esse texto foi veiculado na *Folha de S. Paulo*, salvo pequenas alterações (no título e parte final do texto). Na publicação de *O Povo*, não se encontrou indicação da origem da matéria, ao contrário do jornal paulista (em anexo). No entanto, é de praxe nos jornais (pelo menos deveria ser) creditar a fonte das matérias, especialmente quando ela é originária de uma agência de notícias. Pelo crédito do texto à Surcusal de Brasília no jornal paulista, houve falta dessa informação n'O Povo.

exemplos representa a voz de um presidente irritado e abalado emocionalmente, que age sobre esse efeito.

A seleção de fragmentos de fala e dos textos veiculados nos jornais de referência nesse episódio são indícios de que a imprensa brasileira tem uniformizado o tratamento dos fatos jornalísticos. A delimitação do texto na voz do outro na imprensa, quaisquer que seja, encena sempre o filtro que se tornou o *autor* do texto, agora representante da instituição. Essa estética da neutralidade corrobora para a encenação do discurso “interativo” e da “pluralidade” que a imprensa divulga ser adepta. A pouca chance de defesa dada ao governo já demonstra o quanto a liberdade de expressão ampla e irrestrita, como parece ser reivindicada, é assumida pela imprensa com parcimônia e monitorada como regime: liberdade de expressão apenas do jornal. Promover a “interação” que é feita na imprensa como uma inter-ação, que fornece simetria aos seus “participantes”, é não perceber a força do *poder dizer* da imprensa em limitar as *vozes* presentes nos textos jornalísticos.

Os Manuais de Redação e Estilo: intertextualidade e hegemonia

Deve-se ressaltar a intertextualidade e a estética entre o dito/interpretado nos três manuais de redação e estilo jornalísticos em análise, para posteriormente fazer um cotejo entre o que dizem/interpretam os manuais sobre as declarações textuais a partir da análise de alguns textos, que utilizam explicitamente a fala de outrem (e de outros nem tanto).

A essa altura já se deve ter notado a estratégia de apresentar em bloco exemplos retirados dos três manuais analisados. A semelhança existente entre eles nos exemplos não tem nada de gratuita: os três, ao se assemelharem no seu *dito*, participam do mesmo pré-construído, na sua prática discursiva, que constitui o *ethos* para a identidade da imprensa. Não se está afirmando que os três manuais sejam a mesma coisa, mas que a intertextualidade entre eles, e mesmo entre os livros técnicos de jornalismo (Lage, 1999; Noblat, 2003; Bahia, 1990), mantém um dito/interpretado bastante semelhante, já que os aparelhos de referência da imprensa são constitutivos da prática discursiva hegemônica.

No modelo empresarial e industrial da imprensa, não apenas aconteceu uma padronização do texto e dos procedimentos jornalísticos, como também das agendas e das informações veiculadas, o que fez com que, de modo geral, os fatos jornalísticos sejam ditos e interpretados de um *ponto de vista* comum. Descontado o exagero de se imaginar que todos os veículos de comunicação dão o *mesmo* tratamento aos *mesmos fatos jornalísticos*, é importante frisar que é bastante plausível

considerar a intertextualidade presente nos assuntos que compõem os jornais diários, pois ela indicará, até certo ponto, o modo como o fato jornalístico passará a ser percebido, e não só pela grande mídia. A padronização não se esgota na *redação e no estilo*, mas compõe a pauta jornalística. Dos manuais analisados, apenas o da *Folha de S. Paulo* admitiu a necessidade de criação de novas pautas.

Embora se saiba que educação e saúde configuram o nó do desenvolvimento do país, a imprensa não conseguiu articular enfoques que coloquem esses temas na ordem do dia. (MFSP, 2001: 18) (Ex. 53)

Não seria justo, no entanto, ao admitir esse *fato* com o jornal, deixar de mencionar que, mesmo nas pautas reconhecidamente de interesse para a imprensa, alguns assuntos são selecionados em detrimento de outros, observação que poderia ser relegada pelo pressuposto de que há agendas específicas e especializadas nos jornais. Algumas agendas semânticas semanais são formadas por e dão conta de determinados temas postos em evidência pela imprensa (também diríamos *em existência*). Por exemplo, vira e mexe o noticiário da grande imprensa brasileira explora o problema dos moradores de rua, o que não o constitui como um assunto que seja explorado pela mídia, exceto quando o *jornalismo* encontra nesse fato jornalístico um furo (talvez alguma tragédia como a da chacina cometida contra os mendigos, no segundo semestre de 2004). Isso visivelmente é consequência da efemeridade das informações e da semântica transformada em sinais e a serviço do jogo do *poder dizer* da imprensa; dessa seleção das notícias explicada como se fosse a liberdade de informação e de opinião.

As Declarações Textuais como Representações do Discurso e a Interdiscursividade

No capítulo III, discutiu-se a questão das categorias noticiosa e opinativa na organização e distribuição dos textos na imprensa. Naquela discussão, o modo direto e indireto das declarações textuais, na terminologia de Fairclough (2001), representação do discurso, aparecem organizadas pela manifestação explícita do discurso (intertextualidade manifesta). Mesmo sem as marcas na superfície textual, os textos podem manter com outros um mesmo discurso, a ordem da organização de idéias, ou, em outras palavras, a interdiscursividade. A proposta nesta seção é verificar o dito/interpretado sobre o caso *Lula e New York Times* pela imprensa, a partir da mobilização dessas duas formas da intertextualidade.

A desconfiança quanto ao nível da reportagem de Larry Rohter terminou assumindo um valor bem menor no mercado da informação que o *cancelamento* do visto do correspondente norte-americano pelo governo do presidente Lula. A tendência da distribuição dessa informação na imprensa foi a de considerar esse cancelamento mais que uma *tentativa de expulsão*: um abuso contra a liberdade de imprensa. A postura do presidente Lula foi interpretada autoritária e, sua atitude, como um precedente para o retorno de leis usadas na época militar.

A dimensão irredutível do ato de fala, no caso em análise, em termos de eleição de um possível valor interpretativo para a discussão iniciada com o cancelamento do visto de Rohter, é escamoteada, se nos contentarmos com a versão jornalística dos *fatos*, uma vez que houve, senão um apagamento, uma atenuação da relação linguagem e ética nos jornais. Por isso, é necessário verificar mais detidamente a intertextualidade entre o dito/interpretado pela imprensa nesse caso, problematizando-a, para que não se reduza o episódio simplesmente a uma desastrosa atitude do atual presidente da República.

Nesta seção será analisada uma entrevista feita a François Pelou, último jornalista banido do Brasil durante a ditadura militar. Antes de apresentá-la, vejamos o que nos dizem os manuais sobre o uso dessa “estratégia textual”:

[a entrevista] pode ser a própria reportagem como apenas parte dela. (MESP, 1997: 108) (Ex. 54)

Entrevista como gênero jornalístico permite que o leitor conheça opiniões, idéias, pensamentos e observações de personagem da notícia ou de alguém que tem algo relevante a dizer. (MP, 2003: 293) (Ex. 55)

Entrevista pingue-pongue – Publicada na forma de perguntas e respostas. Exige texto introdutório contendo a informação de mais impacto, breve perfil do entrevistado e outras informações, como local, data [...]. (MFSP, 2001: 65) (Ex. 56)

A entrevista realizada com Pelou tem como subtítulo a fala de outrem “*François Pelou, jornalista banido do Brasil durante ditadura, diz que ato de presidente o faz parecido com militares*” (grifo nosso). A presença de entrevista *pingue-pongue* na construção do fato jornalístico é significativa. Ela confirma e compõe a corporalidade imparcial do texto jornalístico noticioso, o que mascara a tomada de posição da imprensa. A relação entre intertextualidade e entrevista deve ser destacada. Segundo Foucault (1992), a entrevista representa gênero de objetificação relacionado à técnica de exame, que *apresenta* as pessoas burocraticamente como objetos. Esse modo de discurso é visto como um dos focos da ordem do discurso moderno, tanto por Foucault (idem) quanto por

Fairclough (2001). A entrevista, como um modo de (ex)pôr a personagem da entrevista em cena, assemelha-se ao recurso da declaração textual. A entrevista, no entanto, ao utilizar a estrutura de diálogo, enfatiza a troca de turno (simétrica) entre jornal e entrevistado, como estratégia cênica da aproximação das personagens.

Na imprensa, a entrevista sofre uma mudança significativa nas práticas discursivas de objetificação. O controle do dizer do outro passa a ter, contrariamente ao modelo de exame no passado, uma atenuação do *sujeito objetificado*. O entrevistador/jornalista está para ouvir quem tem algo a dizer sobre um fato e não para obrigá-lo a dizer (embora nos dois casos se espere sempre que se diga *a verdade*), como o modelo de interrogatório policial, no qual o exame sofreu uma radicalização da *força* de lei.

Até que ponto isso se faz por uma mudança das práticas sociais sobre as práticas discursivas e/ou vice versa, poderia ser uma boa pergunta, para a qual esse trabalho não teria uma resposta definitiva ou única (cf. capítulo III). Também a intertextualidade marcada muda o foco de atenção para o dito/interpretado. Se a entrevista jornalística serve para apresentar/representar o pensamento, a opinião, as palavras, a presença de uma fonte, retirando ou, pelo menos, atenuando o dito/interpretado da imprensa no fato jornalístico, as declarações textuais nos textos jornalísticos mobilizam as vozes, *os dizeres*, que compõem o texto jornalístico e mantêm o jornalista e a seleção verbal da matéria como “filtro semântico” do fato transformado em notícia.

“Naquela época havia os militares, de quem se pode esperar tudo. Mas do atual governo brasileiro eu não esperava algo do gênero” (declaração textual de Pelou no texto que antecede a entrevista). (segundo parágrafo) (Ex. XXIV).

Folha – Não há mais ditadura militar. Mas eis que o governo tenta expulsar um outro jornalista. Qual o seu sentimento?

Pelou – Fiquei bastante surpreso. Estive hoje [ontem] em Barcelona, na casa de amigos. Fiquei sabendo do Episódio ao ler “*El País*”. Estou desapontado ao saber que o governo brasileiro voltou a expulsar um correspondente estrangeiro. Não sou partidário de nenhuma corrente política, mas creio que quanto a isso o presidente Lula se parece com o regime dos militares. (Trecho da entrevista com *Pelou*) (Ex. XXV)

Em vários textos jornalísticos produzidos pela imprensa brasileira e por entidades representativas do jornalismo, como o *Observatório da Imprensa*, muitos deles analisados neste trabalho, a atitude do governo federal, em cancelar o visto do jornalista norte-americano, foi comparada às tomadas pelo regime militar na ditadura brasileira. Muitos desses textos, em especial, os noticiosos, trouxeram, como no exemplo supracitado, declarações textuais, representante do

discurso alheio. A entrevista é sempre uma “prova” de que as declarações textuais foram mesmo retiradas da voz de outrem. Com o objetivo de dar maior credibilidade ao fato jornalístico informado, a imprensa usa a entrevista, com sua estrutura dialogal, para estabelecer uma relação *mais direta* entre entrevistado e leitor-consumidor.

Observou-se na entrevista “pingue-pongue”, nas declarações textuais usadas neste texto, e em outros textos analisados no trabalho, como o relato do fato jornalístico é apresentado/representado como se ele passasse a ser contado ou confirmado pela voz da personagem. Contudo, não tendo o entrevistado ou mesmo a fonte o mesmo papel que o jornalista e o jornal têm na seleção, produção e distribuição da matéria, aqueles passam a servir como álibi, para o projeto de dizer da imprensa, como se fosse um *compromisso do fazer com palavras*.

Outros exemplos, porém, não trazem nem declarações textuais nem estruturas dialogais em sua superfície. Apesar de compartilharem do mesmo julgamento sobre o presidente da República, os textos opinativos, em sua maioria, não utilizaram nesse caso declarações textuais, vide editorial *Um erro* (em anexo). Como os textos são sempre falados, o interdiscurso estaria subjacente sempre. Uma das delimitações do tema trabalhado foi a exploração da associação feita entre o governo Lula e a ditadura militar. O que deu muito pano para manga, haja vista o sucesso da mudança de foco na discussão iniciada com a publicação da matéria de Larry Rohter. Embora textos como os opinativos não utilizem com frequência declarações textuais, eles mantiveram com os noticiosos uma relação bastante estreita no que diz respeito ao tipo de seleção de *conteúdo* feita sobre o assunto.

E Quando não se Representa no texto o Discurso de Outrem?

A falta de declarações textuais representa, no caso dos textos noticiosos, que as informações são dadas por relatos feitos pela linguagem e pelo jornalista, os quais são vistos como filtros.⁵¹ Nos textos opinativos, a ausência de declarações, ao contrário, é (in)formada como se enredando a estrutura dos gêneros discursivos dessa categoria à posição política e de opinião assumida pelo produtor, autor e responsável pelo texto. Ao apresentar uma distância *física*, já que não há a quebra superficial da pessoa do discurso no texto, a interdiscursividade poderia levar-nos a uma conclusão

⁵¹ Os exemplos a seguir foram retirados de edições mais antigas dos manuais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, nos quais esse tipo de compreensão está explicitado (nas edições mais recentes, a recomendação é apenas inferida): “[...] nem declarações textuais em excesso [...], nem declarações textuais de menos, que não permitam ao leitor ao menos saber se o repórter efetivamente falou com o entrevistado [...]”. (MESP, 1990: 25).

“O que se busca é a notícia: o fato comprovado, relevante e novo [...].Fatos são mais fortes do que declarações.”(MFSP, 1992: 27).

precipitada, a de que não acontece *encenação* nos textos opinativos, visto que o termo é reservado para as formas diretas e indiretas da representação do discurso (cf. Maingueneau, 1993).

Por ser considerada menos cênica ou mesmo não-cênica, seria mais comprometedora da promessa de dizer, uma vez que *aparentemente* o jornalista não estaria falando textos dos outros, mas os que ele produziu por conta própria. Esse tipo de raciocínio não valeria para toda regra, haja vista os textos noticiosos produzidos sem marcas textuais serem apresentados como impessoais tanto quanto os que possuem as declarações textuais, apresentadas como efeito de verdade. Mas a ênfase demasiada nessa *estrutura* como impessoal faz-nos desconfiar da *verdade* da outra categoria, ou dos *pontos de vistas* que são admitidos na outra. A imparcialidade nunca existiria se não fosse a parcialidade; é como se, para existir paraíso, precisássemos do inferno. Por isso, o comprometimento (pessoal) com o que se disse muda de um modelo textual para o outro, o que aumenta vertiginosamente as chances de desconfiança a um texto que tenha uma estrutura *mais argumentativa*; daí as assinaturas serem obrigatórias nos textos opinativos (mesmo no caso do editorial).

A meu ver, não seria a presença ou a ausência da codificação da fala dos outros, a intertextualidade manifesta, ou uma estrutura *mais impessoal* (uso da ordem direta, da terceira pessoa, a restrição a adjetivos e advérbios etc.) os únicos atores das peças verbais, o papel coadjuvante dos textos construídos de modo diferente também encena a *subjetividade*, *ideologia*, os *pontos de vistas* que precisam ser evitados no texto-padrão do jornalismo. Nos dois casos são encenados modos de apresentar/representar o jornalismo, cabendo a apenas um modelo o papel de *bom moço*.

No jornalismo, a encenação da voz do outro é usada como estratégia para asseverar a veracidade do texto jornalístico que é reivindicada para este, pelo afastamento do jornalista visto sempre como intermediário no relato dos fatos. Não se pode concluir daí que a falta de uma codificação de outras vozes no texto seja a ausência de encenação ou mesmo de um *teatro menor*. Em gêneros discursivos, principalmente como os da imprensa, em que os manuais visam à apresentação de um *padrão de linguagem* bem restrito, o espaço enunciativo parece precisar de uma maior delimitação. Nos textos noticiosos não é o jornalista que diz – o texto está sendo dito por outro – uma fonte; – nos textos opinativos, um *eu* diz, e ele nem sempre é a opinião do jornal. Em outras palavras, a intertextualidade manifesta ora aparece como modo de objetivar os textos da imprensa,

ora, na sua ausência, como modo de subjetivá-los (a não ser no caso da construção impessoal), o que corresponderá ao papel esperado pela imprensa no relato dos fatos. Mas se uma asserção nos compromete com outra, assim como um ato nos compromete com o outro, como poderíamos falar em imparcialidade e desvinculação na cadeia textual sem fim?

O efeito de verdade produzido pela *confirmação da voz do outro*, talvez, seja a explicação para a utilização da recorrência desse recurso em textos noticiosos. É inesgotável a cadeia que se forma nos textos, mas esse vínculo é apagado na imprensa como se não houvesse continuidade entre os diversos textos, como se não houvesse cruzamento entre eles. É o tempo efêmero da informação que apaga o compromisso com o que se diz: o presente não se compromete com o passado e nem projeta uma memória do futuro (Bakhtin, s.d. [1986]), para que haja uma mudança no *establishment* da imprensa.

A conclusão de que não existe uma encenação na interdiscursividade, pelo menos, no que tange à propagada encenação da *representação do discurso* do outro no jornalismo é precipitada e pautada na força que é dada à superfície do texto, ao modelo de padronização da imprensa. Não se trata de agora negar a encenação das declarações textuais no jornalismo, mas de observar que as reiteradas afirmações nesse sentido destronaram a possível encenação feita em textos como os opinativos. Em editoriais, por exemplo, praticamente não aparece explicitamente o *discurso de outrem*, mas é lá que também ocorre uma encenação da *subjetividade* do jornal, um recurso oposto ao enfatizado para o texto noticioso: como se nesse texto não houvesse a presença de uma ideologia, e como se houvesse, no texto opinativo, independência da empresa, salvo em editoriais (cf. *operação argumentativa*, capítulo III).

A classificação entre a intertextualidade manifesta e a interdiscursividade, de algum modo, se constitui a partir de um outro pré-construído sobre o discurso na imprensa, a saber, o modelo superficial-textual para a fala do outro: o que aparece na superfície e o que não aparece. Enquanto o segundo caso remete a ausência de elementos lingüísticos representantes de uma outra voz, que não a do *autor* do texto, o primeiro afirma/comprova o dito de outra voz fora do texto. Essa distinção, portanto, vale mais pelo *como* apresenta/representa o outro do discurso do que pelo *que é*, uma vez que o aparecimento ou não da voz de outrem num texto serve para representar modos de objetificação e subjetivação no texto jornalístico, respectivamente.

A relação entre *ethos* e intertextualidade na imprensa deve ser sempre observada. Tanto os modos de discurso quanto as *formas* lingüísticas ganham valores na sociedade, os quais representam

algum modelo para ser seguido ou rejeitado (cf. a mudança do padrão textual jornalístico, capítulo I). Esses valores certamente são aproveitados pela tecnologização do discurso, presente no *modo de ser* da imprensa. A entrevista em análise certamente se insere nesse padrão textual, que busca conferir à imprensa maior isenção no relato dos fatos. O *ethos* como organizador do corpo da imprensa, das qualidades pelas quais o corpo movimenta o *modo de ser* dos jornais, naturaliza certas relações pelo valor que as formas e os gêneros do discurso e o procedimento jornalístico receberam na constituição da história da imprensa brasileira.

Tal naturalização é encarregada, por exemplo, de apagar a relação hierárquica que existe em qualquer entrevista. O modelo de perguntas e respostas na imprensa põe, no mínimo, dois interlocutores envolvidos no mesmo assunto, porém, diferentemente, de alguns modos dialogais, o *papel* do entrevistado é responder a perguntas. Assim, no Ex. XVIII, a *Folha de S. Paulo* é quem traz o novo assunto, a *expulsão* do jornalista norte-americano do Brasil, associando-a à expulsão do entrevistado quando correspondente internacional no Brasil, na época da ditadura militar. Realmente o entrevistado, fonte principal do fato relatado em questão, torna-se um “objeto”. Claro que o entrevistado pode *subverter* o *script* não o autorizando (não respondendo ou desviando-se da pergunta feita a ele). A questão é que, cooperando ou não com o entrevistador, o entrevistado, por não ser quem dirige as perguntas, está numa posição de desvantagem, uma vez que não tem ao seu dispor a instituição jornalística.

Ethos e intertextualidade mantêm entre si uma relação profícua na construção da identidade da imprensa. A intertextualidade entre os manuais e livros técnicos ou mesmo a intertextualidade no jogo de subjetivação ou reificação das pessoas, dos textos, dos acontecimentos, governos etc., pela padronização textual e procedimentos jornalístico, corresponde ao domínio atual de uma estética e de uma ética da imparcialidade na imprensa, mantida na luta pela hegemonia, ganha pela indústria da informação, e não por uma estrutura homogênea que impossibilita qualquer mudança.

A Estética e a Ética na Imprensa: a (im)possibilidade de mudança

O *ethos* de decoro e elegância que devem ter os representantes da *boa* imprensa é naturalizado não apenas na apresentação/representação do modelo textual adotado (seleção das palavras, ausência de adjetivação, de advérbio, ordem direta, uso da terceira pessoa do discurso etc.), como também no procedimento do jornalista (isenção, imparcialidade no tratamento do fato jornalístico etc.).

Revestidos do poder de organizadores para a *boa* escrita, os manuais de redação e estilo elegem, como o melhor texto jornalístico, aquele que consegue ser mais objetivo ao afastar a *indesejada subjetividade*. Assim, através da padronização do texto e do jornalista, é possível chegar ao acabamento do texto e da função jornalística: oferecer ao leitor-consumidor o mais verdadeiro relato dos fatos com a maior isenção possível: a estética da imparcialidade.

No pacote feito e divulgado do texto e do procedimento jornalístico na produção e distribuição da notícia, está presente uma estética para naturalizar a promessa da imprensa. Na estética da indústria da informação, faz-se a política de representação da estrutura previsível e delimitável do texto-modelo do jornalismo. A partir daí, os jornais são apresentados/representados como imparciais e éticos. Dentre os pré-requisitos, possibilitadores dessa imagem está o estilo, que, para a imprensa, corresponde à seleção lingüística realizada para a produção do *bom* texto da imprensa.

Segundo Bahia (1990), o estilo para o jornalismo quer dizer o modo de escrever e de ser do veículo de comunicação; tal comentário é recorrente nos manuais de redação e estilo analisados. Ao entender o estilo como o *modo de escrever e de ser* do veículo de comunicação, dá-se ao *estilo* a propriedade de representar o próprio jornalismo. Este é desenhado como o meio mais seguro de se ter acesso aos fatos relatados pela imprensa. *A imprensa a serviço da verdade*. Tal lema é insistentemente trabalhado pelo jornalismo. Mas o estilo também tem uma história: o atual estilo da imprensa *conta a história* de uma instituição a serviço de uma sociedade democrática e de leitores-consumidores, que, por isso, precisam de uma escrita concisa, de uma língua unívoca para o relato mais isento e verdadeiro.

Segundo os manuais, a produção de um bom texto deve-se à transparência da linguagem usada no relato do fato jornalístico, pela seleção das palavras, pela organização da frase etc. Em outras palavras, pelo cuidado que o jornalista/produtor do texto tem com a forma adotada. Nesse raciocínio, são estabelecidas relações como se de causa e efeito entre texto imparcial e verdade, e estilo e fato jornalístico. Bahia (1990: 88), em seu livro *As técnicas do jornalismo*, ressalta a importância que o jornal atribui à forma de dizer a notícia, através do estilo higienizado:

O estilo se contrapõe ao jargão, codificando no que é possível a linguagem para preservá-la de deturpações como um vocabulário de barbarismos, neologismos, gírias, e outros vícios que esgarçam o papel educativo e cultural do jornalismo.

Nessa citação, o estilo do jornal passa a ser reconhecido como o elemento organizador da “codificação” (padronização) da linguagem jornalística. Nos manuais analisados, a correção gramatical do texto é bastante valorizada, embora isso não se faça exatamente nos moldes da gramática normativa, uma vez que, para as práticas discursivas do jornalismo, é preciso assimilar a *simplicidade, elegância e contemporaneidade* do dizer. É visível, contudo, o projeto dos manuais em servirem como modelização da língua para a produção de textos *bons* e objetivos. Mais do que uma padronização, em molde de normas “prescritivas”, os manuais de redação e estilo jornalístico apresentam um modelo de língua e de jornalista, que rejeita uma língua indeterminada, facilmente corruptível pela subjetividade indesejada.

Há uma preocupação com a pureza verbal a partir de uma idéia de higienização. Esse fato não nos autoriza afirmar que tal empreendimento é um projeto para criar um novo padrão normativo para a língua culta – de inovação, ou mesmo como projeto de preservação da língua portuguesa. Contudo, o projeto é muito claro quanto ao interesse em promover os próprios manuais como aparelhos de referência, inclusive para o público em geral. A meu ver, deve-se atribuir maior interesse na auto-afirmação dos jornais, pelo menos através dos seus manuais, no modo deles se identificarem como comprometidos com a *verdade* e a *imparcialidade* na produção da informação. Nessa promessa do dizer *a verdade*, pela necessidade da informação, a imprensa se compromete com a apresentação da realidade. E, nesse contexto, cabe a seguinte pergunta:

Como se relaciona o horizonte extraverbal com o discurso verbal, como o dito se relaciona com o não dito? (Bakhtin, s.d. , p.4 [1926]).

Tanto em Bakhtin (*op.cit.*) quanto, neste trabalho, a língua não reflete o extraverbal como um espelho, antes o discurso molda a situação a partir de um discurso avaliativo. Seria o refratamento (Bakhtin, 1988) e a performatividade da linguagem para falar o mundo. A performatividade oferece a oportunidade de pleitear, para a comunicação humana, uma abertura para a produção de novos sentidos, que serão ou não constituídos pelas práticas discursivas em constante luta pela hegemonia. A seleção das palavras (do seu sentido objetivo), nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, é vista como tendo a função de privilegiar os fatos (pelo menos a melhor versão deles) para comprovar a imparcialidade da imprensa em transformar os fatos em notícia pelo filtro jornalístico (cf. Ex. 1, 2, 3, 6 e 10, para alguns exemplos). A tecnologia do discurso no jornalismo organiza e distribui, para todos aqueles que convivem com a informação, a garantia da melhor matéria

jornalística, da melhor cobertura dos fatos. Quanto a isso, é interessante observar a seguinte reflexão sobre a técnica jornalística, realizada no jornal *Folha de S. Paulo*:

A qualidade técnica da reportagem era no mínimo discutível. Nada autorizava o correspondente a afirmar que a relação do presidente da República com bebidas se transformara em “preocupação nacional”. Suas considerações basearam-se em rumores e em fontes suspeitas. Esta Folha noticiou e reproduziu a reportagem por entender que se tratava de um fato jornalisticamente relevante. O diário nova-iorquino é um dos mais influentes do mundo. (Editorial *Um Erro* da *Folha de S. Paulo*) (Ex. XXVI)

No Editorial *Um Erro*, embora considere “discutível” a reportagem feita sobre a afirmação do correspondente do *New York Times*, Larry Rohter, o jornal brasileiro afirmou tê-la reproduzido por considerar o assunto um fato “jornalisticamente relevante”. Aliás, é preciso lembrar que não apenas jornais como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* a reproduziram como, também, com ela, estimulou-se a produção de um número imenso de reportagens, notícias, entrevistas, artigos, editoriais etc., em jornais de todo o país,⁵² que deram origem a um outro fato jornalístico. Se o novo fato não apagou de vez a “dúvida” sobre a veracidade do texto de Rohter, tratou de mudar o foco de análise: não mais Larry Rohter era o vilão, mas o presidente da República. Com isso, pode-se observar que entre um dos pressupostos do *poder dizer* (liberdade de expressão) e do *como se diz* (a técnica isenta do jornalismo), o primeiro foi eleito para a defesa do novo fato jornalístico, criado em decorrência da divulgação e da publicação da reportagem de Rohter no Brasil: a agenda semântica daquela semana nos noticiários em todo o país. E aí faltou quem *demonizasse* o valor que estava nas condições de emergência do novo fato, já que a suspensão do problema de técnica jornalística de Rohter não anulou nem suspendeu a imagem produzida do presidente Lula.

O editorial que se seguiu ao *Um erro* demonstra bem a mudança de foco e do fato jornalístico, especialmente se observarmos a que erro o jornal se refere com o título.

⁵² Nesse momento, é interessante destacar algo que talvez não tenha sido explorado o suficiente: a relação e o cruzamento entre textos noticiosos e opinativos. Quando se fez menção, no capítulo III, à autofagia dos textos jornalísticos, refletia-se não tão somente a respeito da continuidade estrutural entre um e outro texto, na tentativa de anular a dicotomia instaurada na imprensa, mas ao aspecto do que também estava em jogo: o elemento discursivo e argumentativo subjacente aos textos noticiosos e opinativos que compartilham, muitas vezes, o mesmo fato jornalístico. Isso realmente não me parece um problema epistemológico dos textos, mas genealógico das “substantivações” dos textos noticiosos e opinativos ainda no surgimento da história da imprensa ocidental e brasileira, posteriormente, empresarial (cf. capítulo I). Antes de ser informativo, o texto-modelo do jornalismo era opinativo. Embora desprestigiados nos manuais de redação e estilo, os textos de opinião nunca foram banidos da imprensa: sempre foram constitutivos da produção de informação. Aqui chegamos, mesmo que um tanto indiretamente, ao paradoxo levantado como questão no capítulo I: o excesso da identidade neutra da imprensa não levaria a um paradoxo para a própria neutralidade e verdade dos textos jornalísticos? Qual o valor de verdade dos textos opinativos gerados pela imprensa? Ele parece ser nulo, mas não é.

A concessão de *habeas corpus* ao jornalista Larry Rohter não chega a desfazer o grave erro que o governo cometeu na condução de sua querela contra o diário “The New York Times”, mas é o bastante para demonstrar que o Brasil, apesar dos surtos autoritários do Planalto, é uma democracia sólida. (Editorial, *Chance para Lula, Folha de S. Paulo*, 14 de maio de 2004) (primeiro parágrafo) (Ex. XXVII)

Aqui cabe a pergunta: a tecnologização do discurso é dirigida à linguagem jornalística, aos jornalistas ou ao jornal? A falha técnica do texto jornalístico e do procedimento do jornalista, no caso da notícia veiculada pelo *New York Times*, ficou mais em evidência do que o compromisso da empresa com o relato dos fatos,⁵³ não houve o estranhamento do “eu”, o horrorizar-se de si mesmo, houve o deslocamento da discussão. A reificação da linguagem e do jornalista (não no momento da falha técnica, assumida como defeito do texto ou erro do jornalista na reflexividade feita pela imprensa brasileira), as técnicas formais de calculabilidade do significado, que foi veiculado, foram relacionados ao defeito da padronização na linguagem jornalística. Esse conhecimento adquirido pela confiança em sistemas peritos, na tecnologização do discurso, age performativamente para separar o fato do valor que ele adquire, a partir de uma política de higienização (cf. Cameron, 1995); isto é, serve para isolar a linguagem e o jornalista competente dos valores que alguns *atos jornalísticos* recebem diariamente nos jornais. A linguagem e o procedimento jornalístico são ativados numa memória sem futuro, como um artefato pronto e acabado, estetizado num modelo imparcial.

A forma, entendida muito estreitamente como a forma do material – aquilo que o organiza como um artefato único e completo se torna o principal e quase que exclusivo objeto de estudo. (Bakhtin, s.d., p. 3[1926])

A meu ver, essa forma desencarnada dos fatos/valores do mundo da vida, a que Bakhtin critica, passa a ser um crime verbal, uma vez que impede ou camufla, seja no estudo da linguagem seja na apresentação/representação dela feita nas práticas discursivas do jornalismo, o modo pelo qual o horizonte extraverbal é tocado pelo discurso verbal. Vale a pena lembrar que a imprensa brasileira considerou o *erro* da reportagem de Larry Rohter tão menor que poderia ter sido deixado de lado, para evitar maiores problemas (cf. Ex. IX e XI), o que, se por um lado revela menosprezo pelo alcance do gesto da *boca* da imprensa na imagem de alguém, por outro, mostra o reconhecimento de poder desse gesto.

⁵³ Muito embora, o procedimento do jornal, no caso, também tenha sido criticado (cf. Muniz Sodré, *Faltou um despacho saneador, Observatório da Imprensa On-line*), a crítica foi feita principalmente a Larry Rohter.

Muniz Sodré reconhece a falha jornalística da folha americana *por não prestar conta da realidade brasileira*:

À flagrante desonestidade da foto, acrescenta-se a incompetência jornalística no que diz respeito à apuração e relato dos fatos. Em primeiro lugar, a nação não havia revelado nenhuma preocupação com qualquer suposto excesso alcoólico do presidente da República. [...] ao revelar as insinuações de figuras públicas (em técnica do jornal, diz-se “fonte de segundo grau”, do ponto de vista do repórter), a matéria deveria ter informado que se tratavam de adversários notórios do presidente, o que daria ao público receptor a liberdade de interpretar o eventual viés malicioso das declarações. [...]

Se nada disso interessou ao jornal [Muniz Sodré referia-se a este e a outros problemas da reportagem] é porque já tem *uma imagem pronta do país e de suas lideranças*. (Muniz Sodré, *Faltou um “despacho saneador”*) (Ex. E) (grifo nosso)

Acrescentaria que essa imagem estética não é um problema apenas do pré-conceito que os veículos de comunicação têm com relação aos “fatos” jornalísticos a serem relatados, mas da visão estética que a imprensa têm da técnica jornalística e dos próprios valores divulgados como se fossem provas, como se os procedimentos técnicos jornalísticos pudessem dar conta da ética e do modo como o verbal toca o mundo.

A técnica da redação e do estilo jornalístico é dirigida à linguagem e ao jornalista como se ela fosse em última análise a superação do homem: dos sentimentos, das paixões, da ideologia. A padronização dos textos e das pessoas revela a disciplina, o hábito e até, como visto em alguns exemplos analisados, o assentimento do meio jornalístico em tomar a estética da imparcialidade como uma essência da imprensa. Isso marginaliza, silenciando, na maioria das vezes, uma reflexão sobre o que seria a *imparcialidade*. A reflexividade da imprensa, portanto, não chega a discutir a dimensão da parcialidade. O afastamento do jornalista e do jornal, a falta de proximidade com o objeto demonstrado no meio jornalístico são engendrados como conclusão de que a imparcialidade é o caminho da ética. Digamos que esse argumento venha a ser verdadeiro no discurso da vida, o que poderia garantir a *verdade* do seu contrário?⁵⁴ Uma das respostas a isso poderia ser colocada com mais irreverência pelo mecanismo da reflexividade.

No entanto, a partir da autocrítica do procedimento jornalístico pretende-se chegar à imparcialidade, uma vez que sempre se discute como chegar a maior objetividade em relatar os fatos, expurgando sempre para longe das fronteiras da comunicação social o que se considera banal: o estilo caudaloso e subjetivo, e ideológico, e partidário, e sentimental e, portanto, desnecessário por que não

⁵⁴ Comentário parecido faz Cameron (1995), Cameron *et al.* (1993) e Pinto (2002). Esta última numa crítica ao procedimento da ciência e dos lingüistas.

consegue ser transparente e conciso para conduzir o significado real e original que está no mundo. O extraverbal, contudo, está longe de ser a causa externa de um enunciado. A linguagem, por exemplo, só abstratamente poderia refletir o objeto por ela falado, nunca no *discurso da vida* (Bakhtin, s.d.[1926] e [1986]). Ao contrário, admitir a performatividade da linguagem é admitir a única forma com que a linguagem toca o real, a própria tensão entre conhecimento e verdade, instalada pela impossibilidade da língua descrever o mundo como uma coisa em si. A técnica não consegue controlar o efeito da linguagem, o seu ato irredutível e incomensurável. Os significados que podem vir dos textos são abertos, embora não livres, pois estão vinculados entre a estabilidade e os acontecimentos.

A imagem estetizada antecipa a visão, senão do jornalista e/ou do jornal (cf. Arbex Jr., 2001; Sodré, 1999; Gusmão, 1993), pelo menos, da linguagem: algo que pode ser um artefato para o manejo do jornalismo de *boa* qualidade. Bakhtin (s.d.[1986]) critica duramente a contemplação estética fora do discurso da vida, porque, para o autor, não existiria uma verdade dissociada da vida (*istina*), mas uma verdade construída no discurso da vida (*pravda*).

Isso, a meu ver, põe a semântica da linguagem ordinária como foco no lugar de uma verdade alética ou, ainda melhor, de uma verdade desencarnada dos fatos/valores no discurso cotidiano. O que isso tem a ver com o jornalismo? (Apenas uma mudança de atitude). Apresentar/representar-se como encarnando um papel imparcial sobre os *fatos* veiculados é desencarnar-se do discurso da vida. A verificação dos fatos não apenas informa, delimita ou apreende um objeto, divulgando um saber sobre ele, mas também confere ao objeto um valor de mercado.

A Estética da Imparcialidade: uma ética padronizada

A apresentação/representação da linguagem como código retira o contexto social e cultural em que a palavra é proferida. O leitor, para Muniz Sodré, em *Faltou um “despacho saneador”*, teria *mais liberdade de interpretar o eventual viés malicioso das declarações*, se a reportagem tivesse sido feita com mais cuidado. De todo modo, a liberdade de expressão, o *poder dizer* (o que quer), não oferece, mesmo exercida com os cuidados técnicos, uma margem de interpretação controlada para a interpretação do leitor/consumidor. Verifica-se que tanto a liberdade e o direito de informar quanto a liberdade e o direito de receber a informação não são tão presumíveis assim.

A estética da imparcialidade, que reduz o ato de fala, serve aos ideais da prática discursiva jornalística hegemônica, uma vez que apresenta a possibilidade do texto e procedimentos

jornalísticos neutros, além de também reivindicar significados puros ou literais e fatos verdadeiros. O projeto de dizer⁵⁵ do jornalismo – *o que se diz, como dizer (como não dizer)*, ao ser verificado como auxílio para a construção da verdade dos fatos, pelo total desinteresse com as “tendências ideológicas” na sociedade, é um sintoma de descomprometimento com o relato dos fatos em vez de responsabilidade para com a integridade da formação da opinião pública. A ética da imprensa, mais especificamente, do jornal que os manuais representam, resulta das normas e dos princípios estipulados para serem seguidos.

Todo cidadão tem direito a um tratamento leal e imparcial, independentemente da posição do O Povo em relação a ele. [...]

Em toda função jornalística a preocupação ética há de ser dominante. Ela é o centro aglutinador dos demais conceitos afins – Justiça, Imparcialidade e Lealdade. (MP: 2003: 305) (Ex. 57)

Ética – O jornalista da *Folha* deve pautar sua conduta pela preocupação de seguir os mais altos princípios éticos da profissão que incluem nunca usar sua condição de jornalista para obter vantagens pessoais e não escrever assuntos para os quais tenha interesses pessoais diretos. (MFSP, 2001: 41) (Ex. 58)

Esses verbetes, que consubstanciam os princípios e conceitos jornalísticos, éticos e profissionais do **Estado**, são: *acusações, adjetivação, antinotícia, comparações, cronologia, declarações textuais, duplo sentido, encampação, entrevista, erros, ética interna* [...]. (MESP, 1997: 14) (Ex. 59)

A estética da informação e a empresa jornalística que *vende* as notícias como se fossem artefato (de produção, distribuição e consumo discursivo) é utilizada para o fornecimento de uma imagem imparcial da imprensa. O *ethos* da imprensa dá corpo a procedimentos que são apresentados/representados como sendo de uma *estética* do belo (contra o feio), do elegante (contra o deselegante); e de uma *Ética* do certo (contra o errado), do imparcial (contra o parcial). Tanto essa estética quanto esta *Ética* são mostradas como se constituíssem regras do jornalismo.

As deficiências e o tom injurioso do material publicado fizeram com que vozes representativas dos mais variados setores da sociedade brasileira saíssem em defesa do presidente (*Editorial, Um erro*) (Ex. XXVIII)

Larry Rohter é um criador de casos conhecido, aqui e na Argentina. Tem fama de ser aquele tipo de repórter que não precisa ser censurado, porque jamais escreverá algo que possa desagradar seus chefes. (Lage, *O estranho direito de ofender pessoas, Observatório da Imprensa On-line*, 18 de maio de 2004) (Ex. F)

⁵⁵ Todo *projeto de dizer* estetiza seus leitores, ou seja, o texto produzido é feito para alguém que se imagina *ser assim, ser assado*. Entretanto, nunca se pode prever completamente a recepção. Os sentidos são produzidos antes entre pessoas e palavras, que entre palavras e mundo.

A defesa da transparência e da imparcialidade, possíveis de serem alcançadas pela técnica de produção da informação, segundo as práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, endossa a autoridade de quem diz (o jornalista, o jornal), por reconhecer, num modelo marcado historicamente para figurar como mais impessoal, a neutralidade e a verdade dos fatos relatados pela imprensa.⁵⁶ Também, e talvez com resultados mais desastrosos, essas práticas empreendem uma estetização sobre o controle que se tem dos objetos língua e fato jornalístico na imprensa: o jornalista, em algum sentido, não apenas conhece a linguagem, como também desenvolve um domínio sobre o conteúdo/significado que veicula a partir das regras da técnica jornalística *imparcial*. (Um *latifúndio* que cabe também ao leitor, que, como o jornalista, é visto como uma peça independente na produção do sentido de um código comum a ambos).

Os manuais de redação e estilo, e principalmente eles, defendem que elementos lingüísticos, historicamente reconhecidos como neutros, impessoais, *expulsam* crenças e desejos, subjetividade e partidarismo do relato. Para os jornais, portanto, há um grau zero de parcialidade. Imparcialidade, neutralidade, objetividade: o grau zero do sujeito – o estilo como não-estilo. É possível observar como a negação da subjetividade (e/ou sua indesejada presença) é reconhecida como um modo voluntário de escapar da parcialidade. Isso faz confundirem-se *verdade* e *imparcialidade* e *fato jornalístico* e *seleção lingüística/estilo*. Nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, tanto o sujeito é consciente do que diz, quanto ele pode se reificar para não participar de “crimes verbais”: da falha de textos e procedimentos jornalísticos.

É de se notar que elementos lingüísticos, historicamente reconhecidos como impessoais e a dispensa de algumas categorias gramaticais (adjetivo, advérbio, conectivos etc.) figuram nos manuais, e também nos livros de técnica jornalística (cf. Lage, 1999; Noblat, 2003), como responsáveis pelo reforço na imparcialidade no modo de dizer. Apaga-se, com isso, especialmente, nos manuais de redação e estilo, a seleção do fato e a seleção de elementos lingüísticos na organização textual no processo de produção da informação, além do poder de designação que têm os substantivos como qualificadores. Em outras palavras, o estilo da informação é apresentado como um modelo de naturalização da linguagem. Este produto criado – o estilo dos manuais jornalísticos – é tratado dentro de uma estética da imparcialidade.

⁵⁶ Exemplo dessa representação é a restrição promovida pelos manuais a elementos dêiticos e modais da linguagem, que *marcam*, entre outras coisas, o distanciamento da *pessoa que fala*.

Plural Majestático. Uso da primeira pessoa do plural para designar ação ou pensamento realizado por indivíduo ou organização. [...]. Em textos informativos não se usa essa forma de plural, admissível, entretanto, em editorial, nota de Redação, transcrição e artigo assinado.[...]. (MP, 2003: 37) (Ex. 60)

plural majestático – Uso da primeira pessoal [sic] do plural para designar ação ou pensamento realizado por indivíduo ou organização. Não use na **Folha**. Admite-se em editorial, em Nota da Redação, no título da seção “Erramos”, em transcrição e em artigo assinado.⁵⁷ (MFSP, 2001: 92) (Ex. 61)

Há inegavelmente, uma intertextualidade visível entre esses últimos exemplos, sendo possível notar uma reprodução quase que literal entre eles. O interesse não é, de modo algum, constatar quem reproduziu ou imitou quem, mas observar como as práticas discursivas estão imbricadas na luta hegemônica dos discursos sobre linguagem na imprensa, para reivindicarem um modo de discurso mais impessoal. É como se fosse possível expulsar do material noticioso, mais precisamente, o fantasma da subjetividade.

Não se pretende, neste trabalho, negar a possibilidade de se fazer um texto mais “impessoal” (nunca um texto *imparcial*) ou a necessidade da adoção de regras para alcançar este fim, mas não se pode com isso reduzir a seleção lingüística a mero produto da naturalização. São postas nesse jogo de essência/aparência, num mesmo patamar, *verdade* e *imparcialidade*, como se um texto eminentemente argumentativo não pudesse trazer também *verdades*. O projeto de dizer algo mais “referencialmente” não confere ao dito nem neutralidade nem *verdade*, apenas mostra a adesão da imprensa ao modelo (inclusive adotado na gramática normativa), de retirar a pessoa (sujeito) do discurso da frase.

Ottoni (1998), retomando Foucault, critica a redução do sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa, já que esse sujeito não está contido no enunciado pelo sintagma lingüístico. Para Ottoni (op. cit.), as considerações de Foucault a esse respeito aproximam-se das de Austin (cf. capítulo III). A primeira grande lição que se pode retirar daí é que os mecanismos de redução na imprensa têm incapacitado a visão do sujeito e do enunciado. Nem o sujeito pode ser confundido com a codificação lingüística para a pessoa do discurso nem, se tratando do enunciado, é possível dizer que este pertença a um sujeito em especial ou, por outro lado, que possa ser ele decodificado por alguém de uma maneira X e não Y. Isso talvez possa ser considerado um golpe na dicotomia entre atos ilocutório e perlocutório aos moldes searleanos (cf. Rajagopalan, 2001b).

⁵⁷ Cf. (Ex. 27) do MESP (1997).

Os manuais, à medida que comprometem a notícia com o relato fiel dos fatos, o registro imparcial dos fatos, de acordo com a codificação da impessoalidade, tanto isentam o jornal de quaisquer dúvidas sobre o uso de mecanismos de manipulação de opinião pública, como também, com a autoridade que depositam na modelização da língua e nos profissionais do jornalismo, facilitam a apropriação da imprensa do *poder fazer e poder dizer* (cf. Ex. G, L, N).

Segundo MFSP (2001), embora seja impossível construir fatos sem subjetividade, deve-se buscar a maior objetividade no emprego da linguagem nos relatos jornalísticos. Nesse palco, a imparcialidade surge como *natureza* da notícia. Assim, os jornalistas, e, conseqüentemente os jornais, não participariam de modo ativo no processo de formação de opinião pública, a não ser pelo fato de informar o que acontece no mundo. É como se os manuais colocassem em parênteses os textos opinativos ou, de outro modo, condenasse-lhes, uma vez que a eleição do texto-modelo do jornalismo e a *descrição* de suas qualidades ignoram ou inviabilizam a seriedade dos textos de opinião.

Bakhtin (1990[1975]) observa que o grande problema no estudo estético da obra de arte, em geral, é a excessiva importância atribuída à forma em detrimento do conteúdo. Para ele, dá-se mais atenção à materialidade da forma, aspecto em segundo plano de importância, do que ao trabalho conjunto entre forma e conteúdo. Segundo Bakhtin (op.cit.),

[...] não há forma pura: o conteúdo e a forma se interpenetram, são inseparáveis, porém também são indissolúveis para a análise estética, são grandezas de ordem diferente [...] (p.37).

Também

Não há enunciados neutros nem pode haver, mas a lingüística vê neles somente o fenômeno da língua, relacionando-o apenas com a unidade da língua, mas não a unidade do conceito, de prática de vida, da história, do caráter de um indivíduo. (p.450)⁵⁸

Como produto consumido pelos leitores, não apenas o texto, mas, sobretudo, o procedimento jornalístico se arvora num conhecimento sobre o dizer, e da particularidade do dizer em mostrar a verdade, tratando a língua como código e artefato. A tecnologização do discurso na imprensa oferece essa imagem estetizada com uma maior perfeição. O apagamento do estilo como um trabalho entre forma e sentido (cf. Granger, 1974), para sucumbir a uma forma que veste um conteúdo para melhor

informar, faz com que se perceba a ética como algo que vem de fora (*Ética*): como se técnicas pudessem controlar o *uptake* na produção dos sentidos, uma vez que a elas se devem a reificação da linguagem e também do jornalista.

A Estética da Imparcialidade X A Irredutibilidade do Ato de Fala

O trabalho estético da imprensa impede o vir-a-ser de novos significantes/significados, o estranhamento do “eu” pela escolha do outro; impede, também, uma ética diferente dessa *Ética* que vem de fora, que vem da normatização e das regras. Impede que a memória seja usada para o futuro (Bakhtin, s.d. [1986]), para o rompimento com os hábitos ou a disciplina, que dialogam com uma ideologia que protege o suposto “eu” de qualquer estranhamento. É isto que faz a imprensa, mesmo na tarefa de refletir sobre si mesma: cai (ou se joga?) nas malhas da tecnologia do discurso e da essência jornalística que cria, especulando maneiras de melhorar a técnica para chegar ao que julga imparcial ou de restringir a linguagem, para chegar a um conteúdo objetivo e *verdadeiro*. A técnica serve como desculpa para a resolução de um problema jornalístico; mesmo quando se duvida da integridade do jornalista e do jornal, é nela que se concentram as críticas do *mau jornalismo*.

Ainda a respeito da polêmica da censura/liberdade de imprensa no Brasil, iniciada com a reportagem de Larry Rohter, a estética da imparcialidade e o modo estetizante de apresentar/representar o leitor, o código (língua) e o jornalista cooperam para leituras diferentes do texto do correspondente norte-americano e também da intriga gerada a partir do seu dito/interpretado.

O Ato de Ler como uma “Releitura” da Visão da Língua Informativa na imprensa

Neste momento, será analisado como o caso *Lula e New York Times*, a partir do que se propõe a ser uma reflexão crítica do episódio por parte de jornalistas, cultiva uma dimensão informativa da linguagem, tão cara aos veículos de comunicação, como os jornais.

Desconfio que pouca gente leu na íntegra e com atenção a reportagem do correspondente do *New York Times* que deu origem ao patético episódio da semana passada. Transcrevo e comento seus principais trechos com base em tradução feita pela Agência Estado, do jornal *O Estado de S. Paulo*.⁵⁹ (Noblat, *O começo de tudo*) (Ex. G)

⁵⁸ Mesmo a lingüística tendo enveredado por outros caminhos em relação ao estudo da forma e da língua, desde a crítica feita por Bakhtin, deve-se ressaltar que, mesmo assim, é ela de algum modo que fornece subsídios para uma visão muito restrita do fenômeno da língua (cf. Cameron, 1995; Cameron *et al.*, 1993; Rajagopalan, 2003).

⁵⁹ Texto originalmente publicado no Blog (<http://noblat.blig.ig.com.br/>) mantido pelo jornalista. Além do *Observatório da Imprensa On-line*, desconheço se o texto foi publicado em outro local, a exemplo também dos demais textos em análise, possibilidade que, portanto, não descarto.

Assim começa o texto que tem, como finalidade, contribuir para *uma leitura mais atenciosa* da reportagem veiculada no *New York Times*. O título *O começo de tudo* é uma suposta metáfora do início da intriga mobilizada pelas traduções/leituras *mal feitas* do texto do correspondente norte-americano (outra suposição seria que a intriga tivesse sido gerada pela própria reportagem do *New York Times*, o que parece não ser a principal defesa de tese de Noblat). De início, deve-se destacar que a desconfiança em que Noblat se apóia diz respeito a leituras não somente de leitores-consumidores comuns, mas também daqueles que, além de consumirem, produzem, distribuem, divulgam, teorizam textos jornalísticos, isto é, são críticas à leitura de jornalistas, teóricos e/ou professores de comunicação social – pessoas envolvidas até o pescoço com a relação mídia e linguagem. Imbuído da tarefa de desmistificar a leitura de outros colegas de profissão, Noblat elege transcrever trechos da entrevista traduzida pela agência Estado.

Não há, pelo menos, no texto em questão, algum comentário do motivo da escolha dessa tradução dentre outras divulgadas pela imprensa brasileira. É interessante destacar, neste ponto, que o *New York Times* e o jornalista Larry Rohter apontaram como problemáticas as traduções que provocaram um pouco mais a ira do presidente do Brasil, o que não deixa de ser uma boa desculpa para o problema criado.

Segundo o correspondente internacional, a passagem do texto original para o português aumentou o mal entendido.

No comunicado divulgado pelo advogado, Rohter declara “jamais ter tido a intenção de ofender a honra do presidente da República, [...]”. Adiante, manifesta “sua preocupação, por entender que a versão de seu texto para o português não é fidedigna, o que pode ter causado a ampliação do mal entendido.” (Reportagem Paulo Sotero e Roldão Arruda, *Planalto ‘enxerga’ retratação e perdão jornalista*, *O Estado de S. Paulo*, 15 de maio de 2004). (sexto parágrafo) (Ex. XXIX)

A precariedade da tradução, assim, estaria num problema de origem: a versão brasileira para a reportagem de Rohter não foi, segundo essa perspectiva, satisfatória. Para Arrojo (1990), o maior problema de uma tradução é a fidelidade ao que é chamado “original”. Pautados numa tradição logocêntrica, os estudos de tradução, por exemplo, tendem a reclamar da relação imperfeita entre texto “original” e tradução. Isso se deve pela “crença expressa na formulação dos significados do autor, recuperáveis através da leitura, considerada, por sua vez, como um processo neutro, que pode e deve eliminar as interferências do leitor [...]” (idem: 44).

A atitude de Rother pode ser muito facilmente explicada pelo interesse em evitar sua expulsão do país; no entanto, o que nos interessa é que ela tem origem em três visões logocêntricas: 1) há algo original (especialmente quando se trata de uma tradução); 2) esse algo original é passível de ser recuperado literalmente; 3) o significado desse algo é dado como objeto e é tratado como se fosse independente do estilo.

Em outras palavras, para Rohter e para seus advogados, assim como para Noblat, era possível explicar a seleção daquele fato jornalístico como tendo um significado original que não foi fielmente utilizado pela tradução no Brasil. A questão que se coloca é: existe um significado original? Se existe, é possível externá-lo fielmente com palavras?

Não pretendo refletir necessariamente sobre tradução, vista convencionalmente como a transposição de um texto num idioma A para um de idioma B, mas observar as expectativas sobre as leituras possíveis do texto de Larry Rohter e do caso criado por este. Partindo do pressuposto de que a leitura não tem um significado de origem simples, único e de que o estilo é um trabalho conjunto entre forma e sentido, haverá uma discussão sobre o problema que se é defender uma leitura única, com base numa linguagem informativa.

Como o significado não é anterior nem independente do contexto social e cultural em que é construído, será discutida a dimensão escorregadia do ato de fala, impossível de ser apreendida por uma forma determinada; e, por isso, impossível de ser entregue nas mãos de uma técnica. (Ou, por outro lado, o objetivo deste trabalho em ir de encontro ao falante ideal e/ou leitor ideal e ao significado ideal, tão defendidos por Noblat). Com essa meta, será explorada a relação entre dito e interpretado ou entre significado original e sentido construído no caso *Lula e New York Times*.

Fragmentos do texto *O começo de tudo*, de Ricardo Noblat, que contêm partes de uma das traduções brasileiras, serão expostos e as observações feitas pelo jornalista serão analisadas a partir de uma visão performativa da linguagem. Acima de cada citação retirada do texto de Noblat, trarei, a título de observação, trechos da tradução do texto do *New York Times*, feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, correspondentes aos fragmentos traduzidos pelo *O Estado de S. Paulo* e transcritos por Noblat.⁶⁰

Para fazer uma “releitura”, Noblat utiliza a prova de redenção da informação veiculada: as citações, retiradas da fonte original da intriga (cf. Ex. G). O primeiro trecho exposto, com o qual iremos dialogar daqui para frente, mantém uma intertextualidade com outros textos sobre o assunto.

⁶⁰ A íntegra da tradução feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, utilizada por Noblat, está em anexo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua inclinação por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um copinho de cachaça, o potente destilado brasileiro feito de cana de açúcar. Mas alguns de seus conterrâneos começam a se perguntar se sua preferência por bebidas fortes não está afetando sua performance no cargo. (primeiro parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* do texto do *New York Times*, 9 de maio de 2004) (Ex. XXX)

“Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua predileção por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um gole de cachaça, a forte bebida brasileira feita com cana de açúcar. Mas alguns brasileiros começam a questionar se a predileção de seu presidente por bebidas fortes está afetando sua performance no cargo.” (primeira citação transcrita no texto de Noblat da tradução feita do texto do *New York Times*)

O repórter não escreveu que o tema “Lula e bebida” virou “preocupação nacional”. Escreveu que alguns brasileiros começam a questionar se a predileção de Lula por bebidas fortes estaria afetando seu desempenho. Nos últimos três meses, ouvi de ministros e de parlamentares ligados a Lula que ele estaria bebendo, sim, além do razoável. Ninguém me disse que a performance dele foi afetada por isso (trecho de *O começo de tudo* que se segue à primeira transcrição) (Ex. H)

É preciso destacar que Noblat não apenas traz para o comentário outros textos que fazem, do ponto de vista do jornalista, uma má leitura do texto veiculado no *New York Times*, como também discorda de cada um deles.⁶¹ O editorial *Um erro* (cf. Ex. XXVIII), por exemplo, é um dos textos com os quais o texto de Noblat dialoga. No editorial da *Folha de S. Paulo*, a crítica dirigida a Larry Rother era acentuada pela *leitura* de que o jornalista norte-americano havia afirmado que a relação de Lula com a bebida era uma “preocupação nacional” (cf. também o Ex. E). No exemplo acima, Noblat critica esse tipo de “leitura”, recorrendo a passagens do texto do *New York Times* e ao cuidado que o jornalista teve ao escrevê-lo “*O repórter não escreveu que o tema ‘Lula e Bebida’ virou preocupação nacional*” (grifo nosso).

Apesar de Noblat manter sigilo sobre quem haveria associado o tema “Lula e bebida” à preocupação que o povo brasileiro teria com o excesso de bebida do presidente da República, não é difícil imaginar que o jornalista esteja se referindo, talvez, à tradução usada pelo jornal concorrente *Folha de S. Paulo*, que deu à matéria o título de *Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional* (grifo nosso, cf. nota 48). A “releitura” do texto, portanto, pode estar servindo de crítica indireta ao maior concorrente de *O Estado de S. Paulo*, uma vez que o texto pretende realizar uma leitura mais cuidadosa da reportagem de Larry Rohter do *New York Times*, desautorizando as traduções/leituras “desatenciosas”. Nesse recorte, o problema gerado foi causado por um equívoco

⁶¹ Com exceção do primeiro parágrafo, o texto reforça Larry Rohter como o responsável pela *falha jornalística* e não o *New York Times*, como em geral também fazem os textos produzidos nos jornais analisados. Essa responsabilidade do jornalista sobre o texto *ruim* me parece ser uma posição assumida nos manuais que foi levada a cabo nas críticas ao texto do *New York Times*.

de tradução e de leitura. É como se houvesse transparência na linguagem e tal transparência fornecesse estabilidade ao significado, tanto que, ao se questionar o condutor, isto é, a forma, consegue-se salvar o significado *a priori*. O tubo precisa apenas ser desobstruído.

Noblat, ao mesmo tempo em que está de acordo com a reportagem norte-americana sobre a apreensão de alguns brasileiros [ministros e parlamentares] com relação ao tema, nomeado por ele de modo eufemístico “Lula e bebida”, nega que a reportagem de Larry Rohter tenha afirmado que o consumo exagerado de bebida alcoólica do presidente do Brasil tenha causado uma “preocupação nacional”. Nesse misto de afirmação e negação, encontra-se a concordância com o *dito* na reportagem do correspondente norte-americano no Brasil: nem o jornalista estrangeiro afirmou que o caso de Lula era uma “preocupação nacional”, nem Noblat ficou sabendo que o desempenho do presidente brasileiro tinha sido afetado pela bebida. *Apenas foi dito na reportagem da folha americana*, e por esse motivo *deve ser lido/compreendido tão somente*, que alguns brasileiros, e mais ninguém, temem o consumo de álcool do presidente Lula, o que não implica uma *preocupação nacional*.

Em outras palavras, para Noblat, Rohter não escreveu nenhuma inverdade e a leitura autorizada deve ser a que o jornalista faz do caso, uma vez que o procedimento jornalístico de Rohter, nessa particularidade, foi fundamentado. Essa tese defende a previsibilidade na leitura, visto que nem mesmo pode-se falar de uma ambigüidade no texto, o que geraria pelo menos duas possíveis leituras. Parece que a realização “feliz” da tradução/leitura foi impedida pelo problema de tradução e de leitura dado à matéria no Brasil. O “mal entendido” não seria, neste caso, um problema de *uptake*, mas um defeito de tradução, pela leitura “errada” do texto.

O presidente tem ficado longe do alcance público nesses casos e tem deixado seus assessores encarregando-se da maior parte do levantamento de peso. Essa atitude tem levantado especulação sobre se o seu aparente desengajamento e passividade podem de alguma forma estar relacionada a seu apetite por álcool. Seus apoiadores, entretanto, negam as acusações de excesso de bebida. (terceiro parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*) (Ex. XXXI)

“O presidente se manteve longe dos holofotes e deixou o trabalho pesado a cargo de seus assessores. Isso iniciou especulações de que seu aparente pouco envolvimento e passividade possam estar relacionados com seu apetite por álcool. Seus partidários, no entanto, negam os rumores de muita bebida” (segunda citação transcrita no texto de Noblat)

O jornalista escreveu isso a propósito de um período recente onde Lula deixou de se expor tanto. Deve ter sido logo depois do episódio Waldomiro, quando Lula preferiu manter silêncio e sair um pouco de cena. O jornalista observa que tal comportamento deu ensejo a “especulações”. Não diz se tais especulações tinham procedência ou não. E logo registra que os partidários de Lula negam que “rumores” sobre o consumo de bebida tivesse algo a ver com a postura mais discreta

do presidente da época. Até aqui não vejo nenhuma incorreção na reportagem. (trecho de *O começo de tudo* que se segue à segunda citação) (Ex. I)

Conforme os comentários de Noblat, em última análise, foi a imperfeição da tradução da matéria, a forma pela qual esta não foi fiel ao conteúdo, que causou o vexame criado pelo presidente [refere-se à atitude do governo em cassar o visto do jornalista Larry Rohter]. Nesse contexto, a técnica de Rohter é elogiada como a melhor forma lingüística para expressar o que ele queria: não afirmar o “alcoolismo do presidente” (o que é feito por outras vozes no texto). A autoridade do jornalista, o jogo do *poder dizer* está relacionado de algum modo à possibilidade de haver elementos lingüísticos que conduzam o significado que está sendo transmitido por alguém. Encontra-se nesse tipo de argumento, um resquício de um problema comum a um dos dizeres sobre o ato ilocucionário: o *falante* controla o sentido do que diz, porque é possível encapsular perfeitamente o conteúdo à forma: “*O jornalista teve o cuidado de escrever: Tendo ou não um problema de bebedeira.*” (cf. Ex. N). Pelo jeito, para Noblat, o pacote lingüístico é que não foi desembrulhado corretamente.

Por outro lado, não se pode negar que outras leituras foram feitas, o que também aponta para a ambivalência do discurso (cf. Fairclough) ou para a abertura de outras formas de leituras (a irredutibilidade do ato de fala e o vir-a-ser dos sentidos veiculados). A produção de sentido, sem dúvida, não se limita a porções bem delimitadas de palavras, leituras e de linguagem. No entanto, Noblat defende uma visão informativa da língua – daquela que serve para dar conhecimento dos fatos e não da relação entre pessoas e linguagem. Ele chama a atenção, aspeando as palavras *especulações* e *rumores*, para a sagacidade do jornalista em usá-las (ou mesmo, numa outra explicação, para a objetividade das palavras, pelo que significam na *base*, numa das interpretações possíveis para esse uso), visto que o jornalista entende que essa seleção indica o cuidado de Larry Rohter em noticiar o comportamento do presidente brasileiro.

Para Noblat, isso representa atenção com as sutilezas da linguagem ou o rigor da técnica jornalística de Rohter em apurar a veracidade da fonte que obteve, para produção da matéria. Ou seja, o texto do jornalista norte-americano se baseou em outras falas, das quais, mesmo desconfiando, preferiu publicá-las, e não sofreu embargo para fazê-lo. Noblat não considera a escolha de procedimento problemática. Desautorizando ora a leitura, ora o comentário que fazem outros jornalistas e outros textos sobre o caso, Noblat reconhece o procedimento jornalístico utilizado por Rohter como legítimo: a leitura que diz o contrário é que deve ser desautorizada. Com isso, ele nega a elasticidade, a plasticidade do ato de fala (ou ato de leitura, nesse momento, é importante lembrar

Freire, 1990). O apego ao dado, à evidência do *realmente escrito*, evocado por Noblat para autorizar sua leitura, golpeia a produção do sentido na interação humana.

“Quando eu fui candidato a vice-presidente de Lula, ele bebia muito”, disse Brizola, agora um crítico do governo, em um discurso recente. “Eu avisei que bebidas destiladas são perigosas. Mas ele não me escutou e, de acordo com que estão dizendo, continua a beber. (quinto parágrafo) Os porta-vozes de Da Silva recusaram-se a discutir oficialmente os hábitos de beber do presidente, afirmando que não iriam dar crédito a acusações infundadas com uma resposta oficial.[...] (oitavo parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*) (Ex. XXXII)

“ ‘Quando era vice candidato na chapa de Lula, ele bebia muito’, afirmou Brizola, agora crítico do governo, em recente discurso. ‘Eu o alertei que bebidas destiladas são perigosas, mas ele não me escutou e, de acordo com o que está sendo dito, continua bebendo.’ (...) Porta-vozes do presidente não quiseram comentar os hábitos de bebidas de Lula, afirmando que não iriam dignar acusações sem base com respostas oficiais.”. (terceira citação transcrita no texto de Noblat) Aqui, o jornalista registra a opinião de um desafeto de Lula, mas que foi candidato a vice-presidente dele em eleição passada, [...]. E diz que ele agora “é crítico do governo”. Sua condição de opositor de Lula, portanto, foi consignada. Ele não tinha porque desprezar o depoimento de Brizola. A imprensa brasileira sempre publicou o que um desafeto diz do outro sem registrar todas as vezes que um é desafeto do outro. [...]. Observem que o jornalista tentou ouvir porta-vozes de Lula sobre o que Brizola disse. [...]. O direito de resposta foi concedido e não foi usado. (trecho de *O começo de tudo* que se segue à terceira citação) (Ex. J)

Novamente, Noblat defende Larry Rohter e o seu procedimento jornalístico, o qual considera trivial, já que é *praxe* na imprensa brasileira. Segundo Noblat, o jornalista do *New York Times* utilizou o que em jornalismo se chama *fonte de segundo grau*, isto é, nesse caso, figura pública adversária de quem se está informando algo, advertindo o leitor sobre a fonte, para, como no dizer de Muniz Sodré, oferecer-lhe uma maior liberdade na leitura ou, como afirmam os manuais de redação e estilo: *deixar que o leitor tenha maior independência na leitura* ou na decodificação do texto. Nesse ponto o comentário de Noblat é inversamente proporcional à crítica feita por Muniz Sodré ao procedimento adotado por Rohter.

O próximo exemplo, entretanto, muda um pouco o tom da defesa de Noblat. O erro: a falha cometida na técnica usada pelo correspondente da folha estrangeira.

[...] Sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos do presidente com os olhos avermelhados e as bochechas coradas, e constantemente fazem referência aos churrascos de fim de semana de residência presidencial, onde a bebida corre solta, como aos eventos oficiais onde Da Silva parece nunca estar sem um copo de bebida nas mãos. (décimo parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*)

“Eu tenho um conselho para o Lula”, escreveu em março o crítico mordaz Diogo Mainardi, colunista da “Veja”, a revista mais importante do país enumerando a lista de reportagens contendo referências ao hábito do presidente. “Pare de beber em público”, ele aconselhou, acrescentando que o presidente tornou-se “o maior garoto propaganda da indústria de bebida”

com o seu notório consumo de álcool. (décimo primeiro parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*)

Uma semana depois, a mesma revista publicou uma carta de um leitor preocupado com o “alcoolismo de Lula” e seu efeito na habilidade de o presidente governar. (décimo terceiro parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*)

Apesar de alguns sites estarem reclamando de “nosso presidente alcoólico”, foi a primeira vez que a grande imprensa nacional referiu-se a Da Silva desta maneira. (décimo terceiro parágrafo da tradução feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*) (Ex. XXXIII)

“Sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos de Lula com olhos turvos e corados, e constantemente faz referências aos churrascos em finais de semana na residência presidencial onde a bebida corre solta e onde o presidente geralmente está com um copo na mão. ‘Tenho um conselho para Lula’, disse o polêmico colunista Diogo Mainardi na revista *Veja* em março, após uma longa lista de artigos com esse tipo de referência. ‘Pare de beber em público’, aconselhou dizendo ainda que o presidente se tornou ‘o maior porta-voz de propaganda para a indústria de bebidas’ com seu consumo notável de álcool. Uma semana depois a mesma revista publicou uma carta de um leitor preocupado com o alcoolismo de Lula e seu efeito na habilidade do presidente de governar. Apesar de alguns *sites* já reclamarem há meses do ‘presidente alcoólatra’, essa foi a primeira vez que a grande imprensa nacional se referiu ao presidente dessa maneira.” (quarta citação transcrita da tradução)

Aqui, o jornalista pesou a mão. A imprensa brasileira, “sempre que possível”, não publica fotos de Lula com olhos turvos e corado. É mentira. A *Veja*, por exemplo, deixou de publicar recentemente uma foto onde Lula parecia – vejam, escrevi “parecia” – visivelmente para lá de Bagdá. Mas a revista publicou reportagem onde ficou claro que Lula tomou alguns goles a mais. E não publicaria o artigo do seu colunista mais lido e uma carta de leitor a propósito do assunto se achasse que as duas coisas (o artigo e a carta) eram estapafúrdias. (trecho de *O começo de tudo* que se segue à quarta citação) (Ex. L)

É interessante observar que, para Noblat, o jornalista apenas “pesa a mão” quando se refere à imprensa brasileira como fazendo algo que ela não faz: publicar fotos com o presidente com “olhos turvos”, mas não faz nenhuma crítica à seleção das declarações textuais que se não incriminam, pelo menos, recriam o presidente por algo que o texto supõe (cf. Ex. N), que termina sendo algo elogiado como uma escrita cuidadosa.

Resguardado por trazer a voz de outras pessoas, inclusive a da imprensa brasileira, para asseverar o dito no texto, sem a menção de que o dito é antes interpretado, Rohter e seu modelo textual nesse quesito não recebem de Noblat qualquer advertência. No entanto, a seleção textual é um jogo de forma e sentido, é também estilo. E o estilo não pode ser visto como imparcial. O estilo que usa declarações não deixa de estar envolvido com o que destaca: as declarações textuais transcendem o dito, criam valores e são caças para a produção de sentido. Além de o tempo todo evocar a autoridade da superfície textual para confirmar a sua tese, nesse momento, também evoca a “dicotomia” entre ser e parecer, para mostrar que, quando há maiores evidências sobre o fato, a imprensa (no caso uma *revista*) não hesita em publicá-las.

Não há como ignorar que essa série de comentários feitos no texto de Noblat pouco reflete os valores que são construídos pelas informações veiculadas, e, menos ainda, os valores que são reconhecidos no jornalismo como comuns à prática social e discursiva jornalísticas. Fora a adequação da linguagem para fornecer o sentido original, o conteúdo verdadeiro a ser transmitido é o que pesa. Nada parece mais importar. É como se a prática justificasse os meios. Não se pode deixar despercebida a concessão das regras constitutivas para a linguagem jornalística: *como a Veja faz comumente*, como os jornalistas fazem normalmente, logo, o procedimento X não deve causar estranhamento. E desse jeito vão se esquecendo da relação que existe entre o mundo da vida e o mundo do discurso.

Entre acertos e erros da reportagem de Larry Rohter, a culpa maior ficou para a incapacidade de apreender a verdade e/ou apreender o significado literal do texto. A frustração é depositada sempre na incapacidade da língua ou no uso que é feito dela. Não importa muito, para Noblat, se a falha cometida por Rohter pode ser reduzida ao que ele “faltou dizer” e não ao que ele disse: para o jornalista brasileiro, Rohter errou quando deixou de advertir o leitor para o possível exagero do “polêmico” jornalista Diogo Mainardi, e para o “dizer qualquer coisa sem provas” comum em *sites*.

O *disse de lá* e o *disse de cá*, tão bem como o *deixou de dizer*, mostra o quanto *fatos jornalísticos* e, por conseqüências, *textos jornalísticos* são expostos e (in)formados pelas declarações textuais, ora para filtrar a informação pelo jornalista, ora também para comprovar o que faltou ser dito pelo jornalista, ora para compor o próprio texto sobre jornalismo.

Historicamente, os brasileiros têm razão para estarem preocupados com sinais de hábitos de abuso do álcool de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, foi um bebedor manifesto que um dia declarou: “Bebo porque é líquido”. (décimo quarto)

Sua inesperada renúncia, menos de um mês após ter assumido – período considerado uma maratona de excessos – iniciou um período de instabilidades política que levou a um golpe de Estado, em 1964, e a 20 anos de uma rígida ditadura. (décimo quinto) (Ex. XXXIV)

“Historicamente os brasileiros têm motivos para se preocupar com qualquer sinal de bebedeira por parte de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, era um fã notório que uma vez disse “bebo porque é líquido”. Sua renúncia inesperada com menos de um ano de governo, que foi descrito como uma maratona de bebedeiras, iniciou um período de instabilidade política que levou ao golpe de 1964 e 20 anos de ditadura militar.” (quinta citação)

É fato, é verdade o trecho acima. E não tem nada demais. (fragmento de *O começo de tudo* que se segue à quinta citação) (Ex. M) (grifo nosso)

Ser verdade parece ser o que está em jogo para a comprovação do caso “Lula e a bebida” –, ou se as outras traduções/leituras estão/estariam autorizadas a dizer e interpretar que a reportagem de

Larry Rohter não tinha valor jornalístico, uma vez que a validade das informações fora questionada em outros textos (cf. *O estranho direito de ofender os outros*; *Um erro*, em anexo), por falta de evidências que comprovassem o que disse o jornalista sobre o presidente do Brasil. No entanto, a afirmação “*É fato, é verdade o trecho acima. E não tem nada demais*”, do exemplo supracitado, demonstra não só a discordância dessa *leitura* com as outras *leituras*, desautorizadas para Noblat, como também demonstra pouco interesse sobre os valores que com ela são veiculados e que com ela são estabelecidos como “regras” no jornalismo.

Chamo a atenção agora para o estranhamento do “eu” no reconhecimento do outro, na tensão que se deve ter quando se deseja tocar o *real* na tentativa de evitar os crimes verbais. A construção de uma ética diferente, que não venha de fora, precisa de, ao menos, um pouco de tensão, de indecisão, de conflito, de resistência – do confrontar-se com o “eu” e permitir o outro, do desgarrar-se das regras/técnicas, e também valores, que amolecem os corpos, do diluir da multiplicidade dos sentidos em vez de uma proteção das práticas identitárias que afirma, pela estética da imparcialidade, um confinamento nas técnicas de discurso e na defesa da neutralidade.

Mas, afinal, o que seria a *verdade* na existência dos fatos ou, ainda melhor, no relato deles? No capítulo III, discutiu-se um pouco a fronteira tênue entre a existência, de fato, de algo e a prática discursiva que confirma ou não a existência de um fato. Naquele capítulo, mostrou-se a defesa de Searle ao realismo e a sua explicação de que a passagem da teoria geocêntrica para a heliocêntrica não “mostra que não há uma realidade que exista de forma independente”. Para ele, a inteligibilidade do debate só ocorre por causa do pressuposto na realidade.

Mas para considerar que a realidade existe e independente de nós, deve-se considerar quase uma banalidade o “modo de falar”? Não seria uma mudança no modo de falar uma mudança revolucionária no modo da existência das coisas para as comunidades, em geral? Suponhamos que fosse possível fazer outra leitura que não a de Noblat (realmente há!), a confiança depositada nas outras leituras não seria uma afirmação sobre a existência delas e, conseqüentemente, do seu dito/interpretado? Instituir uma verdade não prescinde da realidade em si, apenas há uma prática discursiva hegemônica constituída e divulgada pela imprensa, que hoje é uma das vozes mais autorizadas para contar histórias sobre a sociedade. O valor, performativamente construído como constatação da realidade, *um fato, uma verdade*, torna-se ferramenta para o fetiche da informação (cf. capítulo II)

Mais uma vez, chama-se a atenção para a mudança das práticas discursivas, para a discussão de como algumas afirmações feitas nessas práticas são instituídas como *a* verdade, ou de como a *verdade* pode ser uma mercadoria. Afinal o modo de falar não é apenas uma mudança no discurso individual, mas é engajar-se em uma forma de luta que nega qualquer consenso, porque mesmo que sejam omitidos, há discursos conflituosos nos jogos da linguagem. Por isso, qualquer mudança em qualquer prática discursiva nas instituições não ocorre de modo tranquilo, algumas delas, inclusive, revolucionam as práticas sociais e discursivas, antes consideradas hegemônicas, isto é, as de maior valorização na sociedade ocidental, como atualmente são as midiáticas.

Um golpe nas regras de observação que alcançou uma condição de felicidade às avessas, como as geradas após a aceitação da teoria copernicana, tem demonstrado o quanto por trás das verdades esconde-se a força das práticas discursivas e de sua luta. Nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, verifica-se a confiança depositada na informação e na técnica jornalística para a sua apuração, produção e distribuição das informações. A verdade atestada por Noblat em seu texto está atrelada a *dados, fatos e informações* que antes de serem premissas são conclusões, porque fazem parte de uma argumentação sobre um fato que não comprova um presente, mas que lhe dá força de verdade. A verdade na/da argumentação da linguagem está ligada à questão de historicidade (cf. Rajagopalan, 1998b).

A *verdade* ou a *mentira* não é algo de que a linguagem dê conta, embora ela seja evocada para tanto, seja nas leis do direito, seja nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, seja nos debates públicos do cotidiano. O regime de verdade na imprensa utiliza a tese da língua informativa como estandarte para sua identidade “neutra”. A “verdade”, desse modo, termina sendo performativamente constatada como se fosse consequência do uso dessa linguagem na imprensa.

O poder fornecido à imprensa pela adoção dessa língua concede-lhe permissão para que ela fale de qualquer assunto. Pensar que as “informações” precisem sempre ser relatadas pode fazer com que se considere normais crimes verbais. Parece-me, no entanto, que o argumento principal da imprensa, em casos como o analisado aqui, é a desculpa de que, talvez pela força da palavra, o *homem público*, em especial os políticos, perdem o caráter de cidadão comum.

A liberdade de informação e o direito à privacidade são princípios constitucionais que possuem a mesma escala valorativa. (quarto parágrafo)
[...]. Se há rumores de que o presidente tem bebido exageradamente, é legítimo que veículos de informação divulguem tal fato, já que é de interesse comum a informação sobre a saúde do presidente. Não há nenhuma invasão de privacidade nisso. Aliás, como menciona o artigo do

“NYT”, não é de hoje que a imprensa brasileira tem feito alusão, embora de forma oblíqua, a esse assunto.(sétimo parágrafo)

[...].Certamente interessa aos cidadãos ter mais informações sobre o assunto, tal como saber se se trata de consumo moderado, normal ou se há algo a mais. (nono parágrafo) (Taís Gasparian, *A privacidade do presidente*, *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 2004)⁶² (Ex. XXXV)

Nos EUA, como em muitos outros países, a mídia parte do princípio de que figura pública tem escasso ou nenhum direito à privacidade. Se reconhecesse essa realidade, o governo Lula não teria tido a reação que teve à reportagem do *New York Times*. “O planalto reagiu ‘com o fígado’, na página A3 (Notas e Informações, primeira página, *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 2005) (Ex. XXXVI)

A estética da imparcialidade faz crer que todos têm a mesma voz de defesa e que as notícias são fornecidas, a partir de tratamento lingüístico impessoal, de modo neutro pela imprensa; essa seria a pressuposição que garantiria que a informação fosse uma atividade plena (pudesse falar de todos e de tudo), mas o problema é que ela não é posta: nem todos têm a mesma oportunidade de liberdade de expressão.

Independentemente se Da Silva tem um problema com bebida ou não, o tema tem se infiltrado na consciência pública e se tornado alvo de piadas. (décimo sexto)

Quando o governo gastou U\$ 56 milhões no início do ano para comprar um novo avião presidencial, por exemplo, o colunista Cláudio Humberto, uma espécie de Matt Drudge da política brasileira, fez um concurso para dar um apelido à aeronave. Uma das escolhas vencedoras, em alusão de que o avião presidencial americano é chamado de Força Aérea Um, sugeriu que o nome do jato de Da Silva deveria ser “Pirassununga 51” – nome de uma marca popular de cachaça no Brasil. (décimo sétimo)

Outra sugestão foi “Movido a álcool”, um trocadilho com o plano governamental de incentivar o uso de etanol em carros. (décimo oitavo) (Ex. XXXVII)

“Tendo ou não Lula um problema de bebedeira, o assunto chegou ao público e se tornou motivo de chacota. Quando o governo gastou US\$ 56 milhões neste ano para comprar um avião presidencial, o colunista Cláudio Humberto, uma espécie de Matt Drudge da política brasileira, organizou um concurso para escolher um nome que zombasse da aeronave. Uma sugestão ganhadora, lembrando que o avião presidencial americano é chamado de *Air Force One*, sugeriu que o jato de Lula fosse batizado de ‘Pirassununga 51’, uma famosa marca de cachaça. Outra sugestão foi ‘movido a álcool’, uma brincadeira com o plano do governo para estimular o etanol como combustível.” (sexta citação)

O jornalista teve o cuidado de escrever: “Tendo ou não um problema de bebedeira...”. E em seguida relatou um fato objetivo. Goste-se ou não da coluna⁶³ do jornalista Cláudio Humberto,

⁶² A autora do artigo é reconhecida como mestre pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral de Direito da USP e chefe-de-gabinete do ministro da justiça (2002). E isso tem um valor. Ela também é advogada da empresa Folha da Manhã e sempre assina artigo na *Folha de S. Paulo*.

⁶³ Até agora o texto de Rohter estava sendo designado como *reportagem* (e não só por Noblat). Nesse momento, é tratado como *coluna*, um “texto” que, nos manuais, estaria mais vinculado à categoria opinativa. No entanto, talvez Noblat, como Bonini (2003), acredite que esse nome possa ser empregado para substituir o nome de qualquer gênero, ou seja, pode estar numa posição heteronímica na designação (substituir qualquer texto jornalístico).

ela é publicada por duas dezenas de jornais brasileiros, alguns líderes de vendas em seus estados. [...]. (fragmento de *O começo de tudo* que se segue à sexta citação) (Ex. N)

Ao defender a coluna do jornalista Cláudio Humberto, Noblat se comprometeu com as regras que lhe parecem significativas para a imprensa, a do cuidado com *o que se escreve* e com o *ibope* da imprensa. O jornalista não chegou a refletir sobre o *poder dizer* da imprensa e sobre o vir-a-ser dos sentidos. Dos dizeres que estão soltos fazendo sentido, fica a lição de que esse texto é mais um dos incontáveis episódios para as *palavras fatigadas de informar*, como diria o silêncio desejado por Manuel de Barros.

O Começo do Fim

Para finalizar, deve-se destacar que do ato de fala depreendido/empreendido na reportagem de Larry Rohter, pela imprensa brasileira no caso analisado, (e da “releitura” e leitura promovida em *O começo de tudo*), há uma estetização da técnica jornalística e do significado. O interesse em manter a técnica jornalística como não problemática e o significado original para o texto “traduzido” evidencia a visão de língua que a imprensa tem: uma língua que serve para constatar o que já existe, para informar, e não para performar. A *releitura* de Noblat, sobre a intriga que mobilizou toda a imprensa brasileira, concede uma visão “literal” da leitura. Mais uma vez o direito à decodificação do texto pelo leitor assegura ao jornal e ao jornalista o direito de dizerem e de justificarem o dito/interpretado, mas não o de agir sobre a informação que veicula. Mas é possível segurar a leitura e a enunciação?

Nem o feito reflexivo, a reboque da crítica feita ao procedimento falho do *jornalista* em outros exemplos analisados, desviou a discussão para o lado marginalizado da questão: a parcialidade de qualquer pessoa, instituição que fala e se projeta na autoridade do dizer. Não pretendo, com isso, cair no cepticismo e concluir que não é possível fazer textos menos parciais, mas também não acredito que isso faria o jornalismo ficar melhor. Quanto mais as práticas discursivas usarem de expedientes estetizantes para justificar ou controlar o procedimento jornalístico, mais a estética da imparcialidade servirá para assegurar uma *Ética externa*, deôntica do que pode ou não pode ser feito.

O horrorizar-se de si para a promessa de justiça, pela aceitação do outro, perde terreno na imprensa pela valorização do “eu” padrão e padronizado – da tecnologia de discurso – que justifica o apagamento da indecibilidade do dizer. A categoria inconclusa (cf. ética para Bakhtin, 1986 e s. d.[1926]), a tensão e a resistência que, pode ser vivida pelo *prometedor*, para devolver-lhe a

subjetividade *inimaginável* nessa era de objetos, quase não aparece, devido à publicização de um consenso em torno da estética da imparcialidade da imprensa. Isso não necessariamente tem a ver só com a preservação da técnica: tem a ver com preservação de valores, que constituem a identidade da imprensa atual. Noblat, como exemplo, não consegue se desvencilhar das práticas discursivas hegemônicas, nem consegue demonizar os valores imbuídos na sua leitura e no texto do *New York Times*.

A necessidade da indecibilidade no discurso da vida, talvez o mais notório da subjetividade (Laclau, 1996) depois das grandes críticas contra o sujeito detentor do conhecimento e da consciência, faz-me ter que assumir que não podemos dizer “o que bem nos aprouver” (Austin, 1993: 85).⁶⁴ A impessoalidade não seria uma saída para o dilema do dizer, escondendo-se por trás de uma objetividade ou de uma estética da imparcialidade. No campo ético, as decisões precisam ser tomadas e a falta de vacilação, apoiada na confiança das técnicas jornalísticas, tem produzido vários crimes verbais. Em relação a isso, a saída que poderia apontar, não como fim, mas para encerrar a discussão, é dar como início o que é marginalizado – o horrorizar-se do “eu” – a crítica à identidade estetizada que prevê, em técnicas regradas, todas as possibilidades *corretas* e *verdadeiras* do dizer. Uma vez que não há consenso em linguagem pública, mas engajamentos que se dão em batalhas discursivas, talvez o primeiro passo, que pudesse ser dado, fosse colocar em discussão alguns consensos das práticas discursivas hegemônicas do jornalismo.

⁶⁴ O interessante em dizer a *verdade* ou *falsidade*, para Austin (1993) é manter-se à distância de dizer “o que se aprouver”. A multiplicidade de sentido vista por Austin (1993) encaminha-se na direção contrária de dizer *o que nos interessa*. Com isso, ele faz uma crítica severa aos pragmaticistas, para quem a questão da verdade termina sendo uma questão privada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1) **A Respeito da Negação da Linguagem Performativa na Imprensa**

Entre contar histórias e relatar fatos, as práticas discursivas hegemônicas, com o seu discurso sobre linguagem e sobre o papel do jornalismo, não hesitariam em reconhecer-se como agenciadoras da segunda alternativa. Afinal, a significação dos fatos só poderia estar atrelada a uma atividade profissional e especializada. Relatar fatos, contudo, difere da outra ação mais pela representação que assume e instituição a que está associada que pela maneira singular que produz os fatos. Uma outra maneira de distingui-la da primeira ação seria, talvez, reconhecer o uso precário da memória no percurso temporal da informação (Benjamin, 1995). De todo modo, não se deve esquecer que a forma moderna de contar história achou um representante no mundo globalizado.

Uma história pode ser contada de várias maneiras. Mas, equivocadamente, para a imprensa, essas várias maneiras corresponderão sempre a uma única história, um fato. A confiança depositada na fórmula industrial para a produção dos textos jornalísticos vai além da separação entre forma e significado, e enfatiza os modos pelos quais é possível manter a história contada como um fato real. As práticas discursivas hegemônicas do jornalismo, ao empreenderem uma visão de língua informativa, para o relato dos fatos jornalísticos, fizeram emergir aparelhos de referência como colaboradores da *boa* imprensa.

A mudança do objeto considerado prova da imprensa de referência há muito tinha sido efetuada, mas ainda não havia resultado, especialmente, num modo para se comercializar um aparelho de referência. Destacou-se, nesse trabalho, que a genealogia desse aparato de controle iniciou-se no Brasil numa época que coincidiu com a abertura política do país e fim da ditadura militar. Talvez os manuais de redação e estilo jornalísticos tenham surgido para barrar os profissionais que pudessem querer um estilo mais solto, talvez para criar álibis para diminuir processos jurídicos movidos por cidadãos cada vez mais liberais. No entanto, pelo que foi visto, os manuais certamente empreenderam uma sistematização da visão da língua informativa e dos procedimentos jornalísticos autorizados por esta, o que resultou numa identidade “neutra” para a imprensa.

Foi necessária a criação de um aparato que ajudasse e divulgasse a promessa da linguagem informativa. Qualquer promessa, contudo, carrega dentro de si o potencial da falha. Isso está expresso no mito do Don Juan (Felman, 2003): o que promete sabendo que o corpo não dá conta do

prometido. Algo muito semelhante ao que Austin faz em *How To do thing with words*. A promessa nos manuais de redação e estilo jornalístico está fadada a falhas, porque ninguém consegue segurar o vir-a-ser dos sentidos e a inevitabilidade das marcas ideológicas. Mas a promessa feita nos manuais de redação e estilo é feita de modo a disfarçar esse limite do corpo da linguagem.

E os manuais, nesse sentido, são mais que livros-guia para a redação jornalística e descritores do comportamento lingüístico dela, são a própria história da escrita e do estilo jornalísticos que se iniciou em meados dos anos 80. E isso conta uma história de valores da imprensa que não é passada somente para os jornalistas.

Nessa época, efetuou-se definitivamente a inversão de alguns valores. O *leitor de jornal* que já tinha deixado de ser o leitor de jornais aos quais se afiliava por interesses políticos e ideológicos, passando a ser um possível comprador, com o surgimento dos manuais, é nomeado como um *consumidor* pronto para a industrialização e comércio das informações. As assinaturas de jornais marcam bem a falta de liberdade do consumidor. Por outro lado, também, as informações e opiniões precisam agradar a todos e passam a ser produzidas em escala industrial e, nesse sentido, a visão de língua informativa é a melhor opção.

Uma visão de língua como condutora fiel do significado e do fato verdadeiramente acontecido molda os relatos, os textos, e também seus produtores como peças de uma engrenagem preparada para produzir em alta escala uma semântica da comunicação *impessoal*. A disputa, que acompanhou a época de Machado de Assis, defensor do jornalismo de opinião, foi acirrada e transformada sistematicamente numa época das “dicotomias organizadas” que põem à margem o outro, *seu contrário*. No início da imprensa brasileira, não havia nas diferentes categorias dos textos jornalísticos organização da língua para textos especializados numa ou noutra função, alguns gêneros discursivos do jornalismo surgiram para definir a vitória dessa disputa. A visão de língua e de jornalista da imprensa mudou – o jornalismo agora é um serviço para o consumidor, no sentido de quem paga pela mercadoria.

As dicotomias são nesse contexto hierarquias disfarçadas e bem organizadas na função de dar legitimidade à interpretação de algumas premissas da imprensa imparcial. Certos valores, associados ao autoritarismo e ao *terceiro mundismo*, como sentimento, paixão, parcialidade, manipulação, foram jogados fora num mesmo pacote; esperava-se, com isso, deixar a democracia livre para a razão e a objetividade, o que, ao mesmo tempo que foi uma mutilação, serviu para uma nova ordem que surgia também para a imprensa.

Os textos submetidos ao controle e a um regime de verdade (Foucault, 2004) e os profissionais representantes da instituição e defensores e usuários das práticas discursivas hegemônicas são vistos como se detentores de textos e procedimentos racionais e impessoais. Esse fator contribuiu para construir o que, neste trabalho, foi chamado auto-regulamentação, um mecanismo capaz de mantê-los fiéis à filosofia da linguagem informativa, que retira a *pessoa*, sua *subjetividade* e seus *interesses* da produção de comunicação. O autocontrole para o auxílio na produção de textos, analisado nesta investigação, se dá por micro-mecanismos dispersos no discurso sobre linguagem e imprensa. As tecnologias do discurso, altamente especializadas para compor uma espécie de taxonomia lingüística, transformam a língua em código e o jornalista e o leitor em decodificadores. A leitura passa a ser literal e a língua perde sua plasticidade. Nega-se o novo desenrolar da coerência, que recai na possibilidade de criar novos sentidos dos textos sem a autorização do autor.

A reflexividade, como atividade comum no mundo moderno para analisar a própria época, e em consequência, a própria atividade profissional, se coloca a serviço da produção dos sistemas. Programas como *Observatório da Imprensa* têm servido, em muitos casos, para legitimar o poder de verdade das práticas discursivas hegemônicas, quando defendem uma posição informativa da língua. A reflexividade na imprensa passa a ser um mecanismo de auto-ajuda, tem fama e prestígio, mas não fomenta mudanças. Termina sendo um acordo de cavalheiros, porque se fecha na defesa de algumas práticas discursivas hegemônicas e não deixa o outro se aventurar e adentrar com novos valores. Isso equivaleria, para Foucault, à vinculação de regimes de verdade permanentemente ligados às formas de hegemonia.

A autofagia da imprensa em alimentar seus textos deles mesmos, ou seja, de aproveitar-se de seus próprios textos, é ocultada. As grandes dicotomias como imparcialidade e parcialidade, texto noticioso e texto opinativo são exploradas como se fosse possível negar a constitutividade de que esses textos participam. Ao serem vistos sempre em existência pela oposição que um faz ao outro, nega-se a continuidade e participação deles na criação do fato jornalístico.

Na presente investigação, foi discutido como esses valores são reforçados pelo discurso sobre a linguagem e sobre o jornalista para efetuar a reivindicação de uma certa identidade para a imprensa. Valores esses que nunca são demonizados nas práticas discursivas hegemônicas do jornalismo e passam a figurar como fatos reais, garantidos por categorias da linguagem. As significações dos fatos reais, e com ela a possibilidade da imparcialidade da imprensa, são autorizadas por aparelhos de

referência, por hierarquias e pelo mecanismo de reflexividade que a imprensa mantém. Todos participam, de algum modo, da estética da imparcialidade.

A linguagem, no entanto, é uma promessa que os homens pagam para ver o tempo todo. É um caminho para se ver o caráter público da linguagem, da relação que não é unilateral. Sentidos não são construídos por palavras, embora precisem muito delas. Isso realmente não é um postulado solipscista dos sentidos, é antes uma inclusão do homem à semântica da comunicação. A estética da imparcialidade cerceia o vir-a-ser dos sentidos e se atrela aos regimes de verdade e de liberdade propostos pelas práticas discursivas e sociais hegemônicas. Opera também uma manobra na relação entre linguagem e ética na imprensa, uma vez que associa não necessariamente a ética como o vir-a-ser das atitudes do homem com a linguagem pública, mas encerra na própria linguagem jornalística e nos seus procedimentos, estetizados, estruturas como dispositivos de controle Ético.

Nesse ideal de língua e de jornalismo, a história da *referência* na imprensa moderna é contada como se ela indicasse uma realidade e um significado puro, conseguido pela autoridade do dizer jornalístico, uma condição mais ontológica que histórico-social. Isso pode ser explicado como um *medo* que a imprensa tem do perspectivismo, da superposição dele para fins escusos. Na verdade, o perspectivismo, ao postular que os conceitos não são singulares (cf. Rajagopalan, 2000), mas difusos, provoca o descontentamento dos que defendem o realismo (cf. Searle, 2000, para uma crítica ao perspectivismo). Conceitos, porém, são também valores disfarçados. Os conceitos de liberdade de expressão, de imparcialidade e até de língua são tão esponjosos que não se sustentam como consenso. Para Searle, no entanto, (idem: 26), o perspectivismo é ainda pior quando, não contente com a idéia de que o “conhecimento da realidade” não se dá sem mediação de um ponto de vista, desqualifica ainda mais o conhecimento da realidade, entendendo-o como “motivos políticos sinistros, como fidelidade a um grupo ou ideologia política”. A imprensa, por sua vez, não nega que isso possa acontecer, por isso, defende-se de ser acusada de um perspectivismo e diz usar a língua informativa.

A reflexão, porém, sobre a instabilidade dos conceitos, da linguagem e dos sentidos não necessariamente é *vontade de poder*. Sob a acusação de que pelo medo que o homem tem de ser menor que a realidade (não controlá-la) ou por uma decepção com as ciências exatas, que produziram o mal da segunda guerra (referindo-se talvez a pensadores como Adorno e Horkheimer), Searle não digere e, a meu ver, suspende questões como a performatividade da linguagem nas relações de poder. Questões levantadas, como as de Nietzsche, sobre as relações de poder e da linguagem, dos valores e dos sentidos, não são apreciadas por defensores da perspectiva da língua informativa, mas fazem toda

a diferença para uma possível mudança de atitude dos que estão envolvidos com a imprensa e com a sua prática discursiva hegemônica.

2) **Sobre as Falhas e Inconclusões da Investigação (e da investigadora)**

Iniciar um texto com esse título não é fácil, primeiro porque me comprometo com uma crítica ao meu trabalho; depois, porque é muito difícil falar mal de nós mesmos. Disfarçarei esses dois problemas com o auxílio de uma das teses defendidas nesta investigação: dados estão aí, outros leitores podem fazer outras leituras, mas elas estão lá, porque se acredita nelas. Espero que as considerações aqui não venham a ser enfraquecidas pela ousadia que é tentar “reler” nossos textos ainda no calor da discussão, nem pelas lacunas que, certamente, serão percebidas no decorrer das próximas linhas.

Durante a investigação e produção deste trabalho, deparei-me com algumas dúvidas. Primeiro sobre o que estava pleiteando, segundo por ter iniciado um estudo que relacionava o estudo da linguagem às relações de poder. Uma das perguntas que me fiz (e ainda faço) é se defender a performatividade da língua incorre em se debater com algum tipo de perigo? Porém, não há vida nem teorias que não ofereçam perigo. A radicalidade de qualquer tese defendida sempre implica riscos.

Defender a posição do *ato de fala* irredutível, que, de certo modo, não representa a leitura considerada oficial a respeito do termo cunhado por Austin, e levado adiante por Searle, não me parecia muito convidativo; segundo, aceitar o ônus do que poderia vir com a ampliação do conceito não me parecia seguro. No entanto, assumi o risco. O ato de fala irredutível, porém, além de estender sem amarras para o seu conceito e o seu fazer também nos põe diante de um dilema que não conseguimos fugir: da mesma forma que a língua nos frustra na tentativa de delimitá-la, ela nos estimula a fazê-lo. Esse encantamento que a língua tem nos convida incessantemente a buscar melhores caminhos para analisá-la. A eleição desses modos de enquadramento de alguma forma, neste trabalho, é que não me parece atender à radical atitude de compreender o ato de fala num sentido pleno, de um ato em toda sua dimensão e não apenas como um ato físico mínimo (Austin, 1990: 93). E isso não é só um problema de metodologia, embora a necessidade de restringir os objetivos seja real.

Neste trabalho, há a ausência de comentários ou mesmo da análise da potencialidade do ato de fala na imprensa. A publicação dos textos jornalísticos não se dá restritamente pela produção verbal,

mas pelo *lay out* da página, pelas fotografias, pelas seções, pelo lugar estratégico onde está localizada a matéria. Todos esses fazendo bastante diferença na hora da análise de um texto. A organização, porém, desses elementos não foi sequer mencionada, e, embora só tenha me dado conta desse problema perto do momento em que não dava mais para fingir que o tempo não tinha acabado para esta investigação (embora o trabalho ainda seja longo!), me vi na obrigação de refletir sobre isso.

Talvez o fato de não haver, nos manuais, fontes principais de informação e reflexão para esse trabalho, exemplos fartos do seu discurso sobre a linguagem não-verbal, esse ponto tenha desinteressado à investigação e à pesquisadora. E isso, porém, já apontaria um bom motivo para analisá-lo. Por outro lado, isso pode estar atrelado a uma formação que faz parte da minha história acadêmica, e com a qual não pretendo me apartar: os textos verbais sempre foram muito caros para mim. Espero, por fim, que isso não faça parte ainda do resquício de uma dicotomia presa a um conceito positivista de língua, em que o lingüista é visto ou como a figura do pesquisador que deve estudar a língua dissociando-a de outros aspectos que não sejam considerados *estritamente lingüísticos*, ou a figura do pesquisador que elege a estrutura ou mesmo sua manifestação superficial como a mais importante a ser estudada.

Outro dilema enfrentado nesta investigação tem a ver com o fato de se, ao estender as instabilidades dos conceitos, dos textos para fora dos estudos da linguagem, como acredito que ficou presumido no trabalho, isso não provocaria uma desmobilização, um enfraquecimento das bases que atuam contra o *status quo*. Não quero ser pretensiosa com a afirmação de que esse trabalho teria essa repercussão, falo dos textos também falados por esse trabalho e de algumas idéias pós-modernistas a que ele se afilia.

Não fui convencida de que a premissa de que os dados, os fatos, os significados vistos como posteriores à linguagem empreendam um relativismo céptico e desfavorável à história (das ciências, da língua, do mundo), por colocá-la sem uma prova cabal dos fatos que relata. A visão de construção de objetos no discurso parece ser recebida como a impossibilidade de uma postura mais realista para historiadores, filósofos e lingüistas, como também, para profissionais, vistos muitas vezes como meros técnicos, como seriam no caso os jornalistas. Defender o anti-realismo é realmente um desafio, porque isso implica assumir uma atitude que retira as bases onde foram fincadas as posições epistemológicas sobre os objetos, os fatos, os dados, que foram construídos em categorias muito delimitadas, como se para corresponder a uma ontologia da verdade das coisas.

Muitos dos que desconfiam do acesso direto às coisas, se seguram ainda na possibilidade de que em alguns momentos é possível não construir, ou seja, dar de “cara com a coisa”. Atrapalho-me, e bastante ainda, com essas sutilezas de pontos de vista não tão realistas e também não tão anti-realistas, mas isso não me dava o direito de retirar das considerações finais essa reflexão. Os espelhos deformantes, para alguns, ainda são, de algum modo, a possibilidade de não aceitar completamente a idéia da performatividade radical da linguagem. Realmente, a sensação de falibilidade, que os nossos estudos ou o nosso trabalho teriam, seria incontornável; e talvez seja por isso, que Searle também se apegue àquilo que critica quando fala da vontade de poder dos anti-realistas.

De qualquer forma, também me pergunto se a atitude extrema de estender a política e as relações de poder às teorias, à educação, ao jornalismo (já que tratamos dele no trabalho), criando uma sociologia do conhecimento, não entraria em choque com o que defendemos, pelo paradoxo que se cria: se, nas últimas consequências da tese anti-realista, todas as histórias são construções, nós também criamos uma realidade. E isso inegavelmente é muito perigoso (nisso Eagleton 1998[1996] tem toda a razão), porque transcende aquilo que poderíamos nos segurar, e a sensação é de que o esforço político, jornalístico, educacional, científico para o desenvolvimento de algo, saiu pela culatra. Uma sensação de desmobilização que só ajudaria estruturas hegemônicas existentes a se manterem como a única verdade.

Acredito que não esteja fazendo uma digressão; é que muitas vezes isso me veio à mente, que não teve tanto tempo para digerir a idéia de se algumas das considerações como o vir-a-ser dos sentidos, a instabilidade das coisas, das palavras, do jornalismo não estariam baseadas num relativismo céptico. Se, ao defender, que não se pode chegar a uma verdade e a uma realidade única pela linguagem, para que o jornalismo faça sua parte no cenário da comunicação, pelo meio hegemônico entre os *signos* para que isso seja feito, isso não estaria inviabilizando qualquer tipo de jornalismo, comprometido com a relação linguagem e mundo, porque sempre estaria criando os pressupostos para afirmar a conclusão de que é impossível agir de um modo diferente, mais democrático e menos injusto com os que estão submetidos ao relato dos fatos.

Não acredito ainda que a minha tese foi contra o jornalismo ou a possibilidade dele de melhorar. Também não sou céptica de achar que porque o trabalho faz críticas aos valores que são construídos no jornalismo, não seja permitido imaginar que possa haver uma mudança deste para melhor. Esse tipo de raciocínio me parece estar atrelado a uma expectativa da essência das coisas,

das ações, como se, ao colocar o reivindicar no cenário da constituição das identidades de língua, do jornalista e do jornalismo, este trabalho, ou mesmo a imprensa, não pudesse mais também reivindicar uma posição. Isso, a meu ver, corromperia aquilo que está claro para mim: a crítica que deve ser feita à estética da imparcialidade.

Isso, sim, seria um relativismo céptico que parece muito próprio de pragmaticistas, como Rorty (1995), com o seu modo de “estetizar” a política. Acreditar nisso seria desacreditar nas construções de prioridades para ações sobre os estudos da linguagem, sobre a educação, enfim, sobre o jornalismo. Seria desacreditar na inserção do homem na semântica da comunicação, seria desacreditar em formas de intervencionismos. O que, por outro lado, não se nega nesse trabalho é a corda bamba em que nos metemos, quando, pelo menos, tentamos refletir à luz dessas discussões, porque nos sentimos a toda hora mais vacilantes. E, se isso tem um saldo positivo porque criamos um estímulo maior para a honestidade da pesquisa, tem também vários perigos, para os que se arriscarem a seguir esse caminho.

É interessante observar com o que refletimos sobre o jornalismo, que esta investigação não propôs especificamente o caminho da mudança, mesmo acreditando que é possível melhorar tanto a imprensa quanto a forma em que a linguagem é posta por ela, na indústria da comunicação, com a qual termino me tornando céptica. Apesar disso, não teria certeza de que fosse o caso de se promoverem condições de felicidade às avessas, para a produção da informação e da opinião nos veículos de comunicação. É mais viável não imaginar a possibilidade de uma revolução nas macro-estruturas, nas regras superiores de funcionamento dos sistemas, mas um trabalho miúdo nas suas convicções e formas de objetificação dos sujeitos envolvidos no processo de produção de informação.

Deixar de promover um caminho para a mudança, em especial, não quer dizer aceitar qualquer caminho ou base que venha a ser colocada no lugar da linguagem informativa e do jornalismo. Não poderia apenas como pesquisadora da linguagem e do jornalismo dizer o que deve e o que não deve ser substituído, nem sei se é possível colocar algo no lugar quando se fala de uma linguagem performativa (acho que não), no envolvimento da linguagem com a promessa, com o homem. A promessa, o ato de fala por excelência, é, afinal, o que constitui o homem, nos termos de Nietzsche, exatamente porque a promessa carrega toda a falha e ambigüidade do agir humano.

Não é possível, contudo, deixar de dizer que colocar uma teoria da linguagem como performativa e do jornalismo e jornalista, que se assumem como não estando a serviço da

imparcialidade, é também uma decisão perigosa, porque aumenta as chances de manipulações que poderiam ser realizadas da relação criada entre os representantes do jornalismo, e/ou as pessoas que estão por trás dele, e dessa “linguagem poderosa”. Mas onde fica a promessa da linguagem que envolve, inclusive, a pesquisadora com a pesquisa no seu ato de fala, quando vinculou a fala à responsabilidade que assume com esse gesto?

E é aí que mora a sutileza do trabalho (ou que, pelo menos, com as falhas que lhe é de direito, e a limitação da pesquisadora sobre alguns percursos técnicos, teóricos e filosóficos, que terminou se aventurando em percorrer na pesquisa): na advertência feita do grande perigo que é achar que a linguagem e a ética precisam estar asseguradas numa realidade única, numa linguagem unívoca e informativa que apenas ainda não foram conquistadas, seja pela falta de condições humanas de conhecer como isso pode ser feito, seja pela falha técnica ou falha da linguagem utilizada para corresponder ao real no jornalismo.

O desafio de tomar a palavra e usá-la nas teias complexas da cadeia textual sem fim não é o de repetir ou unicamente garantir o que afirma, ou ficar afastado do que não pode prometer, é estar incessantemente problematizando o modo, por exemplo, de assumir o jornalismo, de assumir a lingüística, de assumir o seu conhecimento sobre a linguagem e sobre o mundo, e mais ainda assumir as responsabilidades com as decisões que toma no ato da linguagem. Realmente isso não é uma suspensão da ética, ou um atentado à possibilidade da moral. É o esforço e a necessidade de serem retiradas da categoria estética as palavras que fazemos uso, para usá-las numa categoria ética, que nos faria, sempre antes de prometer, pensar no que produziremos com a linguagem, para evitarmos, o que, nesse trabalho, se considerou “crimes verbais”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ADORNO, T. W. (1996[1962]). Mensagem numa garrafa. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 39-50.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (1985[1944]). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- ALVES FILHO, F. (2002). *Indícios de autoria em colunas assinadas de jornal*. (mimeo.)
- ALTHUSSER, L. (1996[1976]). Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 105-142.
- ANTUNES, G. (2003). *Guia de redação e estilo*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha/O Povo.
- ANTUNES, R. (2003). *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez.
- ARBEX JR., J. (2001). *Showrnlismo*. A notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela.
- ARGOLO, J. A. (2002). Alberto Dines, além do tempo jornalístico. In: PAIVA, R. (org.). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad.
- ARROJO, R. (1990). As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões. *D.E.L.T.A.*, 6(1): 41-53.
- AUSTIN, J. L. (1998[1962]). Performativo/constativo. In: Ottoni, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP. p. 109- 144.
- _____. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho, *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- _____. (1993[1962]). *Sentido e percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1975[1946]). Outras mentes. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 91-119..
- BAHIA, J. (1990). *As técnicas do jornalismo: jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática.
- BAKHTIN, M. (1997[1979]). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1990[1975]). *Questões de literatura e de estilística*. A teoria do romance. São Paulo : Hucitec.
- _____. (Voloshinov). (1988[1929]). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (s.d.[1986]). *Para uma filosofia do ato ético*. Tradução brasileira de C. Tezza e C. A. Faraco (para uso didático). Traduzido do *Toward a Philosophy of the act*. Austin: University of texas Press, 1993.

- _____. (1981). *The dialogic imagination*.org. M. Holquist. Austin: University of Texas Press.
- _____. (s. d.[1926]). *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução brasileira de C. Tezza (para uso didático). Traduzido do *Discourse in life and discourse in art*, publicado em V. N. Voloshinov, *Freudism*, New York: Academic Press, 1976.
- BARRETT, M. (1996[1991]). Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 235-264.
- BHATIA, V. K. (1993). *Analysing Genre*. Language, Use in Professional Settings. London: Longman.
- BENHABIB, S. (1996). A crítica da razão instrumental. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 71-96.
- BENJAMIN, W. (1995[1935/6]). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução S. P. Rouanet. Brasília: Editora Brasiliense.
- BONINI, A. (2003). Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso (on-line)*, Tubarão/SC, 4 (1): 1-16.
- _____. (1999). O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais. Uma contribuição à teoria dos esquemas cognitivos para textos. (Tese Doutorado em Lingüística). Pós-graduação em letras e lingüística, UFSC.
- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. (1996[1992]). A doxa e a vida cotidiana. Uma entrevista. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 265-278.
- BUTLER, J. (1998[1990]) Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, (11) 1998: 11-42.
- CÂMARA JÚNIOR, J.M. (1961). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 133-41: Considerações sobre o estilo.
- CAMERON, D. (1995). *Verbal hygiene*. New York: Routledge.
- CAMERON, D; FRAZER, E.; HARVEY, P.; RAMPTON, B; RICHARDSON, K. (2003). Ethics, Advocacy and empowerment: issues of method in researching language. In: HARRIS, H. and TAYLOR, T. J. *Language & Communication: an interdisciplinary journal*. Oxford, 13 (2): 81-94. April.
- CAVALCANTI, L. J. L. (1999). A heterogeneidade nos gêneros da imprensa. *Anais da XVI Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste (Gelne)*. Fortaleza. p. 81-84.

- CUNHA, D. A. C. da. (2002). O Funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In Dionísio, A. & Machado, A. R. (org.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna. p. 166-180.
- CERTEAU, M. de. (2002[1990]). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- DERRIDA, J. (1999[1967]). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- DEWS, P. (1996). Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 51-76.
- EAGLETON, T. (1998[1996]). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FAIRCLOUGH, N. (2001[1992]). *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB.
- FAUCONNIER, G. (1997). *Mappings and thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FELMAN, S. (2003[1983]). *The scandal of the speaking body*. Stanford: Stanford University Press.
- FERRE, N. P. (2001). Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LAROSSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). *Habitantes de Babel*. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica. p.
- FOLHA de São Paulo. (2001). *Manual da redação*. São Paulo: Folha de São Paulo.
- _____. (1987). *Manual geral da redação*. São Paulo: Folha de São Paulo.
- _____. (1992). *Manual geral da redação*. São Paulo: Folha de São Paulo.
- FOUCAULT, M. (2002[1975]). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2004[1976]). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FREGE, G. (1978). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix.
- _____. (s.d.). *Translation from the Philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell.
- FREIRE, P. (1990). *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez.
- GERALDI, J. W. (s.d.). Alteridades: espaços e tempos de estabilidade. IEL/UNICAMP. (mimeo).
- GIDDENS, A. (1991[1990]). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- GNERRE, M. (1994). *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOMES, I. M. de A. M. (1995). Dos laboratórios aos jornais: um estudo sobre o jornalismo científico. *Dissertação* (mestrado em lingüística) – PPGL, CAC, UFPE. Recife/PE.
- GRANGER, G.G. (1974). *Filosofia do estilo*. São Paulo: Perspectiva/EDUSP. p. 13-26: Conteúdo, forma e prática.

- GUSMÃO, S. B. de (1993). *Jornalismo de in(ves)tigação: o caso Quércia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HORKHEIMER, M. (1975[1961]). Teoria tradicional e teoria crítica. In: Textos Escolhidos. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Victor Civita. p. 125-161.
- JAMBO, A. (1975). *História e jornal de quinze décadas*. Recife: Diário de Pernambuco.
- KAPLAN, D. (1978). 'Dthat'. In Cole, P. (org.). *Syntax and Semantics. Pragmatics*. New York: Academic Press. Vol. 9, p. 253-355.
- KOCH, I. V. (1992). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- _____. (1984). *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, I. V., MARCUSCHI, L. A. (1998). Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. Recife/Campinas, (mimeo).
- LACLAU, E. (1996). Deconstruction, Pragmatism, Hegemony. In: MOUFFE, C. (ed.). *Deconstruction and pragmatism*. London: Routledge.
- LAGE, N. (1999). *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática.
- LORDA, A. (1997). La relation de déclarations politiques: hétéroénéité et mise em scence de la parole. *Pratiques*. 94: 62-74.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes.
- _____. (1984). *Genèses du discours*. Liège: Pierre Mardaga, Editeur. (tradução S. Possenti).
- MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. *Rua*, Campinas, 5: 47-61, 1999.
- MARTINS, E. (1997). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo.
- _____. (Org.) (1990). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo.
- MARCUSCHI, L. A. (2000). Gêneros textuais: o que são e como se constituem. Recife, (mimeo).
- _____. (1993). Da fala para a escrita. Recife, (mimeo).
- _____. (1991). As ações dos verbos introdutores de opinião. *INTERCOM*. São Paulo. Ano XIV, nº 64, p. 74-92.
- MAY, J. (1998). Etnia, identidade e língua. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras. São Paulo: FAPESP, p. 69-88.
- MEDINA, C. (1988). *Notícia: um produto à venda*. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus.

- MELO, J. M. de. (2003). *Jornalismo Opinativo*. Gêneros Opinativos no Jornalismo Brasileiro. Campos do Jordão: Ed. Mantiqueira.
- MELO, S. H. D. (2000). Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico. Dissertação (mestrado em lingüística) – PPGL, CAC, UFPE, Recife/PE.
- _____. (2002). Referir, significar e classificar: uma atividade discursiva. *Investigações: Lingüística e Teoria Literária*, Recife, 15 (1): 121-131. Jul
- NEGRI, A. & LAZZARATO, M. (2001). *Trabalho imaterial*. Formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A.
- NIETZSCHE, F. (2002[1887]). *Genealogia da moral*. Uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras.
- NOBLAT, R. (2003). *A arte de fazer um jornal moderno*. São Paulo: Contexto.
- OLSON, D. (1997). *O mundo no papel*. São Paulo: Ática.
- OTTONI, P. (1998). *Visão performativo da linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. (1995[1975]). *Semântica e discurso*. Uma crítica do óbvio. Unicamp: Ed. UNICAMP.
- PERINI, M. (1995). *Para uma nova gramática do português*. Ática: São Paulo.
- PINTO, J. P. (2002). Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem. (Tese de doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/UNICAMP, Campinas/SP.
- PLACER, F. G. (2001). O outro hoje: uma ausência permanentemente presente. In: LAROSSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). *Habitantes de Babel*. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica.
- POSSENTI, S. (1997). *Por que não ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras.
- _____. (1995). Pragmática na análise do discurso. (mimeo.)
- _____. (1993). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- PUTNAM, H. (1992[1990]). *Realism and human face*. Cambridge: Harvard University Press.
- QUINE, W. V. (1993[1990]). *Pursuit of truth*. London: Harvard University Press.
- _____. (1975a [1969]). Falando de objetos. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 123-137.
- _____. (1975b [1969]). Relatividade ontológica. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 123-162).

- _____. (1975c [1969]). Epistemologia naturalizada. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 163-175.
- _____. (1975d [1969]). Identidade, ostensão e hipóstase. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 255-264.
- RAJAGOPALAN, K. (2003). *Por uma lingüística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. (2002). A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L.M. e ORRICO, E. G. D. (org.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 77-88.
- _____. (2001a). Sobre a instabilidade de gêneros. *Boletim da Abralin*. 26(1): 187-189, nº Especial.
- _____. (2001b). *Memorial*. Concurso para professor titular na área de semântica e pragmática das línguas naturais. Campinas: UNICAMP. 92 p.
- _____. (2000). O singular: uma pedra no caminho dos teóricos da linguagem. *Cad. de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (38): 79-84, jan./jun.
- _____. (1998a). A ideologia do suprimido; ou, como não teorizar a respeito da ideologia. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 14 (1): 121-139.
- _____. (1998). A verdade na/da argumentação. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (35):39-47, Jul./Dez.
- _____. (1992). A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 8 (1): 91-133. Fev.
- _____. (1990a). Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.* 6(2): 223-254.
- _____. (1990b). Uptake. *XIX Anais de Seminários do GEL*, Bauru/SP, p. 573-579.
- _____. (1989). Atos ilocucionários como jogos da linguagem. *XVIII Anais de Seminários do Gel*, Lorena/SP, p. 523-538.
- RAMA, A. (1985). *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense.
- RYLE, G. (1975a [1953]). Linguagem ordinária. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 43-58.
- _____. (1975b [1957]). Teoria da significação. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 59-75.

- _____. (1975c [1931/2]). Expressões sistematicamente enganadores. *Os Pensadores*. Abril Cultural. São Paulo: Victor Civita. p. 9-28
- RORTY, R. (1995[1979]). *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- ROSENFELD, D. L. (2001). Derrida e a questão do mal. In: ROSENFELD, D. L. (ed.). *Ética e Estética*. Filosofia Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 197-215.
- RUSSEL, B. (1905). On denoting. *Mind* 14
- SEARLE, J. (2000[1998]). *Mente, linguagem e sociedade*. Filosofia no mundo real. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. (1970). *Speech acts*. An essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA, M. G. C. da. (2002). Notícia e reportagem: uma proposta de distinção. Programa de Pós-graduação em Lingüística, UFC/Fortaleza.
- SMART, B. (1986). The politics of truth and the problem of hegemony. In: HOY, D. C. (ed.). *Foucault: a critical reader*. New York: Basil Blackwell.
- SODRÉ, N. W. (1999[1998]). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- SOUZA, W. E. (1996). Análise contrastiva da configuração lingüístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros. O jornal de referência e o jornal popular. Belo Horizonte. Dissertação (mestrado em Estudos Lingüísticos).
- WODAK, R. (2002). Friend or Foe: the defamation or legitimate and necessary criticism? Reflections on recent political discourse in Austria. *Research on Language & Communication* 22(2002). 495-517.
- _____. (1989). Introduction. In: R. Wodak (Ed.). *Language, Power and Ideology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, p. 13-16.
- WITTGENSTEIN, L. (1994[1949]). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril.
- ZIZEK, S. (1996). O espectro da ideologia. Introdução. In: ZIZEK, S. (org). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 7-38.

ÍNDICE REMISSIVOⁱ

A) Exemplos dos manuais

Ex. 1 (p. 41)	Ex. 22 (p. 58)	Ex. 43 (p. 102)
Ex. 2 (p.46)	Ex. 23 (p. 60)	Ex. 44 (p. 105)
Ex. 3 (p. 47)	Ex. 24 (p. 63)	Ex. 45 (p. 110)
Ex. 4 (p. 47)	Ex. 25 (p. 63-4)	Ex. 46 (p. 112)
Ex. 5 (p. 47)	Ex. 26 (p. 64)	Ex. 47 (p. 113)
Ex. 6 (p. 48)	Ex. 27 (p. 64)	Ex. 48 (p. 113)
Ex. 7 (p. 49)	Ex. 28 (p. 65)	Ex. 49 (p. 113)
Ex. 8 (p. 49)	Ex. 29 (p. 68)	Ex. 50 (p. 113)
Ex. 9 (p. 49)	Ex. 30 (p. 68)	Ex. 51 (p. 114)
Ex. 10 (p. 50)	Ex. 31 (p. 68)	Ex. 52 (p. 114)
Ex. 11 (p. 50)	Ex. 32 (p. 68)	Ex. 53 (p. 128)
Ex. 12 (p. 52)	Ex. 33 (p. 91)	Ex. 54 (p. 129)
Ex. 13 (p. 52)	Ex. 34 (p. 91-2)	Ex. 55 (p. 129)
Ex. 14 (p. 57)	Ex. 35 (p. 92)	Ex. 56 (p. 129)
Ex. 15 (p. 57)	Ex. 36 (p. 94)	Ex. 57 (p. 141)
Ex. 16 (p. 57)	Ex. 37 (p. 94)	Ex. 58 (p. 141)
Ex. 17 (p. 57)	Ex. 38 (p. 94)	Ex. 59 (p. 141)
Ex. 18 (p. 57)	Ex. 39 (p. 94)	Ex. 60 (p. 143)
Ex. 19 (p. 57)	Ex. 40 (p. 97)	Ex. 61 (p. 143)
Ex. 20 (p. 58)	Ex. 41 (p. 98)	
Ex. 21 (p. 58)	Ex. 42 (p. 101)	

B) Exemplos de Textos dos Jornais

Ex. I (p. 96)	Ex. XIV (p. 119)	Ex. XXVII (p. 138)
Ex. II (p. 98)	Ex. XV (p. 120)	Ex. XXVIII (p. 141)
Ex. III (p. 100)	Ex. XVI (p. 120-1)	Ex. XXIX (p. 146)
Ex. IV (p. 103)	Ex. XVII (121)	Ex. XXX (p. 148)
Ex. V (p. 103)	Ex. XVIII (p. 122)	Ex. XXXI (p. 149)
Ex. VI (p. 104)	Ex. XIX (p. 126)	Ex. XXXII (p. 151)
Ex. VII (p. 110)	Ex. XX (p. 126)	Ex. XXXIII (p. 151-2)
Ex. VIII (p. 112-3)	Ex. XXI (p. 126)	Ex. XXXIV (p. 153)
Ex. IX (p.117)	Ex. XXII (p. 126)	Ex. XXXV (p. 155-6)
Ex. X (p. 117)	Ex. XXIII (p. 126)	Ex. XXXVI (p. 156)
Ex. XI (p. 117)	Ex. XXIV (p. 130)	Ex. XXXVII (p. 156)
Ex. XII (p. 118)	Ex. XXV (p. 130)	
Ex. XIII (p. 119)	Ex. XXVI (p. 137)	

ⁱ O *índice* está organizado da seguinte forma: A) Exemplos retirados dos manuais de redação e estilo jornalísticos, seguidos de número de página; B) Exemplos retirados dos Textos dos Jornais, seguidos de número de página; C) Exemplos retirados do *Observatório da Imprensa*, seguidos de número de página; e D) Anexos, seguidos de número de páginas.

C) Exemplos de Textos do Observatório da Imprensa *On-line*

Ex. A (p. 33)	Ex. F (p. 141)	Ex. L (p. 152)
Ex. B (p. 120)	Ex. G (p. 145)	Ex. M (p. 153)
Ex. C (p. 121)	Ex. H (p. 148)	Ex. N (p. 155-6)
Ex. D (p. 122)	Ex. I (p. 149-50)	
Ex. E (p. 139)	Ex. J (p. 151)	

D) Anexos

Anexo 1 <i>Falas dirão a mercado se Lula á 'louco', afirma secretário dos EUA</i>	(p. 179)
Anexo 2 <i>Mudança e equilíbrio</i>	(p. 179-80)
Anexo 3 <i>Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional</i>	(p. 180-1)
Anexo 4 <i>O futuro te condena</i>	(p.182)
Anexo 5 <i>O mau jornalismo e a liberdade de imprensa</i>	(p. 182-3)
Anexo 6 <i>Para presidente, repercussão foi "corporativismo"</i>	(p.183-4)
Anexo 7 <i>Expulso em 70, francês se desaponta com Lula</i>	(p. 184-5)
Anexo 8 <i>Um erro</i>	(p. 185)
Anexo 9 <i>Governo cancela visto de repórter do 'NYT'</i>	(p. 186)
Anexo 10 <i>EUA criticam Brasil por decidir expulsar jornalista do 'NYT'</i>	(p. 187)
Anexo 11 <i>Chance para Lula</i>	(p. 187)
Anexo 12 <i>A privacidade do Presidente</i>	(p. 187-9)
Anexo 13 <i>Uma reação à altura</i>	(p. 189)
Anexo 14 <i>Hábito de beber do líder brasileiro torna-se preocupação nacional</i>	(p. 190-2)
Anexo 15 <i>Reação excede a carência dos fatos</i>	(p. 192-3)
Anexo 16 <i>Chamada de primeira página</i>	(p. 193)
Anexo 17 <i>Notas e informações</i>	(p. 194)
Anexo 18 <i>Planalto 'enxerga' retratação e perdoa jornalista</i>	(p. 194)
Anexo 19 <i>Tiro no pé</i>	(p. 195)
Anexo 20 <i>O herói Larry Rohter</i>	(p. 196)
Anexo 21 <i>Governo cancela visto do repórter americano</i>	(p. 196-7)
Anexo 22 <i>O interesse de Lula prevaleceu</i>	(p. 197-99)
Anexo 23 <i>Mídia e o monólogo dos poderes</i>	(p.199-201)
Anexo 24 <i>Faltou um despacho saneador</i>	(p. 201-2)
Anexo 25 <i>O estranho direito de ofender as pessoas</i>	(p. 202-4)
Anexo 26 <i>O começo de tudo</i>	(p. 204-6)
Anexo 27 <i>O comunicado da suspensão</i>	(p. 207)
Anexo 28 <i>A mídia na berlinda</i>	(p. 207-8)
Anexo 29 <i>NYT X Lula</i>	(p. 208-9)
Anexo 30) <i>NYT X Lula</i>	(p. 209)
Anexo 31 <i>Liberdade de opinião</i>	(p. 209-10)

ANEXOS

TEXTOS Folha de S. Paulo

ANEXO 1

29 de outubro de 2002

Falas dirão a mercado se Lula é 'louco', afirma secretário dos EUA

Em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manteve a ambiguidade do discurso de campanha e tentou conciliar medidas sociais com a manutenção da austeridade econômica.

Segundo ele, seu primeiro ano de mandato terá o "selo do combate à fome". Para isso, anunciou a criação de uma Secretaria de Emergência Social, que começará a funcionar em janeiro e terá como meta o combate à miséria, com "verbas e "poderes" para a defesa dos "humilhados e ofendidos".

Mais adiante, Lula reiterou o seu compromisso com a estabilidade econômica, o cumprimento dos contratos do país e a responsabilidade para manter o superávit. Intitulado "Compromisso com a Mudança", o texto foi escrito em conjunto pelos coordenadores da campanha, comandados por José Dirceu.

Ontem, Lula falou ao telefone por 15 minutos com o presidente dos EUA, George W. Bush. Segundo o petista, a conversa foi "efusiva". Ao menos 12 líderes internacionais, como Tony Blair, do Reino Unido, ligaram para parabenizar Lula.

O secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill, disse que o mercado observará os primeiros discursos de Lula e que suas palavras "devem assegurar a eles que não é um louco".

ANEXO 2

29 de outubro de 2002

Mudança e equilíbrio

Findo o segundo turno das eleições para presidente da República e para governador de 14 unidades da Federação, há um saldo de equilíbrio na correlação nacional de forças políticas. A "onda" oposicionista de centro-esquerda que se notara no primeiro turno persistiu o suficiente para garantir a Luiz Inácio Lula da Silva mais de 50 milhões de votos. Mas foi bastante atenuada no âmbito estadual.

Das oito disputas que o PT travou ontem, perdeu sete, com destaque para a derrota no Rio Grande do Sul. Por outro lado, os tucanos, apesar de perdedores no plano federal, conseguiram sagrar-se vitoriosos em cinco das seis eleições estaduais que disputaram no domingo, com destaque para a manutenção do governo paulista. Outro fato do pleito de ontem foi a reemergência do PMDB em Estados importantes. Com a vitória de peemedebistas nos três Estados do Sul, o partido reforça o seu peso nacional e pode ser decisivo para dar maioria parlamentar à gestão Lula.

O PSDB, se decidir fazer oposição no plano federal, terá boas condições de reconstruir um caminho que o torne competitivo em 2006. Contando com uma base política forte (incluindo os governos de São Paulo e de Minas) e com alguns nomes que poderiam disputar a Presidência, os tucanos têm boas chances de tornar-se um forte pólo opositor e de convencer parcelas do PFL e do PMDB a seguir pelo mesmo caminho.

Os peemedebistas, por seu turno, terão de decidir entre a sua aptidão histórica por compor governos e a aposta num projeto de mais longo prazo. Vale lembrar que dois dos governadores do PMDB eleitos ontem (Roberto Requião, no Paraná, e Luiz Henrique da Silveira, em Santa Catarina) apoiaram Lula.

É muito cedo para qualquer prognóstico mais conclusivo sobre o balanço de forças políticas a partir de janeiro de 2003. Mas se pode dizer que, neste momento, há dois atores emergentes com

capacidade de atrair apoios: o PT, escudado pela força do Executivo federal, e o PSDB, em condições de traçar uma estratégia competitiva de reconquista do Planalto daqui a quatro anos.

ANEXO 3

09 de maio de 2004 (tradução)

Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional

Larry Rohter

Do "New York Times", em Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua inclinação por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um copinho de cachaça, o potente destilado brasileiro feito de cana-de-açúcar. Mas alguns de seus conterrâneos começam a se perguntar se sua preferência por bebidas fortes não está afetando seu performance no cargo.

Nos últimos meses, o governo esquerdista de Da Silva tem sido assaltado por uma crise depois da outra, de escândalos de corrupção ao fracasso de programas sociais cruciais.

O presidente tem ficado longe do alcance público nesses casos e tem deixado seus assessores encarregarem-se da maior parte do levantamento de peso. Essa atitude tem levantado especulação sobre se o seu aparente desengajamento e passividade podem de alguma forma estar relacionados a seu apetite por álcool. Seus apoiadores, entretanto, negam as acusações de excesso de bebida.

Apesar de líderes políticos e jornalistas falarem cada vez mais entre si sobre o consumo de bebidas de Da Silva, poucos estão dispostos a expressarem suas suspeitas em público ou oficialmente. Uma exceção é Leonel Brizola, líder do esquerdista PDT, que foi companheiro de Lula na eleição de 1998, mas agora está preocupado que o presidente esteja "destruindo os neurônios de seu cérebro".

"Quando eu fui candidato a vice-presidente de Lula, ele bebia muito", disse Brizola, agora um crítico do governo, em um discurso recente. "Eu o avisei que bebidas destiladas são perigosas. Mas ele não me escutou e, de acordo com que estão dizendo, continua a beber."

Durante uma entrevista no Rio de Janeiro em meados de abril, Brizola argumentou sobre a preocupação que ele havia expressado a Da Silva e que o que ele dissera ter sido desconsiderado. "Eu disse a ele: 'Lula, eu sou seu amigo e camarada, e você precisa controlar isso'", ele lembra. "Não, não há perigo, eu tenho isso sob controle", Brizola lembra da resposta de Da Silva, imitando sua voz rouca. "Ele resistiu, ele é um resistente", Brizola continuou. "Mas ele tinha aquele problema. Se eu bebesse como ele, estaria frito."

Os porta-vozes de Da Silva recusaram-se a discutir oficialmente os hábitos de beber do presidente, afirmando que não iriam dar crédito a acusações infundadas com uma resposta oficial. Em uma breve mensagem por e-mail que respondia a um pedido de comentário, afirmaram que a especulação que Da Silva bebe em excesso como "uma mistura de preconceito, desinformação e má-fé".

Da Silva, um metalúrgico de 58 anos, mostrou ser um homem de apetites e impulsos fortes, o que contribui para seu apelo popular. Com um misto de compaixão e simpatia, os brasileiros têm assistido a seus esforços para não fumar em público, a seus flertes com atrizes em eventos públicos e à sua batalha contínua para evitar comidas gordurosas -que fizeram seu peso aumentar muito em pouco tempo desde que assumiu o cargo em janeiro de 2003.

Além de Brizola, líderes políticos e a mídia parecem preferir lidar com isso de forma mais sutil e indireta, mas com um certo apetite. Sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos do presidente com os olhos avermelhados e as bochechas coradas e constantemente fazem referências tanto aos churrascos de fim de semana na residência presidencial, onde a bebida corre solta, como aos eventos oficiais onde Da Silva parece nunca estar sem um copo de bebida nas mãos.

"Eu tenho um conselho para o Lula", escreveu em março o crítico mordaz Diogo Mainardi, colunista da "Veja", a revista mais importante do país, enumerando uma lista de reportagens contendo referências ao hábito do presidente. "Pare de beber em público", ele aconselhou, acrescentando que o presidente tornou-se "o maior garoto-propaganda para a indústria da bebida" com seu notório consumo de álcool.

Uma semana depois, a mesma revista publicou uma carta de um leitor preocupado com o "alcoholismo de Lula" e seu efeito na habilidade do presidente de governar.

Apesar de alguns sites estarem reclamando de "nosso presidente alcoólico", foi a primeira vez que a grande imprensa nacional referiu-se a Da Silva desta maneira.

Historicamente, os brasileiros têm razão para estarem preocupados com sinais de hábitos de abuso do álcool de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, foi um bebedor manifesto que um dia declarou: "Bebo porque é líquido".

Sua inesperada renúncia, menos de um mês após ter assumido -período considerado uma maratona de excessos- iniciou um período de instabilidade política que levou a um golpe de Estado, em 1964, e a 20 anos de uma rígida ditadura militar.

Independentemente se Da Silva tem um problema com bebida ou não, o tema tem se infiltrado na consciência pública e se tornado alvo de piadas.

Quando o governo gastou US\$ 56 milhões no início do ano para comprar um novo avião presidencial, por exemplo, o colunista Claudio Humberto, uma espécie de Matt Drudge da política brasileira, fez um concurso para dar um apelido à aeronave. Uma das escolhas vencedoras, em alusão de que o avião presidencial americano é chamado de Força Aérea Um, sugeriu que o nome do jato de Da Silva deveria ser "'Pirassununga 51" -nome de uma marca popular de cachaça no Brasil.

Outra sugestão foi "Movido a Álcool", um trocadilho com o plano governamental de incentivar o uso de etanol em carros.

Especulação sobre os hábitos de bebida do presidente tem sido alimentada por várias gafes e passos em falso que ele tem feito em público. Como candidato, ele uma vez se referiu aos moradores de uma cidade considerada uma abrigo para os gays chamando-a de "pólo exportador de veados". Como presidente, suas escorregadas em público continuaram e se tornaram parte do folclore político brasileiros.

Numa cerimônia aqui em fevereiro para anunciar um grande investimento, por exemplo, Da Silva duas vezes se referiu ao presidente da General Motors, Richard Wagoner, como presidente da Mercedes-Benz. Em outubro, num dia em homenagem aos idosos do país, Da Silva disse a eles: "Quando vocês se aposentarem, não fiquem em caso aborrecendo sua família. Encontrem alguma coisa para fazer".

No exterior, Da Silva também tropeçou ou foi mal aconselhado. Em visita ao Oriente Médio no ano passado, ele imitou um sotaque árabe falando em português, inclusive com pronúncias erradas. Em Windhoek, na Namíbia, o presidente disse que a cidade parecia tão limpa que "não parece que está num país africano."

A equipe de Da Silva e seus simpatizantes respondem que esses escorregões são apenas ocasionais e previsíveis para alguém que gosta de falar de improviso e não tem nada a ver com seu consumo de álcool, que eles descrevem como sempre moderado. Para eles, Da Silva é visto de um padrão diferente -e injusto- com relação a seus antecessores porque ele é o primeiro presidente brasileiro vindo da classe trabalhadora e estudou apenas até a quinta série."Qualquer um que já tenha estado em recepções formais ou informais em Brasília testemunhou presidentes bebericando uma dose de uísque", escreveu recentemente o colunista Ali Kamel, no diário carioca "O Globo". "'Mas sobre o fato nada se leu a respeito dos outros presidentes, somente de Lula. Isso cheira a preconceito."

Da Silva nasceu em uma família pobre, num dos Estados mais pobres do país e passou anos liderando sindicatos de trabalhadores, um ambiente famoso pelo alto consumo de álcool. Relatos da imprensa brasileira têm repetidamente descrito o pai do presidente, Aristides -o qual ele pouco conheceu e morreu em 1978- como um alcólatra que maltratava suas crianças.

Histórias sobre episódios de beber envolvendo Da Silva são abundantes. Depois de uma noite na cidade onde ele fora membro do Congresso, no final dos anos 1980, Da Silva saiu do elevador no andar errado do prédio onde morava na época e tentou arrombar a porta de um apartamento que ele imaginava ser o seu, de acordo com políticos e jornalistas aqui, incluindo alguns que moravam no mesmo edifício.

"Sob Lula, a caipirinha virou 'bebida nacional' por decreto presidencial", escreveu o diário Folha de S. Paulo no mês passado, em artigo sobre a associação de Da Silva com álcool e em alusão a um coquetel feito com cachaça.

ANEXO 4

14 de maio de 2004

Clóvis Rossi

O futuro te condena?

PARIS - O leitor Francisco Bueno joga para o futuro o desgraçado episódio Lula x "The New York Times" ao escrever: "Temo que algum dia possa ocorrer algum acontecimento em que as pessoas digam: 'Está vendo? Acho que aquele caso tinha um fundo de verdade...'".

"Aí pode ser a desmoralização total", completa ele.

De fato, qualquer acontecimento doravante pode servir para tentativas de desqualificação do presidente, como vítima do álcool. Digamos que o Congresso melhore o reajuste do salário mínimo e que Lula decida vetar o novo valor, tal como prometeu. Os prejudicados dirão: "Bebeu".

É só um exemplo para mostrar o beco sem saída em que o governo se meteu ao dar caráter de grave questão de Estado ao que era uma bobagem, lamentável, mas bobagem.

Sempre se poderá dizer que quem começou tudo foi uma especulação jornalística irresponsável. É verdade, mas é preciso dar dimensão a essa verdade: a especulação caminhava para a relativa irrelevância, a ser eventualmente sacada do coldre pela oposição, quando o governo resolveu retirar o visto do jornalista, amplificando de maneira extraordinária o alcance do texto.

Uma providência cretina, de qualquer ângulo que se olhe. Um deles: textos semelhantes podem ser produzidos de Buenos Aires ou de Miami ou de qualquer outro lugar do mundo se não têm parentesco com a realidade. Expulsar do país todos os jornalistas, nacionais ou estrangeiros, não impediria a repetição do episódio portanto.

Quem foi que tomou uma decisão tão estapafúrdia? Se foi o presidente quem decidiu pela expulsão do jornalista, nada há a fazer. É irremovível até as eleições de 2006. Ele próprio e, com ele, o país pagarão o preço da desmoralização temida pelo leitor.

Se foi alguém do círculo íntimo de Lula, é rezar para que peça demissão, porque visivelmente não serve nem para passar pela calçada de um palácio de governo. Vale idêntico raciocínio para todos os que não se opuseram. Que horror.

ANEXO 5

16 de maio de 2004

O mau jornalismo e a liberdade de imprensa

Marcelo Beraba (Ombudsman)

A reportagem "Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional", do jornalista Larry Rohter, correspondente do "New York Times" no Brasil, foi o assunto da semana. Disponível no sábado, 8, no site do jornal americano e publicada no domingo, ela gerou imediata reação do governo brasileiro, que a considerou uma manifestação de "calúnia, difamação e preconceito". Na terça-feira, Rohter teve seu visto de permanência no Brasil cancelado. A discussão, que no início da semana estava centrada no aspecto jornalístico do texto, virou um grande debate sobre liberdade de expressão. Na sexta, o jornalista enviou carta ao governo que foi entendida como uma retratação, e o caso parece encerrado. Antes de analisar o comportamento da Folha no episódio, vou dar a minha opinião sobre alguns aspectos.

1 - O assunto era pertinente? Um jornalista deve se preocupar com os hábitos ou se interessar pela vida privada de um homem público? Acredito que sim. Como escreveu a advogada Taís Gasparian quinta-feira nesta Folha, "como homem público, sua esfera de privacidade é reduzida, pois seus atos importam à nação".

2 - A reportagem do "NYT" foi bem-feita? Não. Sob o ponto de vista, jornalístico ela é malfeita. É uma colagem de opiniões (o que chamamos no jargão jornalístico, pejorativamente, de recortagem), não há informações novas, as fontes citadas não são corretamente identificadas para que o leitor possa julgar o peso de suas opiniões ou informações e não há o relato de nenhum fato que dê consistência às duas afirmações mais relevantes do texto: a de que o hábito de beber possa estar afetando a performance de Lula no cargo e a de que esse hábito tenha virado uma preocupação nacional.

3 - Foi correta a reação do governo brasileiro à publicação da reportagem? Acho que não. Desde o início, sua resposta foi desproporcional e ajudou a inchar um caso que não tinha tido repercussão na imprensa internacional e que, internamente, tinha atraído o repúdio até da oposição. A decisão de cassar o visto de Rohter foi um erro. Não sob o ponto de vista da imagem do governo, porque esse é um problema do governo, mas sob o ponto de vista da democracia e de suas liberdades. O presidente (não a nação) se sentiu ofendido em sua honra e deveria procurar reparação na Justiça.

4 - A reação da imprensa contra a expulsão foi corporativa? Não acho. É um erro considerar as liberdades de expressão e de imprensa privilégios dos jornalistas. São conquistas democráticas, no nosso caso obtidas com muitas dificuldades, que garantem o mínimo de fiscalização sobre governos cada vez mais fortes e sem controle.

E a Folha?

A **Folha**, como sói, teve bons e maus momentos na cobertura.

1 - O jornal foi surpreendentemente ágil ao dar destaque à reportagem do "NYT" e às primeiras reações do governo, já no domingo. Explico a surpresa: a **Folha**, em várias ocasiões, não se saiu bem na cobertura de fatos que ocorrem no fim de semana. Às vezes, ela só entra no caso na edição de terça.

2 - Na edição de domingo, 9, foi o único jornal que publicou a íntegra da tradução da reportagem. Seus leitores puderam, portanto, julgar com melhores condições a qualidade do texto e se posicionar.

3 - O noticiário de todos os grandes jornais foi mais ou menos parecido, com pequenas diferenças.

4 - Na edição de quarta, 12, o jornal não deu manchete para o principal assunto da véspera, a expulsão do correspondente do "NYT". Preferiu destacar mais a promessa do ministro Palocci de estudar a possibilidade de algum dia fazer alguma alteração na tabela do Imposto de Renda.

5 - A grande edição da **Folha** foi a de quinta-feira, 13, e por conta das colunas e artigos que publicou. Embora quase todos fossem desfavoráveis à decisão do governo, teve o mérito de reservar seu espaço mais nobre da seção "Tendências/Debates", na página A3, para a defesa da medida feita pelo porta-voz da Presidência, André Singer.

6 - Se foi ágil no deslanche do caso, no domingo, a **Folha** demorou a expressar para os seus leitores o que achava da reportagem do "NYT" e da repercussão nacional. Seu concorrente, "O Estado de S. Paulo", já na terça-feira publicava seu primeiro editorial sobre o assunto. "O Planalto reagiu "com o fígado", uma crítica à reação do governo antes da decisão da expulsão. A credencial do jornalista foi cassada na terça e somente na quinta a Folha publicou o editorial "Um erro".

7 - Grandes casos como esse provocam a participação dos leitores, e é importante que os jornais abram espaços para as manifestações. A **Folha** publicou, de segunda a sexta, 21 cartas de leitores, sendo que 11 contra a reação e a decisão do governo Lula e dez a favor, um resultado bem equilibrado e bem diferente dos dois outros grandes jornais concorrentes. O "Estado" publicou 34 cartas ao longo da semana, sendo 27 contra o governo, cinco a favor e duas que podem ser classificadas de neutras. E "O Globo" publicou 29 cartas no mesmo período, sendo 18 contra o governo, oito favoráveis, uma resposta oficial e duas neutras.

A **Folha** deveria estudar a possibilidade de, em casos polêmicos como esse, abrir mais espaço para as opiniões dos leitores.

ANEXO 6

14 de maio de 2004

Para presidente, repercussão foi "corporativismo"

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A repercussão nacional e internacional em torno da reação do governo à reportagem do jornal "The New York Times" é fruto de corporativismo da imprensa, disse ontem a deputados do PL o presidente Lula, segundo relato do líder da bancada do partido na Câmara, Sandro Mabel (GO).

"Ele disse que as reações que existem são fruto do corporativismo, que ele não podia tomar outra atitude porque, caso contrário, poderiam achar que esse é um país em que todo mundo chega, bate e fica por isso mesmo."

Lula jantou na noite de ontem, na Granja do Torto, com congressistas do PL, com ministros e com o vice-presidente José Alencar, que é do partido. Mabel disse que Lula falou sobre o "NYT" em seu discurso, que foi pontuado pela defesa da política econômica e de que o país está voltando a crescer.

Deputados presentes ao encontro negaram ter ouvido Lula falar sobre o assunto no discurso, mas afirmaram que o presidente se reuniu em "rodinhas" antes e depois de sua fala. Informado sobre o assunto, o Planalto não respondeu até a conclusão desta edição.

Quatro dias depois de ser alvo da reportagem que afirmou haver supostos excessos alcoólicos seus, Lula tomou de uma a duas doses de uísque, segundo deputados. Lula disse a um grupo restrito de parlamentares que o que mais o indignou na reportagem foi a menção ao alcoolismo do pai como uma das "provas" de que ele estaria exagerando na bebida.

Constrangimento

O jantar foi marcado por discursos de líderes do PL, afirmando que o partido é governo, mas tem bandeiras próprias. Também houve momentos de constrangimento como quando o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PL), relembrou o episódio em que o presidente da sigla, deputado Valdemar Costa Neto (SP), pediu a demissão de Antonio Palocci Filho (Fazenda) e Henrique Meirelles (Banco Central).

Outro momento de constrangimento ocorreu durante a fala de Alencar, que repetiu as críticas que vem fazendo ao governo.

Lula também conversou com um grupo restrito da cúpula do PL e apelou para que o partido faça alianças com o PT no 1º turno das eleições municipais. A pressão seria maior sobre o PL paulista, que se divide entre um apoio a José Serra (PSDB) e à reeleição de Marta Suplicy (PT). (RANIER BRAGON e RAYMUNDO COSTA)

ANEXO 7

14 de maio de 2004

François Pelou, jornalista banido do Brasil durante ditadura, diz que ato de presidente o faz parecido com militares

Expulso em 70, francês se desaponta com Lula

JOÃO BATISTA NATALI
DA REPORTAGEM LOCAL

O francês François Pelou, 77, foi o último precedente de jornalista estrangeiro expulso do Brasil. Ele chefiava em dezembro de 1970 a sucursal da AFP (Agence France Presse) no Rio. "Estou desapontado ao saber que o governo brasileiro voltou a expulsar um correspondente estrangeiro", disse à **Folha**. "Creio que quanto a isso o presidente Lula se parece com o regime dos militares."

"Naquela época havia os militares, de quem se pode esperar tudo. Mas do atual governo brasileiro eu não esperava algo do gênero. Estou surpreso."

Pelou, que está há 13 anos aposentado, disse que, apesar da expulsão, tem boas recordações do Brasil, mas não dos militares. Hoje ele divide seu tempo entre um apartamento em Paris e uma casa de campo no sul da França, de onde falou ontem à noite, por telefone, com a **Folha**. A seguir, os principais trechos da entrevista do jornalista.

★

Folha - Foi pessoalmente dolorido para o sr. deixar o Brasil às pressas, há quase 34 anos?

Pelou - Certamente, é sempre difícil do ponto de vista pessoal. Na época haviam seqüestrado o embaixador suíço, e eu publiquei as condições dos seqüestradores, cuja divulgação o regime militar havia proibido. Disse aos policiais que me interrogaram que eu era pago para enviar informações e não para retê-las comigo.

Folha - Chegaram a prendê-lo?

Pelou - Infelizmente. Fui levado ao Dops [polícia política] do Rio e levei alguns safanões na cabeça. Obrigaram-me depois a assinar um papel segundo o qual eu havia sido bem tratado. Não tive outra alternativa a não ser assinar. Certa noite, às 3h da madrugada, tiraram-me de minha cela e me levaram ao aeroporto do Galeão. Me entregaram ao comandante de um voo que partia para Paris.

Folha - Naquela época sua família estava por aqui também?

Pelou - Sim, certamente. Minha mulher e meu filho estavam comigo havia três anos no Rio. Cheguei a ver o meu filho no momento em que a polícia me embarcou. Ele e minha mulher seguiram para a França dois dias depois.

Folha - Alguém intercedeu para que o sr. não fosse mais torturado?

Pelou - Eu havia sido correspondente em Saigon e conhecia muito bem o general Westmoreland [comandante americano na Guerra do Vietnã]. Ele intercedeu, e a embaixada americana se interessou por mim. Havia também, é claro, minha própria embaixada, a francesa, que agiu por determinação do então presidente, George Pompidou.

Folha - Não há mais ditadura militar. Mas eis que o governo tenta expulsar um outro jornalista. Qual o seu sentimento?

Pelou - Fiquei bastante surpreendido. Estive hoje [ontem] em Barcelona, na casa de amigos. Fiquei sabendo do episódio ao ler o "El País". Estou desapontado ao saber que o governo brasileiro voltou a expulsar um correspondente estrangeiro. Não sou partidário de nenhuma corrente política, mas creio que quanto a isso o presidente Lula se parece com o regime dos militares.

Folha - Qual é a seu ver a diferença do Brasil de hoje e do Brasil daquela época?

Pelou - Naquela época havia os militares, de quem se pode esperar tudo. Mas do atual governo brasileiro eu não esperava algo do gênero. Estou surpreendido.

Folha - Depois do Brasil, onde mais o sr. trabalhou?

Pelou - Fui para Hong Kong, em seguida para a Espanha e terminei minha carreira na AFP em Bruxelas, quando me aposentei.

Folha - O sr. guarda uma boa recordação do Brasil?

Pelou - Do Brasil, certamente. Dos militares, um pouco menos.

ANEXO 8

13 de maio de 2004

Editorial

Um Erro

Foi um grande erro a decisão do governo brasileiro de expulsar do país o jornalista Larry Rohter, do jornal norte-americano "The New York Times", autor de reportagem segundo a qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abusaria do consumo de bebidas alcoólicas.

Antes de mais nada, trata-se de uma medida truculenta que, em preocupante senda obscurantista, arranha o essencial instituto da liberdade de expressão. A partir de agora correspondentes estrangeiros terão de se preocupar se os textos que escrevem irão ou não agradar ao Planalto. Na hipótese de deixarem as autoridades descontentes, o risco é a expulsão. E, como escaladas de arbítrio muitas vezes começam com episódios aparentemente pequenos, também jornalistas brasileiros poderão sentir-se ameaçados. Fica a sensação de que o governo se deixou levar por uma inclinação autoritária.

Mesmo considerando apenas o ponto de vista do Planalto, a cassação do visto do jornalista é um exagero e revela o amadorismo e a inabilidade do núcleo de auxiliares que cercam Lula. Com efeito, o presidente vinha saindo-se bem no caso. A qualidade técnica da reportagem era no mínimo discutível. Nada autorizava o correspondente a afirmar que a relação do presidente da República com bebidas se transformara em "preocupação nacional". Suas considerações basearam-se em rumores e em fontes suspeitas. Esta Folha noticiou e reproduziu a reportagem no domingo por entender que se tratava de um fato jornalisticamente relevante. O diário nova-iorquino é um dos mais influentes do mundo.

As deficiências e o tom injurioso do material publicado fizeram com que vozes representativas dos mais variados setores da sociedade brasileira saíssem em defesa do presidente. Certamente que Lula tem todo o direito de se sentir agredido e de exigir reparação. Ao decidir, porém, pela expulsão, o Planalto deu ao episódio uma dimensão que ele não tinha nem merecia ter. Provincianamente, transformou o caso em questão de Estado e feriu liberdades

públicas. Se o governo receava que a reportagem fosse provocar danos à imagem do país, agora pode ter certeza de que essa expulsão o fará.

ANEXO 9

12 de maio de 2004

Governo cancela visto de repórter do "NYT"

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo brasileiro considerou "inconveniente" a presença em território nacional do jornalista Larry Rohter, do jornal "The New York Times", e determinou ontem o cancelamento do seu visto temporário. O jornalista publicou uma reportagem sobre supostos excessos alcoólicos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo nota oficial do Ministério da Justiça, divulgada ontem à noite, o cancelamento do visto é necessário "em face de reportagem leviana, mentirosa e ofensiva à honra do presidente da República". Ainda de acordo com o texto da nota, a reportagem traz "grave prejuízo à imagem do país no exterior".

A **Folha** apurou que a ordem veio do próprio presidente Lula ao Ministério da Justiça. A nota é assinada pelo ministro interino da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto. O titular Márcio Thomaz Bastos está em viagem oficial à Suíça.

A nota oficial informa que a decisão foi baseada no artigo 26 da lei 6.815, que diz respeito ao "Estatuto do Estrangeiro". Pela lei, "o visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º ou à inconveniência de sua presença no território brasileiro, a critério do Ministério da Justiça".

Segundo a assessoria de imprensa da justiça, o jornalista deverá ser notificado pessoalmente pela Polícia Federal da decisão de deixar o país. Atualmente, ele estaria na Argentina.

Ontem, minutos antes de a decisão ser divulgada, o presidente Lula comentou com jornalistas a reportagem do jornal norte-americano. Lula falava sobre sua viagem à China no fim de maio e foi indagado se sua imagem internacional estava afetada pelo texto do jornal americano. Os jornalistas que participavam da entrevista coletiva ainda não sabiam da decisão da expulsão de Rohter. Lula respondeu o seguinte:

"Primeiro, não peça para o presidente responder a uma sandice daquela. Segundo, certamente, o autor daquilo – que não me conhece, que eu não conheço – deve estar hoje mais preocupado do que eu. Sabe? Só isso".

Perguntou-se então ao presidente o que ele queria dizer com Rohter estar mais preocupado do que ele. O presidente então *[sic]* disse: "Não, não comento. Isso quem comenta é o Ministério da Justiça. O governo brasileiro deve tomar as decisões que a lei permitir que tome. Eu acho que não merece resposta, merece uma ação".

Depois da entrevista, quando se tornou pública a expulsão de Rohter, a Folha quis mais explicações do Palácio do Planalto. A assessoria de Lula não deu mais informações e disse que o assunto seria tratado pelo Ministério da Justiça.

(nota oficial veiculada logo abaixo da matéria)

Em face de reportagem leviana, mentirosa e ofensiva à honra do Presidente da República Federativa do Brasil, com grave prejuízo à imagem do país no exterior, publicado na edição de 9 de maio passado no jornal *The New York Times*, o Ministério da Justiça considera, nos termos do artigo 26 da lei nº 6.815, inconveniente a presença em território nacional do autor do referido texto. Nessas condições, determinou o cancelamento do visto temporário do Sr. William Larry Rohter Jr.

Brasília, 11 de maio de 2004

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Ministro Interino da Justiça

ANEXO 10

13 de maio de 2004

EUA criticam Brasil por decidir expulsar jornalista do 'NYT'

Chamada de primeira página

O departamento de Estado Americano atacou a expulsão pelo Brasil do jornalista Larry Rohter, do 'New York Times', dizendo que ela "não condiz com o forte comprometimento do país com a liberdade de imprensa". Para os EUA, a reportagem sobre suposto excesso no uso de álcool pelo presidente Lula "não representa a visão" do governo americano. O "New York Times" informou que vai tomar "as ações apropriadas para defender os direitos de Rohter". Associação dos correspondentes no Brasil disse temer que a expulsão seja um "aviso" de que eles só podem escrever reportagens que agradem ao governo. Lula disse a aliados que a medida visou servir de "exemplo" aos jornais de fora. Brasil

ANEXO 11

14 de maio de 2004

Editorial

Chance para Lula

A concessão de habeas corpus ao jornalista Larry Rohter não chega a desfazer o grave erro que o governo cometeu na condução de sua querela contra o diário "The New York Times", mas é o bastante para demonstrar que o Brasil, apesar dos surtos autoritários do Planalto, é uma democracia sólida. Funcionou aqui o sistema de "checks and balances" (freios e contrapesos) que caracteriza o equilíbrio dos Poderes. Chamado a intervir, o Judiciário repara uma situação de claro abuso de autoridade do Executivo.

Considerando-se os princípios constitucionais do devido processo legal, do amplo direito à defesa e ao contraditório e, principalmente, o da liberdade de manifestação do pensamento -que se aplicam tanto a brasileiros como a estrangeiros residentes-, não poderia ser outra a decisão do ministro Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que não a de outorgar o salvo-conduto ao jornalista. A menos que seja cassado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o habeas corpus se mantém liminarmente até apreciação pelos demais magistrados da Primeira Seção do STJ, o que não deve ocorrer antes de algumas semanas -o suficiente para que o caso arrefeça.

Raras vezes se viu uma administração cometer tão rotundo erro de avaliação política. Em seu esforço para diminuir o impacto negativo da reportagem sobre as libações presidenciais, o governo pôs o mundo inteiro a comentar os hábitos éticos de Lula e transformou o que qualificava como fofocas no principal assunto da República.

Se o governo recobrar o juízo que lhe faltou quando decidiu pela expulsão de Rohter, não tentará anular a decisão do STJ. Ao contrário, toma-la-á como uma tábua de salvação. Apesar de o habeas corpus poder soar como uma derrota para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trata-se de sua melhor chance para, sem ter de admitir que errou, deixar que o caso retorne à dimensão de que nunca deveria ter saído: o esquecimento.

ANEXO 12

13 de maio de 2004

Taís Gasparian

A privacidade do presidente

Depois que a Folha e "O Estado de S. Paulo", dois dos principais jornais do país, estamparam em suas primeiras páginas, na edição do último domingo, 9/5, a notícia da publicação, no jornal "The New York Times", de um artigo relacionando o presidente Lula ao consumo excessivo de álcool, parece que todo o establishment, a oposição e a própria imprensa só falam disso. O Planalto reagiu com tamanha agressividade, que, não satisfeito em classificar a notícia como caluniosa e cogitar de processar o jornal,

ainda tomou a iniciativa de expulsar o jornalista do país. O mais espantoso é que um artigo que nem mereceria tanto destaque se transforme em estopim de um incidente diplomático.

Apesar do forte viés provocador e do tom de mexerico do artigo, a eleição do assunto abordado pelo "New York Times" se presta a reflexões sobre a sua propriedade, a saber: pode um veículo de comunicação divulgar um fato que diz respeito à privacidade do presidente da República? Poderia o presidente adotar a sugestão de seu secretário e processar o "NYT" pela notícia? Porque aquilo que uma pessoa bebe ou come, ou suas preferências pessoais por esta ou aquela bebida, ainda que alcoólica, diz respeito à sua vida particular. Tratando-se de um ato pessoal ou privado, pode um jornal divulgá-lo sem que com isso cometa uma invasão de privacidade contra a autoridade máxima do país?

Se há rumores de que o presidente tem bebido exageradamente, é legítimo que veículos de informação divulguem

O presidente Lula assumiu, desde o dia 1º de janeiro de 2003, o mais importante cargo público do país. Como homem público, sua esfera de privacidade é reduzida, pois seus atos importam à nação. Milhões de brasileiros confiaram a ele parcela importante do destino do país.

A liberdade de informação e o direito à privacidade são princípios constitucionais que possuem a mesma escala valorativa. Mas há alguns pressupostos que fazem com que, diante de determinada situação concreta, seja lícito que um princípio se sobreponha ao outro. Um deles é o interesse público. Se o fato fosse atribuído a uma pessoa qualquer, sua divulgação poderia ser encarada como uma violação de intimidade, pois isso não diz respeito a ninguém, faltando-lhe o atributo principal referente à liberdade de imprensa, que é o interesse que a notícia desperta.

Outro pressuposto é o fato de o retratado ser uma pessoa que ocupa um cargo público, devendo portanto satisfação à sociedade. Sobre isso, os tribunais do país, já há algum tempo, têm decidido que a esfera de privacidade de uma pessoa de renome, com vida pública ou destaque social, é menor, em razão do interesse que sua intimidade desperta. Se isso vale para um artista, um jogador de futebol ou um político, o que dizer se a notícia se referir ao presidente da República?

O terceiro pressuposto é o de que o direito à informação afeta a todos os cidadãos, enquanto o direito à privacidade diz respeito a uma só pessoa ou a poucos, de tal sorte que, de modo geral, quando confrontados os princípios, e estando presente o interesse comum pela notícia, opta-se pela primazia do interesse público.

Se há rumores de que o presidente tem bebido exageradamente, é legítimo que veículos de informação divulguem tal fato, já que é de interesse comum a informação sobre a saúde do presidente. Não há nenhuma invasão de privacidade. Aliás, como menciona o artigo do "NYT", não é de hoje que a imprensa brasileira tem feito alusão, embora de forma oblíqua, a esse assunto. Como se não bastasse, o presidente tem se deixado fotografar com copo de bebida na mão, o que, de certa forma, tira a questão do âmbito estritamente privado. E o fato de a informação ter alcançado o hemisfério Norte torna legítima a sua divulgação por um jornal estrangeiro.

Se fosse uma gripe, uma pneumonia ou um tumor, ninguém discordaria de que os jornais estariam autorizados a fazer todo tipo de especulação. O assunto escolhido pelo jornal estrangeiro não se refere a um aspecto pessoal da vida do presidente que não tenha interferência com o exercício da função pública. O álcool tem influência direta sobre a capacidade de discernimento e sobre a capacidade de decisão de quem o bebe. Diferentemente do cigarro, por exemplo, o álcool afeta as atitudes de quem o consome e tem um efeito nocivo não só para a pessoa, mas para todos os que com ela se relacionam.

Certamente interessa aos cidadãos ter mais informações sobre o assunto, tal como saber se se trata de consumo moderado, normal, ou se há algo mais. Até que se tenha um diagnóstico definitivo sobre a questão, é direito e mesmo dever dos jornais a busca pela informação verdadeira e a sua divulgação.

O jornalista do "NYT", por mais que se possa criticá-lo, não cometeu nenhuma calúnia. Calúnia seria se o presidente tivesse sido acusado injustamente da prática de um crime. Mas não se trata de crime. Na pior hipótese, se confirmados eventuais excessos, trata-se de uma doença.

Taís Gasparian, 45, advogada, é mestre pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da USP. Foi chefe-de-gabinete do ministro da Justiça (2002).

ANEXO 13

13 de maio de 2004

ANDRÉ SINGER

Uma reação à altura

O governo brasileiro não poderia ficar inerte diante das ofensas à honra e à autoridade do presidente da República. Mas a decisão de cancelar o visto temporário de um correspondente do "New York Times" no Brasil não constitui nenhuma tentativa de cerceamento à liberdade de imprensa. Tanto é assim, que o jornal norte-americano está autorizado a enviar ao país, tão logo queira, o jornalista que bem entender para substituir o correspondente que teve seu visto cancelado.

Esse eventual substituto, junto com o outro correspondente do "New York Times", que permanece no Brasil, encontrará aqui, garantida pela Constituição Federal, a mais irrestrita liberdade de trabalho e de expressão, equivalente àquela que é assegurada aos jornalistas brasileiros.

Como se sabe, o Brasil é hoje um dos países mais livres do mundo no que diz respeito à liberdade de imprensa, e este governo tem um compromisso inarredável com essa conquista da humanidade, que é o direito de expressar o pensamento. As críticas mais duras, as revelações mais chocantes ou as brincadeiras apimentadas não sofrem nem sofrerão censura de nenhum tipo no Brasil.

<i>A liberdade de imprensa não pode servir de pretexto para ser leniente com quem difama, injúria e calúnia</i>
--

Mais do que isso, as forças políticas que elegeram o governo Lula têm orgulho de haver participado ativamente das lutas dos anos 1970 e 1980, que nos permitiram chegar ao elevado grau de liberdade de imprensa existente no país. O credo democrático, que implica o respeito absoluto à liberdade de expressão, está na biografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como na sua presente ação governamental.

O que está em jogo aqui não é a liberdade de imprensa, e sim a responsabilidade necessária na utilização de um instrumento poderoso como é a divulgação de informações em um veículo de repercussão mundial. Do mesmo modo que a liberdade de exercer a medicina não pode impedir que se proíba de clinicar a um médico que deliberadamente mata seus pacientes, a liberdade de imprensa não pode servir de pretexto para ser leniente com quem difama, injúria e calúnia. É por isso que os jornalistas, de acordo com a legislação brasileira, têm que responder na Justiça quando acusados de cometer um desses três tipos de crime.

A decisão do governo foi tomada de forma refletida e ponderada. Ao ter conhecimento da notícia, no sábado, 8 de maio, o governo aguardou quase 24 horas para ter noção exata do conteúdo do texto e da forma da publicação. Tratava-se de uma longa reportagem, que ocupava toda a metade superior de uma página dominical do "New York Times", acompanhada por foto do presidente na Oktoberfest. O conteúdo era, em resumo, o seguinte: haveria um problema de governabilidade no Brasil, em decorrência do abuso de álcool pelo presidente da República. Em apoio a essa tese, eram apresentadas frases e piadas pinçadas aqui e ali, emitidas por fontes sem nenhuma confiabilidade para o caso. Além

desses excertos, havia referências a improvisos do presidente, a suas relações familiares e a "histórias" supostamente "contadas" em Brasília. Enfim, um misto de invencionice, leviandade e má-fé apropriado a um obscuro tablóide sensacionalista, não ao "New York Times". Convém assinalar que nenhum veículo da grande imprensa brasileira acolheria texto daquele teor.

Mesmo quando constatado que a reportagem, publicada em um jornal de vasta repercussão e credibilidade internacional, trazia graves danos à imagem do Brasil e do presidente da República, com óbvios prejuízos para a política externa do país e para as nossas instituições, o governo decidiu aguardar antes de tomar uma medida. Determinou-se ao embaixador do Brasil em Washington que procurasse a direção do "New York Times", com vistas a alertar o jornal para a gravidade do erro de ter editado um texto incompatível com qualquer publicação séria. Esperava-se assim que, uma vez percebido o erro cometido, o jornal publicasse uma retratação que reparasse o dano infligido. Essa retratação poderia nos proteger de futuros ataques irresponsáveis à honra do presidente e do país.

Apenas quando ficou clara a indiferença do jornal norte-americano pelos danos produzidos ao Brasil, decidiu-se, 72 horas depois de a notícia ter começado a circular, pelo cancelamento do visto temporário do autor da referida reportagem. Se o jornal tivesse reparado o erro cometido, o governo teria aceitado as desculpas, ainda que elas dificilmente anulassem os prejuízos já causados. Diante da simples reiteração das calúnias publicadas, já que a porta-voz do "New York Times" considerou a reportagem "correta", tornou-se necessário tomar as medidas cabíveis.

A referida reportagem foi produzida por um estrangeiro e publicada fora do Brasil, longe, portanto, da competência da Justiça brasileira. Sendo assim, a alternativa compatível com a gravidade do caso foi a de suspender o visto do correspondente para restaurar um ambiente de responsabilidade e respeito no trato dos assuntos públicos brasileiros. A liberdade de imprensa é um valor inquestionável para o governo Lula. Ao lado dela, também é dever do governo garantir o respeito ao Brasil e a suas instituições.

André Singer, 46, jornalista, doutor em ciência política pela USP, é o porta-voz da Presidência da República. Foi secretário de Redação da Folha (1986-88).

TEXTOS Estado de S. Paulo

ANEXO 14

09 de maio de 2004

www.estadao.com.br/ageestado (tradução)

Hábito de beber do líder brasileiro torna-se preocupação nacional

O texto do *NY Times* que deixou o Planalto indignado

São Paulo - Veja a íntegra do texto do *New York Times* que provocou a dura e indignada reação do governo brasileiro. Assinado por Larry Rohter, o artigo teve o título "Hábito de beber do líder brasileiro torna-se preocupação nacional".

"Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua predileção por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um gole de cachaça, a forte bebida brasileira feita com cana de açúcar. Mas alguns brasileiros começam a questionar se a predileção de seu presidente por bebidas fortes está afetando sua performance no cargo. Nós últimos meses, o governo de esquerda de Lula foi assolado por uma crise atrás da outra, desde escândalos de corrupção até o fracasso de importantes programas sociais. O presidente se manteve longe dos holofotes e deixou o trabalho pesado a cargo de seus assessores. Isto iniciou especulações de que seu aparente pouco envolvimento e passividade possam estar relacionados com seu apetite por álcool. Seus partidários, no entanto, negam os rumores de muita bebida.

Apesar de inúmeros líderes políticos e jornalistas comentarem cada vez mais entre si os consumo de álcool de Lula, poucos estão dispostos a assumir em público suas suspeitas. Uma exceção é Leonel

Brizola, líder do Partido Democrático Trabalhista, que foi vice de Lula nas eleições presidenciais de 1998 mas que agora se preocupa que o presidente esteja "destruindo os neurônios em seu cérebro".

"Quando era vice candidato na chapa de Lula, ele bebia muito", afirmou Brizola, agora crítico do governo, em recente discurso. "Eu o alertei que bebidas destiladas são perigosas, mas ele não me escutou e, de acordo com o que está sendo dito, continua bebendo".

Durante uma entrevista no Rio de Janeiro em abril, Brizola deu mais detalhes das preocupações que transmitiu a Lula e que, de segundo ele, foram ignoradas. "Lula, sou seu amigo e companheiro, e você deve tomar controle da situação", lembra. "Não, não há perigo pois tenho isso sob controle", relatou Brizola imitando a voz grave e rouca do presidente. "Ele resistiu e continua resistindo, Mas ele tinha esse problema. Se bebesse como ele, estaria frito", continuou Brizola.

Porta-vozes do presidente não quiseram comentar os hábitos de bebidas de Lula, afirmando que não iriam dignar acusações sem base com respostas oficiais. Em um curto e-mail respondendo ao pedido de comentário, eles descartaram a especulação de que Lula bebe demais, afirmando que isto não passa de "uma mistura de preconceito, desinformação e má-fé".

Da Silva, um operário metalúrgico de 58 anos, já demonstrou ser um homem de grande apetite e impulsos, o que contribui para seu apelo popular. Com uma mistura de simpatia e divertimento, os brasileiros acompanham seus esforços para não fumar em público, seus flertes em eventos públicos com atrizes atraentes e sua constante batalha para evitar comidas gordurosas, responsáveis pelo grande aumento de peso logo após assumir o cargo em janeiro de 2003.

Além de Brizola, líderes políticos e a mídia preferem se valer de indiretas, e o fazem com gosto. Sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos de Lula com olhos turvos e corado, e constantemente faz referências aos churrascos em finais de semana na residência presidencial onde a bebida corre solta e onde o presidente geralmente está com um copo na mão. "Tenho um conselho para Lula", disse o polêmico colunista Diogo Mainardi na revista *Veja* em março, após uma longa lista de artigos com esse tipo de referência. "Pare de beber em público", aconselhou, dizendo ainda que o presidente se tornou "o maior porta-voz de propaganda para a indústria de bebidas" com seu consumo notável de álcool.

Uma semana depois a mesma revista publicou uma carta de um leitor preocupado com o alcoolismo de Lula e seu efeito na habilidade do presidente de governar. Apesar de alguns sites na internet já reclamarem há meses do "presidente alcoólatra", essa foi a primeira vez que a grande imprensa nacional se referiu ao presidente dessa maneira.

Historicamente os brasileiros têm motivos para se preocupar com qualquer sinal de bebedeira por parte de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, era um fã notório que uma vez disse "bebo porque é líquido". Sua renúncia inesperada com menos de um ano de governo, que foi descrito como uma maratona de bebedeiras, iniciou um período de instabilidade política que levou ao golpe de 1964 e 20 anos de ditadura militar.

Tendo ou não Lula um problema de bebedeira, o assunto chegou ao público e se tornou motivo de chacota. Quando o governo gastou US\$56 milhões neste ano para comprar um avião presidencial, o colunista Cláudio Humberto, uma espécie de Matt Drudge da política brasileira, organizou um concurso para escolher um nome que zombasse da aeronave. Uma sugestão ganhadora, lembrando que o avião presidencial americano é chamado de Air Force One, sugeriu que o jato de Lula fosse batizado de "Pirassununga 51", uma famosa marca de cachaça. Outra sugestão foi "movido a álcool", uma brincadeira com o plano do governo para estimular o etanol como combustível.

Especulações sobre os hábitos de bebida do presidente foram alimentadas pelas inúmeras gafes cometidas em público. Quando era candidato, Lula ofendeu moradores de uma cidade, com fama de ser reduto homossexual, chamando-a de "fábrica de gays", e durante sua presidência, suas gafes continuaram, tornando-se parte do folclore político brasileiro.

Em uma cerimônia em fevereiro para anunciar um grande novo investimento, Lula se referiu duas vezes ao presidente da General Motors, Richard Wagoner, como presidente da Mercedes-Benz. Em outubro, durante um dia de homenagem aos idosos, Lula lhes disse "quando se aposentarem, não fiquem em casa perturbando suas famílias, encontrem algo para fazer".

Fora do país, Lula também tropeçou ou cometeu gafes. Durante uma visita ao Oriente Médio no ano passado, ele imitou um sotaque árabe ao falar em português, inclusive com erros de pronúncia, e em Windhoek, Namíbia, ele afirmou que a cidade era tão limpa que "nem parecia ser na África".

Assessores de Lula e seus partidários sustentam que tais escorregões são ocasionais e devem ser esperados de um homem que gosta de falar de improviso, mas que não não estão relacionados com seu consumo de álcool, que descrevem como moderado. De acordo com eles, Lula está sendo submetido a um padrão diferente e injusto do que seu antecessor pois ele é o primeiro presidente brasileiro da classe trabalhadora e tem primeiro grau incompleto.

"Qualquer pessoa que já esteve em uma recepção formal ou informal em Brasília, presenciou presidentes bebendo uma dose de uísque", escreveu o colunista Ali Kamel no jornal *O Globo* recentemente. "Mas você nunca lerá isso a respeito de outros presidentes, só de Lula. Isso cheira a preconceito"

Da Silva nasceu em uma família pobre em um dos estados mais pobres e passou anos liderando sindicatos, um ambiente famoso por bebedeiras. Relatos da imprensa brasileira repetidamente descreveram o pai do presidente, Aristides, que ele praticamente não conheceu e que morreu em 1978, como um alcoólatra que maltratava seus filhos.

Histórias sobre episódios de bebedeira envolvendo Lula são muitos. Após uma noite quando ainda era membro do Congresso em 1980, Lula desceu no andar errado do edifício onde morava e tentou arrombar a porta do apartamento que achava ser o seu, de acordo com políticos e jornalista em Brasília, incluindo alguns dos ex-moradores do edifício. "Com Lula, a caipirinha se tornou a bebida nacional por decreto presidencial", disse no mês passado a *Folha de S. Paulo* em um artigo sobre a relação de Lula com o álcool e se referindo à bebida feita com pinga."

ANEXO 15

11 de maio de 2004

Reação excede a carência de fatos

O artigo do jornalista Larry Rohter, correspondente do New York Times no Brasil, a respeito de presumida "preocupação nacional" em torno da quantidade e da oportunidade do consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente Luiz Inácio da Silva, carece de sustentação jornalística.

Este é o único problema real de um caso que desde sábado à noite mobiliza o Poder Executivo e ontem mobilizou o Legislativo o dia inteiro. Como se não houvesse nada mais a fazer no País, além da produção de veemências à deriva por causa de um artigo de jornal sustentado em depoimentos anônimos.

Faltaram as evidências – e aí faltou tudo no que concerne ao jornalismo – de que os hábitos de conduta pessoal do presidente da República tenham relação de causa e efeito com as impropriedades ditas em público, aqui e no exterior.

Rohter faz um relato a respeito de rumores que, nem de longe, figuram na lista das principais preocupações nacionais em relação ao governo Lula. Estas são de natureza muito mais consistentes e de veracidade comprovada.

Não há fatos – só boatos – naquilo que, se tanto, poderia ter sido um relatório interno do correspondente para seu editor em Nova York a respeito de falatórios anônimos, sem demonstração factual. E sem isso não há notícia; há, no máximo, ilação.

Nessa perspectiva de (des) importância é que teria sido conveniente o tratamento dado ao assunto pelo Palácio do Planalto e pelos líderes políticos de situação e oposição.

À carência de informações da publicação, correspondeu uma série de excessos: da reação do governo brasileiro às interpretações segundo as quais há questões de soberania em jogo.

A nota oficial divulgada pelo Planalto no domingo chega ao detalhe de dar satisfações sobre a jornada de trabalho do presidente – "amiúde se estende por mais de 12 horas" – e de prestar contas sobre os hábitos sociais do chefe da Nação, que, segundo a nota, "em nada diferem da média do cidadão brasileiro".

Uma posição defensiva, como se o Palácio do Planalto achasse que era mesmo devedor de explicações.

Quanto à teoria da conspiração norte-americana contra o Brasil, a serviço da qual estaria o *New York Times* e o correspondente do jornal, francamente, chega a ser constrangedora.

Pode ser até boa para alimentar conversas como as que sustentam o tão rechaçado artigo. Mas, quando transposta para o cenário da realidade mundial, soa a arroubo de província.

O tamanho do alvoroço, com convocação do porta-voz e nota oficial em pleno domingo, não teve o mesmo efeito que a quase indiferença teria sobre a credibilidade do material publicado. Ao contrário, ao desmenti-lo com minúcias, trata o relato como verossímil.

Objetivamente, a história serviu ontem a dois propósitos. À oposição apresentou-se excelente oportunidade para uma estudada exibição de bom-mocismo, ideal à estratégica de mostrar-se diferente do PT no trato ao adversário.

À situação ocorreu – passado o susto que produziu a defensiva nota oficial – superdimensionar o episódio para angariar solidariedade e apoio nacional em momento de queda de popularidade que se avizinha ainda mais acentuada.

Ambos podem ter sido sucesso, mas é êxito efêmero.

Fosse o presidente americano – ou qualquer outro governante – objeto de artigo de um correspondente brasileiro baseado em boatos sem procedência, com certeza absoluta ninguém, muito menos a Casa Branca, perderia tempo com o assunto.

O exagero e a afoiteza, está comprovado, são péssimos conselheiros. Abastecem a veemência, mas desidratam o discernimento e reduzem a capacidade do ser humano de dar às coisas a dimensão que elas realmente têm.

Tradução livre

Semana passada o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, deu uma interpretação muito particular à conversa com o presidente da República sobre a proposta de instituição do direito à reeleição para os presidentes das duas Casas do Congresso.

Naquele dia, duas horas antes de a comissão especial da Câmara votar a emenda, João Paulo assegurou a Lula que ela seria aprovada como, de fato, foi.

O presidente então disse ao deputado que, nesse caso, se houvesse maioria favorável à proposta, ele daria seu apoio.

Ou seja, sendo majoritária a defesa da tese da reeleição, Lula não teria nada a opor.

O que é muito diferente de dizer que, como João Paulo afirmou pouco antes da votação e foi registrado pelos noticiários em tempo real, o presidente apoiava a emenda.

Um truque eficaz, mas de lealdade discutível.

ANEXO 16

13 de maio de 2004

(Manchete: EUA condenam expulsão de Jornalista; ‘NYT’ vai recorrer)

Chamada de Primeira Página

O Departamento de Estado americano criticou ontem a decisão brasileira de cancelar o visto do repórter Larry Rohter, do *New York Times* por ter associado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a consumo excessivo de bebida alcoólica, para o órgão a decisão “não combina com o forte compromisso do Brasil com a liberdade de imprensa”. Declaração semelhante foi feita pela embaixadora americana no Brasil, Donna Hrinak. O jornal anunciou que vai recorrer a justiça brasileira e seu editor-executivo fez reclamação áspera ao embaixador brasileiro nos EUA. Lula manifestou irritação ontem, disse que o caso deve “servir de exemplo” e anunciou que vai exigir indenização por danos morais. Congressistas tentam hoje fazer revogar o cancelamento do visto. Jornais e sites do mundo inteiro, grande parte dos quais estava ignorando o assunto, trataram dele ontem, muitos criticando a reação do governo. Págs. A4-A8

ANEXO 17
11 de maio de 2004
Primeira página

Notas e Informações

Nos EUA, como em muitos outros países, a mídia parte do princípio de que figura pública tem escasso ou nenhum direito à privacidade. Se reconhecesse essa realidade, o governo Lula não teria tido a reação que teve à reportagem do *New York Times*. “O planalto reagiu ‘com o fígado’, na página A3.

ANEXO 18
15 de maio de 2004

Planalto 'enxerga' retratação e perdoa jornalista

Comunicado de advogados de Larry Rohter serviu de pretexto para governo encerrar o caso
Paulo Sotero e Roldão Arruda

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou ontem à noite, em São Paulo, que o governo decidiu revogar a cassação do visto do jornalista Larry Rohter, do *The New York Times*, depois da divulgação, pelo advogado do repórter, de um comunicado que, no entendimento do Palácio do Planalto, representa uma retratação. A decisão foi tomada depois de uma conversa de Bastos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a tarde, na qual ele conseguiu convencer o presidente de que Rohter estava, com aquele documento, se retratando. Em vista disso, “o presidente me autorizou a dar o caso por encerrado”.

Em Nova York, porém, o *Times* divulgou pouco depois comunicado em que se diz “muito satisfeito” ao saber que o governo “reverteu a suspensão” do visto de Rohter, mas avisa que continua “a sustentar a reportagem como correta” e reafirma que sua mensagem ao governo “não continha nem um pedido de desculpas nem uma retratação”.

Pouco antes, um porta-voz do *Times*, Toby Usnik, afirmara ao Estado que o jornal “não escreveu carta sobre esse assunto nem o sr. Rohter”. Informado desse contato do Estado com o *Times*, em Nova York, e ainda sem saber do comunicado do jornal, Thomaz Bastos comentou: “Esta é uma questão com o jornalista, não com o *Times*.”

O ministro informou ainda, na entrevista – dada no início da noite, no escritório da Presidência da República, na avenida Paulista – neste fim de semana, ou na segunda-feira assinará despacho reconsiderando a punição. Em seu entender, o episódio, ao contrário de parecer um retrocesso, mostra a capacidade de reação do governo federal e a capacidade de o governo voltar atrás quando os fatos mudam.

Argumentou ainda que o Brasil agiu durante todo o período desse episódio de forma democrática e não houve nenhum recuo do governo.

No comunicado divulgado pelo advogado, Rohter declara “jamais ter tido a intenção de ofender a honra do presidente da República, a quem já pôde até entrevistar em algumas ocasiões, e reafirma seu grande afeto e seu profundo respeito às instituições democráticas brasileiras” [*sic*]. Adiante, manifesta “sua preocupação, por entender que a versão de seu texto não é fidedigna, o que pode ter causado a ampliação do mal entendido.”

Ele foi assessorado, no caso, pelo escritório Pinheiro Neto, Advogados. Antes da retratação houve conversações com os advogados que estavam representando Rohter. Finalmente, o ministro disse que a solução foi boa e tudo terminou bem. “Essas coisas acontecem em regimes democráticos”, afirmou. (Colaborou Vladimir Goitia)

ANEXO 19

13 de maio de 2004

Editorial

Reação do governo brasileiro contra jornalista repercute mal

Tiro no pé

O cancelamento do visto de permanência no Brasil do repórter Larry Rother, do jornal norte-americano The New York Times, como represália a uma reportagem de teor duvidoso contra a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva repercute negativamente na opinião pública, nacional e internacional. A emenda providenciada pelo governo saiu pior do que o soneto, gerando efeitos exatamente contrários aos pretendidos pelo Planalto, prejudicando ainda mais a sua imagem e a do País.

A matéria produzida pelo repórter americano já havia sido classificada de mau jornalismo por todos os conhecedores da realidade brasileira e da vida pública do presidente Lula. Nela, é divulgada uma imagem presidencial preconceituosa e inverídica, na medida em que não há notícia de nenhum ato reprovável do dirigente brasileiro decorrente da ação da bebida alcoólica. Ainda nesta terça-feira o jornal Folha de S. Paulo trazia o testemunho insuspeito do jornalista Clóvis Rossi (um crítico severo do atual governo), que evocava os mais de 30 anos de acompanhamento das viagens e encontros de Lula, desde a época em que este era líder sindical, para contestar a matéria de seu colega, já que nunca testemunhou algum ato desabonador provocado por hábito de bebida.

O ataque leviano do repórter do The New York Times, por conta disso, foi entendido como uma agressão gratuita ao Brasil e deu direito a que se especule tratar-se de uma estratégia destinada a erodir a liderança internacional de Lula, cujo desempenho tem provocado alguns embaraços aos países desenvolvidos nos fóruns internacionais, por conseguir formar um bloco de países subdesenvolvidos para uma melhor defesa de suas causas, sobretudo na área do comércio internacional. Ainda recentemente, a revista Time havia colocado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre as 100 pessoas mais influentes do mundo, na atualidade.

A matéria produzida pelo repórter americano já havia sido classificada de mau jornalismo por todos os conhecedores da realidade brasileira e da vida pública do presidente Lula.

Foi por entender a conotação injusta e ofensiva ao Brasil, na matéria do jornal americano, que se produziu um consenso imediato reunindo todas as forças políticas da Nação na condenação à matéria caluniosa. Situação e oposição falaram por uma única voz, canalizando a indignação da sociedade brasileira. Eis que, para a surpresa de todos, o governo brasileiro deixa de lado os trâmites normais de manifestação de repúdio e de cobrança de providências, que já estavam em encaminhamento, e envereda pelo pior caminho possível: o de atropelo dos princípios regentes da liberdade de expressão - um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

A retirada do visto de permanência do jornalista leviano é um erro político imperdoável (e intrigante), num governo supostamente cercado de assessores do mais alto calibre nessa área. Como se pôde cometer uma derrapagem tão infeliz, numa área tão nevrálgica como a de comunicação social, levando o Brasil a se ombrear com republiquetas mal-afamadas? Eis o que ninguém consegue entender.

A esta altura é preciso uma ação rápida para travar a onda de suspeita que se levanta sobre o sistema político nacional e seu compromisso com as liberdades fundamentais. Trata-se de procurar um meio de reparar o quanto antes essa completa falta de compreensão da realidade política e cultural na qual está inserida o Brasil. A ofensa - que de fato houve - contra o presidente da República e o País deve ser tratada com os instrumentos que o próprio Estado democrático possui para fazer face aos abusos da imprensa: sair fora deles é dar um tiro no próprio pé.

ANEXO 20
13 de maio de 2004

O herói Larry Rohter

Luís Henrique Campos
Jornalista

A decisão do presidente Lula de cancelar o visto do jornalista Larry Rohter criou um herói e deixará marcas profundas na história do operário que chegou à Presidência da República com promessas de mudar o País. Não adianta querer justificar a atitude, mesmo porque, quando se vê alguns parlamentares e poderosos, que por muito menos não se envergonham em pedir a "cabeça" de jornalistas, defenderem a liberdade de imprensa, avalio que é um caso sem jeito.

A história de problemas de relacionamento pessoal entre o nosso herói Larry Rohter e o vilão Luiz Inácio Lula da Silva, como divulgaram ontem agências de notícias, não vem de agora. Existem há dois anos e teriam dimensão pessoal. Naquela época, Rohter tentara obter entrevista com Lula, sem conseguir, porque, durante coletiva do presidente na Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil, durante a campanha eleitoral, o jornalista norte-americano fez uma pergunta da qual Lula teria gostado [sic].

Desde então, Rohter vinha tentando entrevista com Lula, mas não conseguia. No mês passado, outro repórter do *The New York Times* veio ao Brasil fez uma entrevista exclusiva com o presidente. Isso, aparentemente, irritou Rohter. Mas a fama do nosso herói ultrapassa fronteiras. Na edição de ontem, o jornal argentino *La Nación* informou que Larry Rohter também provocou polêmicas na Argentina, em julho de 2002, ao publicar artigo implicando o ex-presidente Carlos Menem no atentado contra a sede da associação israelita Amia.

Nada disso importa. Lula pisou na bola, não há dúvida, mesmo que para os defensores da medida, como o procurador da República, Cláudio Fonteles, a matéria tenha extrapolado a figura do presidente e atingido a Nação. Agora, porém, é tarde. No País que tortura prisioneiros de guerra, Larry Rohter virou herói por ter insinuado que o presidente do Brasil é alcoólatra.

Da mesma forma que fizeram com José Dirceu, condenado à revelia, Lula vai ter que se conformar de ser um suposto bebedor. Quem duvida basta ler o que escreveram ontem os colunistas dos grandes jornais nacionais. Enquanto isso, Rohter comemora sua fama, talvez, quem sabe, com um bom vinho.

Luís Henrique Campos é repórter do Núcleo de Cotidiano do O POVO

ANEXO 21
12 de maio de 2004

Governo cancela visto de repórter americano

O jornalista Larry Rother, correspondente do *The New York Times*, teve seu visto cancelado ontem pelo Ministério da Justiça. Autor de reportagem sobre problemas que Lula teria com a bebida, sua presença no País foi considerada inconveniente.

O governo brasileiro considerou "inconveniente" a presença em território nacional do jornalista Larry Rohter, do jornal *The New York Times*, e determinou ontem o cancelamento do seu visto temporário. O jornalista publicou uma reportagem sobre supostos excessos alcoólicos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo nota oficial do Ministério da Justiça, divulgada à noite, o cancelamento do visto é necessário "em face de reportagem leviana, mentirosa e ofensiva à honra do presidente da República". Ainda de acordo com o texto, a reportagem traz "grave prejuízo à imagem do país no exterior".

A ordem veio do próprio presidente Lula ao Ministério da Justiça. A nota é assinada pelo ministro interino da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto. O titular Márcio Thomaz Bastos está em viagem oficial à Suíça. A nota oficial informa que a decisão foi baseada no artigo 26 da Lei 6.815, que diz respeito ao "Estatuto do Estrangeiro".

Pela lei, "o visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º ou à inconveniência de sua presença no território brasileiro, a critério do Ministério da Justiça". Segundo a assessoria de imprensa do Ministério, o jornalista deverá ser notificado pessoalmente pela Polícia Federal da decisão para deixar o país. Atualmente, ele estaria na Argentina.

Minutos antes de a decisão ser divulgada, o presidente Lula comentou com jornalistas a reportagem do jornal norte-americano. Lula falava sobre sua viagem à China no final de maio e foi indagado se sua imagem internacional estava afetada pelo texto do jornal americano. Os jornalistas que participavam da entrevista coletiva ainda não sabiam da decisão da expulsão de Rohter. Lula respondeu o seguinte: "Primeiro, não peça para o presidente responder a uma sandice daquela. Segundo, certamente, o autor daquilo – que não me conhece, que eu não conheço – deve estar hoje mais preocupado do que eu. Sabe? Só isso". Perguntou-se então ao presidente o que ele queria dizer com Rohter estar mais preocupado do que ele. O presidente então disse *[sic]*: "Não, não comento. Isso quem comenta é o Ministério da Justiça. O governo brasileiro deve tomar as decisões que a lei permitir que tome. Eu acho que não merece resposta, merece uma ação". Depois da entrevista do presidente, quando se tornou pública a expulsão de Rohter, a assessoria de Lula não deu mais informações e disse que o assunto só seria tratado pelo Ministério da Justiça.

A reportagem que gerou a polêmica foi publicada no domingo, com o título "Hábito de bebericar do presidente vira preocupação nacional". O texto é acompanhado por uma foto de Lula, do ano passado, bebendo cerveja na Oktoberfest.

"O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua inclinação por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um copinho de cachaça, o potente destilado brasileiro feito de cana-de-açúcar. Mas alguns de seus conterrâneos começam a se perguntar se sua preferência por bebidas fortes não está afetando sua performance no cargo", dizia o texto da reportagem.

A N E X O 2 2

16 de maio de 2004

O interesse de Lula prevaleceu

Guálter George (Ombudsman)

O desfecho da crise entre Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, e Larry Rohter, correspondente do The New York Times (NYT), foi, na minha avaliação, uma forte demonstração de que o atual governante brasileiro coloca seus interesses pessoais acima do que se pode definir como legítimos interesses do País. Desde o anúncio da decisão do governo brasileiro de cassar o visto de Rohter, representando, na prática, sua expulsão, que tive oportunidade de participar de inúmeras discussões, grande parte delas com jornalistas, nas quais me posicionei favoravelmente à adoção da medida extrema.

Considerava, e ainda considero, que a matéria publicada pelo NYT no último domingo, dia 9, nos ocasionou um sério prejuízo, não apenas ao senhor Lula, justificando uma punição àquele que a assina, no extremo do que as condições legais permitissem. Foi decepcionante tomar conhecimento, na sexta-feira à noite, de que o Presidente aceitara uma retratação simulada do jornalista norte-americano, dera o assunto por encerrado e ele não mais será responsabilizado pelo seu ato irresponsável na forma de jornalismo.

Quando defendi a medida anunciada pelo governo, o fiz acreditando que tinham sido considerados os prejuízos que a veiculação da tal matéria trouxe ao Brasil e, naturalmente, imaginava que os problemas por ela trazidos ao cidadão Lula da Silva estavam relegados ao plano secundário que a circunstância exigiria. Vi, afinal, que estava enganado. Lula não poderia, em meu nome e de outros cidadãos que se consideraram atingidos pela matéria, dar a crise por encerrada da forma como o fez.

A EXPULSÃO QUE CONSIDERAVA ACERTADA

A idéia de que as grandes decisões nacionais estão entregues a um chefe de Estado alcoólatra permanecerá como dúvida para muitos dos que leram o texto do NYT. O presidente Lula, se decidida a punição do jornalista em nome dos interesses maiores do País, não poderia voltar atrás sob pena de

demonstrar, como o fez, falta de aptidão para a defesa do interesse nacional. A histórica reação, nos meios jornalísticos e políticos, deveria ser combatida com demonstrações claras de que estavam prevalecendo, naquela ocasião e naquelas circunstâncias, razões de Estado. A tese, sei, não é de fácil defesa. Lula transformara numa espécie de unanimidade contra a unanimidade a favor obtida quanto à matéria que o apresentava ao mundo como um alcoólatra. Os dez segundos de folga conseguidos junto à oposição, enquanto havia apenas a matéria, romperam-se a partir de quando surgiu o comunicado oficial de que o Governo havia decidido cancelar o visto de permanência de Rohter no Brasil. A partir de então, o mundo voltou a desabar sobre o Palácio do Planalto e vozes iradas, nem todas legítimas para fazê-lo, passaram a detectar na medida gestos de autoritarismo, intolerância, revanchismo pessoal, pra falar apenas dos argumentos mais sérios utilizados. Ou seja, perdeu-se o objeto principal a ser debatido e que, no entendimento pessoal que construí acerca do caso, justificava a opção adotada, e depois suspensão, extrema que fosse. Larry Rohter não foi impedido de escrever o que escreveu. Usou seu direito, estava sendo responsabilizado por ele, no limite das condições legais. É certo que assim seja.

LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E A RIMA

A única manifestação pública que detectei, entre jornalistas, favorável à medida inicial foi a do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Ceará, Fred Miranda. De resto, pelo que li e daquilo que consegui extrair em vários contatos pessoais, o ato foi visto como um grave erro político. É inegável que existia um preço político a pagar com a expulsão do jornalista americano, mas, da mesma maneira que Fred Miranda, entendia que o Governo acertava ao decidir pagá-lo. A matéria não investe apenas contra o cidadão Lula, dentro de uma perspectiva que lhe permitisse uma reação legal para reparação pessoal de imagem e que lhe desse direito a parar o processo na hora em que considerasse conveniente. O texto vai direto na função pública que hoje ele ocupa, vinculando o tal hábito de beber em demasia às suas decisões e atitudes como Presidente da República. Cabia uma decisão em nome do Estado e ela havia sido tomada. Muitas vezes, o que é lamentável, argumenta-se com o direito à liberdade de imprensa para se defender o direito à irresponsabilidade. Armadilha na qual há tempos deixei de cair.

PARA WALL STREET, TUDO COMO ANTES

É preciso que haja disposição para enxergarmos a questão a partir de um ponto de vista que considere o Estado, além do governante. O Brasil, hoje, depende de maneira decisiva de credibilidade internacional para o seu cotidiano administrativo-financeiro, pois o capital especulativo ainda representa seu maior sustentáculo, por mais indesejado que seja, volátil que é. Nada há de extraordinário em se imaginar que a matéria do NYT nos causou um sério dano ao informar àquele cidadão de Wall Street, de cujas opções depende o destino diário de bilhões de dólares, que o homem que decide pelo Estado brasileiro o faz sob o efeito do álcool. Isto, a partir de um texto que junta pedaços desconexos de notas de colunas e declarações soltas do ex-governador Leonel Brizola para justificar a conclusão e, pior, estabelecer uma falsa premissa de que o grande debate nacional do momento envolve a atividade ética do presidente Lula. Até o domingo passado, pelo menos, não era verdade. Larry Rohter tinha, claro, o direito de escrever o que quisesse, ao seu jornal caberia decidir se era conveniente publicar o material, como o fez, mas, na mesma linha, o governo do Brasil poderia buscar para o caso uma punição que fosse justa e proporcional ao prejuízo ocasionado pelas decisões de ambos, jornalista e jornal. É o que considero ter sido feito. Até que surgiu, na noite de sexta-feira, um pedido de desculpas que só o presidente Lula e assessores conseguiram enxergar para, como sempre acontece entre nós, lamentavelmente, encontrar-se um "jeitinho brasileiro" de dar o episódio por encerrado.

COM TODO RESPEITO ÀS REPUBLICUETAS

O POVO tratou do assunto em seu editorial da última quinta-feira, dia 13, fazendo eco à voz geral de que a expulsão era um erro político, falando em atropelo dos princípios regentes da liberdade de expressão, considerando que se estabeleceu uma onda de suspeita sobre o compromisso do atual governo com as liberdades fundamentais, enfim, avaliando, aquela altura, que a emenda saía pior do que o soneto. Na verdade, esta tese, que resume grande parte do que se escreveu e disse nos meios jornalísticos nos últimos dias, embute uma idéia equivocada de que melhor seria deixar mesmo pra lá, fazer as reclamações

protocolares de praxe, se satisfazer com a forte solidariedade interna. Prefiro remar contra esta maré, defendendo a medida exemplar inicial adotada como a mais correta. Agora que está todo mundo achando que parar o processo foi melhor, inclusive muitos que defendiam a decisão anterior, permanecerei abraçado ao meu entendimento de que o governo Lula agira certo antes e age errado agora. O desfecho é, neste ponto darei razão aqueles que usaram o termo ao longo do debate, próprio de uma Republiqueta de Terceiro Mundo, cujo governo não sabe zelar pelo interesse nacional e a sociedade não consegue enxergar quando ele está em jogo.

TEXTOS Observatório da Imprensa On-line

ANEXO 23

02 de setembro de 2003

JORNALISMO CONTROLADO

Mídia e o monólogo dos poderes

Luís Eblak (*)

Alguns governantes e detentores do poder econômico costumam achar de tempos em tempos que o jornalismo não serve para determinar o que é ou não é de interesse público. Pensam que a mídia existe para falar o que eles querem e não o que os cidadãos precisam ou gostariam saber. Em épocas de ditadura, esse impasse resulta pura e simplesmente em censura – como no Brasil do Estado Novo (1937-45) e do regime militar (1964-85).

Hoje não há mais repressão política, mas o jornalismo parece estar sendo sutilmente controlado nos últimos tempos pelo poder político de Brasília e pelo setor econômico. O que ocorreu há duas semanas, quando o Luiz Inácio Lula da Silva só deu entrevistas a jornalistas seguindo as condições impostas pelo presidente – conforme relatou este *Observatório* –, é só a ponta desse iceberg [veja remissão abaixo]. Se ninguém gritar contra isso, a moda pode pegar e o jornalismo perderá sua razão de ser.

Vamos por partes:

1. Nos anos 1970, foi comum ouvir a crítica, por parte dos jornalistas, contra os assessores de imprensa, que teriam restringido o acesso direto dos repórteres às fontes – sobretudo na área econômica. Além disso, o jornalismo econômico, por causa disso, teria perdido em qualidade, pois os assessores de imprensa, defendendo os interesses de seus patrões, "preparavam" empresários e executivos para divulgar apenas o "lado bom" de suas empresas. Nesse contexto, eventuais notícias que pudessem ferir a imagem dessas empresas seriam de alguma forma "escondidas" do público leitor. Embora ligados umbilicalmente ao jornalismo, os assessores estariam mais próximos ao marketing, que se preocupa tão-somente com o lado comercial.

A questão, embora datada naquele período, ainda parece não estar totalmente resolvida e vale para hoje. Essa realidade, dizia a crítica, vai de encontro a uma das essências do jornalismo, que é justamente tentar mostrar as coisas como elas são e não como seus "proprietários" querem que elas pareçam.

A crítica, no entanto, é exagerada. Claro que há assessores de imprensa que, pelo contrário, facilitam o trabalho dos jornalistas. Afinal, eles sabem que, se o assunto realmente tiver interesse público, o jornalista sério fará a matéria do mesmo jeito e com a mesma qualidade.

2. Nos esportes, sobretudo no futebol, o campo de atuação da imprensa vem sendo estrategicamente reduzido. Primeiro, os patrocinadores dos grandes clubes armaram verdadeiros outdoors com suas marcas expostas ao fundo de salas destinadas às entrevistas coletivas. Para diminuir as possibilidades de entrevistas que possam render frases para reportagens negativas aos times (como a crise de um time após uma derrota no campeonato), clubes e empresas chegam até a limitar o acesso da imprensa a determinados atletas. Aos patrocinadores não interessa ver sua marca associada à campanha pífia do Corinthians, por exemplo, e, além disso, às manchetes negativas nos jornais, TV e rádio.

Até pouco tempo atrás – cinco, seis anos – este repórter cobria os grandes times de futebol em campos do interior paulista e tinha acesso garantido para entrevistar quantos atletas quisesse, já que os vestiários eram

abertos para a imprensa após as partidas. Hoje, em determinados momentos, os clubes fecham os vestiários e só liberam dois atletas para falar diante daqueles outdoors nas entrevistas coletivas. Se ninguém falou em campo após o final da partida, poderá restar ao jornalista escrever uma matéria com as duas fontes da entrevista coletiva. Lembrem-se que não estamos falando só de futebol, pois quem patrocina esses clubes são grandes empresas.

3. Mas o assunto em pauta nos últimos meses tem sido outra limitação ao trabalho da mídia. Neste ano, tornou-se famosa a predisposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com relação à imprensa. Conforme divulgou o jornal *Valor Econômico*, de janeiro a maio deste ano o presidente da República não havia dado nenhuma entrevista – nem exclusiva nem coletiva – a jornalistas. A sociedade só ouviu sua voz em seus longos e preparados discursos. Só recentemente, após protestos da mídia, é que ele se dignou a falar. Mesmo assim, foi do jeito dele. Primeiro, só ao *Fantástico*, da TV Globo – numa entrevista que estava mais para o programa da Hebe Camargo do que para um material supostamente jornalístico –, e à *Veja*. Depois, recebeu alguns veículos impondo uma série de condições, como por exemplo, não permitindo entrevistas gravadas.

No último dia 22, o jornalista Janio de Freitas, em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, veio a público para se indignar contra os atos do presidente. Resumidamente lembrou que a equipe de Lula tem afrontado os métodos universais do jornalismo. Primeiro, inventou a entrevista sem perguntas. Depois, decidiu permitir um "encontro social" com repórteres desde que não houvesse gravações. Janio levantou também em seu texto uma questão que, se confirmada, revela tristes ares para a liberdade de imprensa: Lula teria escolhido, em alguns casos, os jornalistas que poderiam participar desse "encontro social".

Por trás desse fato se esconde a estratégia de evitar a exposição de Lula aos repórteres. Desse contato, presume-se, muitas besteiras podem sair da boca de um presidente empolgado com o poder e, eventualmente, fazer declarações que possam causar crises políticas e econômicas.

Limitação sutil

Como bem lembrou Luiz Weis neste *Observatório*, Lula é o presidente que já disse a seguinte frase: "Notícia é tudo o que a gente não quer ver publicado. O que a gente gostaria de ver publicado é publicidade". Ou seja, quem diz isso não deve ver no jornalista um representante do cidadão disposto a divulgar o que é de interesse público. Prevalece aí o interesse pessoal do presidente, não o público.

No livro *Entrevista, o diálogo possível*, a jornalista e professora da Escola de Comunicações e Artes da USP Cremilda Medina critica, com razão em muitos aspectos de sua obra, o fato de os jornalistas, com suas questões direcionadas, prestabelecerem as respostas das fontes. Ou seja, segundo a autora, muitas vezes os repórteres exercem um monólogo e não um diálogo nas entrevistas realizadas.

O que Lula e sua equipe estão fazendo é inverter esses papéis. Ao evitar o contato com a imprensa, o próprio presidente está fazendo prevalecer o monólogo, excluindo os jornalistas do cenário político, como se o público não tivesse o direito de receber uma visão crítica de seus atos – bastaria, para ele, o que a sociedade fica sabendo por meio das campanhas publicitárias produzidas por profissionais como Duda Mendonça.

Eleito democraticamente, Lula faz jus à comparação publicada pelo *Valor Econômico*, em maio. A reportagem mostrava que a ausência de entrevistas do petista lembrava o general Emílio Garrastazu Médici, o presidente do período mais autoritário da última ditadura brasileira (1969-74), também avesso a esse tipo de contato.

Mas o que vem ocorrendo nos casos descritos é grave. Estamos vivendo um período em que o jornalismo vem sendo cuidadosamente controlado. Não se trata de repressão ou de censura, mas de uma sutil limitação da liberdade de imprensa. Políticos, empresários e dirigentes estão boicotando o trabalho da mídia.

Por trás desse conjunto de restrições está, sem dúvida, o descrédito de alguns setores da sociedade em relação à imprensa: costuma-se questionar os critérios adotados pela mídia para determinar o que é ou não é notícia – ou seja, ou que é ou não é de interesse público. Critica-se a imprensa por destacar quase sempre apenas o lado negativo dos fatos. Não cabe determinar, aqui, se essa crítica é correta ou não – a discussão já existe e deve continuar. O que não podemos fazer é permitir esse controle sem um debate prévio.

É preciso questionar: numa sociedade democrática, presidentes e outros políticos podem ficar sem dar entrevistas? Empresários, executivos e dirigentes, que empregam milhares de pessoas e administram milhões de reais por mês, podem também vetar – mesmo que parcialmente – o trabalho da imprensa?

(*) Jornalista

ANEXO 24

18 de maio de 2004

LULA & NY TIMES

Faltou um "despacho saneador"

Muniz Sodré

"Despacho saneador" é ato pelo qual um juiz limpa um processo de seus vícios formais. Não visa ao mérito, à substância do pleito, e sim aos aspectos processuais, ditos "adjetivos". Em jornalismo, pode-se "sanear" uma matéria – artigo, notícia, reportagem, editorial – pela crítica de seus procedimentos técnico-formais na revelação do fato social. A atitude pronta e imediata de um editor diante de uma matéria defeituosa é algo como "manda apurar!"

Todo esse lamentável imbróglio entre o jornalista Larry Rohter e o governo brasileiro ressentiu-se da falta de um bom despacho saneador. Desde o começo, bem entendido. É que os defeitos técnicos só foram apontados após a danosa repercussão da matéria publicada. Tratando-se de assunto desairoso para com o presidente de um importante país latino-americano, deveria ter recaído antes sobre o editor do *New York Times*, e não (posteriormente) sobre seu ombudsman, a responsabilidade de se dar conta da desonestidade em tentar corroborar o conteúdo do texto com uma imagem (o presidente Lula na Oktoberfest de Santa Catarina, com uma caneca de cerveja na mão) protocolar, deslocada de seu contexto celebratório.

À flagrante desonestidade da foto, acrescenta-se a incompetência jornalística no que diz respeito à apuração e relato dos fatos. Em primeiro lugar, a nação não havia revelado nenhuma preocupação com qualquer suposto excesso alcoólico do presidente da República. Em segundo, ao relatar as insinuações de figuras públicas (em técnica de jornal, diz-se "fonte de segundo grau", do ponto de vista do repórter), a matéria deveria ter informado que se tratavam de adversários notórios do presidente, o que daria ao público receptor a liberdade de interpretar o eventual viés malicioso das declarações.

Primor de desacerto

Não estivesse o *New York Times* imbuído dos preconceitos ou do desprezo que as elites do Império costumam dedicar aos povos ao sul do Equador, poderia ter publicado a mesma matéria – preservando a sua tão apregoada liberdade civil de expressar-se por um meio de comunicação social – apenas resguardada por cuidados formais, inteligíveis por qualquer cidadão, inteligente ou não.

Afora os já mencionados cuidados com a apuração, o jornal poderia simplesmente ter esclarecido que as fontes para a sua informação sobre o *tippling* (embriaguez por efeito de bebericagem, termo menos grosseiro do que *boozing*, por exemplo) presidencial já eram públicas, tanto *off the records* nos meios jornalísticos e políticos de Brasília quanto em textos publicados. Um destes últimos é o artigo da colunista Miriam Leitão, que havia associado os alegados disparates verbais do presidente Lula à "mistura entre o copo de uísque e o improviso" (*O Globo*, 1º/5/2004).

Assim, do ponto de vista da realidade objetiva dos fatos, o problema da verdade ou do falseamento jornalístico quanto ao *tippling* de Lula é de natureza, digamos, mais processual do que substancial. Ainda que verdadeiro, o jornal poderia ter tido a decência de lembrar (por meio da famosa "retranca", ou *background information*, como queiram) o saudoso Winston Churchill, um dos grandes líderes do mundo ocidental contra o Terceiro Reich, que era, aquele sim, um pinguço inveterado, desses que gritam por Genésio, em vez de Jesus. Ou então do russo Boris Yeltsin, mais recente, apontado pela própria imprensa local como bêbado de cair. E de Bush – ex-alcoólatra confesso, que diz comunicar-se com Deus, sem um pingo (nenhum trocadilho) da grandeza de Churchill –, nem falar.

Se nada disso interessou ao jornal é porque já tem uma imagem pronta do país e de suas lideranças. Aliás, não é só o *New York Times*, a se crer na afirmação do jornalista e escritor Roberto Pompeu de Toledo: "A

Rede Globo só faz minissérie sobre a história do Brasil se tiver sexo, bagunça, um rei bobão, rainha devassa" (*Nossa História* nº 3, Editora Biblioteca Nacional).

E por falar em rei, rainha e Corte, faltou também despacho saneador no lado brasileiro. Faltaram, na verdade, competência e coragem (é preciso coragem para ser conselheiro nos momentos de onipotência dos monarcas) por parte de assessores ou de outras figuras que circundam o presidente. Houve a exceção do bom profissional Ricardo Kotscho, que foi voto vencido. Os outros, a se tomar ao pé da letra suas declarações publicadas na imprensa, foram simplesmente inacreditáveis.

A frase do porta-voz André Singer ("presidente, acertamos na mosca") é um primor de desacerto. O que nos vem à cabeça é uma historinha de competição entre grandes atiradores. O primeiro, um alemão, munido de um rifle de alta precisão, acerta o fundo de uma garrafa a meio quilômetro de distância; o segundo, um caubói americano, lança ao ar uma dúzia de moedas e, com dois revólveres nas mãos, fura todas, antes que caiam; o terceiro, um mexicano de chapelão e botas largas, saca da arma enorme, reluzente e atira numa mosca que passa voando. Observam-lhe: "A mosca continua voando!". E ele: "Si, pero pobrecita, no se reproducirá jamás!"

Herança melancólica

Cabe uma anedota dessas em assunto tão sério? Achamos que sim, apoiados em Freud, que tratou o chiste como fenômeno de processo primário, isto é, esse em que predominam as metáforas e os deslocamentos de sentido.

Os personagens dessa comédia de erros pareciam estar agindo sob o efeito de processos primários. Em seu vó, aquela mosca metafórica deve ter toldado a visão do líder do PT na Câmara Federal, o deputado Arlindo Chinaglia, que conseguiu enxergar em Larry Kohter um "porta-voz das trevas de um movimento golpista". Perturbou também a lógica argumentativa do ministro Luiz Gushiken: "Se ele estivesse no Japão e tivesse ofendido o Imperador, também seria expulso".

Aí, a mosca tornou-se sintomaticamente *azul* – não é preciso sequer recorrer a Freud para interpretar a evocação do Império como desejo de poder autoritário. Mas há também um desconhecimento pitoresco (já que o responsável deve ser *nissei* ou *sansei*) da cultura japonesa: no tempo em que o Imperador do Japão era mesmo reverenciado como descendente do Sol, seria muito mais provável que, flagrado por estrangeiros em situação comprometedora, se sentisse compelido ao *seppuku*.

Há um fundo grotesco nisso tudo: a decisão precipitada de expulsão do jornalista, o recuo atabalhoador (já que não houve realmente desculpas formais do jornal), os conselhos deprimentes dos assessores, a clara inadequação de certas pessoas para os papéis de primeiro plano que desempenham na vida republicana.

Do episódio, sai arranhada a imagem do presidente Lula. Não por insinuações de bebericagem, mas por sua associação intempestiva ao texto do Estatuto do Estrangeiro, resíduo do regime militar, ainda vigente em nossa vida dita democrática.

Arranhões dessa natureza costumam ser danosos à ficha impoluta daqueles que se tornaram conhecidos pela luta em prol de direitos sindicais e civis. Lula, francamente, não merece o dano. Há, entretanto, um modo urgente de reparação: que ele aproveite a oportunidade para pôr fim ao entulho autoritário, herança melancólica da ditadura. Basta enérgico um "despacho saneador" político.

Só assim a "mosca" não se reproduzirá jamais.

ANEXO 25

18 de maio de 2004

LULA & NY TIMES

O estranho direito de ofender pessoas

Nilson Lage (*)

O estranho direito de ofender pessoas

Nilson Lage (*)

Sei que vou na contramão, mas acho que os coleguinhas ou não estão vendo chifre na cabeça do touro ou não leram com atenção a matéria do *New York Times* sobre o suposto alcoolismo do presidente do Brasil.

Entre outras bobagens, há uma frase lá que, se não justifica, pelo menos explica a reação indignada da última vítima de Larry Rohter. Está escrito:

"Mr. da Silva nasceu de uma família pobre de um dos estados mais pobres do país e levou anos na liderança de sindicatos, meio em que se bebe pesado. A imprensa brasileira descreve repetidamente o pai do presidente, Aristides, que ele pouco conheceu e que morreu em 1978, como um alcoólatra que violentava os filhos."

Não nasci "num dos estados mais pobres do país", mas atuei por muitos anos junto ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e colaborei com a Federação Nacional dos Jornalistas; já editei, também, jornais de sindicatos sem que, nesse "meio", tenha presenciado a bebedeira anunciada pelo correspondente. Leio jornais todo dia mas deve ter-me escapado a repetida referência a "seu" Aristides. Mas, sobretudo, na minha família, aprendi que não se xinga mãe e pai dos outros. No Brasil, pelo menos entre gente modesta, isso é a ofensa mais grave possível, seja falsa ou verdadeira. Se verdadeira, mais ainda.

A carta escrita pelos advogados de Larry Rohter dá uma pista, ao atribuir a erro de tradução a ira presidencial. A expressão usada no original período transcrito acima foi "abuse the children", que efetivamente pode ter o sentido de "maltratar as crianças" mas que, atualmente tem sido usada como eufemismo para "fornicar com os filhos". É pesado isso.

Além do mais, o comportamento do pai de Lula nada tem com a história. Vícios e virtudes não se herdam – esse, pelo menos, é o ponto de vista dominante entre os brasileiros. Não sei se os fundamentalistas do Sul dos Estados Unidos concordam.

Responsabilidade profissional

Um "comunicador" de rádio que me entrevistou antes da tentativa de expulsão do correspondente americano disse uma frase que ajuda a entender a tolerância da turma com Rohter: definiu "alcoólatra" como "o sujeito que bebe não pelo gosto da bebida mas pelo efeito". É uma definição clínica, cujo emprego fora do contexto médico é moralista, porque não respeita a privacidade dos outros – o tipo de entendimento que cabe bem para aqueles tablóides ingleses preocupados com os hormônios do Príncipe Charles. Alcoólatra, do ponto de vista da sociedade, é, para mim, o sujeito que trabalha, dirige automóvel ou espanca a mulher estando bêbado. Quem bebe em casa, no bar da esquina ou na casa de amigos, à noite, depois do expediente, pode ter um problema, mas isso não é da conta de ninguém, nem justifica a preocupação nacional denunciada pelo correspondente. E ninguém viu Lula bêbado.

Larry Rohter é um criador de casos conhecido, aqui e na Argentina. Tem fama de ser aquele tipo de repórter que não precisa ser censurado, porque jamais escreverá algo que possa desagradar seus chefes.

Entre outras de suas batatadas, lembro-me de uma recente: ele entrevistou Roberto Amaral, então ministro da Ciência e Tecnologia, cidadão que conheço há três ou quatro décadas, cientista político com produção excelente, democrata e nacionalista muito sério.

Amaral vinha sendo vítima de uma dessas "frituras" comuns na corte de Brasília. Questionado pelo Rohter, disse que o Brasil estava instalando uma indústria para enriquecimento do urânio e que pretendia dominar todo conhecimento relacionado com a energia nuclear. O que deu no *New York Times*? Que o Brasil queria fabricar bombas atômicas.

Lá ficou o meu amigo com a fama de "ministro trapalhão", espalhada por esses mesmos coleguinhas preocupados com a liberdade de imprensa mas menos atentos à responsabilidade profissional diante do público e das fontes, com a ética e com o respeito aos direitos humanos. Eles também existem, mesmo para ministros de Estado e presidentes da República.

Estratégias corretas

Coincidentemente, a entrevista com Amaral atendeu à preocupação do governo americano com os progressos da ciência brasileira em campos sensíveis, principalmente mas não só a biotecnologia e as técnicas agrícolas em geral. Também por coincidência, a matéria sobre o presidente brasileiro foi publicada quando se anunciava sua viagem à China, hoje segunda parceira comercial do Brasil e que dispõe de meio trilhão de dólares em caixa para investir no exterior, sobretudo em países capazes de suprir de alimentos o apetite crescente de sua população de um bilhão e 300 milhões de pessoas.

E também ocasionalmente ocorreu pouco depois de a Organização Mundial do Comércio ter dado vitória ao Brasil numa pendência comercial que envolve os subsídios ao algodão que prospera nos campos sulinos dos Estados Unidos, onde predomina o eleitorado republicano, e quando crescia a pressão sobre o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, e sobre o presidente Fidel Castro, de Cuba. Para a direita americana, Fidel, Chaves e Lula formam um "eixo do mal" cucaracho.

Se bem conheço o Itamaraty e se entendi adequadamente as manifestações do ministro Celso Amorim (de vez em quando, gosto de ler entrelinhas), a tentativa de expulsão de Rohter – que por certo não se consumaria – teve seu lado positivo: funcionou como recado, dirigido principalmente às autoridades da República Popular da China.

Para que não me entendam mal, gostaria de acrescentar que, fora estratégias corretas na política externa e em um ou outro setor da administração, o governo do presidente Lula me parece muito ruim. Em suma: não ponham chapa-branca no que está escrito acima.

(*) Jornalista, professor-titular da Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO 26

18 de maio de 2004

O começo de tudo

Ricardo Noblat (*)

Desconfio que pouca gente leu na íntegra e com atenção a reportagem do correspondente do *New York Times* que deu origem ao patético episódio da semana passada. Proponho aqui um exercício de releitura da matéria. Transcrevo e comento seus principais trechos com base em tradução feita pela Agência Estado, do jornal *O Estado de S.Paulo*.

****** "Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua predileção por um copo de cerveja, uma dose de uísque ou, melhor ainda, um gole de cachaça, a forte bebida brasileira feita com cana de açúcar. Mas alguns brasileiros começam a questionar se a predileção de seu presidente por bebidas fortes está afetando sua performance no cargo."

O repórter não escreveu que o tema "Lula e bebida" virou preocupação nacional. Escreveu que "alguns brasileiros começam a questionar" se a predileção de Lula por bebidas fortes estaria afetando seu desempenho. Nos últimos três meses, ouvi de ministros e de parlamentares ligados a Lula que ele estaria bebendo, sim, além do razoável. Ninguém me disse que a performance dele foi afetada por isso.

****** "O presidente se manteve longe dos holofotes e deixou o trabalho pesado a cargo de seus assessores. Isso iniciou especulações de que seu aparente pouco envolvimento e passividade possam estar relacionados com seu apetite por álcool. Seus partidários, no entanto, negam os rumores de muita bebida."

O jornalista escreveu isso a propósito de um período recente onde Lula deixou de se expor tanto. Deve ter sido logo depois do episódio Waldomiro, quando Lula preferiu manter silêncio e sair um pouco de cena. O jornalista observa que tal comportamento deu ensejo a "especulações". Não diz se tais especulações tinham procedência ou não. E logo registra que os partidários de Lula negam que "rumores" sobre o consumo de bebida tivessem algo a ver com a postura mais discreta do presidente na época. Até aqui não vejo nenhuma incorreção na reportagem.

****** "'Quando era vice candidato na chapa de Lula, ele bebia muito', afirmou Brizola, agora crítico do governo, em recente discurso. 'Eu o alertei que bebidas destiladas são perigosas, mas ele não me escutou e, de acordo com o que está sendo dito, continua bebendo.' (...) Porta-vozes do presidente não quiseram comentar os hábitos de bebidas de Lula, afirmando que não iriam dignar acusações sem base com respostas oficiais. Em um curto e-mail respondendo ao pedido de comentário, eles descartaram a especulação de que Lula bebe demais, afirmando que isto não passa de 'uma mistura de preconceito, desinformação e má-fé'".

Aqui, o jornalista registra a opinião de um desafeto de Lula, mas que foi candidato a vice-presidente dele em eleição passada, e que é presidente nacional de um partido. E diz que ele agora "é crítico do governo". Sua condição de opositor de Lula, portanto, foi consignada. Ele não tinha porque desprezar o depoimento de Brizola. A imprensa brasileira sempre publicou o que um desafeto diz do outro sem registrar todas as vezes que um é desafeto do outro. Quando Lula chamou o presidente Sarney de ladrão em 1987, não lembro que alguém tenha escrito que Lula era desafeto dele. Talvez porque todos soubessem que era. Agora deixou de ser. Observem que o jornalista tentou ouvir porta-vozes de Lula sobre o que Brizola disse. Eles preferiram não falar mais longamente – salvo por meio de um curto e-mail. O direito de resposta foi concedido e não foi usado.

****** "Sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos de Lula com olhos turvos e corado, e constantemente faz referências aos churrascos em finais de semana na residência presidencial onde a bebida corre solta e onde o presidente geralmente está com um copo na mão. 'Tenho um conselho para Lula', disse o polêmico colunista Diogo Mainardi na revista *Veja* em março, após uma longa lista de artigos com esse tipo de referência. 'Pare de beber em público', aconselhou, dizendo ainda que o presidente se tornou 'o maior porta-voz de propaganda para a indústria de bebidas' com seu consumo notável de álcool. Uma semana depois a mesma revista publicou uma carta de um leitor preocupado com o alcoolismo de Lula e seu efeito na habilidade do presidente de governar. Apesar de alguns sites na internet já reclamarem há meses do 'presidente alcoólatra', essa foi a primeira vez que a grande imprensa nacional se referiu ao presidente dessa maneira."

Aqui, o jornalista pesou a mão. A imprensa brasileira, "sempre que possível", não publica fotos de Lula com olhos turvos e corado. É mentira. A *Veja*, por exemplo, deixou de publicar recentemente uma foto onde Lula parecia – vejam, escrevi "parecia" – visivelmente para lá de Bagdá. Mas a revista publicou reportagem onde ficou claro que Lula tomou alguns goles a mais. E não publicaria o artigo do seu colunista mais lido e uma carta de leitor a propósito do assunto se achasse que as duas coisas (o artigo e a carta) eram estapafúrdias. Sem pé nem cabeça. O jornalista teve o cuidado de registrar que o colunista da revista é "polêmico". Ao fazer isso, embutiu a advertência de que, por polêmico, ele possa ter exagerado no que escreveu. Quanto à menção que faz aos sites, deveria ter dito que na maioria deles se costuma dizer qualquer coisa sem provas.

****** "Historicamente os brasileiros têm motivos para se preocupar com qualquer sinal de bebedeira por parte de seus presidentes. Jânio Quadros, eleito em 1960, era um fã notório que uma vez disse "bebo porque é líquido". Sua renúncia inesperada com menos de um ano de governo, que foi descrito como uma maratona de bebedeiras, iniciou um período de instabilidade política que levou ao golpe de 1964 e 20 anos de ditadura militar."

É fato, é verdade o trecho acima. E não tem nada demais.

****** "Tendo ou não Lula um problema de bebedeira, o assunto chegou ao público e se tornou motivo de chacota. Quando o governo gastou US\$ 56 milhões neste ano para comprar um avião presidencial, o colunista Cláudio Humberto, uma espécie de Matt Drudge da política brasileira, organizou um concurso para escolher um nome que zombasse da aeronave. Uma sugestão ganhadora, lembrando que o avião presidencial americano é chamado de Air Force One, sugeriu que o jato de Lula fosse batizado de 'Pirassununga 51', uma famosa marca de cachaça. Outra sugestão foi 'movido a álcool', uma brincadeira com o plano do governo para estimular o etanol como combustível."

O jornalista teve o cuidado de escrever: "Tendo ou não um problema de bebedeira...". E em seguida relatou um fato objetivo. Goste-se ou não da coluna do jornalista Cláudio Humberto, ela é publicada por duas dezenas de jornais brasileiros, alguns líderes de vendas em seus estados. O jornalista não foi processado pelo governo por seus comentários ácidos a respeito do presidente e de seus supostos hábitos etílicos.

****** "Especulações sobre os hábitos de bebida do presidente foram alimentadas pelas inúmeras gafes cometidas em público. Quando era candidato, Lula ofendeu moradores de uma cidade, com fama de ser reduto homossexual, chamando-a de 'fábrica de gays', e durante sua presidência, suas gafes continuaram, tornando-se parte do folclore político brasileiro. Em uma cerimônia em fevereiro para anunciar um grande novo investimento, Lula se referiu duas vezes ao presidente da General Motors, Richard Wagoner, como

presidente da Mercedes-Benz. Em outubro, durante um dia de homenagem aos idosos, Lula lhes disse 'quando se aposentarem, não fiquem em casa perturbando suas famílias, encontrem algo para fazer'. Fora do país, Lula também tropeçou ou cometeu gafes. Durante uma visita ao Oriente Médio no ano passado, ele imitou um sotaque árabe ao falar em português, inclusive com erros de pronúncia, e em Windhoek, Namíbia, ele afirmou que a cidade era tão limpa que 'nem parecia ser na África'."

Com base em quê o jornalista relaciona supostas gafes cometidas por Lula a "especulações" sobre o hábito dele de beber? Aqui, novamente pesou a mão. Acreditou em fofocas que deve ter ouvido. Ou quis ser – e foi – ofensivo e irresponsável. Porque não ficou demonstrado em sua reportagem que tais gafes derivaram do gosto de Lula por bebidas fortes.

****** "Assessores de Lula e seus partidários sustentam que tais escorregões são ocasionais e devem ser esperados de um homem que gosta de falar de improviso, mas que não estão relacionados com seu consumo de álcool, que descrevem como moderado. De acordo com eles, Lula está sendo submetido a um padrão diferente e injusto do que seu antecessor pois ele é o primeiro presidente brasileiro da classe trabalhadora e tem primeiro grau incompleto. 'Qualquer pessoa que já esteve em uma recepção formal ou informal em Brasília, presenciou presidentes bebendo uma dose de uísque', escreveu o colunista Ali Kamel no jornal *O Globo* recentemente. 'Mas você nunca lerá isso a respeito de outros presidentes, só de Lula. Isso cheira a preconceito'."

Embora tenha sido irresponsável no trecho anterior de sua reportagem, o jornalista abre espaço no trecho seguinte para assessores do presidente que refutam a ligação entre as gafes cometidas por ele e o uso do álcool. E cita um jornalista de *O Globo* que defende Lula – assim como antes tinha citado o colunista da *Veja* que criticou o presidente por beber.

****** "Da Silva nasceu em uma família pobre em um dos estados mais pobres e passou anos liderando sindicatos, um ambiente famoso por bebedeiras. Relatos da imprensa brasileira repetidamente descreveram o pai do presidente, Aristides, que ele praticamente não conheceu e que morreu em 1978, como um alcoólatra que maltratava seus filhos."

Eis o trecho da reportagem que mais magoou o presidente e que o deixou também indignado. A referência ao pai foi considerada cruel por Lula e por vários dos seus ministros e assessores. Bem... O jornalista não mentiu. O próprio Lula já falou em entrevistas a respeito do seu pai. Para os leitores de um jornal lá de fora, a referência ao pai de Lula não é despropositada. Os jornais brasileiros publicaram coisas muito piores a respeito do ex-presidente Fernando Collor – de orgias na Casa da Dinda ao consumo de cocaína por vias, digamos, pouco usuais. E, em relação a Collor, os jornais não se preocuparam em provar se o que disseram era verdade ou não.

****** "Histórias sobre episódios de bebedeira envolvendo Lula são muitos. Após uma noitada quando ainda era membro do Congresso em 1980, Lula desceu no andar errado do edifício onde morava e tentou arrombar a porta do apartamento que achava ser o seu, de acordo com políticos e jornalista em Brasília, incluindo alguns dos ex-moradores do edifício. 'Com Lula, a caipirinha se tornou a bebida nacional por decreto presidencial', disse no mês passado a *Folha de S. Paulo* em um artigo sobre a relação de Lula com o álcool e se referindo à bebida feita com pinga."

Desconheço a história contada no trecho acima. Não posso confirmá-la nem desmenti-la. Mas já ouvi algumas histórias parecidas. Não as publiquei porque nunca tive como prová-las – e, de resto, se o presidente bebe de forma moderada, não vejo nada demais nisso. Repito que nunca soube que seu desempenho esteja sendo afetado pela bebida. Se soubesse publicaria.

Encerro meus comentários dizendo que o ato de expulsar o jornalista não se justifica pelo conteúdo da reportagem. É um ato de agressão à liberdade de imprensa. Lula deveria ter engolido a reportagem em seco e convidado o autor para uns drinques. Assim não teria criado a confusão que criou. A reação dele, sim, é que fez muito mal a sua e à imagem do país lá fora.

(*) Jornalista, mantém um blog em (<http://noblat.blog.ig.com.br/>), onde este texto foi originalmente publicado

ANEXO 27

15 de junho de 2004

VITÓRIA DOS GAROTINHO — 3 (sobre a demissão sofrida pelo jornalista Alberto Dines, que suscitou o tema debatido no programa televisivo do dia 15 de junho de 2004)

O comunicado da "suspensão"

Mensagem de José Antonio do Nascimento Brito, presidente do Conselho Editorial do *Jornal do Brasil*, enviada por e-mail na sexta-feira (11/6), às 14h11

Meu caro Dines,

Tomei conhecimento de seu artigo "A imprensa sob custódia". Tenho algumas observações a fazer:

1. Engenheiros de obras prontas são milhões no mundo e você se inclui entre eles. Ao lamentar a crise financeira do *Jornal do Brasil*, na ânsia da crítica, você se esqueceu de anotar que o jornal, com altos e baixos, sobrevive ao gigantesco dumping comercial patrocinado pelas Organizações Globo. De todos os percalços enfrentados pelo *JB* ao longo de 113 anos, este cerco publicitário supera até o dano causado pelas retaliações da ditadura militar. Nunca li nada seu tratando desse assunto que, além do absurdo comercial, é um verdadeiro atentado à liberdade de expressão.

2. Nem você, nem ninguém, pode cometer a injustiça de imaginar que as manchetes do *Jornal do Brasil* são guiadas por interesses comerciais. Se assim o fosse, os leitores do jornal seriam os primeiros a abandonar a publicação, fato que a realidade de hoje nega. O *Jornal do Brasil* é o único diário no Rio de Janeiro cuja circulação cresceu nos últimos dois anos. Ao levantar a leviana acusação, você demonstra total desconhecimento sobre os profissionais que trabalham e se esforçam para levar aos leitores do *JB* o conteúdo apurado com isenção e objetividade. Aliás, essa sempre foi a marca do jornal, como você é testemunha.

3. Augusto Nunes e Cristina Konder continuam como vice-presidentes do *Jornal do Brasil*.

4. A aposentadoria de Wilson Figueiredo, depois de 42 anos de excepcionais serviços ao *Jornal do Brasil*, estava planejada há mais de dois anos. Se dúvida houver sobre o grau de respeito que o *JB* tem pelo jornalista, basta ler a entrevista de Wilson para o filósofo Leandro Konder, publicada na edição de domingo, 6.

5. Ao contrário de sua irresponsável acusação, o *Jornal do Brasil* se pauta por fazer um bom jornalismo, em períodos de bonança ou tempestade, de trevas ou democráticos. Essa sempre foi a nossa marca e continuará a ser.

Críticas não me ofendem. Recebo-as todos os dias, em geral são pertinentes e ajudam a melhorar o jornal. Não posso aceitar, contudo, as pesadas acusações feitas ao *JB* no qual você publica artigos todas as semanas e é pago por isso.

Se estava incomodado com o *Jornal do Brasil* de hoje deveria ter interrompido sua colaboração há muito tempo. Como não o fez, eu a estou suspendendo a partir deste sábado.

José Antonio do Nascimento Brito, presidente do Conselho Editorial

RESUMO DO PROGRAMA TELEVISIVO *Observatório da Imprensa*

(retirado da página www.observatoriodaimprensa.com.br)

ANEXO 28

29 de julho de 2003

A Mídia na Berlinda

Casos como o escândalo que envolveu a BBC e o suposto suicídio do cientista inglês David Kelly e o assassinato do fotógrafo da revista *Época* colocaram a mídia na berlinda, como observou em seu editorial Alberto Dines: "a imprensa está se transformando em bode expiatório de erros e abusos alheios". Para o jornalista, o acúmulo de incriminações feitas à imprensa nas últimas semanas está criando um sistema de pressões e a falsa impressão de que a mídia é suspeita e não confiável.

Participaram, ao vivo, do Observatório da Imprensa: o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal e o assessor da Secretaria de Comunicação Social, Bernardo Kucinski, de Brasília; o ombudsman da Folha de S. Paulo, Bernardo Ajzenberg e o diretor de redação da revista Época, Aluizio Falcão Filho, de São Paulo; o colunista do jornal O Globo, Luiz Garcia e o correspondente da Organização "Repórteres Sem Fronteiras", Gilberto de Souza, no Rio de Janeiro. O correspondente Sílio Boccanera participou, por telefone, de Londres.

Luiz Garcia iniciou o debate admitindo que a imprensa merece críticas, entretanto, avaliou que é um erro crasso generalizar tais críticas à imprensa, como se esta fosse um ser uniforme e tomasse suas decisões em conjunto. Ele acrescentou que a acusação generalizada contra a imprensa é sempre sintoma de alguém que está sem argumentos suficientes para defender suas posições ou seus atos.

Bernardo Kucinski concordou: "A mídia não é culpada de maneira alguma. Ela também é vítima da situação de anormalidade que nós vivemos." Bernardo Ajzenberg considerou que a mídia não pode ser tomada como bode expiatório, mas que, em relação aos acontecimentos da semana passada, houve uma espécie de solavanco alarmista.

Sílio Boccanera falou especificamente do caso da BBC. Segundo ele a tentativa do governo de controlar a emissora é evidente. Há uma batalha aberta, uma crise nacional que está, no momento, em banho maria, por causa da morte do cientista David Kelly. As partes envolvidas sossegaram, mas a batalha vai continuar e a opinião pública apóia a BBC, afirmou. Bernardo Kucinski disse que o conflito vai resultar na vitória da BBC e que Tony Blair sairá politicamente derrotado desse episódio.

Alberto Dines leu no programa trecho de uma nota oficial do MST que considera que a mídia está se transformando em um partido político e ideológico da elite brasileira em defesa permanente de seus privilégios. Bernardo Ajzenberg alertou: "Me preocupa que certos erros ou exageros que nós cometemos na mídia possam ser utilizados politicamente de forma inadequada. Isso sim pode contribuir para, ou desmoralizar a imprensa, ou afetar de alguma forma sua credibilidade."

Claudia Bojunga (estagiária)

ANEXO 29

11 de maio de 2004

NYT X LULA

O Observatório da Imprensa de 11 de maio analisou a repercussão da reportagem publicada pelo The New York Times sobre o suposto hábito de beber do presidente Lula. Em editorial, Alberto Dines, ressaltou que "Afirmar que o Brasil está preocupado com o hábito de bebericar do presidente é uma grosseira inverdade. Tentar comprovar a afirmação com dados precários, colhidos junto a fontes suspeitas é deslavada manipulação." E lembrou ainda que "O governo respondeu com justa indignação, a oposição prestou-lhe a indispensável solidariedade e a imprensa há três dias debruça-se sobre a questão da ética da informação." Participaram do debate o Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência, Ricardo Kotscho, em Brasília; os jornalistas Marcelo Beraba, ombudsman da Folha de São Paulo, e o colunista do jornal O Globo, Merval Pereira, ambos no Rio de Janeiro; e o chefe de Departamento de Jornalismo da USP, José Coelho Sobrinho, em São Paulo.

Logo no início do debate, Ricardo Kotscho afirmou "que foi uma decisão extremada do governo para um caso muito grave, uma ignomínia, como vocês todos falaram e as matérias falaram antes. A área jurídica do governo, que procurou várias formas de responder a isso, achou que essa era a única maneira de reparar o dano provocado pelo jornalista do New York Times. O embaixador brasileiro em Washington foi a Nova York conversar com a direção do New York Times para procurar uma outra saída e eles simplesmente tiveram uma atitude cínica, não recuaram um milímetro, não pediram desculpas, não se retrataram e também não poderia o governo brasileiro, diante de tal ofensa à honra nacional, na figura do presidente da república, ficar sem fazer nada."

Merval Pereira em seguida comentou: "Não acho que o ataque ao presidente seja um ataque ao país, ou a soberania nacional, eu acho que essas coisas têm que ser separadas. Foi um engano, um equívoco terrível do governo que perdeu uma chance de se colocar bem diante de uma situação em que ele foi atacado irresponsavelmente."

Segundo Marcelo Beraba "A imprensa está vivendo uma crise de credibilidade, mas se você for pegar a história dos jornais nos Estados Unidos e dos jornais brasileiros vai perceber que há um movimento de tentar melhorar, de criar mecanismos para que as reportagens que saiam sejam mais bem feitas, mais bem apuradas, mais bem investigadas."

Ricardo Kotscho encerrou o debate dizendo: "Eu, como todos, também acho que a liberdade de imprensa é uma coisa sagrada. Eu batalhei por isso a vida inteira."

Manoel Magalhães (estagiário)

ANEXO 30

18 de maio de 2004

NYT X LULA

Continuando o assunto da semana anterior, o Observatório da Imprensa desta terça-feira foi a respeito da matéria do New York Times sobre os supostos hábitos étlicos do presidente Lula e da quase suspensão do visto de residência do autor da reportagem, Larry Rother. Segundo Alberto Dines, "o assunto está encerrado, mas para jornalistas tudo deve estar em aberto, pronto para ser revisto, rediscutido, tudo precisa ser entendido."

Participaram, ao vivo do programa: a cientista política Lucia Hipollito, o representante da Associação Brasileira de Correspondentes Estrangeiros Jens Glüsing, no Rio de Janeiro; o jornalista Sidnei Basile, em São Paulo, a articulista de O Globo, Tereza Cruvinel, em Brasília. Também deram seus depoimentos, em matéria: Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o senador Sérgio Cabral Filho e, por telefone, o articulista da Folha de São Paulo Clóvis Rossi e o ex-correspondente da France Press, François Pelou, da França.

Em relação à tentativa de expulsar Larry Rother do Brasil Maurício Azedo afirmou: "Essa medida do governo fere profunda e gravemente a liberdade de imprensa que é um dos pilares do Estado de Direito, democrático." De acordo com Sidnei Basile não houve coerência entre o tipo de ofensa que ocorreu e a reação que se produziu. Jens Glüsing disse que o Brasil tem que se preocupar menos com a imagem do país no exterior e olhar um pouco mais para a própria realidade brasileira.

"Presidente da República não é pessoa física, presidente da República não tem vida privada. Ele vive numa vitrine, ele é presidente 24 horas por dia." lembrou Lucia Hipollito. Para ela independentemente do fato de determinadas afirmações sobre o presidente serem mais ou menos ofensivas, a curiosidade da sociedade diante da vida das autoridades é absolutamente legítima."

Tereza Cruvinel chamou a atenção para um outro ponto: "O que me impressionou como observadora da cena política foi o processo decisório do presidente, que me faz pensar que ele está cercado por dois tipos de pessoas, os que têm projetos pessoais e as pessoas que querem agradá-lo (...) O presidente está tomando decisões cercado de um grupo que nem sempre busca o melhor resultado." A respeito da relação do governo com a imprensa a articulista de O Globo afirmou que dos governos da redemocratização até hoje nenhum teve tanta dificuldade de lidar com a imprensa, quanto o atual.

Na conclusão do programa, Sidnei Basile lamentou que tudo isso tenha sido provocado por uma matéria ruim, que passou opiniões com se fossem notícias. Já Jens Glüsing espera que este tenha sido um episódio isolado e que o governo tenha aprendido alguma coisa com a reação da mídia do mundo inteiro.

Claudia Bojunga (estagiária)

ANEXO 31

15 de junho de 2004

Liberdade de opinião

O Observatório da Imprensa de 15 de junho questionou a capacidade dos veículos de mídia de receber críticas, comentando também o caso da demissão do jornalista Alberto Dines do Jornal do Brasil. Em editorial, Dines ressaltou que "A escolha do assunto da edição de hoje foi uma das mais difíceis da história deste programa. Já que nossa obrigação é discutir o que acontece no jornalismo e nos meios de comunicação, nesta semana não temos outra alternativa senão tratar de nós mesmos. Corremos o risco de parecer auto-referenciados mas por outro lado não podemos escapar do nosso compromisso de enfrentar o

poder da imprensa e discutir os seus eventuais abusos e distorções". E lembrou ainda que "É irrelevante o fato de que eu tenha sido punido pela crítica que fiz ao JB. Este é um dado secundário. O que importa aqui é o fenômeno e este diz respeito a todos: a mesma imprensa que anda com o pires na mão pedindo ajuda ao governo, esta mesma imprensa castiga aqueles que mostram as suas mazelas. Acontece que o dinheiro que vai ser emprestado é o seu".

Participaram do debate os jornalistas Luiz Gutemberg em Brasília; Juca Kfoury e Roberto Muller Filho, ambos em São Paulo; e o Prof. de Comunicação da UFRJ Muniz Sodré no Rio de Janeiro.

Logo no início do debate, Roberto Muller afirmou que "Na minha opinião isso faz parte desse rocambole, desse sucateamento a que a imprensa em crise, de pires na mão foi submetida. De forma que eu acho que isso é grave, grave pelo nome do JB, é grave pela coincidência histórica e perversa que faz isso acontecer com você".

Dando continuidade ao debate o Prof. Muniz Sodré levantou a seguinte argumentação: "O problema hoje é que isso que alguns vêm chamando de Idade Mídia, que é um bom trocadilho, tem em comum com a Idade Média o obscurantismo, uma certa trava. E eu acho que o jornalismo nesse sentido não tem progredido ou não progride do ponto de vista ético. Eu acho que esse episódio me parece um episódio de Idade Mídia mas que tem em comum com a Idade Média: a treva".

E Juca Kfoury disse que "Ou a gente muda esse estado de coisa ou amanhã acontece igual, como ontem aconteceu. Basta dizer o seguinte, grandes jornalistas como Mino Carta, Raimundo Pereira, Alberto Dines que tiveram que buscar seus próprios veículos para poder sobreviver porque não encontraram mais lugar no mercado de trabalho".

E aprofundando o debate sobre a relação entre estado e mídia Luiz Gutemberg fez a seguinte afirmação: "O governo do Rio tem o poder absoluto da publicidade do Estado do Rio de Janeiro e, portanto, é o cliente ideal do jornal e o jornal tendo esses clientes procura tratá-los, às vezes até com subserviência, não precisa que eles reclamem, os jornais oferecem as vantagens, o tratamento generoso para aquele anunciante. Nos Estados Unidos, como você sabe, o governo é proibido de fazer propaganda internamente, portanto é a forma ideal de se evitar que o Estado seja um concorrente, ou seja um cliente da informação".

Manoel Magalhães (estagiário)